



BANCO REAL

NOSSA VISÃO ESTRATÉGICA
E RESULTADOS FINANCEIROS
2007

Guia de bordo

Convidamos você à leitura do nosso Relatório de Sustentabilidade 2007. Pela primeira vez, reunimos nossa visão estratégica de sustentabilidade aos resultados financeiros. Assim, além dos indicadores da versão G3 da Global Reporting Initiative (GRI), apresentamos nossa Análise Gerencial e as Demonstrações Financeiras.

Este é o quarto relato da nossa trajetória para inserir a sustentabilidade na sociedade e no nosso dia-a-dia. Alguns dos caminhos desta publicação foram apontados por 27 representantes dos nossos *stakeholders*, que participaram ativamente da avaliação crítica do relatório anterior, referente às atividades de 2005/2006, e nos sinalizaram os pontos fortes e as oportunidades de melhoria.

Versão completa
na Internet, no *site*:
[www.bancoreal.com.br/
sustentabilidade](http://www.bancoreal.com.br/sustentabilidade)

Versão
completa
impressa

Versão
reduzida
impressa

Versão
folder
impressa

você está
aqui

Carta ao leitor

Fechamos este quarto relatório com nossas crenças renovadas.

Vivemos a apreensão quanto à expansão das ações e à crescente complexidade do desafio de inserir a sustentabilidade em nosso dia-a-dia dos negócios. Ele se revela cada vez maior quanto mais se aprofunda o nosso conhecimento sobre as causas dos problemas que temos, hoje, e que comprometem um futuro com mais segurança e bem-estar para todos.

E sentimos esperança ao ver a mobilização das pessoas, unindo forças e conhecimento, encontrando soluções baseadas em solidariedade e criatividade, formando um novo patamar de relacionamento para a dinâmica social que vivemos. Com esse mesmo espírito, empresas do mundo inteiro que colocam a sustentabilidade em suas agendas, com a devida seriedade, surpreendem com suas inovações e já colhem resultados significativos em seus mercados.

A mudança é visível e revela que chegamos a um ponto sem volta.

*É hora de abrir novas agendas e compartilhar
novos planos em busca de soluções conjuntas.*

Aliás, não foi de outra maneira que chegamos até aqui. Foi com nossos clientes, acionistas, parceiros e funcionários que construímos esse movimento entusiasmante. Reunimos uma grande experiência em sustentabilidade e, com essa união de forças, criamos novas e bem-sucedidas referências para quem acredita na possibilidade e na necessidade de utilizar seus negócios também para produzir uma sociedade melhor.

Essa experiência, hoje estruturada e sistematizada, está disponibilizada por meio do Espaço Real de Práticas em Sustentabilidade, inaugurado em dezembro de 2007. Aproveitamos para convidá-los a conhecer as práticas que oferecemos no *site* www.bancoreal.com.br/sustentabilidade.

Queremos ampliar esse processo de construção coletiva de um novo jeito de pautar os negócios, com base em um diálogo inclusivo e aberto à diversidade. É a partir desse exercício de compartilhamento e acolhimento das diferentes opiniões e experiências que alcançaremos um aprendizado efetivo de todos. Sabemos que há muitas formas de praticar sustentabilidade, e que disseminar a nossa prática e a de nossos parceiros é uma maneira de inspirar e acelerar o processo de reinvenção da nossa sociedade.

A mudança de controle acionário do Banco Real, que repercutiu intensamente ao longo de 2007, valorizou nossa visão. Neste ano, integramos no mesmo relatório os dados financeiros e de sustentabilidade. O nosso jeito, a nossa trajetória e as conquistas realizadas para incorporar a sustentabilidade ao negócio foram reconhecidos, e isso só reforça a necessidade e o nosso compromisso de pensar cada vez maior e de trazer contribuições cada vez mais significativas.

Mas pensar grande não é pensar em corporações cada vez maiores. É pensar no indivíduo, inteiro, de corpo e alma. Conseguiremos acelerar o movimento de transformação da sociedade quando alcançarmos efetivamente os indivíduos. Quando cada um tiver consciência da sua responsabilidade e assumir a sua parcela de protagonismo.

Os próximos passos dessa jornada deverão ser construídos por todos nós.

E, por isso, sua adesão, suas críticas e sugestões são muito bem-vindas. Escreva para: jornada.real@bancoreal.com.br.

Boa leitura!

Fabio C. Barbosa

Este relatório segue os padrões da GRI G3



O indivíduo no centro

A figura desta página é o [Nosso Modelo de Negócio](#), uma representação gráfica da estratégia que adotamos para cumprir nossa [Missão](#) e atingir nossa [Visão](#). Falamos diretamente ao indivíduo, você, eu, todos, nos diversos papéis que desempenhamos em sociedade e na relação com a Organização.

Em 2006, Visão, Missão e Modelo evoluíram para melhor representar a postura que já temos diante dos negócios e da sociedade. Mudaram para acompanhar uma sociedade diferente que está surgindo e valorizando um banco diferente dos que existiram até hoje. As pessoas não querem ser classificadas, rotuladas e tratadas conforme um contrato; querem ser tratadas como seres humanos, únicos, com seus gostos, seus valores e suas peculiaridades.

Gostamos disso e achamos que é uma evolução. Quando a empresa nos vê como indivíduos, o tratamento é mais humano, atencioso, personalizado, e cria um vínculo mais forte. Essa é a primeira razão para colocar o indivíduo no centro do Nosso Modelo – e em tudo o que fazemos.

Sobre nós

No Brasil, nossa história começa há 91 anos, quando o Banco Holandês da América do Sul chega às cidades do Rio de Janeiro e de Santos. Em 1963, a instituição adquire 50% das ações da [Aymoré Financiamentos](#) e, em 1993, muda o nome para ABN AMRO Bank.

Em 1971, o Banco da Lavoura de Minas Gerais, fundado em 1925, passa a se chamar BANCO REAL, dois anos depois de se estabelecer em São Paulo. Em 1998, é comprado pelo ABN AMRO Bank, que, no mesmo ano, adquire o Banco de Pernambuco S.A. (Bandepe). A integração das duas instituições é concluída em 2000 e, em 2003, o grupo adquire o Banco Sudameris.

No ano de 2006, o ABN AMRO REAL torna-se o terceiro maior banco privado brasileiro em ativos totais (R\$ 120,8 bilhões) e em empréstimos e depósitos. Em 2007, atinge R\$ 159,5 bilhões em ativos totais. Em outubro, o grupo ABN AMRO é comprado globalmente pelo consórcio formado pelos bancos RBS, Fortis e Santander.

Hoje, o BANCO REAL está presente nas cinco regiões do País, possui mais de 2 mil agências e postos de atendimento bancário, além de 33 mil funcionários, que atendem 4 milhões de correntistas.

Nossa Visão

Um novo banco para uma nova sociedade

A sociedade em evolução, cada vez mais bem informada e consciente, busca a integração do humano e do ambiental com o econômico em todas as suas decisões. Nós, como Organização e como indivíduos, somos agentes dessa evolução.

Nossa Missão

Ser uma Organização reconhecida por prestar serviços financeiros de qualidade exemplar aos clientes, gerando resultados sustentáveis e buscando a satisfação de pessoas e organizações que, conosco, contribuam para a evolução da sociedade.

Como usar este relatório

No início de cada matéria, você encontra uma coluna com informações que apóiam sua navegação por este relatório.

Tema da matéria

Público de interesse

Dividimos os públicos em seis grupos e sugerimos, em cada matéria, quais podem ter maior interesse pelo conteúdo apresentado.

Acionistas	Fornecedores	Público Interno
Clientes	Meio Ambiente	Sociedade

Esta matéria na Internet

Siga o caminho abaixo para localizar a versão completa das matérias no *hotsite* do relatório.

www.bancoreal.com.br

relatório de sustentabilidade 2007


título da matéria

Matérias relacionadas a este assunto neste relatório

Aqui, estabelecemos ligações entre conteúdos e sugerimos leituras complementares sobre o tema principal de cada matéria.

Conteúdo complementar na Internet

Neste espaço, você encontra conteúdos complementares de matérias disponíveis exclusivamente no *hotsite* do relatório, em www.bancoreal.com.br/sustentabilidade.

As palavras sublinhadas e acompanhadas deste símbolo  apontam que mais informações sobre o assunto estão disponíveis em nosso *site*. Digite-as no campo de busca.

Ao longo dos textos do relatório, indicamos para qual Objetivo de Desenvolvimento do Milênio cada uma de nossas iniciativas contribui.



Índice

Este relatório está organizado em dois grandes blocos: Temas Essenciais e Indicadores e Resultados. Você pode encontrar as matérias de seu interesse por tema, título ou palavra-chave.

Próximos passos

Disseminação na sociedade

Ampliação dos negócios

Negócios da base da pirâmide

Mudanças climáticas

Mobilização interna

Satisfação dos clientes

Consumo consciente

Cadeia de valor

Investimento social

Próximos passos da sustentabilidade

Análise de cenário

Temas Essenciais

Temos urgência

Troca de experiências . Relação com a sociedade . Aprendizados
Construção coletiva . Cursos *on-line* . Princípios do Equador
Espaço Práticas . Sustentabilidade nos negócios

Um cliente puxa outro

Negócios sustentáveis . Plataformas de diálogo . SPFW
Grupos de sustentabilidade . Relação com clientes
Construção civil . Movimento Real

Inclusão com lucro

Microcrédito . Microfinanças

Dinheiro de carbono

Créditos de carbono . Pegada ecológica
Produtos socioambientais . Fundo Floresta Real

O poder da contaminação

Capacitação interna . Engajamento de funcionários

Compromisso de todos

Ouvidoria . SAC . Relação com clientes . Canais de relacionamento

Mais crédito, mais responsabilidade

Mercado financeiro . Realmaster

Pregação no deserto?

Mercado de capitais . Corretoras de valores . Fornecedores

Até investimento pode ser reciclável

Cooperativas . Ação social . Financiamento

Indicadores e Resultados

Perfil

Negócios Sustentáveis . Segmentos . Produtos . Governança

Análise gerencial

Performance (MD&A)

Indicadores de sustentabilidade


Abrangência do relatório . Indicadores utilizados
Processo de elaboração . Responsabilidade . Posicionamento

Índice dos indicadores GRI

Onde encontrar?

Demonstrações financeiras 2007

Resultado . Desempenho



O Banco Real, com sede na Avenida Paulista, em pleno coração financeiro de São Paulo, é referência quando o tema é sustentabilidade e tem como Visão “Ser um novo Banco para uma nova Sociedade”.

Próximos passos da sustentabilidade

Mudamos o patamar de nossa interação com a sociedade: ganhamos novos aliados e abrimos espaços para compartilhar conhecimento. Mas o tempo passa, e os desafios aumentam. Precisamos alcançar mais pessoas para construir uma nova sociedade.



“Devemos gerar as condições para que cada indivíduo se realize, se desenvolva e passe a fazer diferença. Torne-se protagonista da transformação que buscamos. Sozinhos, não fazemos nada”,

diz Fabio Barbosa, nosso presidente. Esse espírito tem pautado nossas iniciativas no Banco Real. Nos últimos tempos, mudamos o patamar de nossa interação com a sociedade. Ampliamos fortemente os espaços de troca de experiências desde que percebemos a necessidade de um grande avanço coletivo. Precisamos de que todos avancem em conjunto para que nós mesmos possamos avançar.

A questão é que ainda somos minoria. Embora cada vez mais empresas despertem para uma mudança de postura na condução dos negócios, aquelas que já procuram integrar a sustentabilidade no dia-a-dia ainda são vistas como líderes, visionárias. “Já não estamos sós, mas teremos tido sucesso quando formos vistos como pioneiros na adoção de uma visão praticada por muitos”, afirma Fabio Barbosa. O ponto de partida está no entendimento de desenvolvimento sob a ótica da sustentabilidade.


Ele não deve ser confundido com crescimento, mas tem de ser encarado, como definiu o Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen, como **processo permanente de expansão das liberdades humanas**.

Liberdades econômicas – e isso inclui, de acordo com o professor de economia da Universidade de São Paulo (USP) Ricardo Abramovay, a possibilidade de participar produtivamente da vida da sociedade. Ou seja, beneficiar-se de sua prosperidade e contribuir para sua construção. “**Liberdade, cultura, preservação ambiental, cooperação social são, ao mesmo tempo, meios de se atingir o desenvolvimento, mas são, sobretudo, finalidades do processo de desenvolvimento**”, diz Abramovay.

A urgência da cobrança por resultados no curto prazo, que ainda impera no mundo dos negócios, só é compatível com o desenvolvimento sustentável se estiver integrada a propósitos de longo prazo. O foco do mercado de capitais permanece, no entanto, no rápido e generoso retorno do investimento descolado da visão de futuro. As ferramentas desenvolvidas para melhor avaliar o valor das empresas que trilham o caminho da sustentabilidade ainda estão se consolidando. O investimento orientado por critérios integrados econômicos, sociais e ambientais ainda é marginal e experimental. O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), que reúne companhias com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade, entra em seu terceiro ano sem decolar. Ao longo de todo 2007 e nos três primeiros meses de 2008, a valorização desse seletor grupo de empresas tem sido inferior à do Ibovespa, indicador do desempenho médio do mercado. Especialistas apontam que a performance das carteiras de empresas sustentáveis deverá evoluir nos próximos anos. No entanto, ainda há, também, muitas resistências a serem superadas.

“Os céticos se alimentam da hipocrisia”, afirma Helio Mattar, diretor-presidente do Instituto Akatu. “**Os críticos ganham força com a ação cínica de algumas empresas que têm apenas programas pontuais, mas não são verdadeiramente responsáveis.**”

Exemplos de discursos vazios, infelizmente, não faltam.

No entanto, o **movimento em favor das práticas de finanças sustentáveis** tem crescido vigorosamente, no Brasil e no mundo. Há sinais claros de amadurecimento do mercado e de mais atenção para o tema. Os fóruns de interação entre os bancos brasileiros, por exemplo, foram ampliados nos últimos dois anos (como contamos na página 15), e a posse de Fabio Barbosa na presidência da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban ) indica a relevância que o mercado, como um todo, concede à abordagem da sustentabilidade. É inegável que esse processo de transformação, lento e gradual, que acontece de indivíduo a indivíduo, de empresa a empresa, acaba por afetar a concorrência e alterar padrões de setores inteiros.

Felizmente, começamos a superar a discussão sobre o antagonismo – absolutamente inexistente para nós – entre lucro e sustentabilidade. “No entanto, ainda temos de esperar que, ao longo do tempo, o lucro dos bancos seja o retorno de sua política de sustentabilidade. Isso ainda não vale hoje, mas já é uma tendência no setor”, aponta Helio

Mattar. Para Eduardo Giannetti, mais uma vez, é tudo uma questão de tempo. “**Não há conflito entre lucro e sustentabilidade. Há convergência, mas ela precisa ser construída.**”

No fundo, vivenciamos um amplo processo de **aprendizagem mútua**, no qual o **diálogo** e a **capacidade de abertura para o diverso** são fundamentais. Em nossa trajetória para a adoção da sustentabilidade em nossas práticas de negócios, identificamos as posturas essenciais que nos fizeram evoluir: a disposição de mudar de dentro para fora, primeiro, a partir da **conscientização** de nossos próprios colegas; a determinação de inserir nas atividades centrais de negócios o uso das **janelas de oportunidade**, que se abriram – e se abrem – cada vez mais para nossa interação; a consciência de que esse é um **movimento não-linear** e que se dá por **contágio**, sem um rigoroso controle de sua **expansão e oportunidades**; a convicção de que estamos diante de uma **construção coletiva** e que há múltiplos jeitos de se fazer **sustentabilidade**. Temos a convicção de que nossos resultados econômicos (detalhados a partir da página 60) estão totalmente impregnados pela **integração da sustentabilidade** ao dia-a-dia dos nossos negócios. E que as práticas que contamos nas reportagens a seguir refletem o nosso jeito de compartilhar os benefícios da sustentabilidade.

Tema desta matéria

Próximos passos

Público de interesse

Sociedade

Outros públicos de interesse

Acionistas
Clientes
Fornecedores
Meio Ambiente
Público Interno

Esta matéria na Internet


www.bancoreal.com.br

relatório de sustentabilidade 2007

próximos passos da sustentabilidade

Matérias relacionadas a este assunto neste relatório

Temos urgência :: p.12
Um cliente puxa outro :: p.16
O poder da contaminação :: p.34
Pregação no deserto? :: p.46
Até investimento pode ser reciclável :: p.50
Perfil :: p.56

As palavras sublinhadas e acompanhadas deste símbolo  nesta matéria indicam que mais informações sobre este assunto estão disponíveis em nosso site. Digite-as no campo de busca.

As ações relatadas nesta matéria contribuem para o alcance dos seguintes Objetivos do Milênio:



Malu Pinto,
Fernando Martins
e Fabio Barbosa.

“Já não estamos sós, mas teremos tido sucesso quando formos vistos como pioneiros na adoção de uma visão praticada por muitos.”

Fabio Barbosa

Sustentabilidade é a distribuição de valores no tempo.


Definição do professor Eduardo Giannetti, do Ibmecc-São Paulo.

Giannetti acredita, porém, que temos problemas de base a resolver. O atual sistema de preços, por exemplo, não registra necessariamente tudo o que é relevante para a humanidade:

“A métrica do dinheiro é restrita. O custo da passagem aérea, por exemplo, não contabiliza a emissão de carbono da viagem, assim como a carne e o leite não são taxados pela quantidade de gases de efeito estufa emitidos pelo rebanho mundial de gado, que é maior do que a emissão da frota automotiva do mundo inteiro. Em algum momento, tudo isso terá de ser taxado.”

Essa é uma singela amostra de que a mudança que buscamos é tão profunda e ampla que exige uma grande construção coletiva.

Temos urgência



Renato Correa Netto caminha pela fábrica da Johnson&Johnson. Ele participou da primeira turma do Espaço Real de Práticas em Sustentabilidade.

Para acelerar a mudança do atual modelo de negócios na sociedade, lançamos o Espaço Real de Práticas em Sustentabilidade, onde queremos compartilhar o conhecimento que acumulamos em oito anos de jornada de sustentabilidade.

Tema desta matéria

Disseminação na sociedade

Público de interesse

Sociedade

Outros públicos de interesse

Acionistas
Clientes
Fornecedores
Meio Ambiente
Público Interno

Esta matéria na Internet

www.bancoreal.com.br

relatório de sustentabilidade 2007


temos urgência

Matérias relacionadas a este assunto neste relatório

Próximos passos da sustentabilidade :: p.08

Um cliente puxa outro :: p.16


Pregação no deserto? :: p.46

As palavras sublinhadas e acompanhadas deste símbolo  nesta matéria indicam que mais informações sobre este assunto estão disponíveis em nosso site. Digite-as no campo de busca.

As ações relatadas nesta matéria contribuem para o alcance dos seguintes Objetivos do Milênio:



Já dissemos, em outros anos, que tínhamos pressa. **Agora, temos urgência. Urgência de mudar a mentalidade dominante e imediatista do mundo dos negócios e incorporar a visão de médio e longo prazo nas decisões estratégicas.** E queremos ampliar o número de empresas e pessoas que compartilhem conosco essa visão.

Para acelerar esse movimento, criamos o **Espaço Real de Práticas em Sustentabilidade** , um processo estruturado de troca de experiências e de construção coletiva de novos caminhos por meio de cursos, oficinas e palestras, presenciais e virtuais. Desde que decidimos iniciar nossa jornada, em 2000, acumulamos uma experiência que seguramente ajudará outras empresas a abreviar o aprendizado de como inserir a sustentabilidade em suas estratégias de negócios. “Nosso pioneirismo foi cercado de desafios e marcado por muitas vitórias, mas também por incoerências e erros. Queríamos compartilhar nossa experiência e nossas práticas, ao longo desses anos, e contar essa história de uma forma que nos levasse a contribuir ainda mais com a construção de uma sociedade sustentável”, diz Maria Luiza Pinto, diretora-executiva de Desenvolvimento Sustentável do Banco Real.



Caminhos para o aprendizado

Em nossa jornada, aprendemos, por exemplo, que o apoio da liderança é muito importante. Logo na primeira turma do Prática Real de Sustentabilidade: Caminhos e Desafios, os participantes eram todos profissionais de nível gerencial e de diretoria das áreas Financeira, de Recursos Humanos e de Sustentabilidade. Eles saíram do evento com planos de ação nas mãos. Apesar da disposição para disseminar os novos conceitos e aprendizados dentro das suas corporações, percebemos que os planos não se tornariam realidade se os donos das empresas não estivessem sensibilizados.

Promovemos, então, um café-da-manhã com nosso presidente, Fabio Barbosa, e presidentes e diretores das empresas, para a discussão do tema. Deu certo. Alguns gestores das empresas participantes do treinamento já nos contaram que estão avançando internamente com os planos de ação.



Essa troca de informações é a base da colaboração, o nome do jogo na economia contemporânea. Temos consciência disso e queremos ampliar ao máximo as oportunidades de construção conjunta de conhecimento, seja com clientes, fornecedores, centros de pesquisa ou concorrentes, sempre focados em uma das essências de nossa atuação: inserir a sustentabilidade nas práticas de negócios.

Por isso, é muito importante a participação dos nossos Gerentes de Relacionamento (RMs) e gestores de contratos com fornecedores do Banco, que nos alimentam com casos de sucesso de integração da sustentabilidade ao negócio. Para estimular essa troca, desde abril de 2008, os funcionários podem compartilhar idéias e informações em um portal interno criado para esse fim. Além disso, o site de sustentabilidade (www.bancoreal.com.br/sustentabilidade), voltado para o público externo, foi reformulado.

É também essencial deixar disponível a todos os interessados uma consistente base de informações e conceitos. Por isso, colocamos à disposição do público externo, na intranet e, posteriormente, no Portal, os cursos on-line de **Edificação Sustentável**  e **Direitos Humanos** . O site de sustentabilidade traz, ainda, sugestões para serem aplicadas no dia-a-dia, em casa e no trabalho. Além disso, o Práticas oferece, com frequência, oficinas de sustentabilidade, visitas à agência sustentável de Cotia e palestras institucionais (Open House).

O Práticas conta, ainda, com um Conselho Consultivo, uma rede de apoio formada por 14 líderes dos mais variados segmentos de atuação na sociedade. Eles nos ajudam a definir o direcionamento estratégico.

Próximos passos

Daqui para a frente, queremos ampliar cada vez mais as oportunidades de colaboração, uma ótima maneira de acelerar a prática da sustentabilidade na sociedade como um todo. A forma como aplicamos os **Princípios do Equador** , é um bom exemplo da experiência que queremos compartilhar. Pioneiros em sua implantação, **convidamos, em 2007, outros bancos para uma leitura conjunta da versão revisada dos Princípios do Equador** . Atuamos fortemente, ainda, para disseminar o tratado internacional pela América Latina. Também participamos da elaboração do Estatuto de Governança dos Bancos aos Princípios do Equador. Atualmente, lideramos a Câmara Técnica de Finanças Sustentáveis do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), que também deverá atrair as seguradoras, já que elas ainda não possuem um fórum para discutir como alinhar suas atividades ao conceito de sustentabilidade.

É por meio da colaboração que a inovação é hoje construída. Participamos, também, como associados, em 2007, da fundação do Fórum Latino-Americano sobre Finanças Sustentáveis, iniciativa do Centro de Estudos

em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGV) e da International Finance Corporation (IFC) para promover o desenvolvimento de práticas e iniciativas em sustentabilidade para o setor financeiro da América Latina. “Nós sempre acreditamos nessa postura e temos convicção de que não perdemos em competitividade. Pois quem tem a tradição de se arriscar e fazer primeiro ocupa seu lugar no mercado”, afirma Maria Luiza Pinto.

O Práticas nasce com esse espírito e com a ambição de ir cada vez mais longe nesse **movimento colaborativo**, articulando trocas de experiência e compartilhando aprendizados com todos. Nossos desafios, agora, são aumentar a quantidade de cursos oferecidos; ampliar o alcance do programa para outras regiões do País; sistematizar um processo para compartilhar os ensinamentos trazidos por outras empresas; e incentivar a participação de todos os funcionários pelo site interno.

Para ampliar nosso alcance com o público externo, promoveremos teleconferências e webcastings. Em 2008, além de outros cursos, o site www.bancoreal.com.br/sustentabilidade contará com um **Banco de Práticas**, onde serão reunidos nossos cases de sucesso e os de outras empresas, uma biblioteca com documentos de referência sobre o tema e um blog sobre sustentabilidade, com a participação dos conselheiros do Práticas.

Tema desta matéria

Disseminação na sociedade

Público de interesse

Sociedade

Outros públicos de interesse

Acionistas
Clientes
Fornecedores
Meio Ambiente
Público Interno

Esta matéria na Internet

www.bancoreal.com.br

relatório de sustentabilidade 2007


temos urgência

Matérias relacionadas a este assunto neste relatório

Próximos passos da sustentabilidade :: p.08

Um cliente puxa outro :: p.16

Pregação no deserto? :: p.46

As palavras sublinhadas e acompanhadas deste símbolo  nesta matéria indicam que mais informações sobre este assunto estão disponíveis em nosso site. Digite-as no campo de busca.



Renato Correa Netto , diretor de Meio Ambiente, Saúde e Segurança da Johnson&Johnson na América Latina.

Esse programa é realmente muito inspirador. Quando pensamos na longevidade, temos visto que as empresas que investem em questões sociais e ambientais conseguem pensar no todo, no sistema.

Manifesto

Encurtar o caminho na direção de um mundo sustentável


Divulgado quando do lançamento do Espaço Real de Práticas em Sustentabilidade.


Acreditamos que a ação efetiva e urgente das organizações é **vital** para viabilizar o Desenvolvimento Sustentável e que essa evolução pressupõe o movimento e a **participação de todos**.

Nós, como agentes financeiros comprometidos com esse processo, temos aprendido muito com as experiências em nossa Organização e **junto** de nossos clientes e parceiros. Os resultados obtidos confirmam que estamos na direção certa. Acreditamos que, com uma atuação interdependente e colaborativa, disponibilizando o conhecimento já adquirido, identificando e tratando das novas questões que certamente surgirão nesse caminho, podemos, juntos, **encurtar a jornada** das organizações na inclusão da sustentabilidade em suas estratégias de negócio e na cultura de gestão.

Temos urgência de empresas melhores, numa sociedade melhor, num mundo melhor.

Primeiro encontro

No primeiro encontro, realizado em dezembro de 2007, reunimos 21 empresas. “Essa iniciativa é importante, pois abre referenciais sobre as melhores práticas que estão sendo adotadas pelas empresas. Isso ajuda todos a compartilhar experiências conhecendo os erros e os acertos”, disse a coordenadora de Qualidade e Meio Ambiente e membro da recém-criada equipe de Sustentabilidade do Fleury Medicina e Saúde, Adriana Gonçalves. Em abril de 2008, com o início da terceira turma, já alcançamos 69 empresas. O Práticas, como é chamado o Espaço Real de Práticas em Sustentabilidade , atende a uma demanda de conhecimento e troca sobre sustentabilidade nos negócios que estava latente na sociedade.



Os negócios com o segmento de empresas médias crescem a taxas de 40% ao ano, com diferenciais como plataformas de diálogo, inovação e práticas de sustentabilidade.

Um cliente puxa outro

Ao estimular a consolidação de negócios sustentáveis, acabamos movimentando setores inteiros, como aconteceu com os madeireiros do Pará.

Floresta Amazônica, Belém do Pará.

Tema desta matéria

Ampliação dos negócios

Público de interesse

Clientes

Outros públicos de interesse

Acionistas
Meio Ambiente
Sociedade

Esta matéria na Internet

www.bancoreal.com.br

relatório de sustentabilidade 2007

um cliente puxa outro

Matérias relacionadas a este assunto neste relatório

Próximos passos da sustentabilidade :: p.08

Temos urgência :: p.12

Dinheiro de carbono :: p.28

O poder da contaminação :: p.34

Pregação no deserto? :: p.46

Conteúdo complementar na Internet

Processo de disseminação

As palavras sublinhadas e acompanhadas deste símbolo ↗, nesta matéria indicam que mais informações sobre este assunto estão disponíveis em nosso site. Digite-as no campo de busca.

As ações relatadas nesta matéria contribuem para o alcance dos seguintes Objetivos do Milênio:



Nossa experiência na aplicação da sustentabilidade também serve como alavanca para a **geração de novos negócios** e a atração de **mais clientes corporativos**. Desde que identificamos essa oportunidade, passamos a investir na disseminação de nossa Visão associada ao fortalecimento dessas **relações de confiança**. Os ganhos são claros para todos. Afinal, se as práticas de nossos clientes forem cada vez melhores, mais sólidas e bem-sucedidas serão essas empresas, e mais seguros e freqüentes, nossos negócios. E não se trata de teoria. Nosso segmento de empresas médias, que atende companhias com faturamento até **R\$ 150 milhões anuais**, tem crescido a taxas superiores a **40%** nos últimos três anos. Em 2007, passamos por um processo de **quebra do paradigma**. Até então, construímos nossos relacionamentos a partir da postura de preparar ações e convidar as demais empresas a participar. Percebemos que havia chegado o momento de articular **“plataformas de diálogo e convergência”**, em que as ações e os próximos passos são definidos em conjunto com os parceiros. (Conheça mais sobre nossa atuação com empresas clientes no site www.bancoreal.com.br/sustentabilidade.)

Interlocutor na Amazônia

Diante da nova perspectiva de **construção do diálogo**, acabamos por movimentar setores inteiros, como ocorreu com os **madeireiros do Pará**. Interessados em viabilizar negócios sustentáveis nessa área, possíveis somente se as madeiras fossem certificadas, procuramos as empresas para realizar **workshops de certificação**. Ao ouvir nossos clientes, governo e ONGs que atuam na Amazônia, eles nos mostraram que os desafios envolvendo os madeireiros eram anteriores ao processo de certificação e que havia a necessidade de um interlocutor que ajudasse o setor a qualificar o diálogo e a resolver as questões legais, bem como as fundiárias e de regulamentação. Enquanto alguns empresários madeireiros daquele Estado já faziam o **manejo florestal sustentável**, outros ainda agiam à moda antiga, não dando importância à questão da certificação.

Até meados de 2007, qualquer estímulo ao debate sobre a extração de madeira na Amazônia era sinônimo de atizar o conflito aberto e a troca de farpas entre madeireiros, governos e ONGs. Não era para menos. As reportagens sobre desmatamento da Amazônia e os números da devastação – **dos 7 mil quilômetros de área destruída na região amazônica, 17,8% estão no Pará** – provocavam indignação por parte da opinião pública. O diálogo era pontual e pouco freqüente, o que não trazia benefícios para ninguém.

Com a nossa disposição em ajudar, fomos convidados a assumir o papel de **catalisadores** desse processo de **aprendizado coletivo**. Fruto da **credibilidade** e da **maduridade** do Banco, sustentadas em um histórico de ações marcadas pela **articulação e cooperação**. Apoiamos, então, a criação de um **grupo multidisciplinar**, com o objetivo de encontrar **soluções conjuntas**, que reuniu empresários, ONGs e governo. Os primeiros encontros marcaram a construção

de um diálogo mais aberto. **“Percebemos um interesse mútuo. O que o Banco queria era também o que a gente queria: trazer a legalidade focada na sustentabilidade”**, afirmou Demorvan Tomedi, diretor-presidente da madeireira Pampa Exportações, com 500 empregados no Pará.

Bem-vindos ao Clube

Como no caso dos madeireiros de Belém, a nossa ação de **disseminar a sustentabilidade** para fora dos muros fomentou a criação de outros **grupos de empresas para a sustentabilidade**, entre eles o de corretores de valores, formado ainda em 2007. Entre janeiro e abril de 2008, foram criados outros três grupos: o de **empresas de saúde de Salvador (BA)** e o de **empresas da construção civil** em São Paulo. São grupos de nossos clientes de **Middle Market** e **Varejo**, que se encontram de maneira sistemática para promover o intercâmbio entre eles e compartilhar a **trajetória** do Banco em sustentabilidade. A experiência com esses grupos tem se multiplicado. Até o início de 2008, foram criados quatro grupos, primeiro um no Rio de Janeiro (RJ) e depois outros no interior de São Paulo, em Belo Horizonte (MG) e no Recife (PE). Em Belo Horizonte, por exemplo, o grupo regional ganhou nome próprio: chama-se **Clube da Sustentabilidade**.

Essa moda pega

A busca por novos caminhos exige **criatividade**. Por isso, investimos na **consolidação de parcerias** e no **estreitamento de laços** com públicos diferentes, como o da **São Paulo Fashion Week (SPFW ↗)**. Em 2007 e 2008, fomos parceiros da **SPFW ↗**, um dos principais calendários de moda no mundo.

A sinergia de valores resultou em diversas ações. A primeira edição ocorreu em junho, e a segunda, em janeiro de 2008. Nós fizemos uma contribuição conceitual, com a escolha, em conjunto, dos assuntos que permearam a temática da **SPFW ↗ – água**, na edição de junho, e **diversidade**, em janeiro de 2008. Os organizadores da **SPFW ↗** também participaram de oficinas de sustentabilidade realizadas por nós.

Entre as ações resultantes da parceria, estão a contribuição para a formação do Fórum de Economia Criativa, uma plataforma de convergências e um ambiente de debates sobre as tendências de futuro e sobre a construção de caminhos coletivos de mudança. O fórum reúne representantes do setor público, economistas, empresários de moda, design e mídia, entre outros profissionais ligados à indústria criativa. Temos a convicção de que ninguém consegue fazer nada sozinho. Para construirmos ações por um mundo melhor, temos de trabalhar em conjunto. Isso vai guiar cada vez mais nossas ações e diretrizes.

Tema desta matéria

Ampliação dos negócios

Público de interesse

Clientes

Outros públicos de interesse

Acionistas
Meio Ambiente
Sociedade

Esta matéria na Internet

www.bancoreal.com.br

relatório de sustentabilidade 2007

um cliente puxa outro

Matérias relacionadas a este assunto neste relatório

Próximos passos da sustentabilidade :: p.08

Temos urgência :: p.12

Dinheiro de carbono :: p.28

O poder da contaminação :: p.34

Pregação no deserto? :: p.46

Conteúdo complementar na Internet

Processo de disseminação

As palavras sublinhadas e acompanhadas deste símbolo, nesta matéria indicam que mais informações sobre este assunto estão disponíveis em nosso site. Digite-as no campo de busca.

As ações relatadas nesta matéria contribuem para o alcance dos seguintes Objetivos do Milênio:



Separação adequada de resíduos durante a obra é uma das boas práticas recomendadas para a construção civil.

O avanço de setores inteiros rumo à sustentabilidade contribuirá para acelerar a mudança e tornar os negócios mais seguros e sólidos.

Mãos à obra

Todos os grupos de empresas para a sustentabilidade estão em setores ou regiões com grande potencial de negócios. É o caso da construção civil, que responde por **15% do Produto Interno Bruto** e é grande **geradora de empregos**. A relevância econômica é proporcional às possibilidades do setor em reduzir os impactos sociais e ambientais que provoca. Problemas como **poeira, ruído e disposição inadequada de resíduos**, além do **consumo em excesso de energia elétrica e de água** nos prédios, são questões que podem ser equacionadas pelas empresas. Muitas delas já buscam soluções no dia-a-dia dos negócios.

Diante desse cenário, vimos na construção civil uma oportunidade. Elaboramos, então, o **Real Obra Sustentável**, um novo modelo de relacionamento com as empresas que atuam no segmento. Uma das ações do programa foi a criação do **Guia de Boas Práticas na Construção Civil**, distribuído entre empresas do setor. O Guia contém informações sobre eficiência energética, conforto ambiental, conservação de água, seleção de materiais, saúde e conforto dos usuários, qualidade do empreendimento, gestão de resíduos; enfim, **questões sociais, ambientais e econômicas** ligadas aos empreendimentos imobiliários.

Além do Guia, também passamos a avaliar os critérios de sustentabilidade do projeto e da obra, medidos por meio de **vistórias técnicas, questionários**

e **estudos econômicos** realizados antes da liberação de financiamentos.

Para estimular o setor a implantar as boas práticas da sustentabilidade, criamos a **Placa Real Obra Sustentável** para diferenciar os empreendimentos que atingiram uma pontuação mínima, atendendo a uma série de critérios de **obras sustentáveis**, desde a fase do projeto até a de ocupação e uso do imóvel. As empresas envolvidas no programa passam por **avaliações periódicas** e recebem **laudos técnicos** com pontos fortes do empreendimento e **dicas de oportunidades de melhorias**.

Próximos passos

Queremos **ampliar** o número dos grupos de empresas para a sustentabilidade. Ainda existem muitos setores com os quais podemos **compartilhar experiências**. Estamos nos abrindo para **construir caminhos** com a sociedade. Também vamos fortalecer os grupos já existentes. Todos os aprendizados obtidos ao longo de 2007, por meio da **ampliação de possibilidades de negócios**, a partir do diálogo e das trocas, nos impulsionam a investir ainda mais em ações que deram certo e **ousar em iniciativas** que podem **promover intercâmbio**. Alcançaremos, assim, **novos ensinamentos, mais clientes e outras evoluções**. Diante desse novo cenário, cada vez mais todas aquelas empresas que forem bem-sucedidas em suas experiências internas serão estimuladas por nós a compartilhar seus aprendizados.

Uma inspiração obtida na SPFW, por exemplo, nos levou a criar o **Movimento Real**, que será desenvolvido em 2008. O projeto tem o objetivo de **aproximar** indivíduos, idéias e práticas e **impulsionar** a evolução sustentável das cadeias produtivas, promovendo ações que tragam **mais empreendedores para o mercado formal**.

Uma das ações será o apoio à **Semana Global de Empreendedorismo**, iniciativa internacional que pretende **inspirar jovens a tirar suas idéias do papel**. Esse evento acontece pela primeira vez no Brasil, e o Banco Real participa com atividades destinadas aos funcionários, aos clientes e ao público em geral. Um desses públicos em potencial é o de jovens estilistas da Fashion Week, que esbanjam **criatividade** ao confeccionar suas produções, mas ainda têm pouco **acesso ao crédito**. Temos a consciência de que a aceleração dos negócios sustentáveis depende de boas idéias e de soluções criativas – que podem ser impulsionadas pelo Banco.

No ramo da **construção civil**, pretendemos estender o projeto **Real Obra Sustentável**, que teve foco em São Paulo, em 2007, e no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, em 2008. Outra meta é lançar, no segundo trimestre, um produto de construção individual para pessoa física, com acesso a taxas que estimulem as obras que utilizem **práticas e soluções sustentáveis**.

Empreendimento Terra Nova, da **Rodobens/Encalço**, em São José do Rio Preto (SP), recebeu, em janeiro, a placa Real Obra Sustentável: um reconhecimento às boas práticas adotadas na construção.



A necessária viabilização
do microcrédito como
um produto rentável veio
com o aumento de escala:
em um ano, passamos de 11 mil
para 53 mil clientes. E ainda
há milhões de microempreendedores
por serem atendidos.

Inclusão com lucro

Ednilson Miguel dos Santos há dez anos
produz e vende tapetes de malha pelas
ruas e praças de Joinville (SC).
Ele recorreu à RealMicrocrédito
e conseguiu reorganizar as finanças.



Joinville, Santa Catarina.

Tema desta matéria

Negócios da base da pirâmide

Público de interesse

Sociedade

Outros públicos de interesse

Acionistas Clientes

Esta matéria na Internet

www.bancoreal.com.br

relatório de sustentabilidade 2007

inclusão com lucro

Matérias relacionadas a este assunto neste relatório

Mais crédito, mais responsabilidade :: p.42

Até investimento pode ser reciclável :: p.50

Conteúdo complementar na Internet

A mulher no microcrédito

Pelas mãos do AfroReggae

As palavras sublinhadas e acompanhadas deste símbolo ↗, nesta matéria indicam que mais informações sobre este assunto estão disponíveis em nosso site.

Digite-as no campo de busca.

As ações relatadas nesta matéria contribuem para o alcance dos seguintes Objetivos do Milênio:



O lucro é indissociável do negócio, inclusive quando estamos falando de microfinanças. Só depois de **cinco anos de investimento**, conseguimos, finalmente, atingir em 2007 o **ponto de equilíbrio** de nossas operações da RealMicrocrédito. Isso foi possível porque, em 2006, descobrimos como ganhar escala de clientes no segmento, único caminho para obtermos resultado concedendo crédito para microempreendedores. O processo de aprendizado foi árduo porque sempre tratamos o microcrédito ↗, **como um negócio**, não como um investimento social corporativo. Concentramos esforços na expansão das praças e na contratação de pessoas experientes nesse tipo de operação financeira.

Com uma equipe de mais de **250 agentes**, passamos a atender cerca de **200 municípios**. Até 2006, estávamos em 34 municípios, com 76 agentes. No período de um ano, entre dezembro de 2006 e 2007, nossa base de clientes saltou de 11,5 mil para **53,4 mil** – com uma carteira de crédito de **R\$ 57 milhões** –, e o número de agentes passou de 78 para 259. Estamos na posição de segunda maior empresa de microcrédito ↗ do País, atrás apenas do Banco do Nordeste.

Vencida a meta de tornar o microcrédito ↗ lucrativo, por meio do ganho da escala, logo nos impusemos outro desafio, ainda mais ousado. Queremos, agora, aprofundar mais o processo de atender a população que se encontra na base da pirâmide econômica, tornando ainda mais inclusiva nossa atuação em microfinanças. Com essa proposta, criamos, em 2007, o projeto Village Banking, cujo piloto está sendo testado com moradores da comunidade Jacamim, na ilha de Tauá Mirim, situada a uma hora de barco de São Luís, no Maranhão. No pequeno povoado, com 3 mil habitantes, estamos apoiando 14 microempreendedores, com empréstimos máximos de R\$ 500 para cada um (a média é de R\$ 300). A inspiração veio da metodologia do chamado “banqueiro dos pobres”, Muhammad Yunus, que venceu o Prêmio Nobel da Paz 2006 graças à criação de um eficiente sistema de microcrédito implantado em Bangladesh.

Uma das características desse banco comunitário é a concessão de um único crédito para um grupo de até 30 empreendedores. Ao contrário do sistema tradicional, em que o negócio é fechado individualmente, no Village Banking o aval é coletivo. **“O próprio grupo decide o valor do empréstimo para cada um dos participantes, pois, se um deles ficar inadimplente, a dívida é paga pelos demais”**, explica José Giovanni Porto Anversa, superintendente executivo da RealMicrocrédito.

Os obstáculos para levar o microcrédito ↗ para as localidades mais longínquas do Brasil são grandes. Muitas não têm sequer rede bancária. As dificuldades vão desde o acesso às comunidades – os agentes de São Luís têm de pegar uma moto, um barco e ainda andar a pé para chegar à Jacamim – até a adequação dos sistemas internos do Banco, estruturados para ter um devedor e um avalista para cada negociação de empréstimo e não 18.

Os desafios são enormes, mas estamos dispostos a encontrar uma maneira de superá-los, promovendo a melhoria das condições de vida do maior número possível de brasileiros e, ao mesmo tempo, assegurando a sustentabilidade do nosso negócio. A expectativa é de que, nos próximos dois anos, o projeto responda por **20% a 30% dos negócios da RealMicrocrédito**.

Contra a maré

O caminho, que hoje é bem-sucedido com as comunidades de menor renda dos centros urbanos, agora poderá dar certo também nas localidades brasileiras mais distantes.

A nossa meta será fazer com que esse projeto atinja a escala já obtida nas cidades maiores, onde, finalmente, alcançamos uma capacidade de negócios para transformar o alto custo operacional da carteira e as baixas taxas de juros, inerentes ao microcrédito ↗, em resultados positivos. “Provamos que **não éramos rentáveis porque não tínhamos escala** e que só teríamos o retorno necessário se houvesse mais investimento”, diz Anversa.

Diante da atual conjuntura econômica do País, cinco anos pode até ser considerado um período curto. No mundo das finanças, às vezes, é uma eternidade. Começamos a colher frutos agora porque nos antecipamos à legislação e tivemos a persistência de investir em microcrédito ↗, por acreditar nesse tipo de negócio como uma ferramenta de **distribuição de oportunidades** e, ao mesmo tempo, **geração de lucro**.

O “salto na vida” de Ednilson Miguel dos Santos, lá em Joinville, poderá ser dado, também, por muitos outros empreendedores de todo o País se a experiência de microcrédito que está em teste em Jacamim der certo.

Já existe um projeto para levar o banco comunitário a pequenos produtores rurais do entorno da Usina Sapucaia, empresa sucroalcooleira localizada em Campos (RJ). Apesar de ter a melhor produtividade da região (67 toneladas de cana por hectare), a produção da Sapucaia está 35% abaixo das usinas paulistas, devido à falta de investimentos após imprevistos como a enchente de 1997, seca e preços baixos em 2001 e chuvas intensas em 2004, 2005 e 2007. O programa prevê a parceria com a Usina Sapucaia, que fornecerá aos agricultores orientação técnica, mudas adequadas e garantia de compra de 100% da produção.

Tema desta matéria

Negócios da base da pirâmide

Público de interesse

Sociedade

Outros públicos de interesse

Acionistas
Clientes

Esta matéria na Internet

www.bancoreal.com.br

relatório de sustentabilidade 2007

inclusão com lucro

Matérias relacionadas a este assunto neste relatório

Mais crédito, mais responsabilidade :: p.42

Até investimento pode ser reciclável :: p.50

Conteúdo complementar na Internet

A mulher no microcrédito

Pelas mãos do AfroReggae

As palavras sublinhadas e acompanhadas deste símbolo, nesta matéria indicam que mais informações sobre este assunto estão disponíveis em nosso site. Digite-as no campo de busca.

As ações relatadas nesta matéria contribuem para o alcance dos seguintes Objetivos do Milênio:



Ednilson Miguel dos Santos , produtor de tapetes de malha.

A RealMicrocrédito, que atende as comunidades de grandes centros, como Joinville (SC), é feita com histórias como a de Ednilson Miguel dos Santos. Há dez anos, Santos percorre as ruas de Joinville vendendo os tapetes de malha que ele mesmo fabrica. Endividado por conta de despesas com o carro velho usado nas vendas e com o aluguel de um tear, Ednilson já pensava em mudar de atividade quando soube da RealMicrocrédito.

“O agente confiou em mim e não só conseguiu aprovação do crédito de que eu necessitava como ajudou a organizar meus documentos pessoais, que eu ainda não tinha.”



Próximos passos


A oferta de serviços direcionados a esses clientes é essencial para a **democratização do crédito**, a ampliação da distribuição de renda e a redução da informalidade na economia. Serve, também, como porta de entrada para milhões de pessoas aos serviços financeiros, cidadãos que, hoje, vivem à margem desses benefícios. Além disso, está em sintonia com a ambição de todo o sistema. A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) tem se empenhado em apoiar as iniciativas que ampliam a bancarização no País.

Até 2007, atingimos 53 mil clientes, de um universo de **19 milhões de microempreendedores**.

Nossa ambição é alcançar cada vez mais comunidades e seguir ampliando a escala, iniciativa importante tanto para viabilizar o negócio como para apoiar a aceleração das transformações sociais.

Para o Banco, o apoio ao microempreendedor é uma forma eficiente de investir na formação de novos clientes e na construção de um dos negócios que irá **compor a base da nossa rentabilidade amanhã**. E esse movimento não deve se resumir à modalidade de Microcrédito Produtivo Orientado. Nosso desafio, em 2008, é criar novos produtos de microfinanças, como cartões, seguros e consórcio, entre outros, especialmente desenhados para atender às necessidades das pessoas que estão na base da pirâmide. Assim, teremos mais condições de gerar resultados a partir da inclusão econômica e social dos brasileiros.

Favela de Paraisópolis, em São Paulo. Um mar de oportunidades para o microcrédito. Aqui, já emprestamos R\$ 500 mil, em 2007, totalizando 240 contatos.

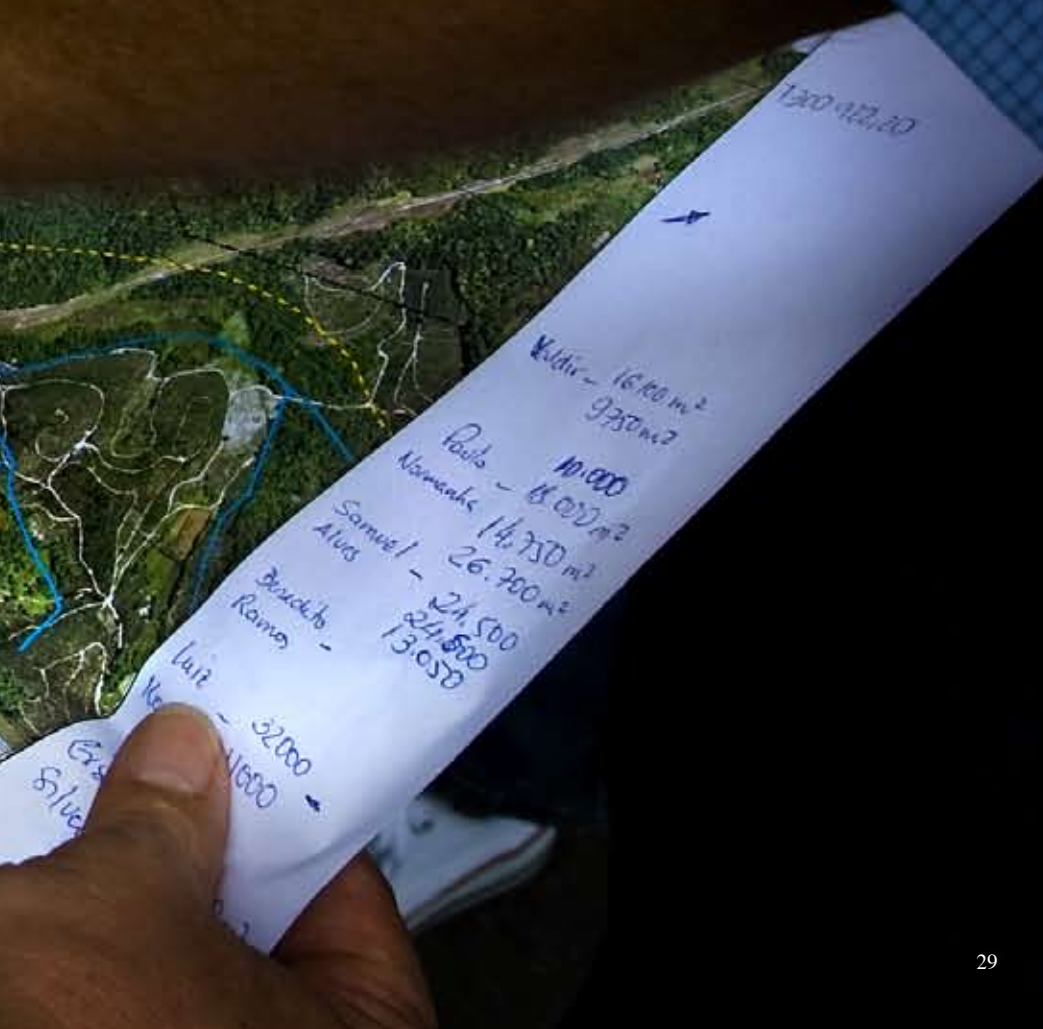


Técnicos e moradores examinam mapa da área de implantação do **Floresta Real**, que beneficiará 55 famílias e compensará nossa pegada ecológica.

Dinheiro de carbono


Mudanças climáticas,
para nós,
são oportunidades
de negócios.



Juquiá, no Vale do Ribeira (SP).






Kidric - 16.100 m²	9350 m²
Paulo - 10.000	10.000
Namens - 14.750 m²	26.700 m²
Samuel - 24.500	24.500
Alves - 13.050	13.050
Beuchto - 32.000	32.000
Ramô - 11.500	11.500
Luiz - 32.000	32.000
Erasmus - 11.500	11.500
Silveira - 11.500	11.500



Trabalhamos em várias frentes para transformar os conhecidos riscos das mudanças climáticas em oportunidades de negócios: fomos uma das primeiras instituições financeiras a intermediar as negociações do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL ) no Brasil. Temos programas para incentivar empresas a entrar no mercado de carbono, oferecendo apoio da concepção do projeto à venda dos créditos. Financiamos a produção de energia limpa e lançamos um fundo de *venture* capital voltado para negócios sustentáveis.

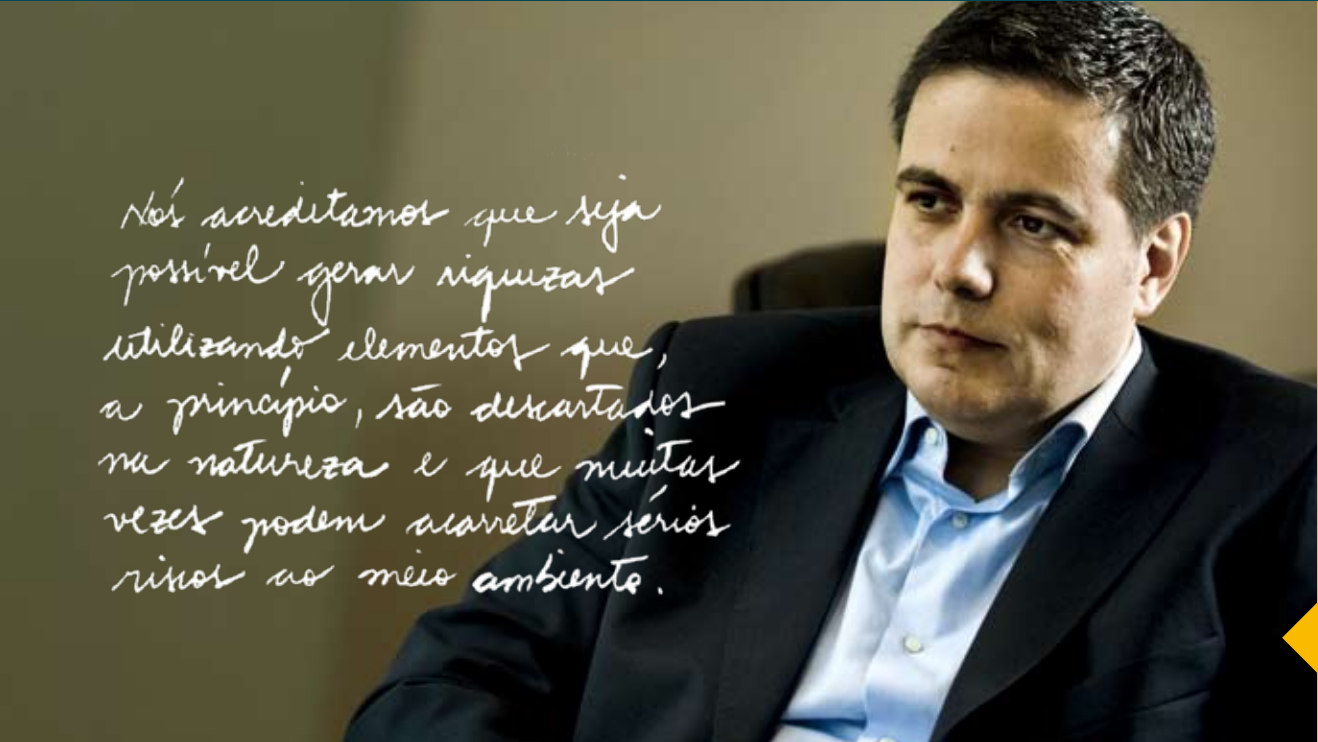
Em relação ao mercado de carbono, temos a faca e o queijo na mão: de um lado, clientes elaborando projetos para gerar créditos de carbono, os vendedores; de outro, os compradores, principalmente na Europa e no Japão, procurando os certificados de redução de emissões. **Nossa tarefa é unir as pontas, identificando quem quer comprar e quem quer vender**, e sermos remunerados pela intermediação, como em qualquer outra operação de moedas de câmbio. Em 2007, negociamos **383 mil toneladas em créditos de carbono**  e financiamos **R\$ 41 milhões em projetos de MDL** . Isso ainda é muito menos do que podemos.

O potencial de crescimento do Brasil nesse mercado, hoje liderado por outras economias emergentes (China e Índia), é enorme. O País detém 15% do *share* mundial de **MDL** , e, até novembro de 2007, havia emitido 13,8 milhões dos 91,8 milhões de toneladas de créditos gerados em todo o mundo.

Para capturar essas oportunidades, temos de superar até algumas barreiras culturais. “No Brasil, ainda temos a cultura das vantagens comparativas, geradas pela abundância de recursos naturais  do nosso País, mas precisamos mudar a atitude e transformá-las em vantagens competitivas”, afirma Antonio Lombardi, do nosso Departamento de Produtos para a Sustentabilidade . O plano de expansão nesse mercado reflete uma das estratégias de crescimento do Banco Real: investir, hoje, na construção de produtos e serviços inovadores.

Sódio verde



O dióxido de carbono (CO₂) produzido pelo processo de fermentação do álcool era liberado diretamente para a natureza, engrossando a quantidade de Gases do Efeito Estufa (GEE) emitidos pela indústria diariamente. Por outro lado, o processo produtivo do bicarbonato de sódio pressionava o consumo de fontes de energia não-renováveis. A criatividade uniu o útil ao agradável, na empresa paranaense Raudi. Ela interligou o seu processo produtivo ao de uma indústria sucroalcooleira da cidade de São Carlos do Avaí (PR)





Claudio Martínez-Insúa, diretor de planejamento da Raudi.

e passou a produzir bicarbonato de sódio a partir do CO₂ liberado na produção de açúcar e álcool. **O que era rejeito tornou-se matéria-prima**. O chamado bicarbonato de sódio verde é comercializado para as indústrias alimentícia, farmacêutica e de produção de ração animal. “Nós acreditamos que seja possível gerar riquezas utilizando elementos que, a princípio, são descartados na natureza e que muitas vezes podem acarretar sérios riscos ao meio ambiente”, disse Claudio Martinez, diretor de planejamento da Raudi. Para viabilizar o crescimento dos negócios da empresa, o Banco comprou, antecipadamente, **92,5 mil créditos de carbono**, equivalentes aos próximos cinco anos de atividades da empresa.

Créditos antecipados

Uma das nossas estratégias para estimular o aumento da participação do Brasil no mercado de MDL  é o pagamento antecipado dos créditos de carbono . A proposta é dar fôlego financeiro aos empreendedores, já que, depois de aprovados pela Organização das Nações Unidas (ONU), os projetos demoram, em média, **sete anos** para efetivamente gerar todos os créditos. **“Com a venda antecipada, é possível investir na ampliação dos negócios”**, disse José Fernandes Rio, diretor financeiro da Usina Cerradinho, de Catanduva, no interior paulista, com quem, em setembro de 2007, fechamos nossa primeira operação de

pagamento antecipado dos créditos de carbono , obtidos da co-geração de energia elétrica a partir da queima do bagaço da cana, subproduto resultante da fabricação de açúcar e álcool. A energia abastece o funcionamento da fábrica, e o excedente é vendido para a rede pública. Foram negociados **78 mil créditos de carbono** , o equivalente a **936 mil euros, referentes às produções de 2007 a 2009**. Alguns meses antes, já havíamos realizado outras duas operações com a usina pelo modelo tradicional. Elas diziam respeito às produções de 2005 e 2006, que renderam quase 100 mil créditos de carbono, o equivalente a 1,3 milhão de euros.

Ao contrário da Usina Cerradinho, que já estava com os projetos de MDL aprovados em todas as instâncias, quando tivemos nossas primeiras conversas com o Grupo Balbo, ainda havia muito a ser feito. Essa era uma situação que enfrentaríamos em outras ocasiões e que nos colocava diante da nossa limitação técnica para ajudar nossos clientes a identificar oportunidades para entrar no mercado. A saída foi desenvolver parcerias com consultorias especializadas. O projeto do Grupo Balbo, batizado Bioenergia, também evita a emissão do carbono com a geração de energia a partir da queima do bagaço da cana. Os 40 mil créditos de carbono produzidos pela Bioenergia foram vendidos por 665 mil euros.

O que é o MDL?

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) representa uma das formas de redução de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) previstas no Protocolo de Kyoto. O MDL, como é chamado, prevê que grandes emissões de GEE, principalmente CO₂, dos países do Anexo I do Protocolo de Kyoto (entre eles Estados Unidos e países europeus), todos industrializados e com metas rígidas de redução das emissões para cumprir, possam “compensar” a poluição comprando créditos de carbono de projetos de redução e de sequestro de CO₂ desenvolvidos nos chamados países emergentes (o Brasil está nesse grupo).

O MDL tem como objetivos **estimular a inovação e a adoção de tecnologias ecoeficientes e criar um novo mercado para as nações em desenvolvimento**. Ele já está movimentando as empresas de médio e grande porte do Brasil e de outros países, como Índia, China e Rússia.

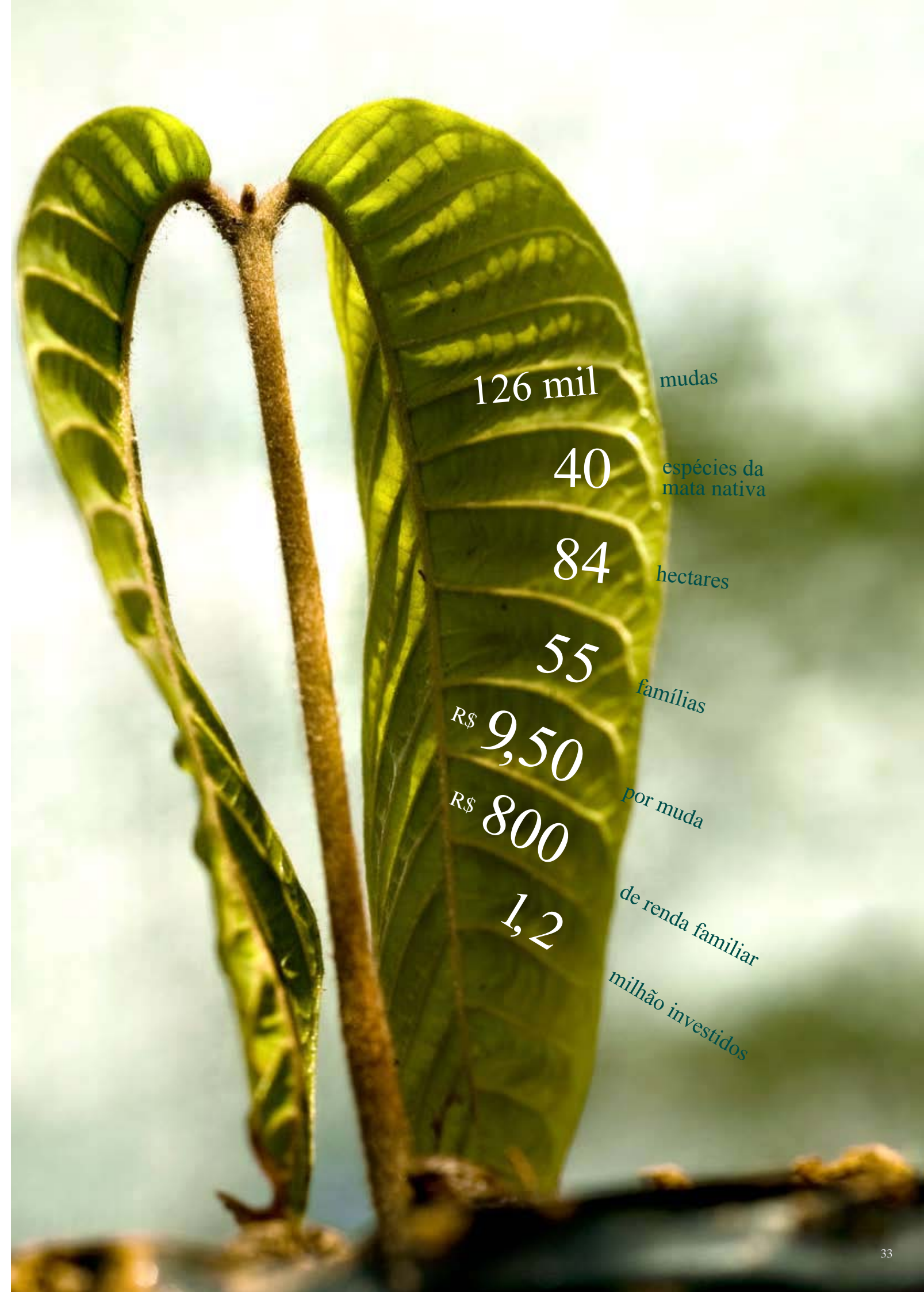
Quando financiamos projetos que ainda irão para o mercado, utilizamos os créditos de carbono como garantia. Ao fixarmos o preço, todos sabem quanto terão de pagar ou receber, facilitando a elaboração do fluxo de caixa. Os riscos também são reduzidos para todas as partes.

Próximos passos

O caminho da mudança já está em curso e não tem volta. Além dos setores que já preparam a maioria dos projetos de MDL, outros possuem grande potencial, como os de cimento, siderurgia, papel e celulose, alimentos e transportes. Na área florestal, por exemplo, existe uma forte perspectiva de mudanças. Atualmente, o Protocolo de Kyoto só reconhece os créditos de carbono concedidos para reflorestamento. Existem estudos, no entanto, para reconhecer a captação do carbono decorrente do “desmatamento evitado”, ou seja, a manutenção da floresta em pé. Se isso se confirmar, o Brasil estará em uma posição privilegiada para ganhar espaço no cenário mundial. Nós, do Real, esperamos contribuir para que essa e outras oportunidades se concretizem.

Criamos o **Fundo Floresta Real**, destinado a clientes Van Gogh, do segmento de alta renda. Parte dos créditos de carbono gerados com o plantio das 126 mil mudas da Floresta Real será usada como lastro do fundo. A inovação fica por conta do retorno na forma de certificados de créditos de CO₂ para pessoas físicas, que poderão ser negociados no mercado de carbono.

Outra iniciativa lançada em 2007 foi o Fines, fundo de venture capital voltado somente para gestão de negócios sustentáveis. Ele financiará planos de crescimento de empresas que descobriram oportunidades em segmentos como energia renovável, biodiesel, tecnologias ambientais, reciclagem e agricultura orgânica. “Queremos entrar como sócios, fazer a empresa crescer e, em cinco anos, vender a nossa participação”, afirmou Maurik Jehee, superintendente de Vendas de Crédito de Carbono. “A idéia surgiu da demanda do próprio mercado. Muitos clientes nos procuram dizendo que querem investir parte dos seus recursos em um fundo de maior risco, mas que faça o bem pela sustentabilidade.”



Tema desta matéria

Mudanças climáticas

Público de interesse

Meio Ambiente

Outros públicos de interesse

Acionistas
Clientes
Sociedade

Esta matéria na Internet

www.bancoreal.com.br

relatório de sustentabilidade 2007

dinheiro de carbono

Matérias relacionadas a este assunto neste relatório

Um cliente puxa outro :: p.16

Conteúdo complementar na Internet

Isopor reciclável

Geração pilhada

Energia com desempenho ambiental

As palavras sublinhadas acompanhadas deste símbolo, nesta matéria indicam que mais informações sobre este assunto estão disponíveis em nosso site. Digite-as no campo de busca.

As ações relatadas nesta matéria contribuem para o alcance dos seguintes Objetivos do Milênio:



Antes a gente trabalhava em regime de mutirão, mas não tinha renda, ninguém ganhava dinheiro. Agora não. Cada um está recebendo R\$ 800,00 por mês. Todo dia de pagamento é uma beleza.

Ednéia dos Santos, dona de uma das oito propriedades ligadas à preparação de mudas.

O agricultor Antônio Alves de Brito prepara mudas para o Floresta Real.



A nossa preocupação com o meio ambiente também está ligada com a redução de nossa própria pegada ecológica. E fazemos isso do nosso jeito: conseguimos compensar boa parte das emissões do Banco e, ao mesmo tempo, gerar trabalho e renda para 55 famílias, recompor a mata ciliar e recuperar a capacidade hídrica da bacia do rio Juquiá, no Vale do Ribeira, no interior de São Paulo. Há cerca de uma década, a comunidade de São Domingos nem sabia o que era banheiro. Moradores dos sítios encravados próximos ao rio sobreviviam do corte e da venda de palmito e banana. Oportunidades, na visão deles, passavam sobre as rodas dos caminhões que trafegavam pela rodovia mais próxima – a Régis Bittencourt (BR-101).

Medida pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a região ainda amarga os mais baixos indicadores

sociais de saúde, educação e desenvolvimento do Estado de São Paulo. Mas a situação já começa a mudar. São Domingos foi escolhida para ser o berço do projeto Floresta Real, que prevê o plantio de 126 mil mudas de 40 espécies da mata nativa, em 84 hectares de terras, para compensar as emissões diretas e indiretas do Banco. Pagamos R\$ 9,50 por muda, dos quais R\$ 1,50 é destinado à Pastoral da Criança, e o restante é destinado às famílias que preparam as mudas. “É uma área que, hoje, está devastada e degradada e dará lugar a uma floresta perene. E nesse conceito vamos usar uma metodologia de florestamento de MDL para ter créditos de carbono”, afirmou Victor Hugo Kamphorst, de nossa equipe socioambiental.

Jefferson Zinneck, gerente da agência do Shopping Jardim Sul, percorre um condomínio atendido pelo projeto de coleta seletiva que ele mesmo criou.



O poder da contaminação

Levamos a visão de sustentabilidade para dentro de nossas agências. Com isso, fortalecemos nossa cultura e nosso negócio.

Tema desta matéria

Mobilização interna

Público de interesse

Público Interno

Outros públicos de interesse

Acionistas
Meio Ambiente
Sociedade

Esta matéria na Internet

www.bancoreal.com.br

relatório de sustentabilidade 2007

o poder da contaminação

Matérias relacionadas a este assunto neste relatório

Próximos passos da sustentabilidade :: p.08

Um cliente puxa outro :: p.16

Compromisso de todos :: p.38

Mais crédito, mais responsabilidade :: p.42

Conteúdo complementar na Internet

Sem tabus

Nem sexo frágil, nem mulher maravilha

O Japão é logo ali

Pelo direito de ir e vir

Prêmio para as boas idéias

As palavras sublinhadas e acompanhadas deste símbolo, nesta matéria indicam que mais informações sobre este assunto estão disponíveis em nosso site. Digite-as no campo de busca.

As ações relatadas nesta matéria contribuem para o alcance dos seguintes Objetivos do Milênio:



Efeito dominó

Cada vez mais, as empresas investem em ações para engajar seus funcionários. Nós acreditamos que o objetivo maior da sustentabilidade é fazer com que **cada indivíduo viva melhor**, sem perder de vista que ele é, também, sujeito do processo de transformação. **Só o engajamento individual permitirá a construção de um caminho coletivo de mudança.** O programa de disseminação interna não se limitou ao Varejo. Envolveu, ainda, as atividades de suporte, como Auditoria, Desenvolvimento Humano e Jurídico. Os avanços pós-sensibilização foram evidentes também entre os funcionários desses setores. A visão de sustentabilidade foi incorporada no foco dos negócios da vice-presidência de Tesouraria e Produtos. Cerca de 590 funcionários das nove áreas ligadas à diretoria foram capacitados. Os resultados superaram as expectativas.

A Diretoria de Produtos, por exemplo, criou o “Check List de Sustentabilidade e Inovação”, um sistema operacional em forma de planilha, com lista de 24 perguntas, divididas em quatro blocos – people (pessoa), planet (planeta), profit (lucro ou rentabilidade) e inovação –, para ajudar na criação e gestão de produtos. Com esse procedimento aparentemente simples, mas ainda pioneiro no setor financeiro, a preocupação com as três dimensões da sustentabilidade já está presente desde a concepção dos produtos.

Próximos passos

Nosso objetivo é dar continuidade às ações educativas e treinamentos dos funcionários do Banco no tema, por meio de encontros presenciais, oficinas e e-learning. Os funcionários que participaram dos módulos do Programa de Formação de Líderes em Sustentabilidade realizados em 2007 também continuarão o processo de cascadeamento para as áreas dos conteúdos aprendidos. Além disso, daremos foco às iniciativas de educação continuada (palestras, encontros, conferences com especialistas, entre outras) com o objetivo de incentivar cada vez mais a integração da sustentabilidade no dia-a-dia dos negócios.

Cada um de nossos 33 mil funcionários tem um poder multiplicador. Certo dia, Jefferson Zinneck, gerente-geral da agência Shopping Jardim Sul, em São Paulo, ficou revoltado com uma senhora que jogou lixo no chão de um condomínio de luxo do bairro sem o menor constrangimento. Comentou o episódio com um cliente. Da conversa surgiu a idéia: **desenvolver um projeto de reciclagem nos condomínios residenciais e comerciais do Morumbi.** O resultado foi melhor do que o esperado.

O Recicla Morumbi, logo ganhou a adesão de moradores, associações, empresários e subprefeitura. Foram realizadas caminhadas pelo bairro para divulgar a idéia e conscientizar a população. Seis meses depois, uma comissão havia montado o projeto com toda a estrutura empresarial. Os processos foram terceirizados. Criou-se uma cooperativa de catadores de lixo, que está gerando trabalho e renda para dezenas de moradores do entorno e, em dezembro de 2007, o Recicla Morumbi, já fazia a coleta seletiva em 100 dos 300 condomínios do bairro.

Jefferson foi um de nossos 2 mil gerentes de agências que participaram dos cursos de **Formação dos Líderes de Varejo**, programa de disseminação interna da sustentabilidade que incluiu temas como visão sistêmica, direitos humanos, reciclagem de lixo, economia de recursos naturais, redução de impressão de papel e as ações do Banco para o processo de transformação da sociedade. Desses encontros, todos saíram com a missão de **transmitir o que aprenderam aos colegas** para reforçar nossa identidade com o tema e **inserir a sustentabilidade no dia-a-dia de todos.**

Tema desta matéria

Mobilização interna

Público de interesse

Público Interno

Outros públicos de interesse

Acionistas
Meio Ambiente
Sociedade

Esta matéria na Internet

www.bancoreal.com.br

relatório de sustentabilidade 2007

o poder da contaminação

Matérias relacionadas a este assunto neste relatório

Próximos passos da sustentabilidade :: p.08

Um cliente puxa outro :: p.16

Compromisso de todos :: p.38

Mais crédito, mais responsabilidade :: p.42

Conteúdo complementar na Internet

Sem tabus

Nem sexo frágil, nem mulher maravilha

O Japão é logo ali

Pelo direito de ir e vir

Prêmio para as boas idéias

As palavras sublinhadas e acompanhadas deste símbolo, nesta matéria indicam que mais informações sobre este assunto estão disponíveis em nosso site.

Digite-as no campo de busca.

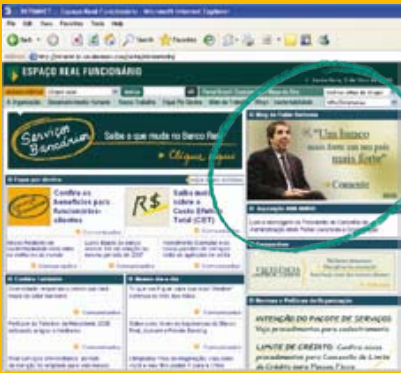
As ações relatadas nesta matéria contribuem para o alcance dos seguintes Objetivos do Milênio:



Nosso DNA à prova

Nenhum acontecimento recente foi mais importante para colocar à prova nossas relações do que **a venda do ABN AMRO** para o consórcio formado pelos bancos RBS, Fortis e Santander. Nosso jeito de ser e fazer negócios, com transparência, coerência e objetividade, deparou-se com a necessidade de manter nossos funcionários bem informados sobre cada passo do processo de negociação. Alguns questionamentos logo surgiram: como ser transparente

e não criar expectativas que eventualmente não se cumpram? Como manter o respeito e a transparência sem saber quem será o novo gestor? E como ser honesto diante do desejo de não deixar as pessoas angustiadas, sentimento tão típico de um momento como esse? **Decidimos fazer como sempre. Falamos a todos sobre o que sabíamos e fomos claros ao dizer o que não sabíamos.** De todas as ferramentas de comunicação utilizadas – comunicados e revistas, entre outros –, a principal delas foi o “Blog do Fabio Barbosa”, no ar desde maio de 2007. Via de mão dupla, o blog imprimiu um ritmo de interatividade e agilidade, servindo também de termômetro para avaliar o clima interno. A página recebeu muitas mensagens de confiança no futuro.



Blog do Fabio Barbosa na intranet do Banco Real.



Agência Faria Lima do Banco Real,
em São Paulo.

Os clientes que não estiverem
satisfeitos com algum procedimento
do Banco contam, agora, com
um novo canal para registrar
a reclamação: a Ouvidoria.

Encaramos o desafio de **reduzir**
as reclamações de nossos clientes
como oportunidade de melhorar
nossos processos e de estreitar relações.

Compromisso de todos



Durante três meses, Silmara Silene Simões, nossa cliente há mais de dez anos, foi à agência da rua Sílvio Romero, no Tatuapé, com a mesma reclamação: estava pagando por um produto que não havia solicitado. “Como podem descontar um valor de anuidade de um cartão de crédito que nem foi desbloqueado?”, questionava. Silmara ligou para a Central de Atendimento ao Cliente e foi orientada a procurar o gerente. “Alguns dias depois, os valores eram estornados, mas o problema nunca estava solucionado e se repetia a cada mês”, conta. Foi então que ela resolveu acionar nossa Ouvidoria , criada em 2007, como resposta à determinação do Conselho Monetário Nacional (CMN), que obriga todas as instituições financeiras a manter a área. “O meu caso foi resolvido dentro do prazo estabelecido e previsto”, comemora.

A reclamação de Silmara foi uma das **6.198 recebidas pela Ouvidoria**, de outubro, quando começou a funcionar, a dezembro de 2007. Dessas, **4.415 foram encaminhadas ao SAC** , e outras **1.783 foram atendidas pela própria Ouvidoria** . Com a exigência do Banco Central, antecipamos a decisão de criar a área. Nossa Ouvidoria , é resultado de um avanço na qualidade do relacionamento com o cliente, Banco Central, unidades do Procon, Ministério Público, órgãos de imprensa e a sociedade em geral.

A iniciativa faz parte de nosso empenho em **mobilizar todos os funcionários** para reverter um quadro que nos incomoda bastante: as reclamações recorrentes sobre demora para encerrar contas correntes, falta de agilidade para retornar solicitações e para dar baixa na quitação de veículos financiados, entre outras, que nos levam a freqüentar o ranking mensal do Banco Central . Nossos esforços já começam a dar resultados concretos, e a evolução é significativa, mas o fato é que não estamos imunes a figurar no ranking e ainda há muito a fazer. Mais do que estatísticas, os clientes insatisfeitos nos preocupam verdadeiramente como pessoas que, por alguma razão, não vivenciaram uma experiência positiva conosco.

Questão de honra

Com os demais canais de relacionamento, como a rede de agências, o Disque Real, o Real Internet Banking e o Serviço de Apoio ao Cliente , a Ouvidoria , exerce um papel importante ao **monitorar e estimular as áreas para a melhoria de nossos processos e a disciplina nas execuções**. Para acelerar a implementação das correções, um passo decisivo foi a criação do Comitê de Ouvidoria , que mobiliza diretores de diversas áreas. “As soluções passam pelo aperfeiçoamento de processos e pela mudança de atitude”, diz Gislaïne Gallette, gestora de Atendimento e Relações Institucionais da Ouvidoria .

Um exemplo de transformação significativa foi a inclusão da Aymoré Financiamentos no escopo do Serviço de Apoio ao Cliente . Isso ocorreu por meio da equipe de gestão de pessoas que atua na área de Sugestões e Reclamações. Antes, os clientes da financeira eram atendidos pela Central de Relacionamento da própria Aymoré. A alteração no processo trouxe mais agilidade para a resolução das falhas. Acreditamos que todos esses canais devem atuar em sinergia para que o cliente se sinta ouvido, tenha seus problemas resolvidos e, se necessário, seja defendido.

Um dos nossos desafios é justamente o de continuar incentivando nossos clientes a colocar seus problemas, reclamações ou sugestões e nossos funcionários a registrar tais informações, pois é aí que temos a oportunidade de efetuar processos de melhoria continuamente. “Fazemos dos nossos erros uma **oportunidade de aperfeiçoamento**, inovação e de nos aproximarmos ainda mais de nossos clientes”, afirma Fernando Martins, diretor-executivo de Estratégia da Marca e Comunicação Corporativa .

Próximos passos

Além dos planos de ação elaborados a partir do Comitê de Ouvidoria , temos investido em iniciativas para a melhoria de processos e aproximação com o cliente. Entre as principais novidades, destaca-se o programa Funcionário, Nosso Cliente mais Exigente. Com ele, queremos estimular nosso público interno a se manifestar como cliente, apontando aspectos a serem melhorados. Assim, além de aperfeiçoar processos e serviços, passamos, também, a ter consciência de como gostaríamos de ser tratados e a aplicar essa visão em todas as áreas, mantendo sempre o foco no cliente. Afinal, acreditamos que funcionários satisfeitos geram clientes satisfeitos.

Sabemos que mudanças definitivas só serão possíveis com a participação de todos. “A Ouvidoria e o SAC representam para nós uma oportunidade de ouvir, entender e acompanhar, de forma autônoma, as necessidades de nossos clientes, mas é somente com esforço e mobilização de todas as outras áreas que vamos transformar nossa realidade atual”, diz Gizelda.

*Resolver esse impasse
tomou-se uma questão de honra
para nós. Essa situação
não condiz com nosso
jeito de ser.*

Tema desta matéria

Satisfação dos clientes

Público de interesse

Clientes

Outros públicos de interesse

Acionistas
Sociedade
Público Interno

Esta matéria na Internet

www.bancoreal.com.br

relatório de sustentabilidade 2007

compromisso de todos

Matérias relacionadas a este assunto neste relatório

Inclusão com lucro :: p.22

Mais crédito, mais responsabilidade :: p.42

Conteúdo complementar na Internet

A voz dos clientes

As palavras sublinhadas e acompanhadas deste símbolo, nesta matéria indicam que mais informações sobre este assunto estão disponíveis em nosso site. Digite-as no campo de busca.

As ações relatadas nesta matéria contribuem para o alcance dos seguintes Objetivos do Milênio:



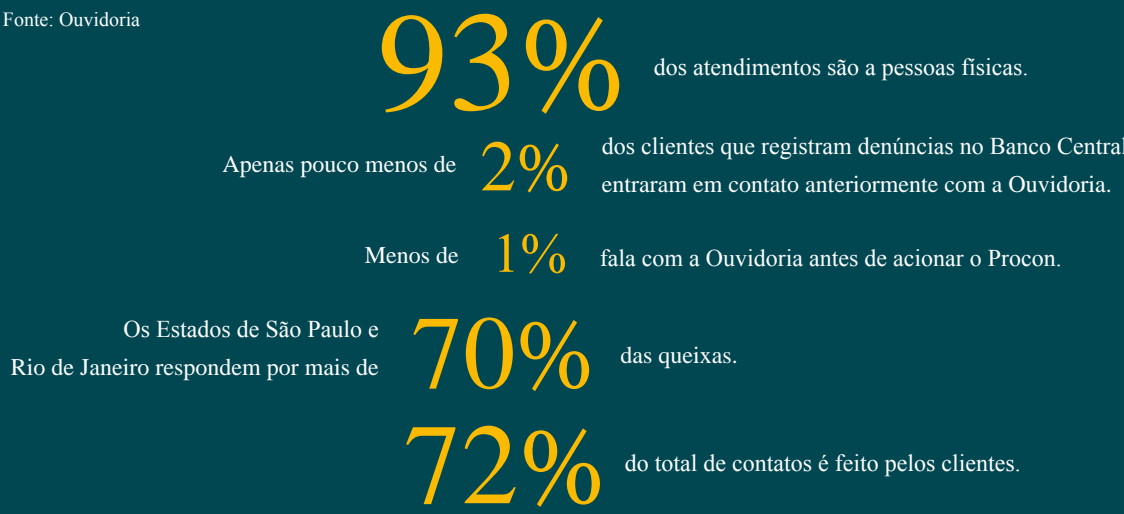
Trabalhamos para
que cada cliente
se sinta valorizado
e satisfeito com a
resolução do seu caso,
como aconteceu com Silmara.

Silmara Silene Simões ,
nossa cliente há mais
de dez anos.

Os clientes que não estiverem satisfeitos com algum procedimento do Banco, após passar pela agência e pelo atendimento do Serviço de Apoio ao Cliente (SAC), contam, agora, com uma terceira instância para registrar a reclamação: a Ouvidoria.

Raio X

Fonte: Ouvidoria





Maria Rita Moreira entre colegas, nos corredores da Universidade Católica Dom Bosco. Ela financia o pagamento do curso de Agronomia com o apoio do programa Real Crédito Graduação.

Mais crédito, mais responsabilidade

A crise no mercado imobiliário americano reforça nossa convicção de que a ampliação da oferta de crédito só é saudável quando acompanhada de cuidados para que os clientes utilizem os produtos certos na medida certa.



O mundo acompanha apreensivo a crise no mercado financeiro americano. A concessão de créditos imobiliários sem rigor resultou no aumento expressivo da inadimplência dos credores *subprime* – hipotecas concedidas a pessoas físicas de elevado risco de crédito – e foi o estopim da turbulência que abalou alguns dos mais importantes bancos, corretoras e companhias imobiliárias internacionais dos Estados Unidos. As perdas, em 2007, somaram mais de **US\$ 70 bilhões**. O dólar, quem diria, que já perdera espaço, há algum tempo, para o euro, tremeu de vez.

Ainda que não tenha feito grandes estragos internacionais, a crise americana ecoa mundo afora e provoca uma reflexão mundial sobre os sistemas de crédito. Espera-se que desencadeie uma postura mais responsável dos bancos. As instituições tendem a endurecer as condições exigidas do tomador para reduzir os empréstimos de risco. A receita para evitar esse tipo de crise financeira, além da regulamentação eficiente e a fiscalização rigorosa, já tem sido adotada pelo Banco Real. **É o crédito responsável, no qual a responsabilidade da concessão dos recursos é sempre das duas partes: de quem toma e, principalmente, de quem concede.**

Essa já é a nossa postura há um bom tempo. A prova mais recente disso foi o próprio crescimento do Banco, em 2007, fortemente sustentado pela ampliação em 33% da carteira de crédito, o que, no entanto, não afetou nosso índice de inadimplência. Ele manteve-se, como de costume, abaixo da média de mercado e fechou 2007 em 2,8%.

Só para emergências

Nosso bom desempenho não nos exime de responsabilidades. Ao contrário, é fruto dessa postura. Temos intensificado ao longo do tempo nossas ações de conscientização financeira. Em 2007, por exemplo, lançamos campanha em mídia de massa sobre o uso adequado dos dez dias sem juros do Realmaster . Funcionários e clientes foram convidados a participar da campanha que comunicava diariamente, durante dez dias, diversos aspectos do produto – um deles, que, a partir do 11º dia de uso do Realmaster , a conta deve ser coberta para que o correntista não venha a arcar com os juros de todo o período, como prevê o contrato.

O Realmaster foi criado para ser usado em casos de emergência ou imprevistos, e o nosso desafio é mostrar aos nossos clientes que temos outras linhas de crédito mais adequadas para aqueles que sabem que vão precisar de mais prazo para o pagamento. “Muitas vezes, **há uma distorção do uso do produto, e nós temos obrigação de esclarecer** e até nos antecipar às dúvidas. Dessa maneira, garantimos a saúde financeira dos nossos clientes e um relacionamento de longo prazo com eles”, diz nosso gerente de *marketing* Daniel Schor.

Quando resolveu trocar de banco, há três anos, a atriz e cantora Yvette Matos foi atraída para o Banco Real pelo Realmaster . “É um serviço simpático e extremamente útil”, define ela, que participou da campanha. Yvette sempre usa os dez dias sem juros para adiantar o pagamento dos músicos que trabalham com ela. “Às vezes, vou receber dias depois, mas, com o Realmaster , posso acertar antes com os músicos. **O sistema é muito útil, mas sempre fico atenta para não passar dos dez dias.**”

De olho na saúde financeira dos nossos clientes de amanhã, em 2007 criamos no *site* Brincando na Rede , o canal “Quanto Vale”. O conteúdo foi desenvolvido pela autora de livros infantis Cristina Von, com a participação do Instituto Akatu, especializado em temas ligados ao consumo consciente. O espaço ensina os primeiros passos da educação financeira em linguagem divertida e dinâmica. Mais próximos de ter uma vida financeira ativa, os universitários , do programa Real Crédito Graduação também aprendem a lição. **O sistema foi criado para caber no bolso dos estudantes.** O aluno financia cada semestre em até 60 meses e pode chegar ao final do curso com mais de **80 meses**

do crédito no Brasil, fruto de um ciclo virtuoso de nossa economia, colocam para o mercado interno um grande desafio: aumentar os níveis de acesso ao crédito, sem colocar em risco bancos e clientes. É inegável que o crédito impulsiona o desenvolvimento do País, seja na ponta do consumo, seja na dos investimentos na produção. Os financiamentos à construção civil, por exemplo, apoiaram o crescimento de **3,4% no nível de emprego do setor**, o que, por sua vez, impactou o PIB, que cresceu 5,4% em 2007. Nesse ambiente, as instituições financeiras têm o desafio de encarar a necessidade de orientar o público exaustivamente sobre tarifas, juros e linhas de



Maria Rita Moreira, 24 anos, estudante do sétimo semestre do curso de Agronomia da Universidade Católica Dom Bosco.

financiados, mas o valor não pode ultrapassar 50% do preço da mensalidade da faculdade. **“Depois que o meu pai faleceu, pagar a faculdade ficou complicado, por isso aderi ao programa. Meus planos são me formar, trabalhar e quitar a dívida com redução de juros o mais rápido possível”**, conta Maria Rita Moreira, 24 anos, estudante do sétimo semestre do curso de Agronomia da Universidade Católica Dom Bosco, onde um projeto-piloto está sendo desenvolvido.

Próximos passos

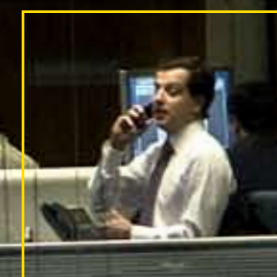
O cenário internacional pintado com as carregadas cores da crise americana e o crescimento acelerado

financiamentos e investimentos, especialmente nos momentos em que a oferta de crédito é abundante e atrai clientes que não estão acostumados a usar esses produtos e serviços. A incapacidade de pagar as dívidas não é sustentável nem para os clientes, nem para nós. “Culturalmente, aprendemos que ficar endividado é ruim, porém, fazer um financiamento para comprar um carro, uma casa ou qualquer outro bem é válido. **O problema não é ter dívidas, e sim não ter capacidade de pagamento dessa dívida**”, afirma Carlos Nomoto, superintendente de Desenvolvimento Sustentável. Por isso, o que, de início, pode representar a perda momentânea de receita, para nós significa, de fato, a certeza de uma relação rentável de longo prazo com nossos clientes.



11:54 Bush quer interromper aumento de emissões de CO2 até 2025

THUP4	43,91	44,00	44,00
BDDC4	55,70	53,90	54,32
USIN5	99,25	99,99	100,68
ITAU4	42,85	43,92	44,42



Eduardo Azevedo, sócio da Convenção Corretora, participou do programa Sustentabilidade & Tesouraria, que realizou rodadas de diálogo e mudou os critérios de avaliação de 23 corretoras.



Pregação no deserto?

Aceitamos o desafio de falar de sustentabilidade e de longo prazo para as CORRETORAS porque queremos ampliar a visão do mercado de capitais.



O compromisso de apresentar resultados financeiros diários no fechamento de cada pregão faz das corretoras de valores , ambientes com preocupações urgentes e imediatas. Passam pelo dia-a-dia dos operadores, por exemplo, a volatilidade das bolsas por conta da crise do mercado imobiliário americano, o sobe-e-desce do dólar e o aquecimento do mercado de capitais brasileiro, que teve novo recorde de abertura de capital de empresas em 2007. Foi para os líderes dessas corretoras que levamos o desafio de pensar a sustentabilidade como estratégia do negócio. Por quê? Para disseminar ainda mais uma atuação comprometida com a sustentabilidade no mercado de capitais, o grande alavancador do desenvolvimento (sustentável ou não) das empresas e das economias.

O programa Sustentabilidade & Tesouraria surgiu de um desafio interno colocado para a área de Tesouraria. “Quando fomos chamados a desenvolver projetos e planos de ação voltados para o gerenciamento da inclusão da sustentabilidade, ficamos apreensivos. Parecia impossível. **Como atender à solicitação, se trabalhamos atrás de uma mesa e não temos relação direta com o cliente?”**, conta Danielle Fantossi, gerente de negócios da Tesouraria. “Depois de uma grande reflexão, decidimos trabalhar com quem mais temos contato: as corretoras de valores .”

Passamos a adotar critérios de sustentabilidade na qualificação das corretoras de valores , que operam com nossa área de Tesouraria. Agora, além dos aspectos de crédito e compliance, utilizamos, também, indicadores sociais, ambientais e de governança para analisar o grau de excelência e risco das corretoras e determinar o quanto elas trabalharão com o Banco. Em parceria com as principais instituições do mercado financeiro – Associação Nacional do Mercado Financeiro (Andima), Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) –, formamos um grupo de sustentabilidade para aperfeiçoar conhecimentos e trabalhar na disseminação de práticas da sustentabilidade no mercado de capitais brasileiro.

“Achava que era balela”

A iniciativa, pioneira no mercado financeiro, começou em 2006, com a inclusão progressiva de 23 corretoras em rodadas de diálogos sobre sustentabilidade nos negócios. O passo seguinte foi orientá-las sobre nosso Modelo de Gestão e Relacionamento com Fornecedores. Depois, as convidamos a aplicar o Questionário de Qualificação (IQF), espécie de auto-avaliação que inclui critérios sociais, ambientais e de governança. Desde setembro de 2007, esses critérios passaram a determinar a frequência de atividades com que as corretoras trabalham com o Banco Real, obedecendo a uma política de rodízio que beneficia as mais bem pontuadas. Ao privilegiar as empresas com melhor performance em sustentabilidade, estimulamos as que estão nas faixas inferiores a melhorar para realizar mais negócios conosco. “Esse processo não é eliminatório, pois é repetido periodicamente, para oferecer aos nossos parceiros chances de melhorar seus indicadores”, diz Glória Gonçalves, coordenadora da área de Gestão e Relacionamento com Fornecedores. Para assegurar a transparência e a ética nas relações, adotamos um ranking “cego”, em que as corretoras sabem qual é a sua posição, mas não conhecem a classificação das demais.

“A iniciativa do Banco nos ajudou a acelerar nosso processo de melhorias da governança corporativa. Hoje, já estamos com procedimentos definidos, embora ainda tenhamos muito a melhorar”, disse Eduardo Azevedo, sócio da Convenção Corretora de Valores e Câmbio. “Além disso, adotar práticas sustentáveis faz a gente evoluir não só como empresa, mas como pessoa. **Esse processo me fez pensar na qualidade de vida dos meus filhos no futuro.** Sem dúvida, foi uma iniciativa pioneira e que pretendemos levar para a relação com outros bancos.”

Essa disseminação não é recente. Começamos a conscientizar nossos fornecedores em 2001. Giuseppe Bruno Filho, diretor da Sudeste Engenharia, nosso parceiro na construção e reforma de agências e áreas administrativas, foi um dos estreadores na 15ª edição do Fórum de Fornecedores, realizada em outubro de 2007. Para ele, a incorporação de práticas sustentáveis ao negócio era “balela”. “Hoje, estamos conscientes de que esse é um caminho sem volta. É uma questão de sobrevivência. Se, num primeiro momento, é preciso mais investimentos, logo se percebe a conquista de um diferencial competitivo”, diz. A Sudeste Engenharia foi um dos 118 fornecedores, de diferentes portes e segmentos, que formaram mais um grupo de empresas mobilizado para integrar as questões sociais, econômicas e ambientais às estratégias de negócios.

Próximos passos

As mudanças entre as corretoras ainda são estruturais, de impacto interno e sem reflexo na orientação dos grandes volumes de investimento. O mais importante, no entanto, é que o tema penetrou em uma zona onde imperam os resultados econômicos. O próximo passo do Sustentabilidade & Tesouraria será a consolidação do recém-criado grupo setorial – constituído de corretoras, bancos e órgãos correlacionados – para discutir sustentabilidade de forma mais ampla e inclusiva no mercado de capitais.

A Andima, Bovespa e BMF participaram da primeira reunião para organizar o grupo. “Achei muito interessante a iniciativa, e o que mais me chamou a atenção foi que as pessoas presentes na reunião não eram da área de responsabilidade social, como sempre acontece nesse tipo de encontro. Eu costumo dizer que, normalmente, a gente prega para convertidos. Lá, tínhamos muitas almas para converter. **E o melhor é que eram tomadores de decisão, o que facilita todo o processo de implementação de novas políticas na empresa**”, diz Sônia Bruck Pereira, coordenadora de responsabilidade social da Bovespa.

Tema desta matéria

Cadeia de valor

Público de interesse

Fornecedores

Outros públicos de interesse

Acionistas

Esta matéria na Internet

www.bancoreal.com.br

relatório de sustentabilidade 2007

pregação no deserto?

Matérias relacionadas a este assunto neste relatório

Próximos passos para a sustentabilidade :: p.08

Temos urgência :: p.12

Um cliente puxa outro :: p.16

Conteúdo complementar na Internet

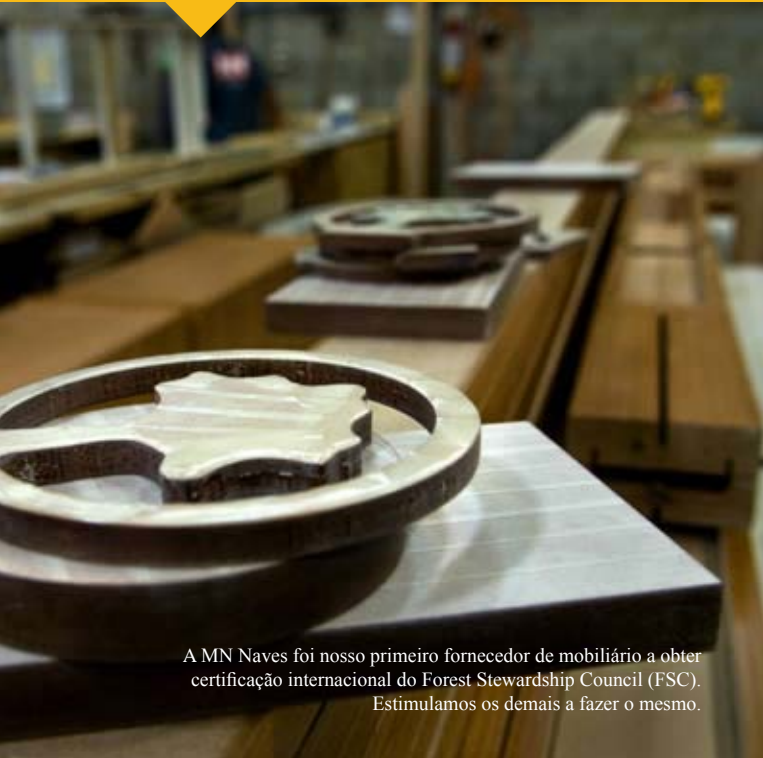
Fornecedores aprimoram
nosso modelo de gestão

As palavras sublinhadas e acompanhadas
deste símbolo , nesta matéria indicam
que mais informações sobre este assunto
estão disponíveis em nosso site.
Digite-as no campo de busca.

As ações relatadas nesta matéria contribuem
para o alcance dos seguintes Objetivos do Milênio:



A iniciativa
do Banco Real nos
ajudou a acelerar
nosso processo
de melhorias
da governança
corporativa,
afirma Eduardo Azevedo.



A MN Naves foi nosso primeiro fornecedor de mobiliário a obter
certificação internacional do Forest Stewardship Council (FSC).
Estimulamos os demais a fazer o mesmo.



Móveis também podem ser sustentáveis

A escolha de nossos fornecedores leva em conta nossa
preocupação com a devastação na Amazônia,
que, de acordo com Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
(Inpe), atingiu os 7 mil quilômetros quadrados, em 2007.

Para estimular e apoiar nossos fornecedores
de mobiliário a obter a certificação de cadeia de custódia
Forest Stewardship Council (FSC) – o conselho internacional
que chancela o processo de rastreabilidade da cadeia
produtiva para assegurar que a matéria-prima é oriunda
de um bom manejo florestal –, organizamos seminários,
promovemos discussões sobre o tema e fizemos uma parceria
com o Instituto de Manejo e Certificação Florestal

e Agrícola (Imaflora) para a redução dos custos
do processo. Além disso, criamos uma linha
de financiamento específica, com valores e taxas
diferenciados. Entre os seis fornecedores
que aceitaram o desafio, a MN Naves é a primeira
a atingir o objetivo. “Nasci em uma marcenaria
e sei o quanto desperdiçávamos material
e agredíamos a natureza antes da certificação”,
diz Ernesto Grotto Naves, sócio da empresa.

Naves conta que o processo de obtenção
da certificação é rígido, trabalhoso e exigiu grandes
mudanças. O retorno dos investimentos para
a certificação – que incluiu novos processos logísticos
e operacionais, além do aumento do quadro de funcionários
– virá, prevê Naves, com a abertura de um novo mercado.

Até investimento pode ser reciclável

Melhor do que doar dinheiro a fundo perdido é capacitar a gestão das cooperativas, torná-las auto-sustentáveis e recuperar os recursos para apoiar outras organizações.

José Milton dos Santos
é um dos catadores
beneficiados pelo programa
Investimento Social Reciclável.



Desenvolvemos nosso próprio modelo de ação social: apoiamos os projetos a se tornar **auto-sustentáveis**, a caminhar pelas **próprias pernas** e a **retornar o nosso investimento** para que seja reaplicado em outros projetos.

Coincidência ou não, a nossa idéia de “reciclar” o investimento começou a ser colocada em prática com uma nova categoria profissional, que surgiu em decorrência da pobreza e da falta de oportunidades no Brasil: os catadores de materiais recicláveis. Quando esses trabalhadores começaram a surgir no cenário urbano das grandes cidades, eram freqüentemente confundidos com mendigos. Afinal, tinham de revirar o lixo em busca de papel, papelão, latas de alumínio e garrafas pet. Hoje, a atividade é reconhecida pelo Ministério do Trabalho e conta com uma entidade de classe – o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – que representa cerca de 200 mil pessoas. A ação dos catadores é fundamental para a sobrevivência das grandes cidades brasileiras, que têm sistemas precários de coleta seletiva de lixo para a reciclagem desses materiais. De acordo com cálculos do Instituto Lixo e Cidadania, o trabalho de cerca de mil pessoas na coleta de papel e papelão evita, por exemplo, a derrubada de aproximadamente **4 mil árvores por mês**.

Apesar do reconhecimento inicial da categoria, os catadores e suas cooperativas continuam excluídos do mercado financeiro. Com o **programa Investimento Reciclável**, iniciativa que capacita e financia cooperativas de reciclagem, fornecemos um apoio financeiro restituível, com correção monetária de 1,2% ao mês. O recurso recuperado é reinvestido em outras cooperativas.

O mecanismo de dividir com os catadores a responsabilidade de ampliar o programa já apresenta resultados positivos. As cinco cooperativas – CooperAção, Cooper Viva Bem, Associação Coreji, Pacto Ambiental e Cooperativa Granja Julieta – que participam do piloto estão restituindo os recursos obtidos rigorosamente em dia. Os valores dos aportes financeiros variam entre **R\$ 2 mil e R\$ 40 mil**, e o pagamento é feito em até 21 parcelas, com a possibilidade de três meses de carência para início da primeira parcela. As cooperativas utilizam o dinheiro de acordo com suas necessidades – apontadas na proposta apresentada no momento do processo de seleção – e assumem a responsabilidade de prestar contas sobre a evolução da produtividade e a renda dos cooperados.

Catadores e clientes

Outro grande diferencial do programa é que, além dos recursos, são oferecidos **capacitação em gestão, suporte operacional e curso de cooperativismo**. Acreditamos que, com esse tripé, contribuimos para o fortalecimento e a melhoria da operação das cooperativas. Assim, elas se tornam mais capazes de se inserir no sistema financeiro e produtivo formal. Para alcançar esse objetivo, decidimos unir forças e *expertises*: a Suzano Papel e Celulose e seu braço de investimento social, o Instituto Ecofuturo, são nossos parceiros de longa data no desenvolvimento do papel reciclado. E a Fundação Avina atua intensamente com a causa da reciclagem solidária.

A CooperAção, por exemplo, tomou empréstimo de R\$ 40 mil para formar capital de giro e pagar os grupos de catadores no momento da entrega do material. “Quem trazia três ou quatro toneladas hoje traz dez, porque sabe que será pago no mesmo dia”, afirma Neilton César Polido, secretário da cooperativa.

Os investimentos e a mudança de gestão possibilitaram a alguns dos **62 cooperados** alcançar renda mensal média de **R\$ 750**.

Próximos passos

Queremos fazer girar com mais velocidade essa roda de investimentos em torno dos projetos sociais, com um maior volume de recursos e resultados mais efetivos. Educação, geração de renda, diversidade e meio ambiente são os temas-foco do nosso investimento social. O Investimento Reciclável é um dos exemplos que reforçam nosso interesse cada vez maior em aumentar as ações dentro desses temas, que são

às empresas e às organizações sociais dar exemplos, qualificar tais políticas, inovar metodologias; enfim, complementar as ações do Estado. “Vão se destacar, no século XXI, as empresas que conseguirem ir além da produção de bens e serviços de qualidade e assumirem o papel de atores no processo de transformação rumo à sustentabilidade”, conclui. O número de excluídos sociais, hoje, corresponde a cerca de 20% da população brasileira, mais de 30 milhões de pessoas – levando-se em conta a quantidade de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza. Isso definitivamente não é sustentável.



José Milton dos Santos, da CooperAção.

indispensáveis para o desenvolvimento da sociedade.

O investimento social tornou-se uma prática comum entre as empresas brasileiras. Foi a partir dos anos 1990, no entanto, que algumas delas deixaram de lado ações assistencialistas e passaram a “ensinar a pescar”. “O tripé de uma sociedade sustentável é formado por um Estado forte, com visão de longo prazo e regulação eficiente; por empresas fortes e socialmente responsáveis; e por uma sociedade civil diversa e organizada”, afirma Fernando Rossetti, secretário-geral do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife). Segundo ele, o Estado é responsável por elaborar políticas públicas; assegurar educação, saúde, segurança e transporte; e atender aos direitos básicos previstos na Constituição Federal. **“Esse papel é insubstituível”**, diz. Rossetti acredita que **cabe**

A decisão de investirmos para a redução da miséria também é uma questão de sustentabilidade do negócio. A inclusão social resulta, no longo prazo, na inserção de consumidores e clientes no mercado consumidor. E nunca é demais frisar que **não existe negócio de sucesso em uma sociedade miserável**.



Indicadores e resultados

Embora ainda não tenhamos uma fórmula matemática para medir precisamente, sabemos que o nosso comportamento empresarial, nessa trajetória de inserção da sustentabilidade nos negócios, tem influência direta nos resultados financeiros do Banco.

Alessandra Carvalho e Karem Zapana,
funcionárias do Banco Real.

Perfil

Negócios Sustentáveis

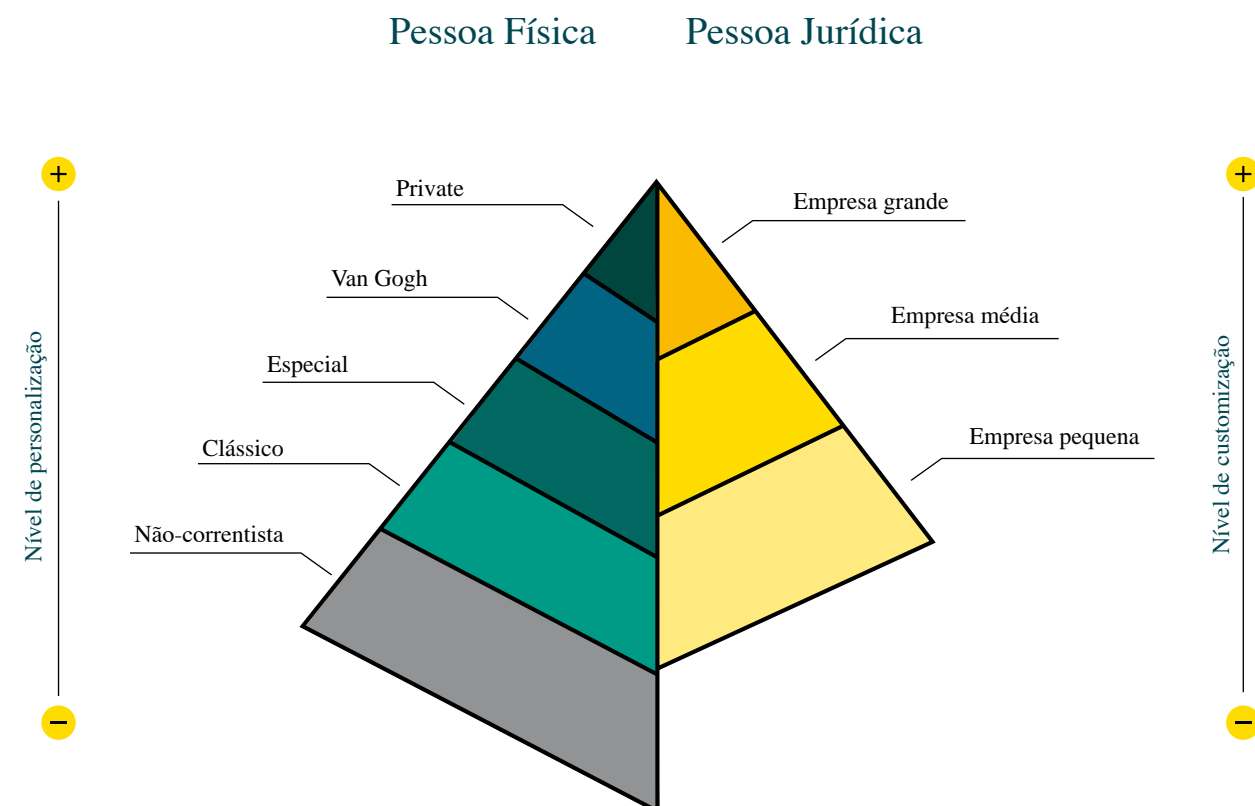
Sucesso da estratégia de segmentação permite a manutenção de resultados crescentes

Com uma oferta que alcança todos os tipos de produtos e serviços financeiros, o Banco Real consolidou, em 2007, uma estratégia de segmentação na qual a gestão dos relacionamentos com os clientes se organiza em três grandes áreas de negócios – Varejo, Aymoré e Empresas. Por meio dessas amplas frentes de atuação, que trabalham de forma integrada, oferecemos soluções adequadas à escala e à complexidade das necessidades financeiras dos diversos segmentos. Nesse sentido, pessoas físicas de alta renda têm também à disposição a divisão de Private Banking.

A partir de nossa sede, em São Paulo, as frentes de relacionamento são apoiadas por áreas de suporte especializadas, como a Diretoria de Produtos, responsável pelo desenvolvimento de produtos – cuja concepção leva em conta aspectos econômicos, sociais

e ambientais –, a Plataforma de Serviços Compartilhados, estruturas de Gestão de Risco e Asset Management.

Acreditamos que o sucesso na implantação e execução dessa estratégia possibilitou a manutenção e a aceleração do ritmo de crescimento dos nossos negócios no mercado brasileiro. Um movimento totalmente alinhado com nosso Modelo de Negócios, que busca resultados sustentáveis a partir da satisfação total de todos os clientes. Como consequência desse trabalho, registramos, em 2007, um **lucro líquido acumulado de R\$ 2.975 milhões**, 45% maior do que o alcançado no ano anterior. E essa evolução aconteceu de forma consistente em nossas áreas de atuação, tanto para a Pessoa Física como para a Pessoa Jurídica.



Nossos Segmentos

Para atender os nossos clientes de **Varejo**, mantemos uma rede de mais de **2 mil agências e Postos de Atendimento Bancário (PABs)**, mais de **9,7 mil máquinas de auto-atendimento (ATMs)** e mais de **1,5 mil correspondentes** bancários em estabelecimentos comerciais. Além disso, disponibilizamos aos nossos clientes os canais diretos de atendimento – Internet Banking e Disque Real –, nos quais ofereceremos a comodidade de fazer transações bancárias sem sair de casa ou do escritório, com completa oferta de produtos e serviços – como crédito pessoal, financiamento de bens, capital de giro e desconto de duplicatas, repasse Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Fname, *leasing* e financiamentos socioambientais.

Em nossa atuação no Varejo, em 2007, além do completo atendimento a todos os nossos clientes, merece destaque o aumento dos negócios realizados com pequenas empresas. Reconhecemos nosso papel econômico e social e procuramos criar mecanismos financeiros e novas ferramentas de análise de risco para apoiá-los, contribuindo para a criação de emprego e renda. Identificamos as Pequenas e Médias empresas como motores de inovação vitais em uma economia saudável, o que garante seu crescimento no longo prazo. Além disso, essas empresas são fortes propulsoras de desenvolvimento de economias locais e podem facilitar uma distribuição mais equitativa e justa de renda, reduzindo as diferenças regionais. Para atender o segmento Pequenas Empresas, oferecemos soluções financeiras de banco comercial e produtos voltados a atender às necessidades desse público – como *leasing*, financiamentos ao comércio exterior de curto e longo prazos e estruturas de financiamento. Em 2007, aumentamos para **24 meses** o prazo para a quitação das linhas de financiamento de capital de giro para o pagamento do 13º salário, com o K Giro 13º. O setor agrícola recebeu atenção especial. Lançamos o BNDES Automático e levamos o seguro agrícola para toda a rede.

No segmento de **Médias e Grandes Empresas**, nossa atuação tem significativo impacto no fortalecimento e na expansão das empresas brasileiras, seja pela internacionalização das suas atividades,

no acesso ao mercado de capitais, seja no assessoramento em processos de fusões e aquisições. Com um banco completo e integrado, oferecemos desde soluções financeiras de banco comercial – conta corrente, serviço de gestão de caixa, capital de giro etc. –, passando por operações de *leasing* e financiamentos ao comércio exterior, até operações estruturadas e altamente sofisticadas, que, em muitos casos, são desenhadas sob medida para as necessidades de nossos clientes corporativos. Também atuamos com intensidade em operações de *project finance* – financiamento de projetos –, importante instrumento que permite a viabilização de investimentos em infra-estrutura, e operações de fusões e aquisições, assessorando empresas em processos de fusões e aquisições por meio de um profundo conhecimento dos mercados e setores de atuação de seus clientes e de equipe experiente.

Durante o ano de 2007, concluímos importantes transações, responsáveis por um fluxo financeiro significativo, que beneficiaram vários setores da economia nacional, criando valor para o Banco e para a sociedade, pois as operações estão alinhadas aos princípios de sustentabilidade e análise socioambiental, com os quais estabelecemos forte compromisso.

Para atender nossos clientes **Aymoré**, oferecemos produtos de financiamento ao consumo, predominantemente para a aquisição de veículos – leves e pesados –, bem como a aquisição de outros bens e crédito pessoal, com uma experiência de mais de **40 anos** de atuação no mercado brasileiro de veículos automotivos. Posicionada como uma das líderes entre as financeiras do País, a Aymoré conta com mais de **44 mil lojas credenciadas** em todo o Brasil, atingindo elevada participação de mercado no final de 2007.

Desde 2006, a Aymoré identificou o grande potencial de crescimento em veículos pesados e iniciou uma forte atuação nesse segmento, firmando acordos com as principais montadoras do País. Com essa atuação, contribuímos nas diversas fases da cadeia produtiva, impulsionando a **renovação da frota e o crescimento da economia**.

Nossos Produtos

Avançamos nossos negócios impulsionados por **inovações em produtos**. Para oferecer, por exemplo, um atendimento personalizado às construtoras e imobiliárias, desenvolvemos financiamentos diferenciados, como o crédito de 100% para a aquisição de um segundo imóvel e o Real Imóvel Assessoria, criado para dar suporte durante todo o processo, até a liberação dos recursos. Esses diferenciais nos possibilitaram construir a segunda maior carteira de crédito imobiliário entre os bancos privados.

A gestão integrada de produtos permite a **identificação das oportunidades** de sinergia na oferta e o emprego otimizado dos recursos necessários para atender, com eficiência e rentabilidade, às necessidades dos clientes, em diversos segmentos. Esse ambiente de inovação e desenvolvimento permite que produtos inicialmente customizados possam servir de base para a formatação de produtos padronizados, capazes de atender um universo maior de clientes e, dessa forma, ampliar nosso alcance e a geração de valor.

O ano de 2007 também foi importante para o Banco consolidar as linhas de créditos socioambientais voltados a projetos de redução do consumo de energia elétrica e de combustíveis fósseis não-renováveis, estimulando a inclusão social ou, ainda, financiando cursos para qualificação profissional, o que reflete a integração da visão de sustentabilidade ao nosso Modelo de Negócios.

Ainda nessa linha, foi criado o Turismo Real, uma iniciativa que visa ao fomento e ao desenvolvimento sustentável do turismo.

Oferecemos, também, uma linha completa de produtos de investimentos para atender às diferentes necessidades dos clientes. Em dezembro de 2007, o Asset Management do Banco Real era o oitavo maior gestor de recursos do mercado brasileiro. Destaque para os fundos de capital garantido – Real Estratégia Segura I, II, III –, com taxas de retorno atraentes aliadas à proteção do capital investido.

Nossa Governança

Para operarmos de maneira responsável e sustentável, adotamos um modelo de governança corporativa pautado pela **ética, transparência e integridade**. O sistema de Compliance monitora e assegura o cumprimento das normas e dos regulamentos internos e externos, garantindo os controles necessários para a eficaz gestão de riscos. Desde 2006, iniciamos um processo de adequação à legislação norte-americana Sarbanes-Oxley, o que mantém nossas práticas em linha com os mais avançados procedimentos de controle internacionais.

Ao longo de toda nossa jornada de integração da visão de sustentabilidade aos negócios, nosso grande desafio sempre foi mensurar a contribuição dessa postura para o resultado do Banco. Ainda não temos uma fórmula

matemática que indique com precisão quanto do nosso desempenho é fruto de nossa competência ao atuar como um banco tradicional e quanto é consequência de nossas práticas sustentáveis. Mas será necessário?

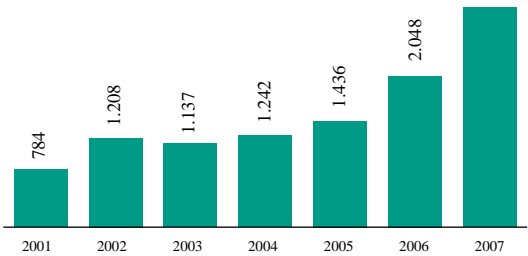
Com o passar do tempo e o maior alinhamento de todas as nossas atividades a essa forma de orientação dos negócios, fica cada vez mais difícil fazer essa separação. Afinal, nosso resultado como um todo recebe influência direta de nosso comportamento empresarial. Assim, como não dizer que nossa trajetória de crescimento está intrinsicamente relacionada à nossa opção pela sustentabilidade? A seguir, em nossa análise gerencial, os dados mostrarão como essa visão de negócios se traduz em resultados financeiros.



Performance 2001 – 2007

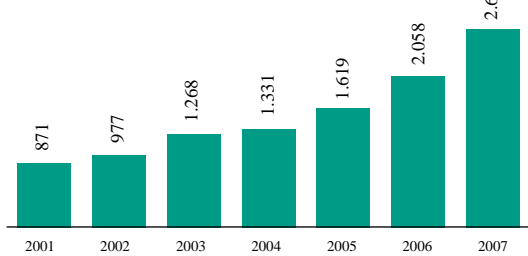
Lucro Líquido

(R\$ milhões)



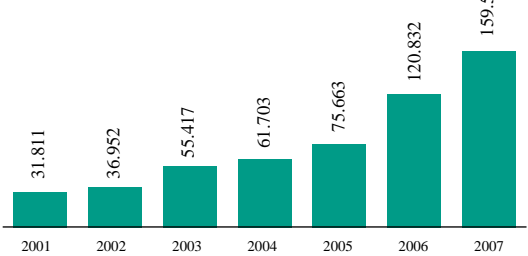
Lucro Líquido Recorrente

(R\$ milhões)



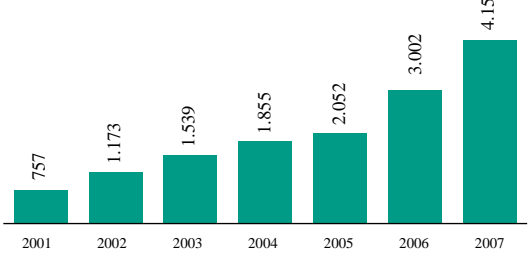
Total de Ativos

(R\$ milhões)



Resultado Antes de Impostos

(R\$ milhões)



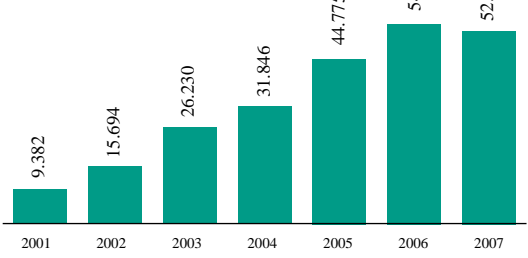
Total de Receitas Recorrente

(R\$ milhões)

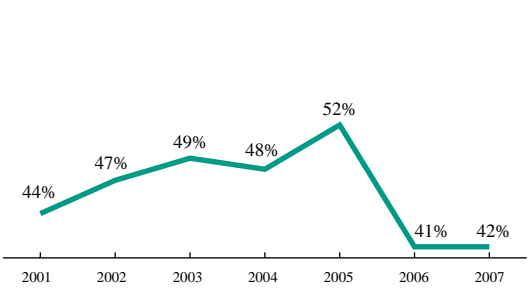


Depósitos de Clientes

(R\$ milhões)

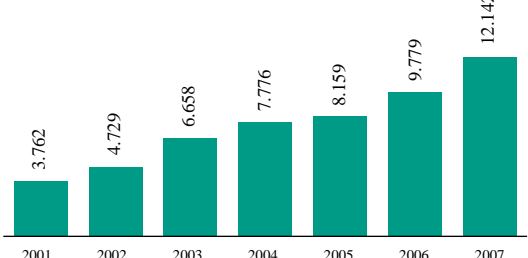


Operações de Crédito/Total de Ativos



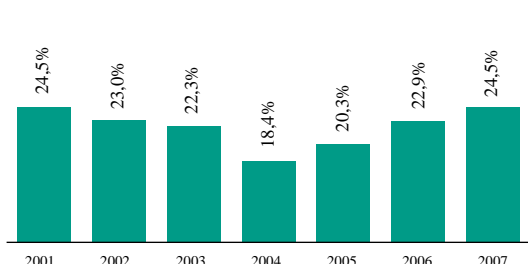
Patrimônio Líquido

(R\$ milhões)

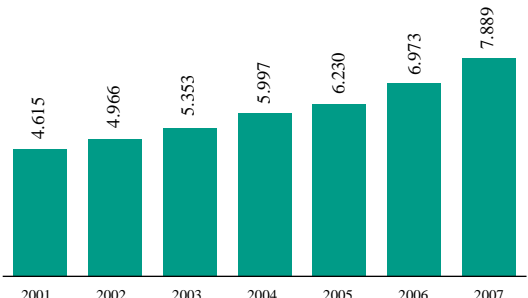


Retorno do Patrimônio Líquido

Médio Recorrente



Número de Pontos-de-Venda

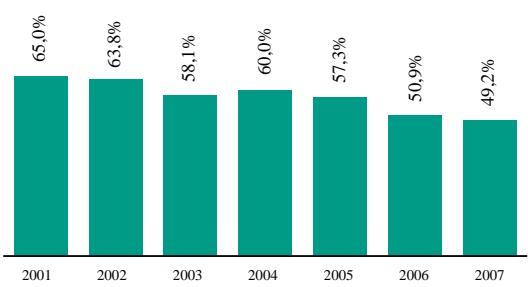


Recursos Administrados

(R\$ milhões)



Índice de Eficiência



Índice de Eficiência Recorrente

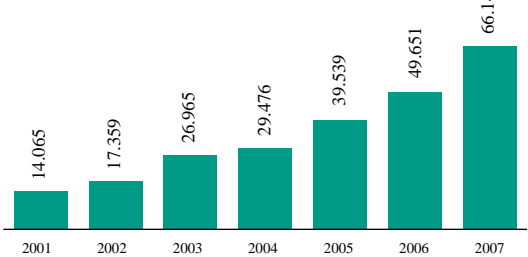


Número de Funcionários



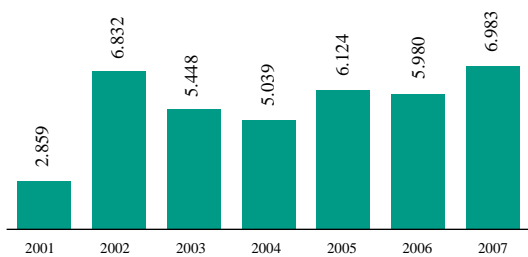
Operações de Crédito

(R\$ milhões)



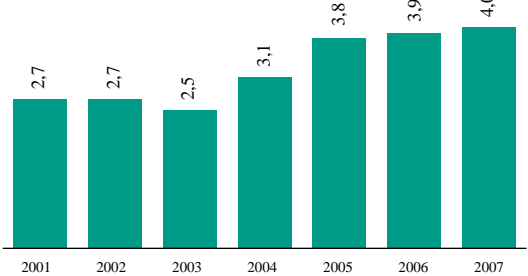
Avais e Fianças

(R\$ milhões)



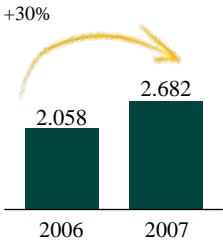
Número de Contas Correntes

(R\$ milhões)



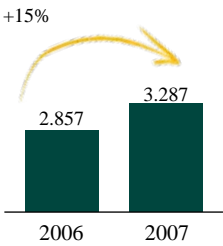
Análise Gerencial

Lucro Líquido (Recorrente)
em R\$ milhões

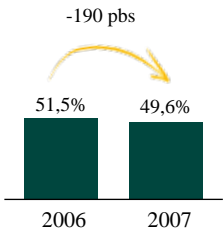


¹Excluindo os efeitos do impacto da variação cambial sobre a estrutura de proteção ao capital, da venda das participações na Serasa, Bovespa, BM&F e outros eventos não-recorrentes.

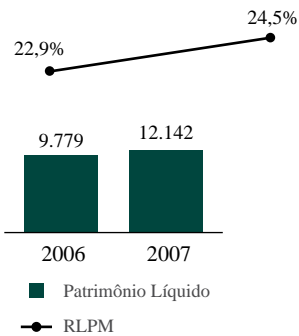
Resultado Antes de Impostos (Recorrente)
em R\$ milhões



Índice de Eficiência (Recorrente)
(menor = melhor)



Retorno Sobre o Patrimônio Líquido Médio (Recorrente)
em R\$ milhões



O Banco Real apresentou lucro líquido acumulado de R\$ 2.975 milhões, em 2007, 45% maior do que o registrado no mesmo período de 2006

O Banco Real encerrou o ano de 2007 com lucro líquido de R\$ 2.975 milhões, crescimento de 45% em relação ao ano anterior, resultado de um forte crescimento dos negócios, investimentos em infra-estrutura e expansão da rede de atendimento, atrelados à expansão das operações de crédito e nível de provisões em linha com o crescimento das operações.

O lucro líquido recorrente¹ alcançou R\$ 2.682 milhões no período, um crescimento de 30%, quando comparado a 2006. O valor exclui: 1) o impacto da estrutura de proteção ao capital; 2) o resultado não-operacional resultante da venda das participações do Banco Real na Serasa, Bovespa e BM&F, transações concluídas durante o ano de 2007; e 3) outros eventos não-recorrentes.

O resultado antes de impostos atingiu a marca de R\$ 4.151 milhões. O resultado antes de impostos recorrente¹ ficou em R\$ 3.287 milhões, acréscimo de 15% em relação ao mesmo período de 2006, reflexo do aumento contínuo da base de clientes, uma rede de distribuição de 3.950 pontos de atendimento e incrementos de + 32 pontos-base na participação no mercado de crédito brasileiro, + 278 pontos-base no segmento de empréstimos pessoais, + 648 pontos-base em operações de *leasing* para pessoas físicas e + 80 pontos-base em financiamento imobiliário (dados do Bacen, em dezembro de 2007).

Resultado (R\$ milhões)	2006	2007
Resultado de Intermediação Financeira	9.606	11.725
Provisão Para Perdas Com Crédito (Inclui Recuperação de Crédito)	(1.857)	(2.421)
Resultado de Recuperação de Crédito	640	665
Receita de Prestação de Serviços	3.132	3.868
Resultado de Operações de Seguros, Prev. e Capitalização	118	148
Despesas de Pessoal e Administrativas ¹ (Recorrente)	(5.960)	(6.841)
Resultado Antes de Impostos	3.002	4.151
Lucro Líquido Recorrente ¹	2.058	2.682

Durante 2007, o Banco Real adotou uma estratégia de forte expansão de sua rede de atendimento, com a abertura de 60 novas agências e postos de atendimentos, nos últimos 12 meses, e a intensificação do relacionamento com os clientes. Por meio de uma maior oferta de crédito, o Banco Real vem conquistando participação crescente no mercado de crédito brasileiro, nos diferentes segmentos em que atua. Em dezembro de 2007 (dados do Bacen), atingiu participação recorde no mercado de crédito brasileiro, alcançando 7,1% do mercado total (somando-se recursos livres e crédito direcionado), 10,1% do mercado de crédito para pessoas físicas

(recursos livres, critério circular 2.957) e 10,1% do segmento de empréstimos para pessoas jurídicas (recursos livres), largamente destinados ao financiamento de pequenas e médias empresas.

No mercado de financiamento imobiliário, o Banco Real encerrou 2007 com participação de mercado de 6,3%.

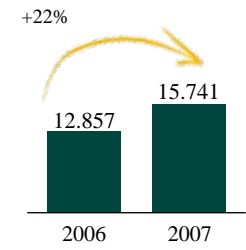
Adicionalmente, em 2007, o Banco participou de transações estratégicas de mercado de capitais e processos de internacionalização de grandes empresas, e obteve a primeira colocação em emissão de *bonds* pela Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid) e a primeira colocação em empréstimos sindicalizados (*ranking* da Loan Ware) e em derivativos exóticos (pela Cetip). Pelo *ranking* da Bloomberg, o Banco obteve a segunda colocação em M&A (fusões e aquisições) anunciadas, no Brasil, até dezembro de 2007.

O crescimento dos negócios, aliado aos investimentos em infra-estrutura, busca contínua na melhoria de processos, capacitação dos funcionários do Banco e ganhos de escala advindos da expansão da base de clientes, resultou em um índice de eficiência recorrente¹ de 49,6%, em 2007, 190 pontos-base menor do que em 2006. A expansão contínua dos negócios, aliada a uma sólida estrutura de capital, resultou em um retorno sobre o patrimônio líquido médio recorrente¹ de 24,5%, 160 pontos-base superior ao obtido no mesmo período de 2006.

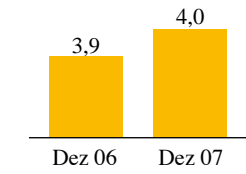
Balanco Patrimonial (R\$ milhões)	2006	2007
Carteira de Crédito	49.651	66.149
Avais e Fianças	5.980	6.983
Total de Ativos	120.832	159.547
Total de Depósitos	55.001	53.431
Patrimônio Líquido	9.779	12.142
Fundos e Carteiras Administradas	36.020	39.108

Indicadores %	2006	2007
Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio	22,8%	27,1%
Retorno Recorrente sobre Patrimônio Líquido Médio	22,9%	24,5%
Índice de Eficiência	50,9%	49,2%
Índice de Eficiência Recorrente	51,5%	49,6%
Índice de Basiléia	13,76%	13,46%

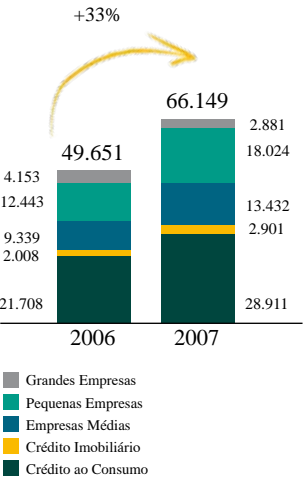
Total de Receitas (Recorrente)
em R\$ milhões



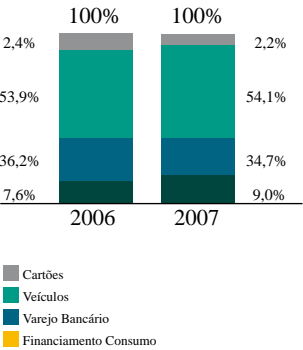
Base de Contas Correntes
em milhões



Composição da Carteira
de Crédito por Segmentos
em R\$ milhões



Composição da Carteira
de Crédito Pessoa Física



Receitas + 24%

Conquista de + 32 pontos-base na participação no mercado de crédito brasileiro, atingindo 7,1% de participação no mercado, com ênfase em pessoas físicas e pequenas e médias empresas

O total de receitas atingiu R\$ 16.059 milhões, em 2007, crescimento de 24% em relação a 2006, e o total de receitas recorrentes¹ atingiu R\$ 15.741 milhões.

Rede de Atendimento – Dezembro 2007

Agências 1.138

PABs	868
Lojas Aymoré	117
ATMs Banco Real	9.739

O desempenho foi impulsionado pelo forte crescimento da carteira de crédito (+33%), participação crescente de segmentos mais rentáveis e maior capilaridade da rede de distribuição. Como resultado da maior participação de pessoas físicas e pequenas e médias empresas, as receitas com operações de crédito e arrendamento mercantil cresceram 12% em relação a 2006, alcançando R\$ 13.915 milhões, em um cenário de taxas decrescentes e alongamento de prazos.

A melhora no ambiente macroeconômico, o crescimento da renda e a estabilização do índice de desemprego colaboraram para o crescimento da demanda por produtos de crédito, financiando o consumo e a produção e estimulando o crescimento econômico.

O total das receitas de operações de seguros, previdência e capitalização alcançou R\$ 148 milhões, crescimento de 26% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Resultado de Intermediação Financeira + 24%

O resultado da intermediação financeira cresceu 24%, em 2007, comparado ao mesmo período de 2006, atingindo R\$ 12.043 milhões. Após provisões, o resultado da intermediação financeira atingiu R\$ 8.957 milhões, crescimento de 24% em relação a 2006.

A margem líquida de intermediação antes de provisão apresentou uma pequena queda de 110 pontos-base (de 21,9% para 20,8%), reflexo da alteração na composição da carteira e da redução das taxas de juros.

Rentabilidade	2006	2007	var. % (2006/2007)
Resultados da Intermediação Financeira	9.744	12.043	24%
Provisão para Perdas com Crédito (Inclui Recuperação de Crédito)	(1.857)	(2.421)	30%
Resultado de Recuperação de Crédito	640	665	4%
Resultados da Intermediação Financeira após Provisão para Perdas com Créditos	7.247	8.957	24%
Margem da Intermediação Financeira antes da Provisão (%)	21,9%	20,8%	(110) pbp
Margem da Intermediação Financeira após Provisão (%)	16,3%	15,5%	(80) pbp

Receitas de Prestação de Serviços + 23%

Expansão da base de clientes, maior volume de transações bancárias e oferta de produtos adequados às reais necessidades dos clientes

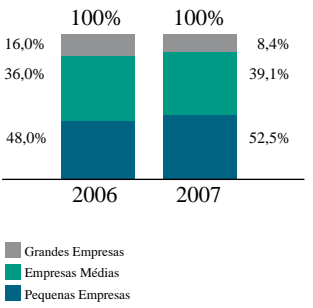
Por meio da intensificação do relacionamento com clientes pessoas físicas e jurídicas, maior concessão de crédito e expansão das atividades de banco de investimento (*corporate finance*, colocação de títulos e atividades de mercado de capitais), assessorando os clientes em seus processos de internacionalização e inserção no mercado competitivo internacional, as receitas de prestação de serviços alcançaram R\$ 3.868 milhões, em 2007, expansão de 23% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O incremento nas receitas com cartões (+23%, nos últimos 12 meses) reflete o aumento da base de clientes e cartões e a expansão do número de estabelecimentos credenciados, aliados à intensificação do uso de meios eletrônicos de pagamento.

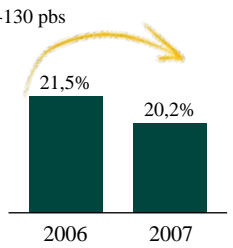
O resultado de administração de recursos de terceiros, superior em 25% aos 12 meses de 2006, é função não apenas do aumento no volume de recursos administrados (de R\$ 36.020 milhões para R\$ 39.108 milhões), como também da oferta mais diversificada de produtos, em um contexto de queda da taxa básica de juros e desenvolvimento do mercado de capitais.

Com essa tendência, tem havido uma aceleração na migração de recursos de fundos mais tradicionais (DI, renda fixa) para fundos multimercado e de renda variável, que proporcionam rentabilidade maior para o administrador. Destaque para fundos de capital garantido (Real Estratégia Segura I, II, III), com a possibilidade de retorno atraente aliada à proteção do capital investido. O ABN AMRO Asset Management é o oitavo maior gestor de recursos do mercado brasileiro, com participação de 3,7% em dezembro de 2007.

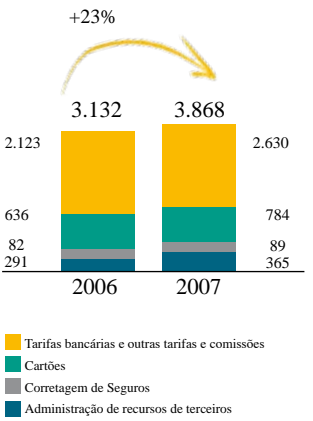
Composição da Carteira
de Crédito Pessoa Jurídica



Evolução da Margem
de Intermediação
Financeira
(Recorrente)



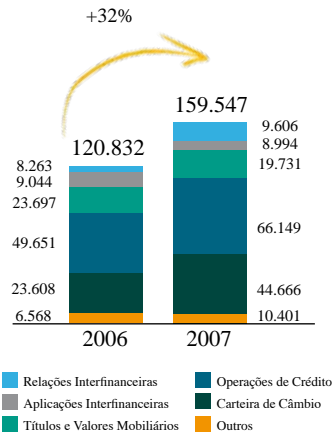
Receitas de Prestação
de Serviços
em R\$ milhões



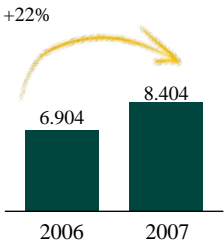
Receitas de Prestação de Serviços	2006	2007	var.%(2006/2007)
Tarifas Bancárias e Outras			
Tarifas e Comissões	2.123	2.630	24%
Cartões	636	784	23%
Administração de Recursos de Terceiros	291	365	25%
Corretagem de Seguros	82	89	9%
Total das Receitas de Prestação de Serviços	3.132	3.868	23%

Total de Ativos	2006	2007	var.%(2006/2007)
Operações de Crédito	49.651	66.149	33%
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	23.697	19.731	-17%
Aplicações Financeiras de Liquidez	9.044	8.994	-1%
Relações Interfinanceiras	8.263	9.606	16%
Carteira de Câmbio	23.608	44.666	89%
Outros	6.568	10.401	58%

Total de Ativos em R\$ milhões



Despesas Não-Decorrentes de Juros (Recorrente) em R\$ milhões



Despesas Não-Decorrentes de Juros + 24%

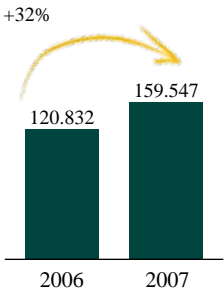
Ao longo dos últimos 12 meses, o Banco Real inaugurou 60 novas agências e postos de atendimento bancário e, ao final de agosto, concluiu a migração das agências Sudameris para a bandeira Banco Real.

O Banco Real considera que a expansão e a modernização da rede de atendimento e infra-estrutura de distribuição são a base para o crescimento futuro das operações e a expansão da base de clientes.

Considerando um crescimento de 32% dos ativos, 33% da carteira de crédito e 24% no total de receitas, e investimentos contínuos em tecnologia e expansão de infra-estrutura e rede de atendimento, as despesas não-decorrentes de juros apresentaram um acréscimo de 24% em 2007.

O total de despesas com pessoal e administrativas recorrentes¹ atingiu R\$ 6.841 milhões em 2007, crescimento de 15% em relação ao mesmo período de 2006.

Total de Ativos em R\$ milhões



Ativos + 32%

Os ativos totais atingiram volume de R\$ 159,6 bilhões em 31 de dezembro de 2007, crescimento de 32%, se comparado ao mesmo período de 2006, refletindo a expansão da carteira de crédito, atividades de tesouraria e câmbio, que atendem a um fluxo crescente de necessidades de clientes atuantes em comércio exterior e criam acesso a novos mercados internacionais e domésticos, por meio de operações com moedas estrangeiras para clientes. O crescimento dos ativos se dá dentro de uma rígida política de riscos.

Carteira de Crédito + 33%

A carteira de crédito cresceu 33% nos últimos 12 meses e alcançou R\$ 66,1 bilhões, o que assegurou ao Banco uma participação de 7,1% no mercado de crédito brasileiro (dados do Bacen, dezembro/07), contra 6,8% no mesmo período de 2006, um crescimento importante em um mercado em que a expansão do crédito representa democratização e inclusão social.

Na parcela de recursos livres, a participação do Banco Real foi de 10,1% (Dez/07), elevação de 5 pontos-base quando comparada a dezembro de 2006. Somado o volume de R\$ 6.983 milhões de avais e fianças, os negócios de crédito atingiram R\$ 73.132 milhões. O crescimento da carteira de crédito do Banco Real superou o crescimento da disponibilidade de crédito no mercado brasileiro, que aumentou 27% nos últimos 12 meses (32%, se considerados apenas os recursos livres).

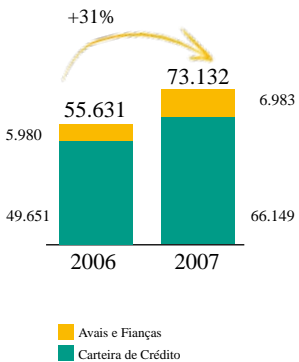
A carteira de crédito em moeda local cresceu 36%, impulsionada pela elevação das atividades de *leasing*, capital de giro, financiamento de máquinas e equipamentos, crédito pessoal, financiamento imobiliário, crédito consignado e veículos. A carteira em moeda estrangeira apresentou expansão de 19%, impactada pela valorização de 14% do real no período.

A carteira de crédito do Banco Real para pessoas físicas alcançou R\$ 28.911 milhões em dezembro de 2007, crescimento de 33% em relação a dezembro de 2006, com a utilização da abordagem do crédito certo e por meio da oferta de produtos flexíveis que respeitam as necessidades e condições dos clientes.

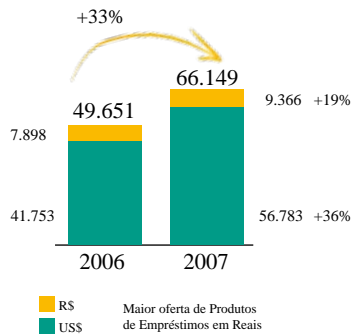
Nesse mercado, o Banco Real alcançou participação de mercado de 10,1% em dezembro de 2007, mantendo o ritmo de crescimento de suas operações de crédito destinadas a pessoas físicas. As modalidades que vêm apresentando maior crescimento incluem cheque especial, crédito pessoal, crédito consignado e financiamento de bens duráveis.

A carteira de veículos obteve crescimento de 34% nos últimos 12 meses e atingiu uma participação de mercado de 13,7% em dezembro de 2007, amparada pela expansão no contingente de operadores nas lojas/ concessionárias, levando a um relacionamento mais próximo com lojistas e clientes.

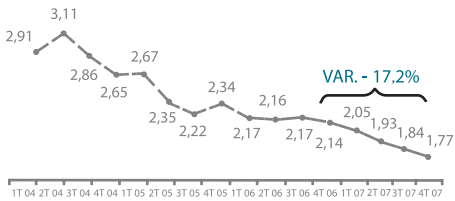
Ativos de Crédito em R\$ milhões



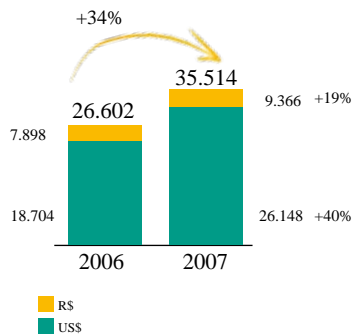
Carteira de Crédito por Moeda em R\$ milhões



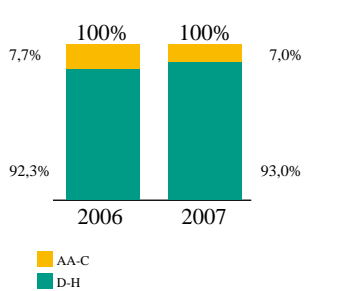
Evolução da Taxa de Câmbio Final de Período (R\$/US\$)



Carteira de Crédito Pessoa Jurídica em R\$ milhões



Distribuição da Carteira de Crédito por Classificação de Risco



A carteira de crédito imobiliário apresentou crescimento expressivo de 45%, atingindo a marca de R\$ 2.901 milhões ao final de dezembro de 2007, o que representa 4,4% do total da carteira de crédito do Banco. A participação de mercado nesse segmento atingiu 6,3% no final de dezembro de 2007, acréscimo de 80 pontos-base em relação ao mesmo período de 2006.

Saldo de Operações de Crédito por Tipo de Cliente	2006	2007	var. % (2006/2007)
Pessoa Física	21.708	28.911	33,2%
Varejo	8.814	11.144	26,4%
Aymoré (Financeira)	12.894	17.767	37,8%
Pessoa Jurídica	25.935	34.337	32,4%
Grandes Empresas	4.153	2.881	-30,6%
Empresas Médias	9.339	13.432	43,8%
Pequenas Empresas	12.443	18.024	44,9%
Financiamento Imobiliário (PF+PJ)	2.008	2.901	44,5%
Total	49.651	66.149	33,2%

Empresas

A carteira de crédito destinada a pessoas jurídicas apresentou forte crescimento de 32% e totalizou R\$ 34.337 milhões, impulsionada, principalmente, pelo crédito a pequenas empresas e empresas médias.

Com o crescimento impulsionado pela oferta de produtos customizados e pelo acesso a novos mercados e novas formas de financiamento, as operações com pequenas empresas somaram R\$ 18.024 milhões, 45% de crescimento em relação a 2006, e as operações com empresas médias totalizaram R\$ 13.432 milhões, 44% de crescimento em relação a 2006, com destaque para operações de *leasing* e financiamento de máquinas e equipamentos e capital de giro.

A oferta de produtos de crédito para pessoas jurídicas é direcionada a atender toda a cadeia produtiva de seus clientes, oferecendo soluções financeiras e serviços adequados às suas necessidades de financiamento e respeitando seu fluxo de caixa.

A maior liquidez observada no mercado de capitais e a forte atuação das áreas de Banco de Investimento e Operações Estruturadas possibilitaram a grandes empresas optar pela diversificação das suas fontes de financiamento. Como consequência, houve um decréscimo na carteira de grandes empresas, que registrou retração de 31% no período.

Atuando de forma integrada e com uma ampla oferta de produtos e serviços, o Banco Real participa de transações estratégicas e de processos de internacionalização e consolidação de grandes e médias empresas dos principais setores econômicos, alcançando posições competitivas nos diferentes segmentos de atuação, com destaque para fusões e aquisições.

Dessa forma, pelo *ranking* da Loan Ware, o Banco Real obteve a primeira colocação em empréstimos sindicalizados, a mesma colocação obtida em emissão de *bonds* pela Anbid. No *ranking* da Bloomberg, o Banco Real obteve a segunda colocação em operações de M&A anunciadas no Brasil até dezembro de 2007 e a primeira colocação em Derivativos Exóticos pelo *ranking* da Cetip. No *ranking* de operações de câmbio para clientes, o Banco ficou com a sexta colocação.

Somado a isso, algumas operações em que o Banco Real atuou como *Lead Manager* e *Bookrunner* foram premiadas na categoria *Emerging Markets*, segundo a revista *International Financing Review*: 1) Latin America Domestic Currency Bond of the Year: R\$ 200 mln Amazônia *Bond* do IFC; 2) Latin America Bond of the Year: US\$ 3,75 bln do *dual-tranche Bond* da CVRD; e 3) Latin America Loan of the Year: US\$ 2,75 bln *Loan* da Gerdau.

Risco

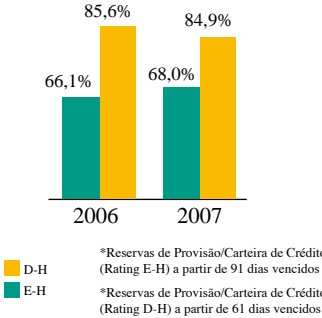
Refletindo a boa qualidade dos ativos, a carteira de crédito do Banco Real mostra, historicamente, inadimplência abaixo dos índices de mercado

O total de despesas de provisão em relação à carteira de crédito total representou 5,3% durante 2007, queda de 30 pontos-base em relação ao mesmo período do ano anterior (5,6%), reflexo da melhora na qualidade dos ativos.

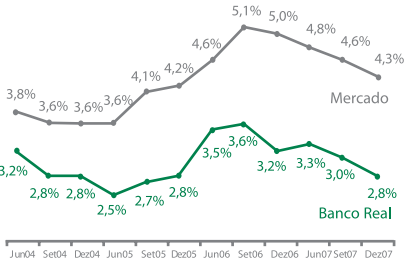
Os créditos classificados nas classes de risco AA-C representaram 93,0% do total da carteira, mostrando uma melhora de 70 pontos-base quando comparados aos 92,3% ao final de dezembro de 2006. Os créditos classificados como E-H recuaram para 5,6% do total da carteira ao final de dezembro de 2007 (6,0%, em dezembro de 2006). O índice de cobertura da carteira (créditos classificados nas classes de risco D-H) encerrou 2007 em 68,0% (66,1%, em dezembro de 2006). Esse indicador é bastante positivo em um contexto de crescimento acelerado da carteira de crédito.

Classificação	Provisão Requerida(%)	Carteira Total Consolidada	Provisão Total
AA	0,0	26.991	0
A	0,5	23.128	116
B	1,0	7.543	75
C	3,0	3.863	117
D	10,0	921	92
E	30,0	928	278
F	50,0	400	200
G	70,0	368	258
H	100,0	2.007	2.010
Total		66.149	3.146

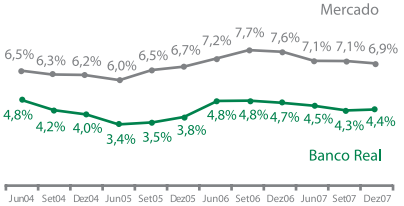
Índice de Cobertura* por Classificação de Risco



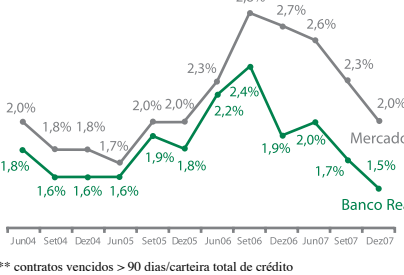
Inadimplência > 90 dias** Total de Recursos Livres PF + PJ



Inadimplência > 90 dias** Total de Recursos Livres PF



Inadimplência > 90 dias** Total de Recursos Livres PJ



** contratos vencidos > 90 dias/carteira total de crédito

US\$ 1,108,000,000

Aquisição de 76,08% da Suzano Petroquímica S.A.
Assessor Financeiro
Novembro de 2007

R\$ 6.807.000.000

Criação da Sociedade Petroquímica
Assessor Financeiro
Em andamento

US\$ 6,000,000,000

Pré-pagamento de Exportações
Joint Lead Manager & Bookrunner
Janeiro de 2007

US\$ 4,220,000,000

Aquisição da Chaparral Steel Co
Co Assessor Financeiro
Setembro de 2007

US\$ 2,750,000,000

Syndicated Term Loan Facility
Joint Bookrunner
Setembro de 2007

US\$ 1,000,000,000

7,25% notes due 2017
Joint Bookrunner
Outubro de 2007

US\$ 1,550,000,000

IPO
Joint-Bookrunner
Novembro de 2007

R\$ 12.100.000.000

Compra das ações preferenciais da Telemar Norte Leste S.A.
Assessor Financeiro
Julho de 2007

R\$ 513.000.000

IPO
Joint-Lead Manager
Julho de 2007

US\$ 1,200,000,000

Aquisição dos ativos petroquímicos da Ipiranga
Assessor Financeiro
Abril de 2007

US\$ 725,000,000

Aquisição de ativos petroquímicos da Ipiranga
Assessor Financeiro
Abril de 2007

EUR 825.000.000

Aquisição do Atacadão
Assessor Financeiro
Abril de 2007

US\$ 354,000,000

8.800% Notes due 2017
Joint Bookrunner
Janeiro de 2007

US\$ 430,000,000

Odebrecht Drilling Service
Assessor Financeiro
Agosto de 2007

R\$ 1.193.400.000

IPO
Joint-Lead Manager & Bookrunner
Julho de 2007

US\$ 250,000,000

6.875% Guaranteed Notes due 2017
Sole Bookrunner
Maio de 2007

R\$ 1.020.510.000

IPO
Joint-Lead Manager & Bookrunner
Junho de 2007

US\$ 262,000,000

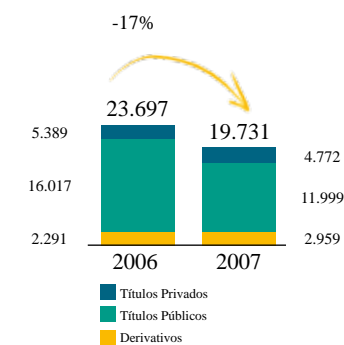
Venda da LT Triângulo S.A.
Assessor Financeiro
Junho de 2007

O índice de inadimplência (NPL > 90 dias) do Banco Real encerrou o mês de dezembro de 2007 em 2,8%. Historicamente, esse índice tem se apresentado abaixo da média de mercado, em consequência da estratégia de crescimento responsável, que oferece produtos adequados aos diferentes segmentos de clientes, e do equilíbrio da equação risco-retorno, que calibra a execução da estratégia de negócios do Banco. As políticas de crédito, suportadas pela proximidade com o cliente graças a uma ampla rede de distribuição, proporcionam um refinamento na precificação de risco, reduzindo custos e permitindo a expansão saudável dos negócios de crédito.

Títulos e Valores Mobiliários - 17%

A carteira de títulos e valores mobiliários apresentou, entre dezembro de 2007 e dezembro de 2006, retração de 16,7%, encerrando o ano em R\$ 19.731 milhões. O *mix* de títulos e valores mobiliários manteve-se relativamente estável, com ligeira queda na participação de títulos públicos no total, de 68%, ao final de 2006, para 61%, ao final de dezembro de 2007.

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários em R\$ milhões



Classificação e Valores Contábeis de Títulos	2006	2007
Títulos Públicos	16.017	11.999
Títulos Privados	5.389	4.772
Derivativos	2.291	2.959
Total	23.697	19.731

Investimentos no Exterior

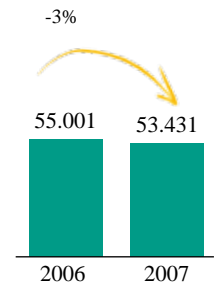
Os investimentos no exterior totalizaram R\$ 3.294 milhões, no encerramento de dezembro de 2007 – em dezembro de 2006, eram R\$ 3.592 milhões.

O impacto da variação cambial sobre a estrutura de proteção cambial do capital do Banco Real determinou um resultado negativo de R\$ 32 milhões ao final de 2007 (e resultado negativo de R\$ 10 milhões, no período anterior).

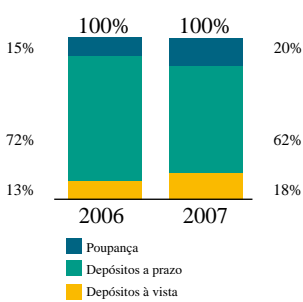
O impacto positivo ou negativo é resultante da tributação/dedutibilidade da variação cambial em momentos de apreciação ou depreciação, respectivamente, do real diante de moedas estrangeiras, o que provoca um impacto direto no lucro líquido.

Impacto dos Investimentos no Exterior	2006	2007
Efeito do <i>Hedge</i> (Moeda)	138	318
Efeitos Fiscais da Variação sobre Investimento no Exterior	(148)	(350)
Efeito Líquido após Imposto de Renda e Contribuição Social	(10)	(32)
Taxa de Câmbio Final de Período (R\$ / US\$)	2,1380	1,7713

Total de Depósitos em R\$ milhões

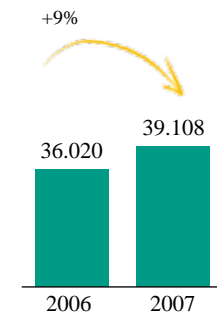


Composição de Depósitos de Clientes



Depósitos e Fundos	2006	2007	var.% (2006/2007)
Depósitos à Vista	6.990	9.283	32,8%
Depósitos de Poupança	8.337	10.672	28,0%
Depósitos a Prazo	38.913	32.335	-16,9%
Depósitos de Clientes	54.240	52.290	-3,6%
Outros Depósitos	761	1.141	49,9%
Total de Depósitos (A)	55.001	53.431	-2,9%
Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas (B)	36.020	39.108	8,6%
Total (A + B)	91.021	92.539	1,7%

Gestão de Fundos e Carteiras Administradas em R\$ milhões

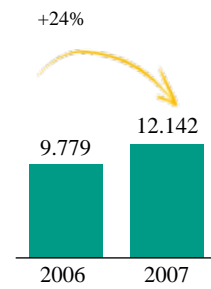


Captação em Moeda Local e Estrangeira

As captações em moeda nacional atingiram R\$ 75.022 milhões, enquanto as captações em moeda estrangeira totalizaram R\$ 9.831 milhões, crescimentos de 8,4% e 62,7%, respectivamente.

Captação	2006	2007	var.% (2006/2007)
Captação Total em Moeda Nacional	69.243	75.022	8,4%
Total de Depósitos	55.001	53.431	-2,9%
Depósitos à Vista	6.990	9.283	32,8%
Depósitos de Poupança	8.337	10.672	28,0%
Depósitos Interfinanceiros	761	1.141	49,9%
Depósitos a Prazo	38.913	32.335	-16,9%
Operações Compromissadas	11.066	17.355	56,8%
Letras Hipotecárias	703	213	-69,7%
Obrigações por Repasses no País (BNDES + Fname)	2.256	2.954	30,9%
Outros	217	1.069	39,3%
Captação Total em Moeda Estrangeira	6.043	9.831	62,7%
Total	75.286	84.853	12,7%

Patrimônio Líquido
em R\$ milhões



Patrimônio Líquido + 24% e Índice de Adequação de Capital

Expansão nos negócios aliada
a uma ampla disciplina de capital

O patrimônio líquido atingiu R\$ 12.142 milhões em 31 de dezembro de 2007, crescimento expressivo de 24% em relação ao mesmo período do ano anterior. O índice de adequação de capital encerrou o ano em 13,46% (13,76%, em dezembro de 2006), resultado do processo contínuo de otimização da estrutura de capital, direcionado a negócios com maior potencial de rentabilidade. Durante o ano de 2007, houve distribuição de R\$ 738 milhões de juros sobre capital próprio e dividendos (R\$ 720 milhões, em 2006).

Índice de Basiléia

	2006	2007
Tier I	13,68%	11,71%
Tier II	0,68%	1,75%
Total	13,76%	13,46%

Ratings

Em maio de 2007, a Fitch Ratings elevou o *rating* nacional de longo prazo do Banco Real de AA+ (bra) para AAA (bra), com sinalização de perspectiva estável. Em abril de 2007, a Fitch Ratings iniciou a atribuição de *ratings* de longo e curto prazo em Escala Global para o Banco Real, e estes foram elevados para BBB (longo prazo em moeda estrangeira), BBB (longo prazo em moeda local) e F3 (curto prazo), como consequência da elevação do *rating* soberano do Brasil.

Esses *ratings* foram confirmados em outubro de 2007.

O *rating* reflete a força financeira do grupo controlador, a boa qualidade da gestão e a franquia diversificada, posicionando o Banco Real entre os principais bancos brasileiros na qualificação de risco.

Fitch Ratings

Escala Global

Escala Nacional

			Moeda Estrangeira		Moeda Local				
	Individual	Suporte*	Perspectiva	IDR** Longo Prazo	Curto Prazo	IDR** Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
ABN AMRO Real	C	3	Estável	BBB-	F3	BBB	F3	AAA (bra)	F1+ (bra)

* Quanto menor, melhor

** IDR = *Issuer Default Risk* (probabilidade de inadimplência do emissor)

Resultados Consolidados

Períodos de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2006 e 2007

Em R\$ milhões	2006	2007	Var.
Total de Ativos	120.832	159.547	32%
Carteira de Crédito	49.651	66.149	33%
Carteira de Crédito incluindo Avais e Fianças	55.631	73.132	31%
Depósitos de Clientes (Depósitos à Vista, a Prazo e Poupança)	54.240	52.289	-4%
Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas	36.020	39.108	9%
Patrimônio Líquido	9.779	12.142	24%
Receitas Totais	12.995	16.059	24%
Resultado de Intermediação Financeira	9.744	12.043	24%
Despesas de Provisão ¹	(1.857)	(2.421)	30%
Resultado de Intermediação Financeira (Líquido de Provisão)	7.247	8.957	24%
Receita de Serviços	3.132	3.868	23%
Despesas Não-Decorrentes de Juros	(6.904)	(8.533)	24%
Resultado Antes de Impostos	3.002	4.151	38%
Lucro Líquido	2.048	2.975	45%
(-) Resultado da Venda de Títulos Patrimoniais	-	426	-
(-) Impacto da Estrutura de Proteção ao Capital	(10)	(32)	220%
(-) Outros Eventos Não-Recorrentes (Líquidos de impostos)	_ ³	(101)	-
Lucro Líquido recorrente ²	2.058	2.682	30%
Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio recorrente ²	22,9%	24,5%	160 pb
Retorno sobre Ativo Médio recorrente ²	2,1%	1,9%	(20) pb
Índice de Eficiência recorrente	51,5%	49,6%	(190) pb
Índice da Basiléia	13,76%	13,46%	(30) pb
	2006	2007	Var.
Máquinas de Auto-Atendimento	9.004	9.739	735
Agências e PABs	1.946	2.006	60
Pontos de Atendimento Próprios	3.772	3.950	178
Pontos-de-Venda	6.973	7.889	916

¹Incluindo recuperação de créditos baixados a prejuízo.

²Excluindo o impacto da estrutura de proteção ao capital (resultado negativo de R\$ 32 milhões, ao final de 2007, e resultado negativo de R\$ 10 milhões, no mesmo período de 2006), da venda das participações na Serasa, Bovespa e BM&F (R\$ 426 milhões líquidos de impostos, em 2007), e outros eventos não-recorrentes (R\$ 101 milhões líquidos de impostos, ao final de 2007).

³Os investimentos em terceirização (R\$ 181 milhões líquidos de impostos nos 12 meses de 2006) comprovaram-se gastos recorrentes em 2007.

Indicadores de Sustentabilidade

Indicadores Econômicos

(em milhões R\$)	2006	2007
Lucro Líquido	2.048	2.975

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem como objetivo identificar e divulgar o valor da riqueza gerada pela Organização e como ela foi distribuída entre os diversos setores que contribuíram, direta ou indiretamente, para sua geração. A DVA busca mostrar os impactos econômicos da empresa, seus efeitos na sociedade e, conseqüentemente, a geração de riqueza para o PIB brasileiro, o que nem sempre é contemplado de maneira simples nas demonstrações financeiras tradicionais.

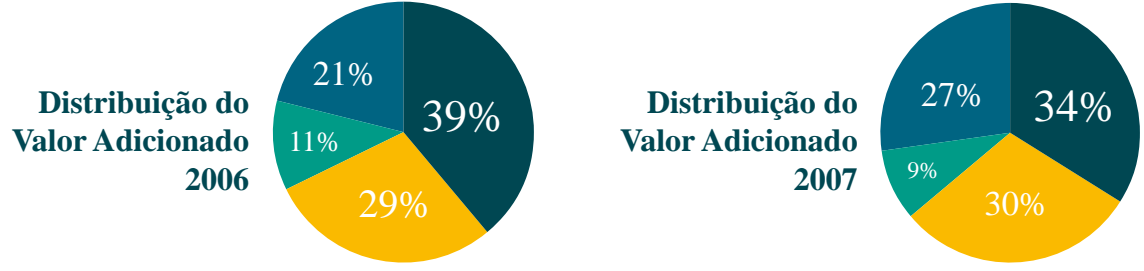
Demonstração do Valor Adicionado (em milhões R\$)	2006	2007
---	------	------

Visão Banco Real e Empresas no Brasil.
* O item Outras receitas operacionais e Despesas operacionais é composto basicamente por: Outras Receitas e Despesas Operacionais, Resultado de Seguros, Resultado Não-Operacional, Despesas Administrativas e Resultado de Coligadas e Controladas.
** Não inclui encargos de previdência social. Nota: Remuneração de Acionista e Reinvestimento de Lucros correspondem ao Lucro Líquido antes da participação dos minoritários.

1. Receitas		
Resultado bruto da intermediação financeira	7.247	8.956
Receitas de prestação de serviços	3.133	3.868
Outras receitas / despesas operacionais*	(3.972)	(4.554)
Total	6.408	8.270

2. Distribuição do Valor Adicionado		
Remuneração do trabalho pessoal e encargos**	2.442	2.819
Remuneração do governo – impostos, taxas e contribuições	1.872	2.459
Remuneração de acionistas – juros sobre capital próprio e dividendos	720	738
Reinvestimentos de lucros	1.374	2.254
Total	6.408	8.270

- Remuneração do trabalho pessoal e encargos**
- Remuneração do Governo impostos, taxas e contribuições
- Remuneração de acionistas juros sobre capital próprio e dividendos
- Reinvestimentos de Lucros



Indicadores de Clientes

Pesquisa de Satisfação de Clientes

Em um mercado onde, cada vez mais, a população percebe diferenciação entre bancos, o Banco Real disputa a vice-liderança de “melhores bancos” do mercado. Há três anos, ocupávamos a quinta colocação. O Banco Real termina 2007 como o **segundo banco mais atrativo do mercado**, com 20% da preferência. Ao longo deste estudo, a diferença de atratividade do Real para o líder do mercado é cada vez menor: 2004 = 13% < 2005 = 10% < 2006 = 6% < 2007 = 3%.

Os resultados finais de 2007 mostraram, também, que o Banco Real assume a liderança de cinco (de um total de 11) atributos de posicionamento de marca no mercado, principalmente aqueles referentes a Relacionamento (humano e próximo, supera as expectativas e preza relacionamento de longo prazo) e a Atuação Empresarial (postura ética e transparente e sustentabilidade). Para clientes ativos, a Pesquisa de Satisfação monitora o índice de clientes pessoa física “totalmente satisfeitos” (nota 5, numa escala de 1 a 5) com o Banco Real. O último resultado (out/2007) mostra que a Satisfação Total atinge cerca de 36% dos clientes. Os destaques positivos ficam para o Segmento Van Gogh (42%) e para os clientes que abriram a conta de forma espontânea (41%).

Satisfação dos Clientes	Jun/06	Nov/06	Jun/07	Out/07
Satisfeitos nota 4+5	78%	74%	76%	74%
Totalmente satisfeitos nota 5	41%	37%	39%	36%

Reclamações, Solicitações e Dúvidas	2006	2007
Número de reclamações, solicitações e dúvidas*	199.245	274.655

Transparência na Cobrança de Tarifas e Taxas

A informação sobre reajustes de taxas e tarifas aos clientes é divulgada de duas formas: via tabela de tarifas, afixada **30 dias** antes da data de vigência dos reajustes, como exige a legislação; via carta/mala-direta, quando há aumento de mensalidade das cestas de serviços (que são os pacotes de serviços que o cliente contrata pagando uma mensalidade em data por ele escolhida). Nesse segundo caso, por se tratar de informação relevante para o cliente, nossa prática é fazer a comunicação por **correspondência específica**. Procuramos fazer a postagem dessa correspondência com a maior antecedência possível em relação ao início da vigência da nova mensalidade. De toda forma, não há legislação que obrigue o Banco a fazer isso. Devido às novas resoluções do Banco Central com relação às tarifas bancárias (que passaram a vigorar no primeiro semestre de 2007), o Banco Real está planejando as ações para informar o cliente da maneira mais adequada, de modo a dirimir quaisquer dúvidas e esclarecer tudo o que muda no seu relacionamento com o Banco.

* Esses valores consideram o total de reclamações, solicitações e dúvidas do Banco Real (SAC e Ouvidoria). Em relação à Aymoré Financiamentos, até setembro está contemplado somente Ouvidoria e, após esse período, considerado SAC e Ouvidoria.

O aumento do número de manifestações deve-se aos seguintes fatores:

- aumento da base de contas correntes ativas;
- divulgação na mídia, realizada pelo Banco, para que os clientes entrem em contato com o SAC e a Ouvidoria;
- ações para o incentivo de registro de reclamações (abertura de novos canais aos clientes e implantação de ferramenta nas agências); e
- em out/2007, por força de lei, foram instituídas as Ouvidorias nas Instituições Financeiras, o que configurou mais um canal para registros de manifestações por parte dos clientes.

Sugestões e Reclamações para o Cliente

Em junho de 2007, a Organização, como uma das formas de endereçar o novo pilar de seu Modelo de Negócios – Melhores Processos e Disciplina na Execução –, lançou o Programa de Excelência em Processos (PEP). Foram selecionados, para sua primeira onda, **13 processos** (dentre eles, abertura de conta corrente empresa e pessoa física, encerramento de conta corrente, concessão de crédito imobiliário, conciliação de empréstimos consignados e formalização de empréstimos menores do que R\$ 30 mil em agências) e, ao longo do segundo semestre de 2007, foram aplicados os conceitos da metodologia Lean Seis Sigma para melhorar a qualidade das entregas relacionadas a estes. Os processos foram escolhidos levando-se em conta sua criticidade para os clientes, relevância nas listas e *rankings* de reclamações e alinhamento estratégico com os objetivos do Banco. Alguns resultados já puderam ser verificados ao longo de 2007, mas é grande o número de melhorias propostas a serem implementadas ao longo de 2008.

Pesquisa Pós-Atendimento (Serviço de Atendimento ao Cliente)

No final de 2006, a área de S&R (que, em 2007, foi desmembrada em SAC e Ouvidoria) iniciou o processo de pesquisa de pós-atendimento, que consiste em entrevistar uma amostra dos clientes que tiveram suas manifestações (Reclamações e Dúvidas) encerradas recentemente com a área do SAC. Os objetivos são acompanhar as “não-conformidades” de atendimento apontadas na pesquisa, bem como produzir ações que corrijam eventuais problemas detectados na pesquisa. A pesquisa abrange, mensalmente, **380 clientes** que tiveram suas manifestações encerradas com a área do SAC, a cada mês. No ano de 2007, a pesquisa foi realizada ininterruptamente, em todos os meses, e, de acordo com os resultados, tivemos significativa evolução da satisfação dos clientes com o serviço do SAC. Em novembro e dezembro de 2006, os índices de satisfação medidos foram, respectivamente, **59% e 60%**, e, nos mesmos meses de 2007, os índices medidos foram, respectivamente, **70% e 73%**. Os itens que mais impactam positivamente na satisfação dos clientes são a facilidade para entrar em contato com o SAC e a educação e cordialidade dos analistas; o item que causa maior insatisfação é o alto tempo para a solução dos problemas.

Processos Cíveis – Ações Indenizatórias

	2006	2007
Entradas de ações indenizatórias de clientes/público externo*	11.460	15.994

* Foram consideradas as ações Condenatórias, Obrigação de Fazer, Reclamatórias, Reparação de Danos, Ressarcimento, Restituição, Ordinárias e Indenizatórias.

Financiamentos Socioambientais (em mil R\$)*

	2006	2007
Total (Pessoa Jurídica + Pessoa Física)	217.046	824.911

* Esses valores referem-se aos créditos liberados, e não à posição da carteira de crédito no final do exercício. Em 2007, incluímos operações de Fiança na PJ. Alguns contratos liquidados durante o ano não foram considerados.

O aumento apresentado pelos **financiamentos socioambientais** em relação a 2006 deve-se principalmente ao segmento Pessoa Jurídica. Isso ocorreu não apenas pelo crescente foco que estamos dando ao tema, mas também pelo constante **aperfeiçoamento de ferramentas gerenciais e soluções voltadas à sustentabilidade**.

No ano de 2007, foram inclusas operações que anteriormente não estavam contempladas no Relatório de 2006 no montante de **R\$ 498 milhões**, relativos a operações socioambientais de fianças, capital de giro, repasses, entre outros. Com relação à Pessoa Física, constatamos queda nos financiamentos, devido ao aumento de concorrência no mercado (outros bancos ofertando produtos socioambientais).

Financiamentos que Impactam em Redução de Gases do Efeito Estufa

	2006*	2007**
Número de contratos aprovados/vendidos	3.943	1.088
Total de financiamento de contratos (mil R\$)	10.573	2.960

Nota: os números reportados neste indicador já estão inclusos nos financiamentos socioambientais.
* O número refere-se ao produto Kit Gás (Gás Natural Veicular).
** O número refere-se ao produto Kit Gás (Gás Natural Veicular) + Aquecedor Solar.
A queda de financiamento Kit Gás deve-se à crise do GNV e ao surgimento do carro flex.

Créditos de Carbono

	2006	2007
Total financiado* pelo banco	em volume financeiro (mil R\$)	ND 40.932
	em créditos de carbono (t de CO ₂)	ND 5.781.500
Total negociado** pelo banco	em volume financeiro (mil R\$)	ND 13.563
	em créditos de carbono (t de CO ₂)	ND 383.057

* Operações de crédito (financiamento) vinculadas aos créditos de carbono oriundas de projetos aprovados.
** Operações de *trade* (comercialização) de crédito de carbono.

Princípios do Equador

Os Princípios do Equador são um instrumento voluntário, criado por Instituições Financeiras, que prevê a adoção de princípios gerais de gestão socioambiental para financiamento de projetos.

Projetos Analisados por Categoria	2006	2007
Corporate Finance	0	0
Project Finance	2	2
Outros	2	2

Projetos Analisados por Valor	2006	2007
< US\$ 50 milhões	1	1
> US\$ 50 milhões e < US\$ 250 milhões	1	2
> US\$ 250 milhões e < US\$ 500 milhões	1	0
> US\$ 500 milhões e < US\$ 1.000 milhões	0	1
> US\$ 1 bilhão	1	0

	2006			2007		
	Aprovados	Aprovados c/ Condicionantes	Declinados	Aprovados	Aprovados c/ Condicionantes	Declinados
Categoria A	0	0	1	0	0	0
Categoria B	0	3	0	0	4	0
Categoria C	0	0	0	0	0	0

A auditoria não validou os critérios de categorização dos projetos:
Categoria A: projetos com impactos socioambientais significativos, irreversíveis, sem precedentes.
Categoria B: projetos com impactos ambientais adversos reversíveis e mitigáveis.
Categoria C: projetos com mínimo impacto social e ambiental.

Análise de Risco Socioambiental	Brasil*		Paraguai		Uruguai		Outros Países da América Latina	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Total estimado de pareceres	3.177	2.799	18	36	5	13	36	47
Pareceres – clientes aprovados	3.021	2.712	14	21	4	8	31	38
Pareceres – clientes aprovados com ressalvas	154	84	4	15	1	5	4	9
Pareceres – clientes declinados	2	3	0	0	0	0	1	0

Auditorias Ambientais e Visitas	2006	2007
Realizadas em empresas clientes avaliadas pelo risco socioambiental	9	6

Visitas relacionadas à verificação de aspectos de sustentabilidade nas instalações produtivas. São excluídas reuniões em escritório para discussão de outras questões de sustentabilidade. A necessidade de visitação *in loco* surge quando da existência de d vidas ou conflito de informações que foram disponibilizadas pela própria empresa, média ou mercado.

Asset Management	2006	2007
Total de carteira de renda variável (mil R\$)	2.149.991	5.167.076
Total da carteira de fundos SRI* (mil R\$)	168.474	768.905
% da carteira de fundos SRI* em relação ao total da carteira de renda variável	7,8%	14,9%

* Nas análises do Brasil, estão inclusos nove pareceres (aprovados com ressalva) do Fundo Infra-Brasil – Fundo de Investimento em Participações, cujo objetivo é colaborar com o desenvolvimento da infra-estrutura do País, por meio de investimentos em projetos nas áreas de logística, telecomunicações, distribuição e transporte de gás, saneamento e energia e outros setores de infra-estrutura. Os pareceres reportados do Uruguai, Paraguai e outros países da América Latina referem-se apenas aos pareceres executados no Brasil. Desde 2006, esses países vêm solicitando análises ao Brasil. O Paraguai tem uma política local de risco socioambiental desde 2006, e o Uruguai, desde 2007.

*SRI: Socially Responsible Investments.

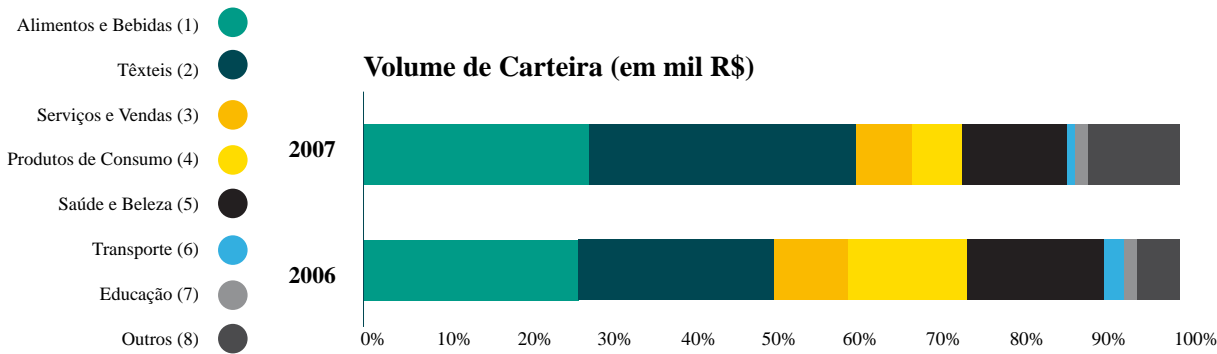
Microcrédito

Os dados reportados contemplam as operações ativas de microcrédito em dezembro de 2007. A classificação da carteira e a quantidade de clientes são estimadas.

Perfil de Clientes da Real Microcrédito (por categoria de taxa)	Clientes		Volume de Carteira (em mil R\$)	
	2006	2007	2006	2007
Recursos fornecidos com taxas de tesouraria	3.119	1.292	6.475	2.881
Recursos fornecidos com taxas de incentivo	8.382	52.129	9.889	53.954
Total	11.501	53.421	16.364	56.835

Perfil de Clientes da Real Microcrédito (por tipo de atividade)	Clientes		Volume de Carteira (em mil R\$)	
	2006	2007	2006	2007
Alimentos e bebidas (1)	2.857	14.892	4.295	15.897
Têxteis (2)	2.671	17.461	3.989	18.834
Serviços e vendas (3)	870	3.045	1.496	3.483
Produtos de consumo (4)	1.661	3.197	2.343	3.465
Saúde e beleza (5)	2.711	7.921	2.801	7.474
Transporte (6)	239	541	380	553
Educação (7)	89	240	152	406
Outros (8)	403	6.124	908	6.723
Total	11.501	53.421	16.364	56.835

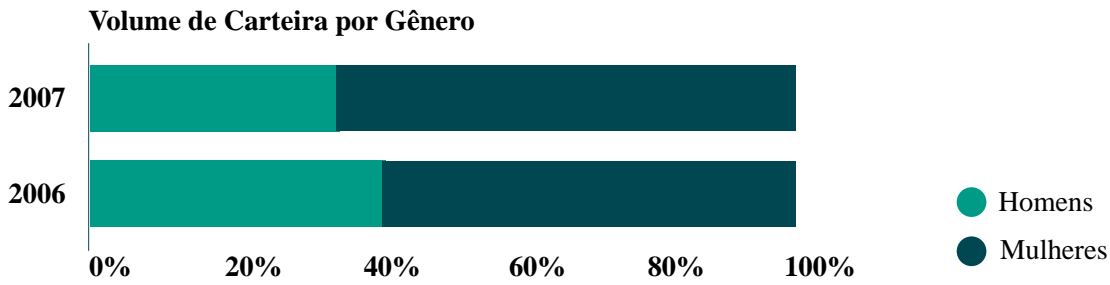
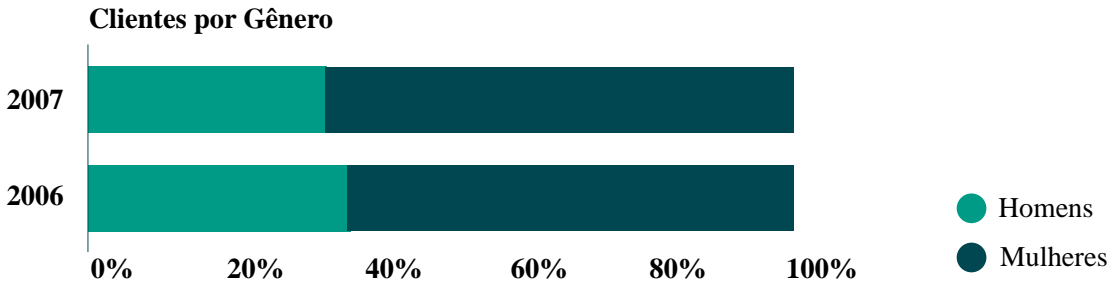
- Os dados reportados contemplam as operações ativas de microcrédito, em dezembro de 2007.
- (1) Bares, mercearias, padarias, quitandas, lanchonetes, docerias, açougues, peixarias etc.
- (2) Confecção e lojas de roupas e calçados, brechós, sapatarias, costureiras autônomas, tecelagem etc.
- (3) Oficinas mecânicas, funilaria, pintura, marcenaria, serralheria, despachantes, artes gráficas, locadoras de vídeo etc.
- (4) Vendas de artigos diversos, bazar, artesanato, papelaria etc.
- (5) Salão de beleza, cabeleireiro, venda de cosméticos, manicure, pedicure etc.
- (6) Carreto, transporte de carga, transporte escolar, serviço de *motoboy* etc.
- (7) Escola, colégio, creche, livrarias etc.
- (8) Outros negócios não classificados: negócios imobiliários, *pet shops*, floricultura, embalagens, revelação de fotos etc.



0% 10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

Perfil de Clientes da Real Microcrédito (por gênero)	Clientes		Volume de Carteira	
	2006	2007	2006	2007
Homens	36,8%	33,7%	42,2%	36,2%
Mulheres	63,2%	66,3%	57,8%	63,8%

Nota: o número contempla apenas clientes pessoa física. 0,7% do volume financeiro da carteira e 0,3% de clientes são pessoa jurídica.



Acesso para Pessoas com Deficiência	Unidades com Acesso para Pessoas com Deficiência		% em relação ao número total de unidades	
	2006	2007	2006	2007
Agências*	1.084	1.054	99,4%	92,6%
Prédios Administrativos**	13	9	100,0%	90,0%
Filiais Aymoré	33	58	53,2%	86,6%
Total	1.130	1.121		

Nota: os postos de atendimento bancário (PABs), postos de atendimento eletrônico (PAEs) e postos de atendimento público (PAPs) não foram considerados por estarem em infra-estrutura não controlada pelo Banco, como *shopping centers*, empresas clientes, áreas públicas etc.

* Houve decréscimo na quantidade de 2007 em relação à quantidade de 2006, causado por obras de melhoria ou readequações de rampas para acesso a deficientes, mudança das agências que exigiram obras em rampas na nova localização, entre outros.

** Houve diminuição na quantidade total de prédios administrativos do Banco. Em 2007, o prédio da Boa Vista (sem acesso a PPDs) passou a ser considerado prédio administrativo.

Indicadores de Público Interno

Pesquisa de Engajamento

Em 2005, começamos a aplicar a Pesquisa de Engajamento para medir os níveis e os fatores de engajamento e de comprometimento dos funcionários com a Organização. Medir o engajamento dos funcionários é importante porque funcionários engajados contribuem para o sucesso do Banco. Até 2006, a pesquisa era anual e, a partir de então, tornou-se bianual. Portanto, em 2007, não houve Pesquisa de Engajamento. A pesquisa é realizada de maneira voluntária e enviada para todos os nossos funcionários. Por isso, o índice de participação, em 2006, foi impressionante: **85%** ! No ano de 2006, um dos resultados mais favoráveis foi o índice de **funcionários que têm orgulho de trabalhar no Banco (98%)**. Além disso, **99%** consideram o Banco responsável em relação ao meio ambiente, e 97% acreditam que o Banco tem um **comportamento socialmente responsável**. A pesquisa também nos mostrou algumas oportunidades de melhoria, como a visão dos funcionários sobre a correlação entre salário e desempenho: **43%** consideram que essa **correlação não é boa**. E apenas **52%** afirmam conhecer os critérios de administração salarial do Banco. Para alavancar os resultados da pesquisa e realizar melhorias nos aspectos apontados como oportunidades para tal, os resultados da Pesquisa de Engajamento são utilizados como *input* para o planejamento das ações da área de Desenvolvimento Humano (DH). Os resultados completos também são quebrados por área e entregues para cada *Business Partner* da DH, responsável por cascatear esses resultados e elaborar planos de ação, com base nos resultados, com as áreas. Esses resultados detalhados também são utilizados pelas áreas para elaborar o planejamento anual.

Perfil dos Funcionários

Número de Funcionários por Empresa do Grupo	2006	2007
Banco Real	24.237	31.124
Real Corretora Seguros	527	411
Banco Sudameris*	4.184	0
Outras**	1.110	1.486
Total de Funcionários	30.058	33.021

* O Banco Sudameris foi incorporado pelo Banco Real em setembro de 2007.
** Outras empresas incluem: Asset Manag. DTVM S.A., Credicenter Empreend. Promoções, Instituto Escola Brasil, Real Microcrédito, WebMotors S.A. e Fundação Sudameris.

Número de Funcionários por Região

	2006	2007
Norte	598	628
Nordeste	2.981	3.160
Centro-Oeste	1.243	1.342
Sudeste	22.834	25.318
Sul	2.402	2.573
Total de Funcionários	30.058	33.021

Perfil dos Funcionários*

Perfil dos Funcionários*	% em relação ao Total de Funcionários		% em cargos Operacionais**		% em cargos Administrativos**	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Mulheres amarelas	1,85%	1,66%	1,44%	1,33%	2,38%	1,99%
Mulheres brancas	45,28%	45,80%	49,98%	49,63%	44,61%	46,26%
Mulheres pardas	5,33%	5,98%	7,28%	8,17%	3,49%	3,89%
Mulheres pretas	0,77%	0,98%	1,17%	1,50%	0,29%	0,34%
Mulheres indígenas	0,06%	0,05%	0,07%	0,07%	0,03%	0,02%
Homens amarelos	1,29%	1,13%	0,67%	0,62%	1,54%	1,20%
Homens brancos	38,72%	37,35%	31,24%	30,21%	42,21%	40,54%
Homens pardos	5,55%	5,79%	6,47%	6,76%	4,96%	5,14%
Homens pretos	1,12%	1,19%	1,62%	1,65%	0,49%	0,62%
Homens indígenas	0,04%	0,05%	0,06%	0,07%	0,01%	0,00%
Total em número absoluto	30.058	33.021	17.578	19.339	7.942	8.904

Perfil dos Funcionários*

Perfil dos Funcionários*	% em cargos de Especialistas**		% em cargos Gerenciais**		% em cargos de Diretoria**	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Mulheres amarelas	2,68%	2,49%	1,42%	1,92%	0,00%	0,00%
Mulheres brancas	28,87%	30,27%	26,78%	27,34%	13,49%	11,76%
Mulheres pardas	1,13%	1,16%	0,24%	0,00%	0,00%	0,00%
Mulheres pretas	0,05%	0,12%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Mulheres indígenas	0,08%	0,05%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Homens amarelos	3,46%	3,18%	1,90%	2,16%	1,59%	1,47%
Homens brancos	60,20%	58,93%	67,54%	67,15%	84,92%	86,03%
Homens pardos	3,18%	3,30%	2,13%	1,44%	0,00%	0,74%
Homens pretos	0,33%	0,47%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Homens indígenas	0,03%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total em número absoluto	3.990	4.215	422	417	126	136

* Dados obtidos do cadastro de funcionários no sistema de RH, conforme classificação definida pelo próprio funcionário no momento da admissão. Do total, dez funcionários não declararam a raça no sistema. ** Percentuais em relação ao total em cada nível de cargo.

Distribuição por Faixa Etária
(% em relação ao Total
de Funcionários)

	2006	2007
De 14 a 19 anos	0,7%	0,7%
De 20 a 29 anos	41,9%	43,0%
De 30 a 39 anos	34,8%	34,4%
De 40 a 44 anos	9,8%	9,1%
De 45 a 49 anos	7,9%	7,4%
Com 50 anos ou mais	5,0%	5,5%

Contratação de Funcionários

Temos dois processos para contratações de funcionários: o recrutamento interno e o externo. O Banco **prioriza o recrutamento interno**, possibilitando que seus funcionários possam se candidatar para as posições em aberto e, assim, **se movimentar na carreira** tanto horizontal quanto verticalmente. As vagas são publicadas na intranet, e o funcionário deve ter, no mínimo, um ano de Banco e seis meses na função para participar do processo. Em seguida, há uma seleção, em que os adequados às vagas em aberto são chamados para entrevistas com as áreas requisitantes. Para o recrutamento externo, contamos com a parceria de diversas consultorias, que identificam no mercado candidatos com o perfil da vaga. A partir disso, os gestores fazem a entrevista. Nesse caso, também existe um processo descentralizado, realizado diretamente pelos gestores da rede de agências, também com o apoio de consultoria de recrutamento e seleção.

Distribuição por Tempo
na Empresa (% em relação
ao Total de Funcionários)

	2006	2007
Até 5 anos	53,2%	56,2%
De 6 a 10 anos	18,1%	17,2%
De 11 a 20 anos	19,0%	17,3%
Com mais de 20 anos	9,7%	9,3%

Distribuição por Nível de Cargo	Total de Funcionários no Cargo		% em relação ao Total de Funcionários	
	2006	2007	2006	2007
Operacionais	17.578	19.346	58,5%	58,6%
Administrativo	7.942	8.905	26,4%	27,0%
Especialistas	3.990	4.216	13,3%	12,8%
Gerencial	422	418	1,4%	1,3%
Diretoria	126	136	0,4%	0,4%
Total	30.058	33.021	100%	100%

Diversidade

Funcionários com Deficiência	2006	2007
Funcionários com deficiência admitidos	838	174
Número de funcionários com deficiência	1.320	1.369
Percentual de funcionários com deficiência em relação ao total de funcionários	4,39%	4,15%

Diversidade nos Comitês
(Comitês de Nível de Atuação
Administrativo)

	2006	2007
Por gênero		
Homens	80,0%	75,0%
Mulheres	20,0%	25,0%
Por raça		
Brancos	91,0%	89,5%
Pardos	2,0%	1,6%
Amarelos	7,0%	7,3%
Pretos	0,0%	1,6%
Indígenas	0,0%	0,0%

Programas e Iniciativas para Pessoas
com Deficiência

- O Banco possui diversas iniciativas para pessoas com deficiência:
- Programa Geração Eficiente – estágio voltado para pessoas com deficiência, que realizam curso superior com duração de um ano e possibilidade de efetivação após seis meses.
 - Inclusão de critérios de diversidade/pessoas com deficiência no processo de concorrência de consultorias de Recrutamento & Seleção.
 - Oficinas de Diversidade no Programa de Desenvolvimento de Lideranças.
 - Monitoramento dos funcionários que são pessoas com deficiência quanto ao processo de integração, acessibilidade e desenvolvimento.
 - Implantação de ações em parceria com o Grupo de Diálogo de Pessoas com Deficiência, formado por cerca de 20 profissionais, com e sem deficiência.
 - Adaptações arquitetônicas para permitir a acessibilidade às pessoas com deficiência e ações de treinamento em libras, sob responsabilidade de um Comitê de Acessibilidade.
 - Doação do *software* de voz Virtual Vision.

Política de Combate ao Assédio Sexual

A Política de Restrição ao Assédio tem o objetivo de restringir toda e qualquer forma de assédio, para garantir a **vivência dos Valores Corporativos de Integridade, Profissionalismo, Trabalho em Equipe e Respeito com todos os públicos** com os quais a Organização se relaciona. O Banco Real está comprometido em prover um **ambiente de trabalho livre de discriminação** e de assédio e esperamos que todos os funcionários façam sua parte. Determinados comportamentos são consensualmente definidos como inadequados a uma convivência saudável no mundo corporativo. Faz parte desse grupo de ações consideradas inconvenientes e, portanto, inaceitáveis, o assédio moral e/ou sexual a um colega ou subordinado. Por meio dessa política, a Organização reforça sua **intolerância para com atitudes de assédio**, sob qualquer circunstância, envolvendo funcionários de todos os níveis hierárquicos, bem como trabalhadores sem vínculo empregatício, como estagiários, contratados ou temporários, fornecedores, terceiros ou até mesmo clientes.

Remuneração e Benefícios

Salário Comparado	2006	2007
Valor (em R\$) do menor salário do Banco (inclui PLR e Bônus)	1.020,77	1.038,00
Valor (em R\$) do salário mínimo vigente	350,00	380,00
Relação entre o menor salário e o salário mínimo vigente	2,9	2,7

Benefícios	Gasto Total (em mil R\$)		Número de Pessoas Beneficiadas	
	2006	2007	2006	2007
Alimentação (1)	184.564	214.303	33.994	35.696
Atividades de lazer (2)	3.662	5.683	ND	ND
Bolsas de graduação (3)	5.856	6.541	4.283	3.762
Creche / babá (4)	10.716	11.474	5.611	5.835
Donativos assistenciais (5)*	1.377	1.907	ND	ND
Outros benefícios (6)	32.950	93.867	ND	ND
Plano odontológico (7)	4.427	4.689	33.208	35.499
PPR e bonificação (8)	364.137	375.506	31.052	33.833
Previdência privada (9)**	75.596	84.363	30.078	33.866
Saúde (10)	83.062	89.201	39.721	40.988
Seguro de vida (11)	4.528	4.702	23.068	23.215
Transporte (12)	15.624	17.785	13.190	16.047
Total	786.499	910.021		

(1) Tíquetes-restaurantes etc.

(2) Reembolso de ginástica, atividades de lazer e recreação.

(3) Bolsa de estudo para graduação.

(4) Manutenção de creches e auxílio-creche. Cota mensal para funcionários com filhos de até 6 anos e 11 meses.

(5) Situação de calamidade pública, tratamento médico-hospitalar não coberto pelo convênio, aparelhos ortopédicos etc.

(6) Em 2007, foram contemplados os seguintes benefícios: previdência privada dos aposentados (assistência médica), seguro de vida dos aposentados, despesa com cursos de prevenção, vacinação, administração de frotas, combustíveis. Em 2006, não foram considerados benefícios dos aposentados.

(7) Cobertura oferecida para funcionários até o cargo de gerência e seus dependentes.

(8) Participação nos resultados do Banco.

(9) Contribuições para fundação própria ou para entidades de previdência privada.

(10) Assistência médica, convênios/auxílio-doença. Cobertura oferecida a todos os funcionários, dependentes e agregados (pai, mãe, filhos solteiros maiores de 24 anos).

(11) Seguro de vida e de acidentes pessoais pagos pelo Banco.

(12) Vale-transporte, ônibus etc. Concedido a todos os funcionários que utilizem o transporte coletivo com gasto superior a 4% de seu salário.

O quadro de benefícios contempla todos os funcionários ativos e inativos que foram beneficiados em 2007.

* O número de funcionários beneficiados por donativos assistenciais não está disponível. Porém, a quantidade de donativos foi de, em 2006, 2.638 e, em 2007, 3.238.

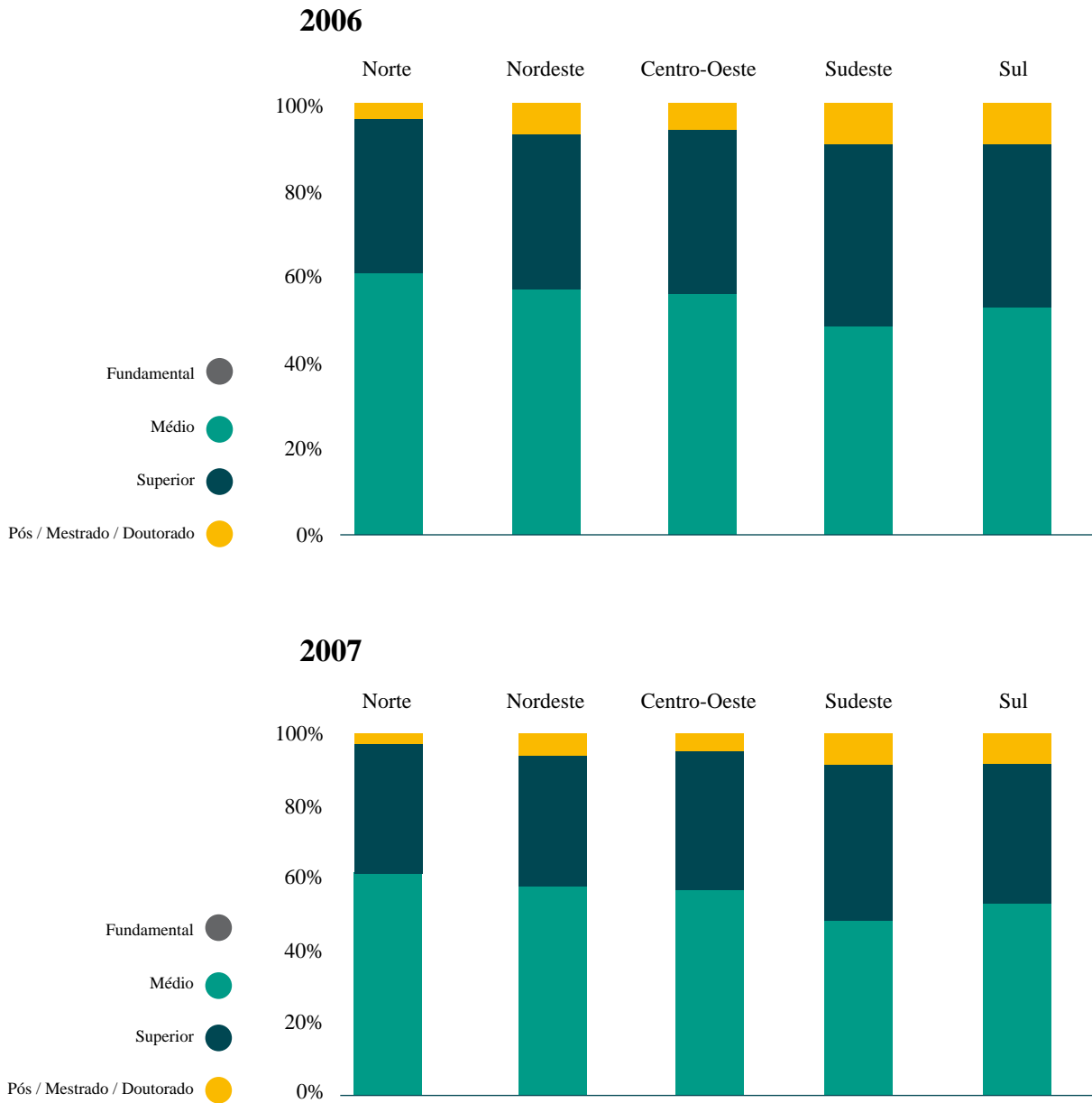
** No caso de previdência privada, estão contemplados somente os funcionários ativos.

Preparação para a Aposentadoria (em mil R\$)	2006	2007
Total gasto no Programa Vida e Carreira na Maturidade	217	195

Requalificação e Recolocação Profissional (em mil R\$)	2006	2007
Total gasto com requalificação e recolocação profissional	918	697

Educação
e Desenvolvimento Profissional

Distribuição dos Funcionários por Grau de Escolaridade



Distribuição dos Funcionários por Grau de Escolaridade (por região)	2006			
	Fundamental	Médio	Superior	Pós / Mestrado / Doutorado
Norte	0,5%	60,4%	36,0%	3,2%
Nordeste	0,4%	57,0%	36,3%	6,3%
Centro-Oeste	0,8%	55,5%	38,5%	5,2%
Sudeste	0,9%	47,3%	43,1%	8,7%
Sul	0,5%	52,0%	38,8%	8,6%

Distribuição dos Funcionários por Grau de Escolaridade (por região)	2007			
	Fundamental	Médio	Superior	Pós / Mestrado / Doutorado
Norte	0,5%	58,0%	38,2%	3,3%
Nordeste	0,3%	56,4%	36,7%	6,6%
Centro-Oeste	0,5%	54,3%	39,7%	5,5%
Sudeste	0,6%	49,1%	42,0%	8,3%
Sul	0,4%	52,2%	38,7%	8,7%

Número de Funcionários Beneficiados por Bolsas de Estudo	2006	2007
Bolsas de estudo de graduação	4.283	3.762
Bolsas de estudo de cursos de pós-graduação	354	350
Bolsas de estudo de idiomas	295	279
Total de bolsas	4.932	4.391

Treinamentos Registrados de Funcionários	Horas de Treinamento Presenciais		Horas de Treinamento a Distância		Total de Horas de Treinamento	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Operacional	357.958	380.256	223.468	271.105	581.426	651.361
Administrativo	289.997	380.400	127.207	97.328	417.204	477.728
Especialista	192.397	260.381	44.264	33.207	236.661	293.588
Gerencial	16.747	38.182	2.605	1.883	19.352	40.065
Diretoria	3.863	7.632	656	523	4.519	8.155
Total	860.962	1.066.851	398.200	404.046	1.259.162	1.470.897

Considera-se treinamento os cursos internos (desenvolvidos e aplicados pelo Banco Real) presenciais ou a distância. O nível operacional contempla, também, estagiários.

* O percentual de funcionários treinados por nível de cargo não considera a margem de erro em função da rotatividade, ou seja, pode haver funcionários treinados que não existem mais na base ativa de funcionários de dezembro (por isso os números atingem mais de 100%).

Treinamentos Registrados de Funcionários	Total de Funcionários Treinados		Percentual de Funcionários Treinados*	
	2006	2007	2006	2007
Operacional	20.902	21.752	118,9%	112,4%
Administrativo	8.817	9.228	111,0%	103,6%
Especialista	4.479	4.444	112,3%	105,4%
Gerencial	458	444	108,5%	106,2%
Diretoria	138	144	109,5%	105,9%
Total	34.794	36.012		

Desenvolvimento de Lideranças	2006	2007
Funcionários que receberam treinamentos focados no desenvolvimento de lideranças	840	1.310

Treinamentos em Sustentabilidade	2006	2007
Profissionais treinados no tema sustentabilidade*	8.399	12.590

* O número contempla funcionários e estagiários treinados em sustentabilidade.

Profissionais Dedicados à Integração de Sustentabilidade	2006	2007
Profissionais de nível gerencial dedicados parcialmente ou integralmente ao tema sustentabilidade	14	12
Total de funcionários dedicados parcialmente ou integralmente ao tema sustentabilidade	190	407

Nota: o número contempla profissionais de áreas ligadas à sustentabilidade (Desenvolvimento Sustentável, Microcrédito, Risco Socioambiental etc). O aumento deste número deveu-se à expansão do microcrédito.

Investimentos em Treinamento / Ações Educativas	2006	2007
Total investido (em mil R\$)	57.065	74.647
Percentual em relação à receita líquida da intermediação financeira*	0,32%	0,51%

* Considera-se para o cálculo da receita líquida da intermediação financeira: Resultado Bruto da Intermediação Financeira excluindo-se Provisões + Receitas de Prestação de Serviços + Outras Receitas Operacionais - Outras Despesas Operacionais.

Iniciativas para a Juventude

A meta do Programa de Trainees é **formar líderes para a Organização**. O programa proporciona o desenvolvimento profissional intensivo para jovens desenvolverem suas carreiras com perspectivas realistas de sólido encareiramento na Instituição. Para os estagiários, não existe um programa estruturado, mas temos um alto índice de contratação, e grande parte é efetivada. O Banco contrata estagiários somente a partir do 2º ano da faculdade e desde que suas práticas de trabalho estejam alinhadas com o curso que realizam. O Programa Jovem Aprendiz é desenvolvido em parceria com ONGs, com o objetivo de oferecer aos jovens entre 14 e 24 anos formação profissional para prepará-los para o mercado de trabalho. Cada jovem conta com o apoio de um tutor, ao longo de dois anos, duração do programa, em que parte do tempo é dedicada à realização de atividades práticas na área em que atuam e outra parte, à formação teórica. Para a seleção, são priorizados jovens oriundos de famílias de baixa renda e que estudem na rede pública de ensino.

Saúde, Segurança e Qualidade de Vida

Acidentes de Trabalho	2006	2007
Acidentes de funcionários com afastamento*	130	264
Acidentes de funcionários sem afastamento	ND	ND
Acidentes de terceirizados com afastamento	ND	ND
Acidentes de terceirizados sem afastamento	ND	ND

Quantidade de funcionários que saíram de licença devido a acidente de trabalho.

* Variação devido a mudanças na legislação, em 2007, do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP-INSS), alterações na classificação de alguns códigos de doenças (CID) de auxílio-doença para auxílio-acidentário (algumas doenças passaram a ser consideradas acidentes de trabalho).

Tipos de Afastamento (Doenças e Acidentes)

Os motivos mais comuns de afastamento, em 2007, foram as doenças de **sinovite e tenossinovite**, com **26,61%** dos casos; tivemos, também, **lesões no ombro**, com **14,87%**, e, em terceiro lugar, os **episódios depressivos**, com **11,73%**. As ações implementadas nesses casos foram ginástica laboral, ginástica de relaxamento, Treinamentos sobre Prevenção de Acidentes, distribuição de cartilha sobre LER / DORT para todos os funcionários. Para casos de episódios depressivos, por meio do Programa de Apoio Pessoal Especializado (Pape), os funcionários contam com o apoio de profissionais especializados, dentre eles psicólogos 24 horas por dia, e também com apoio psicossocial e financeiro, caso necessário. O funcionário tem subsídio para a compra de medicamentos e tratamento psicológico, sendo elegíveis funcionários que ganham até 30 salários mínimos.

Campanhas de Conscientização sobre Saúde

Além dos benefícios existentes voltados para uma vida melhor, vale destacar as palestras com profissionais de renome nos diferentes segmentos, artigos específicos publicados na rede interna e matérias à disposição em nossa biblioteca. As **Oficinas de Qualidade de Vida** para o Programa de Desenvolvimento de Lideranças (PDL), realizadas no 2º semestre, em várias capitais, atingiram centenas de colaboradores, que, certamente, irão multiplicar, em seus locais de trabalho, os conceitos e práticas vivenciados, além da vacinação contra gripe para todos os funcionários do Banco e funcionários terceirizados.

Políticas Internas para Portadores de HIV e Outras Doenças Graves

Em relação a portadores de HIV, o Banco não realiza intervenção, pois esse tipo de patologia passou a ter cobertura completa dos convênios, por determinação da Agência Nacional Reguladora.

Sobre doenças crônicas, nossas prestadoras de assistência médica estão desenvolvendo um **acompanhamento médico especial** para funcionários, agregados e dependentes. Monitoramos esse acompanhamento por meio de relatórios.

- Em relação a doenças graves, participamos de duas maneiras:
- relatórios elaborados pelas prestadoras de assistência médica, que mostram, por tempo e custo de internação, os casos mais graves (nesses casos, intervimos quando necessário); ou
 - home-cares*, visitados mensalmente pelos médicos das prestadoras, que enviam um laudo para nos manter informados de cada caso.

Ações Voltadas para Filhos de Funcionários

Dentre as várias ações esportivas e recreativas, podemos destacar: expansão das aulas regulares (Meditação, Ioga, Exercícios Chineses e Musicantes) para o prédio da Brigadeiro, inclusão de jogos recreativos (Paulista e Brigadeiro), Projeto Você Bem (pausas interativas durante a jornada) nos prédios Aymoré, Brigadeiro e Paulista, convênio com teatros, inclusão do Curso de Xadrez e aulas de Ioga para Gestantes. **A presença de familiares é incentivada nos projetos esportivos e culturais**, proporcionando o desenvolvimento do equilíbrio social e profissional. Nos torneios de Voleibol, Futebol de Salão, Futebol Society, Tênis de Campo, Tênis de Mesa e Pebolim, realizados em 2007, tivemos mais de 1.500 participantes.

Perfil das Relações de Trabalho

* Foram considerados funcionários terceirizados nos Prédios Administrativos e pessoal da limpeza e vigilantes das agências.

Composição	2006	2007
Funcionários efetivos	30.058	33.021
Funcionários terceirizados (estimativa)*	8.359	9.216
Estagiários	1.872	1.991
Adolescentes aprendizes	87	164

Geração de Emprego e Retenção de Funcionários (por região)	Número de Funcionários Admitidos		Número de Funcionários Demitidos		Turnover	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Região Norte	148	140	83	116	13,9%	18,5%
Região Nordeste	563	550	357	372	12,0%	11,8%
Região Centro-Oeste	276	280	172	200	13,8%	14,9%
Região Sudeste	4.404	5.242	2.945	2.754	12,9%	10,9%
Região Sul	448	498	267	319	11,1%	12,4%
Total	5.839	6.710	3.824	3.761	12,7%	11,4%

Processos de Reestruturação de Negócios

Em 2007, não houve nenhum processo de reestruturação dos negócios que provocou mudanças relevantes para a Organização. O que podemos citar é a reestruturação que ocorreu, em 2006, na área de Tecnologia da Informação, que envolveu o desligamento de um número significativo de pessoas, projetos Symphony e Harvest.

A área de **Desenvolvimento Humano é parceira das áreas em transformação para a estruturação e a implementação de planos de mudança**. Isso inclui ações de comunicação (para que todos os funcionários tenham conhecimento das mudanças e dos impactos), treinamento dos gestores em Gestão da Mudança e suporte aos profissionais desligados. Negociações de gratificações adicionais e extensão de benefícios, bem como o Programa de Orientação à Carreira e Recolocação Profissional, também são consideradas para minimizar o impacto aos profissionais envolvidos.

Relacionamento com os Sindicatos

A relação com os mais de **170 sindicatos dos bancários** existentes atualmente no País vem se **fortalecendo dia-a-dia**. Tem contribuído para isso a atuação de nossos gestores, que são continuamente preparados para o diálogo com a representação dos empregados, sempre buscando a composição de eventuais conflitos decorrentes da relação de trabalho, de natureza individual e/ou coletiva. O ano de 2007 foi marcado pelo compartilhamento de informações, bem como pelo atendimento e debate das questões trazidas pelos dirigentes sindicais. Revisitamos o treinamento para os gestores de rede, de maneira a melhor capacitá-los para o relacionamento com os sindicatos locais, contribuindo para a rápida solução dos conflitos. Além disso, foram realizadas reuniões formais de negociação entre as representações sindicais e o Banco, para a solução de problemas.

* O número de inscritos informado para 2006 e 2007 é de inscrições feitas em 2005 e 2006, respectivamente, para os programas de 2006 e 2007.

Atração de Profissionais	2006	2007
Nº de estudantes que estagiaram na Organização	3.238	3.687
Nº de estagiários efetivados no período	945	1.018
Total de inscritos no Programa de <i>Trainee</i> *	18.246	20.798
Total de <i>trainees</i> contratados	31	20

*Funcionários filiados aos sindicatos.

Funcionários Sindicalizados	2006	2007
Funcionários sindicalizados*	11.898	12.354
Percentual de funcionários sindicalizados	39,6%	37,4%
Lideranças sindicais e representantes	377	401

Nota: considera o número de entradas de ações trabalhistas, ou seja, processos iniciados no ano em questão, e não o total de processos em andamento.

Processos Trabalhistas	2006	2007
Ações trabalhistas de ex-funcionários	1.944	2.466

Reclamações Trabalhistas

A Diretoria Jurídica possui área específica de Consultoria Trabalhista e Previdenciária, cujo principal objetivo é dar conformidade jurídica às políticas de Recursos Humanos. Sendo assim, a Consultoria atua não só pontualmente, emitindo pareceres e orientando a gestão em casos concretos, como também de forma preventiva e corretiva ampla, na Organização, mediante análise das principais causas de reclamações trabalhistas e autos de infração, sempre considerando a legislação em vigor e a jurisprudência dominante. Além disso, a equipe de Consultoria Trabalhista e Previdenciária analisa todas as alterações legislativas correlatas à área, visando orientar a gestão e a Diretoria de Desenvolvimento Humano quanto às melhores políticas internas. Há participação ativa em comitês internos e externos, com o objetivo de identificar e diminuir os riscos trabalhistas para o Banco Real. Em 2007, foram ministrados cursos e palestras aos gestores sobre questões trabalhistas diversas, buscando formas de mitigar os riscos e aprimorar a gestão. Ademais, atualmente, enfatizamos a conciliação, tanto judicial quanto por meio das Comissões Extrajudiciais de Solução de Conflitos Individuais.

Indicadores de Fornecedores

Fornecedores Ativos	2006	2007
Número de fornecedores ativos*	1.391	1.798

* Foram considerados aqueles fornecedores com os quais temos contrato em vigor e foram beneficiários de um ou mais pagamentos, sendo o total destes pagamentos superior a R\$ 1.000,00.

Política de Gestão de Fornecedores

A Política de Manifestação de Fornecedores, publicada em agosto de 2006, visa **estabelecer diretrizes para o tratamento de questões e reclamações** provenientes da nossa cadeia de fornecedores, buscando a melhoria dos procedimentos, políticas e recursos utilizados na gestão de produtos e serviços contratados, bem como a garantia de uma **relação transparente e ética** com esse público. A Política de Terceirização de Serviços, publicada em setembro de 2006, tem por objetivo estabelecer as diretrizes que deverão nortear os processos de terceirização do Banco Real, visando garantir a identificação e administração de riscos de reputação, estratégico, operacional e jurídico inerentes a esses processos.

Parcerias de Valor*	2006	2007
Quantidade de Parcerias de Valor assinadas	43	172

* O processo de “Parceria de Valor” visa traçar as principais diretrizes na relação do Banco com seus fornecedores, para a construção e manutenção de uma parceria que adicione valor a todos os envolvidos. Nesse sentido, representa um compromisso compartilhando as crenças do Banco e os desafios para fomentarmos, juntos, uma sociedade que seja economicamente eficiente, socialmente justa, politicamente democrática e ambientalmente sustentável. O documento Parceria de Valor não é distribuído a todos os fornecedores do Banco. A entrega acontece apenas em eventos específicos do Fórum de Fornecedores, e a assinatura do Termo de Compromisso é feita de forma voluntária pelos fornecedores.

Fórum de Fornecedores

Em meados de 2001, o Banco começou a mobilizar seus fornecedores para uma **reflexão sobre a necessidade de gerir os negócios sob a ótica da sustentabilidade**, por meio da conscientização de um número cada vez maior de fornecedores. Eles são convidados a participar de um encontro no qual o Banco compartilha suas experiências e os incentiva a adotar práticas sustentáveis na gestão de suas empresas. Quem aceita o desafio é estimulado a fazer uma auto-avaliação, com base nos Indicadores Ethos, e traçar planos de melhorias dos aspectos mais críticos. Desde 2001, foram realizados **15 encontros** que, hoje, envolvem ativamente mais de **300 empresas**. O 4º ciclo do **Fórum de Fornecedores**, realizado em outubro de 2007, contou com a participação de **118** novas empresas.

Pagamentos de Fornecedores	2006	2007
% de pagamentos realizados segundo os termos estabelecidos, em relação ao prazo de pagamento*	99,95%	97,60%

* O critério de pagamentos no prazo foi modificado em 2007, comparado com 2006. Em 2007, consideramos como pagamento no prazo apenas aqueles cujo prazo formal originalmente acordado com o fornecedor foi atendido. Em 2006, também considerávamos como pagamento efetuado no prazo aqueles cujo vencimento foi prorrogado pelo fornecedor. Esta mudança não teve impacto significativo no indicador, mas levou a uma pequena redução.

Mobilização de Fornecedores

20062007

Fornecedores envolvidos nas iniciativas socioambientais que o Banco realiza

92164

Processos Trabalhistas de Terceiros

20062007

Ações trabalhistas de empresas terceirizadas

1.0762.218

Fornecedores Qualificados

20062007*

Número de fornecedores qualificados

689

Considera o número de entradas de ações trabalhistas, ou seja, processos iniciados no ano em questão, e não o total de processos em andamento.

O processo de qualificação visa reduzir os riscos trabalhistas, operacionais, legais e financeiros inerentes à relação com os fornecedores, assim como estabelecer relacionamentos de longo prazo. Consiste na aplicação de um questionário de auto-avaliação, com critérios técnico-operacional, administrativo-financeiro, governança, social e ambiental, que permite o cálculo do Índice de Qualificação de Fornecedores (IQF), medida-padrão utilizada como critério de seleção.

*Em 2007, revisamos o processo e fizemos alguns ajustes. Demos prioridade à capacitação dos gestores para a implementação do modelo de gestão e relacionamento, envolvendo as fases de cadastro, qualificação, avaliação de desempenho e relacionamento estruturado. Estas mudanças levaram à diminuição no número de fornecedores qualificados.

100

Envolvimento com Fornecedores Comunitários

Somos fundadores e mantenedores da ONG Integrare (Centro de Integração de Negócios), ao lado de empresas como a IBM, Dupont e Kodak, entre outras. Fazemos parte do Conselho Deliberativo (vice-presidência) e somos membro do Conselho Fiscal. Essa organização promove a aproximação entre empresas pertencentes a grupos tradicionalmente excluídos (negros, indígenas e pessoas com deficiência) e grandes corporações, para realização de negócios.

Em 2007, efetuamos **R\$ 1,5 milhão em compras** de empresas ligadas ao Integrare.

Indicadores de Meio Ambiente

Consumo de Papel*	Branco (toneladas)		Reciclado (toneladas)	
	2006	2007	2006	2007
Papel para uso de escritório (bobinas, A4, A5 e escritório) e envelopes do caixa rápido	532	410	1.883	1.977
Papel para fins promocionais**	140	126	1.000	1.099
Papel para formulários/plano contínuo (circulação interna)**	314	73	804	1.605
Papel para cheques**	86	124	344	476
Total	1.072	733	4.031	5.157

* Os valores de consumo de papel são baseados em dados fornecidos por fornecedores.

** O cálculo desses valores é estimado.

Consumo de Energia Elétrica	Consumo Total (kWh)		Consumo Médio por Funcionário (kWh)	
	2006	2007	2006	2007
Prédios administrativos	39.920.816	38.571.570	4.311	3.884
Agências, PABs e PAEs*	102.648.000	104.900.000	5.769	5.608
Total	142.568.816	143.471.570		

* Para agências, PABs e PAEs, o consumo é estimado com base no valor desembolsado em cada unidade e num custo médio do kwh para a região onde se situa a unidade.

Consumo de Água*	Consumo Total (m³)		Consumo Médio por Funcionário (m³)	
	2006	2007	2006	2007
Prédios administrativos	167.492	138.949	18	14
Agências, PABs e PAEs	505.026	514.978	28	28
Total	672.518	653.927		

Para as agências, PABs e PAEs, o consumo em m³ foi estimado com base no valor desembolsado em cada unidade e num custo médio do m³ calculado a partir das contas de água de um conjunto de agências de várias regiões.

* O cálculo desses valores é estimado.

Utilização do Espaço de Terra (m²)	2006	2007
Prédios administrativos	166.266	155.959
Agências, PABs e PAEs	829.870	847.973
Total	996.136	1.003.932

Consumo de Materiais	2006	2007
Número de <i>toners</i> / cartuchos de tinta novos	61.536	59.150
Número de <i>toners</i> / cartuchos de tinta remanufaturados	29.772	22.960
Total	91.308	82.110

Geração de Lixo	2006	2007
Total de lixo produzido nos prédios administrativos (em toneladas)	1.246	1.136
Percentual de lixo reciclável em relação ao total de lixo produzido nos prédios administrativos	38%	33%

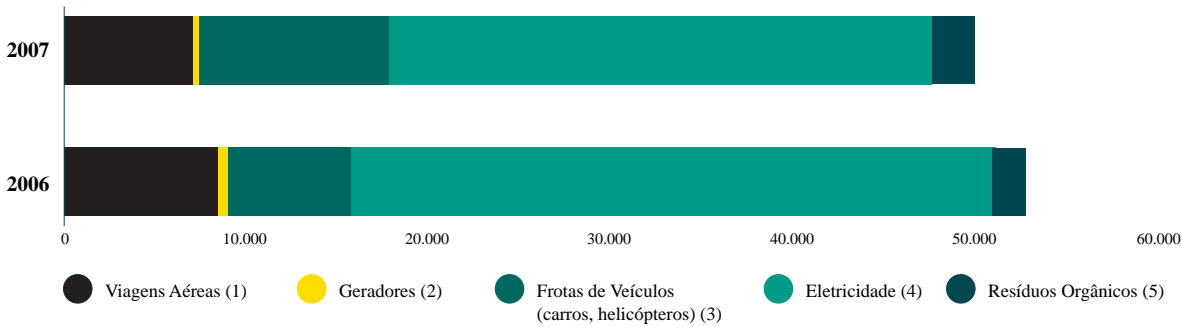
A venda de lixo reciclável resultou, em 2006, R\$ 42 mil e, em 2007, R\$ 40 mil.

Frota de Carros	2006	2007
Carros a gasolina	532	213
Carros a álcool	0	0
Carros a diesel	12	11
Carros bicomcombustíveis*	973	1.659
Carros com adaptação para GNV**	18	0

* Carros bicomcombustíveis já compõem a maior parte da frota.
** Os carros GNV foram vendidos ao longo de 2007.

(1) Fonte: “Hot Climate, Cool Commerce Report: A Service Sector Guide to Green House Gas Management” (WRI, 2006).
(2) Fonte: WRI/WBCSD GHG Protocol Stationary Combustion Guidance, July 2005 e 2006 IPCC Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories – Chapter 2: Stationary sources.
(3) Fonte: 2006 IPCC Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories – Chapter 3: Mobile Combustion – Road.
(4) Fonte: MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia.
(5) Fonte: 2006 IPCC Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories – Chapter 2: Waste Generation, Composition and Management Data and Chapter 3: Solid Waste Disposal.

Inventário de CO ₂ (t de CO ₂)	2006	2007
Viagens aéreas (1)	8.399	7.011
Geradores (2)	31	36
Frotas de veículos (Carros, helicópteros) (3)	6.988	10.251
Eletricidade (4)	35.637	30.332
Resíduos orgânicos (5)	1.629	2.100
Total	52.684	49.730



Indicadores de Governo e Sociedade

Educação e Treinamento para Público Externo	2006	2007
---	------	------

Número de pessoas treinadas do público externo (fornecedores, clientes, comunidade e terceiros)	584	418
---	-----	-----

Foram considerados os funcionários terceirizados do Banco. Nos treinamentos, foram considerados Encontros de Sustentabilidade (palestras sobre temas de sustentabilidade) e oficinas de sustentabilidade (treinamento para funcionários, também aberto para o público externo).

Treinamentos em Prevenção à Lavagem de Dinheiro	2006	2007
---	------	------

% de funcionários treinados em prevenção à lavagem de dinheiro*	80%	86%
---	-----	-----

* O número contempla funcionários efetivos e estagiários.

Premiações

Em 2007, fomos reconhecidos pela sociedade e pelo mercado por meio de diversas premiações, em função do nosso posicionamento e nosso foco permanente em sustentabilidade. Dos **53** prêmios, os principais foram:

- Ficamos entre as **100 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil** (2º ano consecutivo) e entre as **100 Melhores Empresas para Trabalhar na América Latina** (4º ano seguido), nas listas organizadas pelo Great Place to Work Institute e a revista *Época*. Fomos listados, também, entre as **150 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil** (6º ano consecutivo), no *ranking* das revistas *Exame* e *Você S/A*. No mesmo prêmio, fomos vencedores na categoria especial “**Desafio RH do Ano**”, ficamos em 1º lugar entre as instituições bancárias e fomos incluídos na relação das **Melhores Empresas para a Mulher Trabalhar**. Além disso, ficamos entre as **100 Melhores Empresas em Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional – IDHO**, pesquisa realizada pela revista *Gestão & RH*, em parceria com a Deloitte.
- Fomos escolhidos entre as **20 empresas-modelo do Guia Exame de Sustentabilidade 2007**, reforçando a nossa posição de referência em sustentabilidade empresarial.
- No **Prêmio ECO 2007**, fomos vencedores na categoria Gestão Empresarial (Grande Prêmio) e recebemos, ainda, o prêmio em quatro categorias: Valores, Transparência e Governança (*case* sobre nosso Relatório de Sustentabilidade), Público Interno (*case* sobre nossa Política de RH Sustentável), Fornecedores (Programa de Gestão e Relacionamento com Fornecedores) e Governo e Sociedade (*case* sobre o Programa Amigo Real).

- Aparecemos em 8º lugar entre as **Empresas Mais Admiradas do Brasil**, considerando todos os segmentos. No setor bancário, ficamos em 2º lugar. A pesquisa é promovida pela revista *Carta Capital* com o Instituto TNS InterScience.
- No **Prêmio Valor Social**, organizado pelo jornal *Valor Econômico*, recebemos o Grande Prêmio e fomos vencedores em duas categorias: Respeito ao Consumidor/Cliente/Fornecedor (*case* “Gestão e Relacionamento com Fornecedores”) e Gestão Sustentável (*case* “A integração dos princípios da Sustentabilidade nas frentes de negócios e na cadeia de relacionamentos”).
- Recebemos o **Prêmio The Banker de Tecnologia 2007**, na categoria Experiência com o Cliente, por melhorias tecnológicas que resultaram em redução do tempo de espera dos clientes.
- Fomos considerados **o banco com o maior número de fãs** – pessoas que recomendam e defendem a nossa marca –, de acordo com pesquisa da Associação Brasileira de Anunciantes (ABA), em parceria com a Top Brands Consultoria e Gestão de Marcas.

Participação no Estabelecimento de Políticas Públicas

- Participação no Brazilian Roundtable on SCP – Sustainable Consumption and Production, em abril de 2007, mesa-redonda organizada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) no contexto do processo de Marrakesh, um marco global de iniciativas que iniciaram em 2002, em consequência da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (CMDs), com o objetivo de acelerar as mudanças globais em direção a padrões sustentáveis de consumo e produção.
- Participação no 4th *Regional Expert Meeting on the 10-Year Framework of Programmes on Sustainable Consumption and Production* (Processo de Marrakesh), realizado em São Paulo, em 18 e 19 de outubro de 2007.
- Participação no “Diálogo Global de Empresas e da Indústria 2007 – Um Ambiente para a Cooperação e Liderança”, realizado nos dias 15 e 16 de outubro de 2007, em São Paulo, promovido pelo PNUMA. Trata-se de diálogo com o setor privado sobre temas centrais da agenda global de competitividade e sustentabilidade.
- Participação em dois momentos, com o vice-secretário-geral da ONU, Kiyotaka Akasaka:
 - Palácio dos Bandeirantes – Fabio Barbosa, como presidente do Falando com as Nações Unidas, e o secretário colocaram os pontos de vista em relação ao papel do setor privado e da ONU, respectivamente, nas dificuldades enfrentadas pelas nações para que as Metas do Milênio sejam atingidas.
 - Na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) – palestra “ONU e o Setor Privado: Desafios para atingir as Metas do Milênio”–, onde o secretário falou ao empresariado sobre o papel relevante do setor privado para essas mudanças.

- Participação em trabalho sobre valoração de empresas utilizando critérios de sustentabilidade, no Comitê Temático de Mercado de Capitais do Fórum Latino-Americano sobre Finanças Sustentáveis (LASFF).

Política de Aceitação de Clientes

Pensando na solidez de nossa reputação e na vivência de nossos Valores, temos a Política de Aceitação de Clientes e Prevenção à Lavagem de Dinheiro, a qual descreve a filosofia e a abordagem dos princípios “Conheça-Seu-Cliente”. O objetivo dessa política é **combater ativamente a lavagem de dinheiro** e o financiamento ao **terrorismo**, bem como atentar às determinações dos Órgãos Reguladores (locais e internacionais). Dessa forma, asseguramos que toda atenção seja dada ao cliente e aos seus negócios, mantendo o alinhamento aos nossos Valores.

Multas (em R\$)	2006	2007
Valor monetário de multas e sanções significativas recebidas por não aderência a leis e regulamentações	324.776	312.403
Valor monetário de multas e sanções significativas recebidas relacionadas à provisão e uso de produtos e serviços*	268.556	589.213

Os valores reportados são estimados, não correspondem à efetiva condenação e pagamento, pois podem estar sob discussão judicial ou administrativa.

* Devido à intensificação das fiscalizações realizadas pelos órgãos de defesa do consumidor, sofremos maior ocorrência de penalização e, conseqüentemente, houve aumento no montante da somatória dos valores das multas.

Contribuições Políticas

Em 2007, não houve contribuições para campanhas eleitorais de partidos políticos.

Trabalho Voluntário de Funcionários

- Projeto Escola Brasil (PEB): criado em 1998, pelos funcionários, tem o objetivo de contribuir para a melhoria da educação oferecida pela escola pública. As instituições de ensino e os voluntários elaboram planos de trabalho focados em temas prioritários para a comunidade escolar. Para isso, utilizam os Indicadores da Qualidade na Educação como ferramenta de mapeamento das necessidades e, com os resultados, elencam as ações prioritárias. Além disso, o PEB incentiva a construção de uma rede de relacionamentos, e o voluntário e a comunidade escolar engajam outras pessoas da sociedade na causa da melhoria da educação. No PEB, os voluntários podem desenvolver ações que contribuam para a melhoria da infra-estrutura, da gestão ou do sistema pedagógico da escola. Podem, também, apresentar propostas vinculadas aos temas esporte, recreação, arte e cultura, meio ambiente, diversidade e empreendedorismo e geração de renda.
- Banco na Escola: iniciativa de voluntariado, realizada em parceria com outras instituições financeiras. Visa contribuir para a melhoria da educação pública por meio da gestão escolar e da capacitação da sociedade para acompanhar a aplicação dos recursos públicos na educação.

Funcionários Voluntários	2006	2007
Total de voluntários	1.792	1.959

* Para o cálculo da Receita Líquida da intermediação financeira, foi considerado: Resultado bruto da intermediação financeira excluindo-se provisões + Receitas de prestação de serviços + Outras receitas operacionais - Outras despesas operacionais.

Perfil do Investimento Social Externo	Investimento Total (em mil R\$)	
	2006	2007
Cultura – artes visuais	5.908	9.166
Valorização da diversidade	10.121	8.002
Direitos da criança e do adolescente	4.567	5.957
Relações com a comunidade	3.124	4.274
Cultura – outros	4.918	3.462
Educação	2.544	3.191
Desenvolvimento comunitário	615	2.869
Cultura e preservação de patrimônios de interesse público	302	1.407
Geração de renda	701	941
Disseminação do conceito	910	931
Desenvolvimento urbano	176	902
Esporte	7.450	470
Meio ambiente	150	216
Saúde	40	207
Voluntariado	170	170
Universitários	40	90
Empreendedorismo sustentável	0	80
Erradicação do analfabetismo	51	57
Combate à fome e segurança alimentar	30	0
Educação – outros	70	0
Total do investimento em ações sociais	41.887	42.392
Percentual em relação à receita líquida da intermediação financeira*	0,3%	0,3%

Apoios e Patrocínios

Categoria	Parceiros
Combate à fome e segurança alimentar	Associação Fome Zero
Cultura – artes visuais	Pinacoteca do Estado de São Paulo, Fiat, Petrobras, Tokio Marine, Furnas, Ministério da Cultura, Bradesco, Itaú, Camargo Correa, Votorantim, Expomus – Projetos Culturais, Exposições e Museus, Fundação Roberto Marinho, Telefônica, Ambev, SP Turismo, Fundação Getulio Vargas
Cultura – outros	LG, Ed. Abril, Eletromidia, TAM, Fundação Roberto Marinho, Telefônica, Ambev, SP Turismo, Ministério da Cultura, Fundação Getulio Vargas, Prefeitura da Cidade de São Paulo
Cultura – restauração e preservação do patrimônio público	Ministério da Cultura, Museu a Céu Aberto, Fundação Educativa de Rádio e Televisão de Ouro Preto (Feop), Sociedade de Amigos do Museu de Arte da Pampulha
Desenvolvimento comunitário	Centro de Desenv. Prof. em Educação (Cedepe), Associação de Telecentros e Negócios, Care International Brasil, Associação Beneficente Lar do Caminho, Febraban, Natura
Desenvolvimento urbano	Instituto São Paulo Sustentável, Associação Viva o Centro, Secretaria do Verde e Meio Ambiente SP, Prefeitura do Município de São Paulo, Associação Paulista Viva
Direitos da criança e do adolescente	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo (Condeca-SP), Rede Social Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, Fundação Abrinq
Disseminação de conceitos	PNUD, Junior Achievement, Fundação Getulio Vargas, Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, Instituto Ethos de Responsabilidade Social, Instituto Akatu pelo Consumo Consciente, Instituto São Paulo Contra a Violência, UNA Brasil – United Nations e outras empresas, Uniethos, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, Comunitas – Parcerias para o Desenvolvimento Solidário, Ashoka Brasil, Instituto Fernand Braudel, Atletas pela Cidadania
Educação	Associação Palas Athena, Instituto Brasil Voluntário e outras empresas, Instituto Estudar
Empreendedorismo sustentável	Fundação Getulio Vargas
Esporte	Carrefour, Reebok, McDonald’s, Centauro, Monteverge, Prefeituras, Ministério do Esporte, Dunas Race, JJS e Webrun
Geração de renda	Instituto EcoFuturo, Fundação Avina, Cia. Suzano de Papel e Celulose
Meio ambiente	Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, Conselho Brasileiro de Manejo Sustentável, WWF Brasil
Relações com a comunidade	Casa do Saber
Saúde	Graac e outras empresas e instituições
Universitário	Fundação Educar DPaschoal, Fundação Getulio Vargas
Valorização da diversidade	Associação Carpe Diem, Integrare – Centro de Integração de Negócios
Voluntariado	Faça Parte – Instituto Brasil Voluntário, Parceiros Voluntários

Programas e Projetos

Programa/Projeto (Categoria)	Ano de Início	2006			2007			Objetivos	Público Beneficiado	Resultados			Parceiros
		Investido pelo Banco (em R\$)	Benefício Fiscal (em R\$)	Mídia (em R\$)	Investido pelo Banco (em R\$)	Benefício Fiscal (em R\$)	Mídia (em R\$)			2006	2007		
Projeto Escola Brasil (Educação)	1998	1.351.701			2.020.000			Programa de voluntariado corporativo, cujo objetivo é contribuir para a melhoria da educação na escola pública, estreitando o relacionamento das escolas com suas comunidades.	Crianças e adolescentes. Escolas públicas em território nacional.	1.792 voluntários, organizados em 163 grupos, atuando em 151 escolas parceiras.	1.909 voluntários, organizados em 179 grupos, atuando em 153 escolas parceiras.	Instituto Escola Brasil, Escolas públicas.	
Programa Banco na Escola (Educação)	2000	142.818			230.000			O programa busca contribuir para a construção de um ensino público de qualidade, por meio de ações que capacitem a comunidade escolar para propor melhorias na gestão do orçamento destinado ao ensino público.	Comunidade escolar das escolas públicas do município de São Paulo.	246 escolas envolvidas, com a participação de 26 voluntários capacitados/atuantes do Banco Real. Capacitados 472 educadores das escolas participantes.	75 escolas beneficiadas, 22 voluntários, 143 educadores capacitados.	Banco Real, Banco Santander, Citibank, Banco do Brasil, Banco Itaú, Banco IBI, Unibanco.	
Prêmio Educar para a Igualdade Racial (Educação)	2003	309.000			301.352			O prêmio tem o objetivo de incentivar educadores a incluir a temática racial/étnica em seus projetos pedagógicos, contribuindo para a eliminação da discriminação racial/étnica nos sistemas de ensino e na sociedade.	Professores e educadores do ensino fundamental ao médio.	O prêmio teve 376 professores inscritos, dos quais 12 foram premiados.		Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert).	
Brincando na Rede (Educação)	2001	491.182			475.399			O <i>site</i> Brincando na Rede é um espaço lúdico na Internet, voltado à orientação financeira para crianças. O <i>site</i> funciona como uma comunidade virtual, com o conteúdo construído com a colaboração dos visitantes.	Crianças de 5 a 12 anos.	O <i>site</i> recebeu 1,6 milhão de visitas e 173 mil colaborações e fechou o ano com 151 mil crianças cadastradas, das quais 78 mil novas. <i>Site</i> reformulado para o acesso de crianças com deficiência visual. Lançamento de dois volumes da <i>Coleção Brincando na Rede de Livros</i> . Início do uso do <i>site</i> como ferramenta pedagógica na inclusão digital (três escolas parceiras do PEB).	O <i>site</i> teve 1,6 milhão de visitas, recebeu 22 mil colaborações e terminou o ano com 237 mil crianças cadastradas desde 2002. Lançamento do novo canal, com orientação financeira e consumo consciente. Lançamento de dois volumes da <i>Coleção Brincando na Rede de Livros</i> , cuja renda obtida com as vendas é destinada ao IEB.	Editora Caramelo.	
Seminário Valores Que Não Têm Preço (Educação)	2003	130.000						Capacitar educadores de escolas públicas de ensino fundamental e médio para promover uma cultura de paz. Incluir no currículo escolar temas relacionados a ética e direitos humanos. Promover a cultura do diálogo, da cooperação e da valorização das diferenças nas comunidades onde se inserem.	Professores e educadores do ensino fundamental ao médio. Crianças e sociedade.	Capacitados 1.034 educadores nos seminários realizados.		Associação Palas Athena.	
Programa Amigo Real (Direitos da Criança e do Adolescente)	2002	818.882	1.637.000	1.745.941	776.801	4.828.000	1.449.764	O programa facilita aos funcionários, clientes e fornecedores do Banco Real o direcionamento de parte do Imposto de Renda aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o objetivo de apoiar projetos sociais com foco em educação. O programa também tem como objetivo fortalecer o papel dos conselhos na sua atuação em prol da criança e do adolescente.	Crianças e adolescentes de municípios que apresentaram Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) e Índice de Exclusão Social (IES) em situações críticas. Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Foram beneficiadas 10.300 crianças e adolescentes. O valor de R\$ 4.859.532 foi repassado a 37 projetos participantes do Programa Amigo Real 2006. 13.762 funcionários da Organização participaram do programa, arrecadando R\$ 2.070.451. Os 4.186 clientes, fornecedores e parceiros arrecadaram, juntos, R\$ 1.152.081. O Banco Real e as empresas no Brasil destinaram R\$ 1.637.000.	Beneficiadas 7.633 crianças e adolescentes. Valor arrecadado de R\$ 9.177.646, contribuindo com 48 projetos sociais e 61 municípios beneficiados, nas três iniciativas do Amigo Real. 17.472 funcionários participaram, arrecadando R\$ 2.924.849. 4.614 clientes, fornecedores e parceiros arrecadaram R\$ 1.424.796. O Banco Real e as empresas no Brasil destinaram R\$ 4.828.000.	Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Apoio Institucional do Unicef.	
Programa Compartilhar (Erradicação do Analfabetismo)	2003	51.007			56.635			Promover a educação de adultos e contribuir para o crescimento pessoal e profissional dos funcionários de empresas prestadoras de serviços ao Banco Real.	Funcionários das empresas prestadoras de serviços ao Banco.	Formação de cerca de 50 alunos de ensino fundamental, início de duas novas turmas (Telecurso 2000) e inclusão de pessoas com síndrome de Down.	Formação de uma turma de habilidades básicas, com foco no desenvolvimento dos funcionários da empresa de Limpeza Oseps. Continuação de duas turmas de Telecurso 2000, com 23 pessoas matriculadas e cursando regularmente o programa.	Empresas Fornecedoras do Banco: Oseps, Sodexho e MCM.	

Programa/Projeto (Categoria)	Ano de Início	2006			2007			Objetivos	Público Beneficiado	Resultados			Parceiros
		Investido pelo Banco (em R\$)	Benefício Fiscal (em R\$)	Mídia (em R\$)	Investido pelo Banco (em R\$)	Benefício Fiscal (em R\$)	Mídia (em R\$)			2006	2007		
Concurso Banco Real Universidade Solidária (Geração de Renda)	1995	581.250			820.905			Incentivar as universidades a desenvolver projetos sociais que colaborem para o desenvolvimento econômico e social de suas comunidades e estimular os universitários a discutir mais os problemas sociais que os cercam.	Universidades, universitários e comunidades atendidas.	Renovação de oito projetos para 2007. Participação de 60 alunos, 18 professores e 500 pessoas das comunidades, diretamente envolvidos.	212 projetos inscritos. Dez projetos selecionados para apoio em 2008. Oito projetos de continuidade apoiados em 2007.	Universidade Solidária.	
Programa Investimento Reciclável (Geração de Renda)	2007				120.000			Promover a inserção de cooperativas e associações de materiais recicláveis no sistema produtivo e financeiro formal, contribuindo para sua sustentabilidade e trazendo melhorias na qualidade de vida dos catadores.	Integrantes das cooperativas e associações beneficiadas.		233 cooperados beneficiados diretamente, distribuídos em cinco cooperativas. Incremento da renda mensal desses catadores.	Instituto Ecofuturo, Fundação Avina e Cia.Suzano de Papel e Celulose.	
Canto da Escola (Geração de Renda)	2000				71.921			Promoção da inclusão socioeconômica de ONGs, cooperativas e associações, por meio da prática do comércio solidário. Captação de recursos para o Instituto Escola Brasil.	Público em geral, ONGs, cooperativas, associações e crianças assistidas pelo Instituto Escola Brasil.	Alternativa de captação de recursos para as 26 ONGs fornecedoras. Disseminação do conceito e da prática do comércio solidário.	Alternativa de captação de recursos para as 46 ONGs fornecedoras. Disseminação do conceito e da prática do comércio solidário.	Instituto Escola Brasil e DGT Logística.	
Alameda das Flores (Desenvolvimento Urbano)	2003				356.924			Oportunidade de primeiro emprego a jovens de baixa renda, promoção cultural e social e geração de renda para o Instituto Escola Brasil.	Jovens de baixa renda, público em geral, ONGs e crianças assistidas pelo Instituto Escola Brasil.	Ampliação e diversificação da programação, com a participação de 32 ONGs nas 81 atividades culturais e sociais.	Diversificação da programação, com a participação de 29 ONGs nos 48 eventos culturais e sociais.	Instituto Escola Brasil, Associação Cidade Escola Aprendiz, Rizzo Gourmet e Adbox Comunicação e Eventos.	
Virtual Vision (Valorização da Diversidade)	2004	169.535			186.294			Viabilizar a interação entre os portadores de deficiência visual e o resto da sociedade. A doação do Virtual Vision contribui para a inclusão digital e social da população portadora dessa deficiência.	Clientes, não-clientes portadores de deficiência visual e instituições sem fins lucrativos que trabalhem com esse público.	935 <i>softwares</i> doados.	925 <i>softwares</i> doados.	Micropower.	
Concurso Banco Real Talentos da Maturidade (Valorização da Diversidade)	1999	4.861.960		5.044.551	3.311.180		3.990.052	Valorizar e incluir socialmente o idoso na sociedade, além de promover uma reflexão acadêmica sobre o tema envelhecimento.	Pessoas jurídicas sem fins lucrativos, com propostas na área (Programas Exemplares). Pessoas de qualquer idade, com nível superior completo ou em curso (Monografia). Pesssoas com idade igual ou acima de 60 anos (outras categorias).	36.159 trabalhos inscritos. 21.109 participantes.	Em 2007, 12.336 pessoas participaram, com mais de 13 mil obras inscritas. Atingimos, em 2007, 986.248 leitores com matérias relacionadas ao concurso.	Sesc / SBGG, Ministério da Saúde e de Ação Social, CNBB, entre outros.	
Instituto Cultural Banco Real – ICBR (Cultura – Artes Visuais)	2000	854.396			1.315.275	616.491		Promover a cultura e a cidadania com a população de Pernambuco, por meio de exposições, encontros, seminários e cursos de aperfeiçoamento.	Comunidade pernambucana, formadores de opinião, estudantes, turistas.	30.605 pessoas visitaram as exposições na sede do instituto. O retorno de mídia foi de R\$ 459.984. Em três meses, foram realizadas três exposições, seminários e restauros de patrimônios públicos.	46.576 pessoas foram beneficiadas pelas ações do instituto. A revitalização da fachada e as readequações internas foram finalizadas. Foram realizadas cinco exposições de arte, seminários, lançamento de livros e Festival Natalino de Corais.	Governo do Estado de Pernambuco, Sebrae-PE, Ministério da Cultura, Prefeitura da Cidade do Recife, Instituto Materno Infantil de Pernambuco, Instituto Ricardo Brennand.	
Restauro do Colégio Rodrigues Alves (Cultura – Restauração e preservação de patrimônio público)	2003	301.662						Beneficiar alunos e sociedade com o restauro de um patrimônio histórico.	2.500 alunos e comunidade em geral.	Restauro interno da construção. Professores e alunos participaram de atividades sobre cidadania e educação, como aulas, palestras e cursos de formação profissional com foco no exercício da cidadania por meio da utilização consciente do bem cultural.		Prefeitura de São Paulo, Fundação para o Desenvolvimento da Educação, Secretaria de Estado da Cultura, Governo de São Paulo, Ministério da Cultura.	
Exposição “Arte Moderna em Contexto” (Cultura – Artes Visuais)	2005	553.178	1.523.000	477.323	251.423	830.000	112.617	Disponibilizar o acervo de obras da coleção Banco Real para a comunidade.	Comunidade em geral.	65.511 visitantes até o final de 2006, nas três montagens realizadas (São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro). Retorno de mídia: R\$ 738.400.	Em 2007, a exposição passou por Recife e Belo Horizonte, com 28.556 visitantes.	Ministério da Cultura, MAM-RJ, Museu Oscar Niemeyer, Palácio das Artes.	

		2006		2007						Resultados			
Programa/Projeto (Categoria)	Ano de Início	Investido pelo Banco (em R\$)	Benefício Fiscal (em R\$)	Mídia (em R\$)	Investido pelo Banco (em R\$)	Benefício Fiscal (em R\$)	Mídia (em R\$)	Objetivos	Público Beneficiado	2006	2007	Parceiros	
Exposição de Natal (Relações com a Comunidade)	2000	1.910.601		713.165	3.085.363		291.162	As exposições de Natal são realizadas de forma lúdica e prática, e cada indivíduo tem a sua participação para a construção de uma sociedade sustentável.	Comunidade em geral.	215.633 visitantes da exposição, 21 escolas e 1.476 crianças acompanhadas.	389.011 visitantes da exposição. 1.636 crianças. 27 escolas. 14.925 <i>downloads</i> por meio do sistema <i>hypertag</i> . 19.922 usuários cadastrados na visita virtual, com 2.543 envios de cartões visuais. 241.030 <i>pageviews</i> . 16 corais convidados.		
Volvo Ocean Race (Esporte)	2005	2.867.428		1.504.784				Lançar o <i>tag line</i> globalmente, criando oportunidades para vivenciar os valores da marca: profissionalismo, trabalho em equipe, tecnologia, integridade e respeito.	Público em geral e ONGs beneficiadas.	21 mil clientes participaram das nossas atividades no pavilhão. 42 mil funcionários envolvidos (Grupo ABN AMRO na América Latina). 1.250 crianças de escolas públicas visitaram o estande. 170 mil visitaram o nosso pavilhão no Rio de Janeiro. 250 mil euros doados para ONGs e cooperativas.			
Exposição “O Japão em Cada Um de Nós” (Cultura – Artes Visuais)	2007					2.034.727		Exposição sobre a importância da presença dos japoneses e de seus descendentes na sociedade brasileira, a partir do compartilhamento de seu legado cultural com os demais cidadãos do País.	Comunidade em geral.		A exposição será realizada em 2008.	Ministério da Cultura, Expomus – Projetos Culturais, Exposições e Museus.	
Exposição “Mulher é Tantas” (Valorização da Diversidade)	2007				233.504		4.950	A exposição traçou a construção do novo perfil da mulher contemporânea, resgatando antigas imagens do feminino.	Colaboradores e público em geral.		Durante a exposição, dezenas de mulheres visitantes tiveram seus depoimentos gravados em vídeos, que foram exibidos ao longo do evento, com depoimentos de propagandas pioneiras no Brasil e de anúncios de TV.		
Total		15.394.600	3.160.000	9.485.764	13.612.976	8.309.218	5.848.545						

Princípios utilizados na elaboração do relatório

Posicionamento

O compromisso do Banco Real com a **transparência na divulgação de seus processos de integração da sustentabilidade em seus negócios e relacionamentos** se confirma em cada indicador apresentado neste relatório. Essas informações demonstram nosso desempenho na busca por aliar as dimensões econômicas, sociais e ambientais, expressando nossas prioridades estratégicas.

O caminho trilhado até chegarmos aos processos e metodologias adotados na elaboração deste relatório foi delineado pelo que aprendemos em nossas publicações anteriores – *Valores Humanos e Econômicos Juntos*. A primeira foi lançada em setembro de 2003 e foi reconhecida entre as cem melhores do mundo em pesquisa publicada, em 2004, pela agência de *rating* Standard&Poors, a consultoria SustainAbility e a United Nations Environment Programme (Unep). A segunda publicação, lançada em maio de 2005, ficou em 12º lugar no *ranking* anunciado, em 2006, pelas mesmas organizações. Já a terceira publicação – *Um Novo Banco para uma Nova Sociedade* –, lançada em abril de 2007, foi a primeira do País e a 7ª do mundo a receber selo A+ GRI Checked, uma classificação da Global Reporting Initiative (GRI), referência mundial em diretrizes para relatórios de sustentabilidade.

Utilizamos as diretrizes **GRI G3** e o suplemento setorial da GRI para o setor financeiro (disponível para consulta pública) para a formulação dessa publicação e consideramos que ela atende ao nível de aplicação A+. Esses guias pressupõem a apresentação de diversas informações, tais como nossos indicadores de sustentabilidade e políticas e processos existentes na nossa organização.

Abrangência do Relatório

As informações e resultados apresentados nesta publicação abrangem as empresas que, até 2007, pertenciam ao Grupo ABN AMRO no Brasil – Banco Real, Aymoré Financiamentos e Real Seguros – e referem-se aos exercícios de 2006 e 2007.

As eventuais exceções, seja por inexistência ou pouca consistência dos dados coletados, são mencionadas nos respectivos indicadores.

Indicadores Utilizados

Em nossos relatórios anteriores, iniciamos o processo de incorporação de indicadores de sustentabilidade no dia-a-dia da gestão de nossos negócios. Nesta edição, continuamos a perseguir esse propósito de forma que nossos indicadores permitam a comparabilidade no mercado em geral e, mais especificamente, no setor financeiro, além de refletir nossas estratégias e os diálogos com nossos públicos de relacionamento.

Nosso objetivo é **integrar a sustentabilidade em todos os negócios e relacionamentos**. Por meio da divulgação do nosso desempenho, buscamos consolidar a visão que está por trás desse conceito: que é possível fazer negócios e obter resultados para todos os públicos com os quais nos relacionamos. Com base nesse objetivo, incorporamos na gestão de nossos negócios o acompanhamento mensal dos indicadores de sustentabilidade e adotamos a implementação de planos de ações que nos remetam à melhora de nosso desempenho.

Processo de Elaboração

Da mesma forma que no ano anterior, a elaboração desta edição do Relatório de Sustentabilidade teve início com o diagnóstico interno da última publicação, seguido de um conjunto de entrevistas com representantes dos nossos *stakeholders*. Essas entrevistas geraram várias **oportunidades de melhoria**, não só quanto ao conteúdo e forma do relatório, mas também quanto à nossa **estratégia e posicionamento**. Após análise dessas referências, decidimos manter a estrutura de indicadores já definida no ano anterior.

A Vice-Presidência de Finanças, por meio da área de CFO Desenvolvimento Sustentável, realizou a coleta e a análise dos dados pré-publicação, aprimorando ainda mais o processo estabelecido durante a publicação do Relatório 2005/2006. Para tal, foi desenvolvido um sistema de coleta de informações padronizando o processo de levantamento, recebimento e disponibilização dos dados, bem como proporcionando maior facilidade

na gestão das informações. Também foram utilizados sistemas de informação corporativos para a verificação dos dados. Além de ampliar o envolvimento interno na elaboração do relatório e na adoção dos indicadores de sustentabilidade no dia-a-dia, o processo adotado contribuiu para a consistência e a qualidade dos dados coletados.

Mantivemos contato estreito com os representantes das áreas, a fim de testar e validar os dados. O mesmo procedimento foi adotado na construção das reportagens que compõem a primeira parte desta publicação. Uma discussão interna inicial estabeleceu as pautas, de maneira que espelhassem os principais desafios e avanços do mercado financeiro e, especificamente, do Banco Real na implantação de práticas sustentáveis, em todas as suas frentes de ação. A essa discussão incorporamos elementos dos comentários que recebemos de nossos públicos e que julgamos relevantes.

A apuração das informações seguiu o padrão jornalístico de entrevistas e englobou nossos principais públicos de relacionamento. A redação final passou pela validação das áreas internas identificadas com o tema de cada reportagem. Apesar disso, reconhecemos que as informações estão sujeitas a um grau de incerteza, em função de limitações ainda existentes no que se refere à mensuração, consolidação dos dados ou estimativas realizadas. Nos casos em que essas limitações possam afetar a avaliação de nossos resultados, fazemos menção no respectivo indicador.

Para aprimorarmos o processo de elaboração de nossos Relatórios de Sustentabilidade, também identificamos oportunidades de melhoria na inclusão de nossos públicos de relacionamento. Se, nesta edição, obtivemos avanços no envolvimento de nossos públicos internos e externos, estamos certos de que ainda temos muito a fazer. Essa necessidade se encontra materializada em projetos que acontecerão ao longo de 2008.

Ao final do processo, as informações de toda a publicação passaram pela aprovação dos Diretores Executivos responsáveis pelos indicadores e pelos membros do Comitê Executivo, composto pelo Presidente do Banco Real e seus Vice-Presidentes Executivos, considerando suas respectivas unidades de negócio. A Ernst & Young revisou a confiabilidade desse relatório e seu parecer

pode ser verificado na página 123. Optamos por incluir, também, a opinião de públicos de interesse externos sobre nossa instituição. Utilizamos as opiniões conforme recebidas e agradecemos todas as contribuições, mas, nesse caso, não nos responsabilizamos por suas declarações.

Aviso de Isenção de Responsabilidade

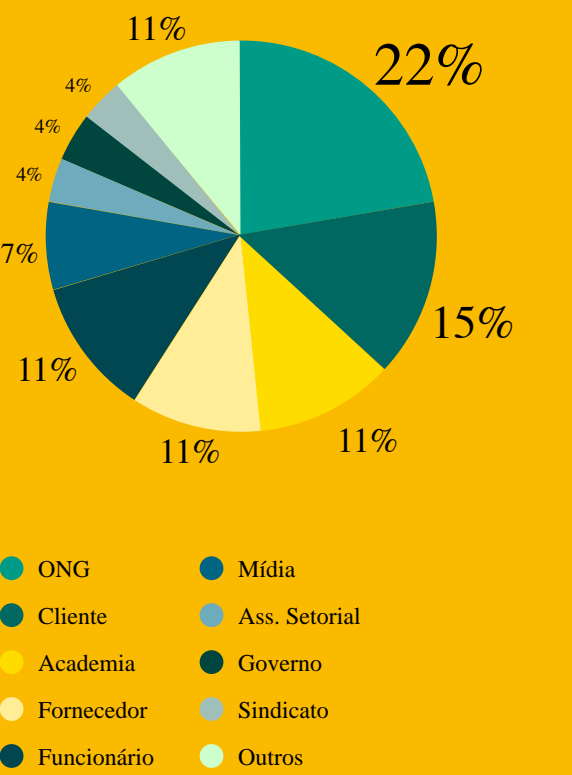
Este relatório não tem por objetivo oferecer ou induzir nenhuma atividade de investimento ou correlata, tendo como principal finalidade o **aprimoramento da transparência das relações mantidas com investidores, acionistas e clientes, no sentido de dar-lhes informações sobre nosso firme compromisso com o desenvolvimento sustentável**. Todas as políticas, procedimentos, critérios, instruções, indicações, diretrizes ou similares que estiverem mencionados neste relatório têm somente finalidades internas e informativas e, sob nenhuma circunstância, criam direitos ou têm por intenção imputar responsabilidade a terceiros, embora as informações fornecidas por estes sejam de sua total responsabilidade.

O Banco Real reserva-se o direito de alterar, adicionar ou retirar políticas, procedimentos, critérios, instruções, indicações e diretrizes deste relatório a qualquer tempo, reservando-se o direito de não disponibilizar terceiros pormenores sobre os quesitos que estiverem contemplados neste relatório.

Engajamento com *Stakeholders* para o Relatório

Os representantes dos nossos *stakeholders* foram fundamentais para apontar caminhos e inspirar a elaboração do Relatório de Sustentabilidade 2007. Ao todo, 27 pessoas nos indicaram pontos fortes e oportunidades de melhorias para a publicação, a partir de uma avaliação crítica feita no relatório anterior, referente às atividades de 2005/2006. Participaram da consulta sistematizada, realizada entre 11 de novembro e 11 de dezembro de 2007, lideranças de diferentes segmentos da sociedade, tais como organizações não-governamentais com focos ambiental e social, clientes, cientistas e funcionários, entre outros. Recebemos dicas essenciais durante todo o processo de diálogo. Com ele, buscamos assegurar que o relatório agregue cada vez mais valor aos leitores, ao Banco e a todos os *stakeholders*. Também procuramos fortalecer a relação de confiança e de parceria com os nossos diferentes públicos de relacionamento.

Para a realização do diálogo, identificamos alguns dos principais *stakeholders* com os quais nos relacionamos, conforme a representatividade a seguir*:



O processo de consultas, feitas por meio de entrevistas presenciais e telefônicas, foi conduzido pela equipe da Ekobé (www.ekobe.com.br), uma consultoria especializada em sustentabilidade. A condução por uma terceira parte contribuiu para garantir a neutralidade do processo.

De uma forma geral, nosso relatório foi muito bem avaliado, tanto pelos *stakeholders* brasileiros quanto pelos internacionais. Entretanto, sabemos que ainda temos muito a avançar. Basta observar a vasta gama de sugestões que recebemos para melhorias tanto em formato quanto em conteúdo.

Das sugestões voltadas ao formato, destacamos a redução do tamanho e da espessura da folha e um pouco mais de simplicidade na diagramação, que esperamos terem sido atendidas nesta edição.

Já com relação ao conteúdo, os resultados foram mais amplos. Todos os representantes dos *stakeholders* indicaram, por exemplo, que conseguimos deixar claros a nossa visão e o nosso compromisso em relação ao desenvolvimento sustentável. No entanto, grande parte deles apontou oportunidades de melhorias na comunicação da estratégia. Os entrevistados sugeriram que aprofundássemos os dilemas intrínsecos ao setor financeiro. Apontaram a necessidade de melhorias nos indicadores apresentados (com metas e compromissos futuros), bem como no gerenciamento dos impactos diretos e indiretos. Sugeriram, também, que as iniciativas e os casos que relatamos sejam emblemáticos sobre o processo de transformação que está em curso. Alguns sentiram falta de mais informações sobre como se dão e como são gerenciados os processos de relacionamento com os diversos *stakeholders*, e para que caminhos o diálogo está apontando. Esperamos ter alcançado alguns desses avanços neste relatório e estamos incorporando as sugestões em nosso dia-a-dia.

Mais do que colaborar com afincos, nos dando preciosas sugestões de melhorias, os entrevistados nos desafiaram em relação à nossa real contribuição para o desenvolvimento sustentável. Essa provocação certamente vai contribuir para enriquecer a nossa jornada.

Para todos os que participaram deste processo, expressamos nosso sincero agradecimento.

* Obs.: as ONGs entrevistadas são de foco social e ambiental. "Outros" representam parceiros de negócio e formadores de opinião no campo da sustentabilidade.

Índice dos Indicadores GRI

Item	Descrição	Página(s)
Parte I – Estratégia e Análise		
1.1	Declaração sobre a relevância da sustentabilidade	03
1.2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	08 a 53
Perfil Organizacional		
2.1	Nome da Organização	56 a 58
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	56 a 58
2.3	Estrutura operacional	56 a 58
2.4	Localização da sede da Organização	76
2.5	Número de países e nome dos relevantes para a sustentabilidade	56 a 58, 114 a 117
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	124 a 209
2.7	Mercados atendidos	56 a 58
2.8	Porte da Organização	34 a 37, 56 a 58, 62 a 75
2.9	Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório	37
2.10	Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório	103, 104
Parâmetros para o Relatório		
3.1	Período coberto pelo relatório	115
3.2	Data do relatório anterior mais recente	114, 115
3.3	Ciclo de emissão de relatórios	115
3.4	Dados para contato	03
3.5	Processo para a definição do conteúdo do relatório	115, 116
3.6	Limite do relatório	115
3.7	Limitações quanto ao escopo ou ao limite do relatório	115
3.8	Base para a elaboração do relatório	115
3.9	Técnicas de medição de dados e as bases de cálculos	115, 116
3.10	Consequências de reformulações de informações	115
3.11	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores	115, 116
3.12	Tabela que identifica a localização das informações	118 a 122
3.13	Política e prática atual de verificação externa para o relatório	115, 116, 123

Item	Descrição	Página(s)
Governança, Compromisso e Engajamento		
4.1	Estrutura de governança da Organização	78 a 85 do Relatório Anual 2007 ABN AMRO*
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo	79, 80, 86, 87 do Relatório Anual 2007 ABN AMRO*
4.3	Declaração do número de membros independentes ou não-executivos do mais alto órgão de governança	86, 91 do Relatório Anual 2007 ABN AMRO*
4.4	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ao mais alto órgão de governança	86 a 95 do Relatório Anual 2007 ABN AMRO*
4.5	Relação entre remuneração para membros do mais alto órgão de governança, diretoria executiva e demais	86 a 95 do Relatório Anual 2007 ABN AMRO*
4.6	Processos no mais alto órgão de governança para evitar conflitos de interesse	90 a 92 do Relatório Anual 2007 ABN AMRO*
4.7	Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos membros do mais alto órgão de governança	86 a 95 do Relatório Anual 2007 ABN AMRO*
4.8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos	4, 5 do Relatório Anual 2007 ABN AMRO*
4.9	Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a gestão do desempenho econômico, ambiental e social	79 a 95 do Relatório Anual 2007 ABN AMRO*
4.10	Processos para a auto-avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	79 a 95 do Relatório Anual 2007 ABN AMRO*
4.11	Princípio da precaução	8 a 11, 28 a 33
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas que a Organização subscreve	34 a 37
4.13	Participação em associações e/ou organismos nacionais / internacionais de defesa	34 a 37
4.14	Relação de grupos de <i>stakeholders</i> engajados pela Organização	6, 117
4.15	Base para a identificação e seleção de <i>stakeholders</i>	12 a 27, 34 a 41, 46 a 53, 115, 116
4.16	Abordagens para o engajamento dos <i>stakeholders</i>	12 a 27, 34 a 41, 46 a 53, 115, 116
4.17	Principais temas e preocupações levantados por <i>stakeholders</i>	12 a 27, 34 a 41, 46 a 53, 114 a 117
Parte II – Informação sobre a Forma de Gestão		
DMA EC	Informações sobre a forma de gestão econômica	56 a 58, 78
DMA EN	Informações sobre a forma de gestão ambiental	28 a 33, 101, 102
DMA LA	Informações sobre a forma de gestão referentes às práticas trabalhistas e trabalho decente	34 a 37, 86 a 98
DMA HR	Informações sobre a forma de gestão referentes a direitos humanos	34 a 37
DMA SO	Informações sobre a forma de gestão social	8 a 11, 108 a 113
DMA PR	Informações sobre a forma de gestão referentes à responsabilidade pelo produto	38 a 45, 80 a 85

*O Relatório Anual 2007 ABN AMRO encontra-se em www.abnamro.com/about/reports.cfm.

Índice dos Indicadores

Seção	Indicadores do Banco Real	Página(s)	GRI	Suplemento Setorial GRI
Parte III				
Eco	Lucro líquido	56, 62, 78	-	
Eco	Demonstração do valor adicionado	78	EC1	
Cli	Pesquisa de satisfação de clientes	79	PR3/PR5	
Cli	Reclamações, solicitações e dúvidas	79	PR3/PR5	
Cli	Transparência na cobrança de tarifas e taxas	79	PR3/PR5/PR6	#11
Cli	Sugestões e reclamações para o cliente	80	PR3/PR5	
Cli	Pesquisa pós-atendimento (serviço de atendimento ao cliente)	80	PR3/PR5	
Cli	Processos cíveis – ações indenizatórias	80	PR4	
Cli	Financiamentos socioambientais	81	EN26/PR1	#7
Cli	Financiamentos que impactam em redução de gases do efeito estufa	81	EC2/EN26/PR1	#7
Cli	Créditos de carbono	81	EC2/EN26/PR1	#7
Cli	Análise de risco socioambiental	83	EN26/PR1	D2/#2
Cli	Princípios do Equador	82	EN26/PR1	D2/#2
Cli	Auditorias ambientais e visitas	83	EN26/PR1	D3/#1
Cli	Asset Management	83	EN26	#3
Cli	Microcrédito	22 a 27, 83	-	#12
Cli	Perfil de clientes da Real Microcrédito (por categoria de taxa)	83	-	#6/#9/#12
Cli	Perfil de clientes da Real Microcrédito (por tipo de atividade)	84	-	#6/#9/#12
Cli	Perfil de clientes da Real Microcrédito (por gênero)	85	-	#6/#9/#12
Cli	Acesso para pessoas com deficiência	85	PR1	#10
PI	Pesquisa de engajamento	86	LA5	
PI	Nº de funcionários por empresa do grupo	86	LA1	
PI	Nº de funcionários por região	87	LA1	
PI	Perfil dos funcionários (por gênero e raça)	87	LA13/LA14	
PI	Distribuição por faixa etária	88	LA1/LA13	
PI	Contratação de funcionários	88	EC7	
PI	Distribuição por tempo na empresa	88	LA1	
PI	Distribuição por nível de cargo	88	LA1/LA14	
PI	Funcionários com deficiência	89	LA13	
PI	Diversidade nos comitês (por gênero e raça)	89	LA13	
PI	Programas e iniciativas para pessoas com deficiência	89	HR4	
PI	Política de combate ao assédio sexual	90	HR4	
PI	Salário comparado	90	EC5	
PI	Benefícios	91	EC3/LA3	
PI	Preparação para a aposentadoria	91	EC3	
PI	Requalificação e recolocação profissional	91	LA11	
PI	Distribuição dos funcionários por grau de escolaridade	92, 93	LA1	
PI	Nº de funcionários beneficiados por bolsas de estudo	93	LA3	
PI	Treinamentos registrados de funcionários	93, 94	LA10	
PI	Desenvolvimento de lideranças	94	LA11	D4
PI	Treinamentos em sustentabilidade	34 a 37, 94	LA11/HR3	D4
PI	Profissionais dedicados à integração de sustentabilidade	34 a 37, 94	-	D4
PI	Investimentos em treinamento / ações educativas	94	LA10	
PI	Iniciativas para a juventude	95	HR6	

Seção	Indicadores do Banco Real	Página(s)	GRI	Suplemento Setorial GRI
PI	Acidentes de trabalho	95	LA7	
PI	Tipos de afastamento (doenças e acidentes)	95	LA7	
PI	Campanhas de conscientização sobre saúde	96	LA8/SO1	
PI	Políticas internas para portadores de HIV e outras doenças graves	96	LA8	
PI	Ações voltadas para filhos de funcionários	96	LA8/SO1	
PI	Perfil das relações de trabalho – composição	96	LA1	
PI	Geração de emprego e retenção de funcionários	97	LA2	
PI	Processos de reestruturação de negócios	97	LA5	
PI	Relacionamento com os sindicatos	97	LA5/HR5	
PI	Atração de profissionais	98	LA2	
PI	Funcionários sindicalizados	98	LA4	
PI	Processos trabalhistas	98	SO8	
PI	Reclamações trabalhistas	98	SO8	
For	Fornecedores ativos	99	EC6	
For	Política de gestão de fornecedores	99	EC6/HR1/HR2/HR5/HR6/HR7	D2
For	Parcerias de valor	99	EC6/HR1/HR2/HR5/HR6/HR7	D2
For	Fórum de fornecedores	99	EC6/HR5/HR6/HR7/SO1	D5
For	Pagamentos de fornecedores	99	EC6	
For	Mobilização de fornecedores	100	SO1	
For	Processos trabalhistas de terceiros	100	HR2	
For	Fornecedores qualificados	100	EC6/HR2/HR5/HR6/HR7	
For	Envolvimento com fornecedores comunitários	100	SO1	
MA	Consumo de papel	101	EN1/EN2	
MA	Consumo de energia elétrica	101	EN3	
MA	Consumo de água	101	EN8	
MA	Utilização do espaço de terra	101	-	
MA	Consumo de materiais	102	EN1/EN2	
MA	Geração de lixo	102	EN22	
MA	Frota de carros	102	EN6	
MA	Inventário de CO ₂	102	EN16/EN17/EN29	
GS	Educação e treinamento para público externo	103	SO1	#12
GS	Treinamentos em prevenção à lavagem de dinheiro	103	SO3	#11
GS	Premiações	103,104	-	
GS	Participação no estabelecimento de políticas públicas	104	SO5/PR6	
GS	Política de aceitação de clientes	105	SO2/ SO4	#11
GS	Multas	105	SO8/PR9	
GS	Contribuições políticas	105	SO6	
GS	Trabalho voluntário de funcionários	105	SO1	
GS	Funcionários voluntários	106	-	
GS	Perfil do investimento social externo	106	EC8/SO1	
GS	Programas e projetos	108 a 113	EC4/EC8/SO1	
GS	Apoios e patrocínios	107	SO1	

Indicadores Essenciais da GRI

Não Apresentados neste Relatório

Ambientais	Indicador GRI	Explicação
EN4	N.A.	Nosso consumo elétrico vem das redes municipais e não temos como obter o percentual de energia de cada fonte. Assim, consideramos a matriz energética brasileira a nossa fonte primária.
EN11	N.A.	O Banco encontra-se apenas em áreas urbanas.
EN12	N.A.	Nossas operações, por serem do setor de serviços bancários, não têm impacto direto sobre a biodiversidade.
EN19	N.A.	Não temos emissões diretas significativas desses gases.
EN20	N.A.	Não temos emissões diretas significativas desses gases.
EN21	N.A.	Devido às nossas operações serem urbanas, o descarte de água tem um único destino: as redes de saneamento públicas, onde é tratada. Nossos resíduos são de baixo impacto.
EN23	N.A.	Nossas operações não geram vazamentos.
EN27	N.A.	Não temos produção de embalagens significativa, já que somos do setor de serviços bancários. No entanto, contabilizamos papéis utilizados em cheques, extratos bancários, envelopes de depósitos, conforme o indicador Consumo de Papel.
EN28	N.A.	Não tivemos nenhuma sanção ou multa por desrespeito a leis e regulações ambientais.

N.A. = Não se aplica (indicador considerado não relevante para uma instituição financeira).



RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

Ao Conselho de Administração do
Banco ABN AMRO Real S.A. (empresa líder do Conglomerado ABN AMRO Real)

1. Fomos contratados com o objetivo de assegurarmos o Relatório de Sustentabilidade do “Banco ABN AMRO Real S.A. e Empresas ABN AMRO no Brasil”, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, elaborado sob a responsabilidade da administração do Banco. Nossa responsabilidade é a de emitir um relatório de asseguração limitada das informações divulgadas nesse Relatório de Sustentabilidade.

2. O trabalho de asseguração limitada foi realizado de acordo com a Norma e Procedimentos de Asseguração – NPO 1 emitida pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância e o volume das informações apresentadas e o entendimento dos controles internos do Banco; (b) a indagação e discussão com os profissionais do Banco para entendimento dos principais critérios e premissas utilizados na elaboração do Relatório de Sustentabilidade; (c) a validação, por meio de testes em bases amostrais, das evidências que suportam os dados qualitativos e quantitativos do Relatório de Sustentabilidade; e d) o confronto das informações de natureza financeira com os registros contábeis. Os procedimentos aplicados acima permitem um nível de segurança limitada e não contemplam os procedimentos requeridos para emissão de um relatório de asseguração mais ampla, conforme conceituado na Norma e Procedimentos de Asseguração – NPO 1.

3. Nosso trabalho teve como objetivo verificar e avaliar se os dados incluídos no Relatório de Sustentabilidade do “Banco ABN AMRO Real S.A. e Empresas no Brasil”, no que tange à obtenção de informações qualitativas, à medição e aos cálculos de informações quantitativas se apresentam em conformidade com os seguintes critérios: (i) a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental; e (ii) as diretrizes para relatórios de sustentabilidade Global Reporting Initiative (GRI G3). As opiniões, informações históricas, informações descritivas e sujeitas a avaliações subjetivas não estão no escopo dos trabalhos desenvolvidos.

4. Com base em nosso trabalho, descrito neste relatório, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações contidas no Relatório de Sustentabilidade do “Banco ABN AMRO Real S.A. e Empresas no Brasil”, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, para que as mesmas estejam apresentadas adequadamente em todos os aspectos relevantes, em relação aos critérios utilizados no terceiro parágrafo.

5. As informações contidas no Relatório de Sustentabilidade do “Banco ABN AMRO Real S.A. e Empresas no Brasil” relativas aos exercícios de 2006 e anteriores, exceto àquelas contidas nas Demonstrações Financeiras por nós auditadas, e apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão em 20 de abril de 2007.

São Paulo, 20 de junho de 2008

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP15199/O-6

Grégory Gobetti
Contador CRC 1PR039144/O-8 “S”-SP

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC 1CE013803/O-8 “S”-SP

Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial Combinado Pro Forma

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006 (em Milhares de Reais)

Ativo	2007	2006
Circulante	116.760.750	73.406.212
Disponibilidades	2.273.607	1.841.806
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.225.997	8.580.763
Aplicações no mercado aberto	6.128.942	6.755.557
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.097.055	1.825.206
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7.631.487	9.319.555
Carteira própria	1.997.407	5.600.547
Vinculados a compromissos de recompra	-	742.893
Instrumentos financeiros derivativos	1.695.873	1.180.849
Vinculados ao Banco Central	1.069.456	19.400
Vinculados à prestação de garantias	2.868.751	1.775.866
Relações interfinanceiras	9.331.569	8.123.555
Pagamentos e recebimentos a liquidar	10.098	10.776
Depósitos no Banco Central	9.167.064	7.973.084
Sistema Financeiro da Habitação (SFH)	15.368	5.021
Tesouro Nacional – Recursos do crédito rural	-	1
Repasse interfinanceiros	128.802	123.100
Correspondentes	10.237	11.573
Relações interdependências	17.890	8.852
Recursos em trânsito de terceiros	6.651	8.852
Transferências internas de recursos	11.239	-
Operações de crédito	35.183.632	28.829.639
Setor público	20.084	24.348
Setor privado	37.110.203	30.463.569
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	(1.946.655)	(1.658.278)
Operações de arrendamento mercantil	3.437.484	976.500
Setor público	91	-
Setor privado	3.481.787	1.000.366
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(44.394)	(23.866)
Créditos de operações com seguros, previdência e capitalização	4.713	3.942
Outros créditos	49.638.536	15.022.572
Créditos por avais e fianças honrados	1.378	1.234
Carteira de câmbio	44.594.080	12.069.364
Rendas a receber	105.644	93.841
Negociação e intermediação de valores	209.990	94.176
Diversos	4.753.216	2.815.830
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(25.772)	(51.873)

Ativo	2007	2006
Outros valores e bens	1.015.835	699.028
Investimentos temporários	8.533	8.533
Provisões para perdas	(6.040)	(6.046)
Outros valores e bens	90.902	104.269
Provisões para desvalorizações	(31.312)	(43.425)
Despesas antecipadas	937.467	626.555
Despesas de comercialização diferidas – seguros	16.285	9.142
Realizável a longo prazo	41.073.705	45.831.773
Aplicações interfinanceiras de liquidez	767.681	462.511
Aplicações em depósitos interfinanceiros	767.681	462.511
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	12.099.388	14.377.538
Carteira própria	3.093.303	2.359.744
Vinculados a compromissos de recompra	67.887	778.971
Instrumentos financeiros derivativos	1.263.559	1.109.787
Vinculados ao Banco Central	5.254.595	6.605.028
Vinculados à prestação de garantias	2.420.044	2.285.880
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação	-	1.238.128
Relações interfinanceiras	274.775	129.116
Sistema Financeiro da Habitação (SFH)	-	14.729
Repasse interfinanceiros	274.775	114.387
Operações de crédito	20.200.672	14.587.955
Setor público	111.551	153.308
Setor privado	21.128.752	15.220.465
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	(1.039.631)	(785.818)
Operações de arrendamento mercantil	2.197.998	1.167.033
Setor público	60	-
Setor privado	2.267.603	1.189.398
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(69.665)	(22.365)
Outros créditos	5.082.878	14.809.825
Carteira de câmbio	71.873	11.538.423
Rendas a receber	-	67
Diversos	5.031.370	3.272.633
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(20.365)	(1.298)
Outros valores e bens	450.313	297.795
Despesas antecipadas	450.313	297.795
Permanente	1.712.742	1.592.633
Investimentos	219.134	255.219

Ativo	2007	2006	Passivo	2007	2006
Participações em coligadas e controladas:			Obrigações por repasses do País – instituições oficiais	1.019.513	755.162
No País	180.861	152.292	BNDES	196.199	178.986
No exterior	2.210	9.341	CEF	32	83
Outros investimentos	66.429	119.212	Finame	808.684	547.194
Provisões para perdas	(30.366)	(25.626)	Tesouro Nacional	14.598	28.899
Imobilizado de uso	816.824	712.478	Instrumentos financeiros derivativos	2.207.953	2.315.038
Imóveis de uso	468.518	478.741	Instrumentos financeiros derivativos	2.207.953	2.315.038
Reavaliações de imóveis de uso	12.405	12.418	Obrigações por repasses do exterior	480.912	120.128
Outras imobilizações de uso	1.212.004	1.027.285	Repasses do exterior	480.912	120.128
Depreciações acumuladas	(876.103)	(805.966)	Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	2.853.108	2.223.353
Diferido	676.784	624.936	Débitos de operações com seguros, previdência e capitalização	24.434	36.141
Gastos de organização e expansão	1.567.516	1.326.079	Outras obrigações	47.189.404	14.014.139
Amortização acumulada	(890.732)	(701.143)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	30.041	28.930
Total do ativo	159.547.197	120.830.618	Carteira de câmbio	43.335.377	11.118.175
			Sociais e estatutárias	714.702	450.599
			Fiscais e previdenciárias	1.415.441	960.005
			Negociação e intermediação de valores	172.277	84.014
			Dívidas subordinadas	72.902	89.373
			Diversas	1.448.664	1.283.043
			Exigível a longo prazo	45.945.562	47.709.665
			Depósitos	23.460.874	24.889.483
			Depósitos interfinanceiros	76.624	107.367
			Depósitos a prazo	23.384.250	24.782.116
			Captações no mercado aberto	6.752.491	2.964.236
			Carteira própria	6.752.491	2.964.236
			Recursos de aceites e emissão de títulos	1.707.883	1.258.257
			Recursos de aceites cambiais	65.761	20.286
			Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	1.642.122	1.237.971
			Obrigações por empréstimos	1.618.778	1.435.228
			Empréstimos no País – outras instituições	207.448	-
			Empréstimos no exterior	1.411.330	1.435.228
			Obrigações por repasses do País – instituições oficiais	1.967.542	1.559.026
			BNDES	447.935	470.290
			CEF	178	557
			Finame	1.501.426	1.060.118
			Tesouro Nacional	18.003	28.061
			Instrumentos financeiros derivativos	336.329	176.825
			Instrumentos financeiros derivativos	336.329	176.825
			Obrigações por repasses do exterior	1.575.835	222.278
			Repasses do exterior	1.575.835	222.278
			Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	125.397	118.259

Passivo	2007	2006
Circulante	101.316.845	62.756.335
Depósitos	29.970.439	30.111.273
Depósitos à vista	9.282.990	6.990.136
Depósitos de poupança	10.671.509	8.336.782
Depósitos interfinanceiros	840.187	515.851
Depósitos a prazo	8.950.295	14.130.947
Outros depósitos	225.458	137.557
Captações no mercado aberto	10.602.423	8.101.966
Carteira própria	8.566.732	5.081.953
Carteira de terceiros	2.035.691	3.020.013
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.263.660	1.700.257
Recursos de aceites cambiais	111.811	138.613
Recursos de letras hipotecárias	213.208	702.831
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	288.566	858.813
Recursos de letras de crédito imobiliário	650.075	-
Relações interfinanceiras	83.136	71.770
Recebimentos e pagamentos a liquidar	1.153	2.500
Correspondentes	81.983	69.270
Relações interdependências	1.189.435	1.138.518
Recursos em trânsito de terceiros	1.187.119	1.137.348
Transferências internas de recursos	2.316	1.170
Obrigações por empréstimo	4.432.428	2.168.590
Empréstimos no exterior	4.432.428	2.168.590

Passivo

2007

2006

Outras obrigações

8.400.433

15.086.073

Carteira de câmbio

71.068

11.564.697

Sociais e estatutárias

165.939

224.876

Fiscais e previdenciárias

2.608.936

1.407.570

Dívidas subordinadas

1.926.298

171.040

Diversas

3.628.192

1.717.890

Resultados de exercícios futuros

26.055

38.160

Resultados de exercícios futuros

26.055

38.160

Participações de acionistas minoritários

116.296

547.278

Patrimônio líquido

12.142.439

9.779.180

Capital

De domiciliados no País

3.540.208

2.819.137

De domiciliados no exterior

5.049.224

4.950.102

Reservas de capital

135.106

101.045

Reservas de reavaliação

3.627

2.630

Reservas de lucros

3.346.658

2.035.511

Ajuste ao valor de mercado – TVM e derivativos

50.035

130.008

Ações em tesouraria

(2.544)

-

Lucros (prejuízos) acumulados

20.125

(259.253)

Total do passivo

159.547.197

120.830.618

Demonstração do Resultado Combinada Pro Forma

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006 (em Milhares de Reais)

2007

2006

Receitas da intermediação financeira

19.830.637

17.452.839

Operações de crédito

13.277.641

12.065.854

Operações de arrendamento mercantil

637.333

317.590

Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

4.562.752

3.532.442

Resultado com instrumentos financeiros derivativos

738.224

665.466

Resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização

248

315

Resultado de operações de câmbio

-

218.130

Resultado das aplicações compulsórias

614.439

653.042

Despesas da intermediação financeira

(10.874.076)

(10.205.637)

Operações de captação no mercado

(7.140.213)

(7.104.429)

Operações de empréstimos e repasses

(172.567)

(415.682)

Resultado de operações de câmbio

(217.681)

-

Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização

(257.632)

(188.653)

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

(3.085.983)

(2.496.873)

Resultado bruto da intermediação financeira

8.956.561

7.247.202

Outras receitas (despesas) operacionais

(5.337.200)

(4.225.748)

Receitas de prestação de serviços

3.868.308

3.132.466

Receita líquida de prêmios, rendas de previdência e capitalização

148.394

118.139

Despesas de pessoal

(2.841.700)

(2.455.396)

Outras despesas administrativas

(4.024.991)

(3.505.047)

Despesas tributárias

(1.278.013)

(950.446)

Resultado de participações em coligadas e controladas

30.077

29.053

Outras receitas operacionais

1.094.249

768.251

Outras despesas operacionais

(2.333.524)

(1.362.768)

Resultado operacional

3.619.361

3.021.454

Resultado não operacional

531.435

(19.583)

Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações

4.150.796

3.001.871

Imposto de Renda e contribuição social

(731.670)

(559.436)

Provisão para Imposto de Renda

(1.572.615)

(740.405)

Provisão para contribuição social

(554.619)

(292.029)

Ativo fiscal diferido

1.395.564

472.998

Participações dos empregados no lucro

(427.038)

(348.606)

Lucro líquido antes das participações minoritárias

2.992.088

2.093.829

Participações minoritárias

(17.102)

(46.067)

Lucro líquido

2.974.986

2.047.762

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos Combinada Pro Forma

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006 (em Milhares de Reais)

Origem dos Recursos	2007 46.528.292	2006 46.695.616
Lucro líquido	2.974.986	2.047.762
Ajustes ao lucro líquido	183.509	426.715
Depreciações e amortização	306.298	304.118
Resultado de participações em coligadas e controladas	(30.077)	(29.053)
Constituição de provisão para perdas em investimentos	5.214	-
Constituição (reversão) de provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	(12.113)	2.722
Reversão de provisão para perdas em investimentos temporários	(6)	(7)
Ganhos e perdas de capital	1.638	(34.362)
Ganhos na variação cambial	(5.216)	(2.729)
Imposto de Renda e contribuição social sobre reserva de reavaliação	1.285	-
Amortização de ágios	(3.541)	357
Ajuste ao valor de mercado – TVM e derivativos	(79.973)	185.669
Ajustes de exercícios anteriores	(328)	33.226
Variação nos resultados de exercícios futuros	(12.105)	6.598
Participação de minoritários nas controladas	(430.982)	115.759
Recursos de acionistas	788.295	135.567
Incorporação de empresas	656.237	-
Aumento de capital	211.076	135.567
Reestruturação societária	(73.858)	-
Outros	(5.160)	-
Doações e subvenções para investimento	38.939	16.819
Recursos de terceiros	42.959.409	43.860.792
Aumento dos subgrupos do passivo	38.377.557	43.424.129
Depósitos	-	9.685.902
Captação no mercado aberto	6.288.712	8.192.966
Recursos de aceites e emissão de títulos	13.029	1.018.031
Relações interfinanceiras e interdependências	62.283	154.052
Obrigações por empréstimos e repasses	4.834.596	1.601.378
Instrumentos financeiros derivativos	52.419	1.518.238
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	636.893	435.165
Débitos de operações com seguros	-	8.286
Outras obrigações	26.489.625	20.810.111
Diminuição dos subgrupos do ativo	4.015.814	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	49.596	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.966.218	-
Alienação de bens e investimentos	566.038	436.663
Bens não de uso próprio	89.609	21.267
Imobilizado de uso	381.945	145.075
Investimentos	94.484	270.321
Dividendos recebidos de coligadas e controladas	26.569	52.378

Aplicação dos Recursos	2007 46.096.491	2006 46.636.184
Dividendos e bonificações propostos	104.186	38.483
Dividendos complementares	631.280	39.877
Aquisição de ações de própria emissão	2.544	-
Juros sobre o capital próprio	633.418	681.728
Recursos de acionistas	-	8.667
Reversão de reserva estatutária	-	8.667
Inversões em:	715.204	490.500
Bens não de uso próprio	78.148	41.527
Imobilizado de uso	595.553	291.342
Imobilizado de arrendamento	-	165
Investimentos	41.503	157.466
Aplicações no diferido	248.884	223.219
Aumento dos subgrupos do ativo	42.179.825	45.153.710
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	5.930.929
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	6.820.969
Relações interfinanceiras e interdependências	1.362.711	1.466.952
Operações de crédito	11.966.710	8.538.332
Operações de arrendamento mercantil	3.491.949	1.051.282
Créditos de operações com seguros, previdência e capitalização	771	3.558
Outros créditos	24.889.017	20.640.114
Outros valores e bens	468.667	701.574
Redução dos subgrupos do passivo	1.581.150	-
Depósitos	1.569.443	-
Débitos de operações com seguros, previdência e capitalização	11.707	-
Aumento das disponibilidades	431.801	59.432
Modificação na posição financeira:		
Disponibilidades:		
Início do período	1.841.806	1.782.374
Fim do período	2.273.607	1.841.806
Aumento das disponibilidades	431.801	59.432

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Combinada Pro Forma

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006 (em Milhares de Reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros		Ajuste ao valor de mercado – TVM e derivativos	Lucros (prejuízos) acumulados	Ações em tesouraria	Total
					Reserva legal	Reserva estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2005	7.633.672	-	76.346	6.254	198.347	843.867	(55.661)	(544.031)	-	8.158.794
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	33.226	-	33.226
Aumento de capital	135.567	-	-	-	-	-	-	-	-	135.567
Ajuste ao valor de mercado – TVM e derivativos	-	-	-	-	-	-	185.669	-	-	185.669
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	7.880	-	-	-	-	-	-	7.880
Subvenção para investimento	-	-	16.819	-	-	-	-	-	-	16.819
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	(3.624)	-	-	-	3.692	-	68
Ajuste do ágio do Banco Sudameris Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(37.850)	-	(37.850)
Reversão de reserva estatutária	-	-	-	-	-	(8.667)	-	-	-	(8.667)
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	-	-	(39.877)	-	(39.877)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.047.762	-	2.047.762
Destinações:										
Reservas	-	-	-	-	86.126	915.838	-	(1.001.964)	-	-
Dividendos (nota 16.b)	-	-	-	-	-	-	-	(38.483)	-	(38.483)
Juros sobre capital próprio (nota 16.b)	-	-	-	-	-	-	-	(681.728)	-	(681.728)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	7.769.239	-	101.045	2.630	284.473	1.751.038	130.008	(259.253)	-	9.779.180
Aumento de capital (nota 16.a)	99.125	111.951	-	-	-	-	-	-	-	211.076
Incorporação de empresas (nota 2)	-	653.804	2.433	-	-	-	-	-	-	656.237
Mudança de acionista controlador da Cia. Real DTVM (nota 2)	(44.687)	-	(18.794)	-	(1.476)	(8.901)	-	-	-	(73.858)
Ajustes de exercícios anteriores (nota 16.g)	-	-	-	-	-	-	-	(328)	-	(328)
Ajuste ao valor de mercado – TVM e derivativos	-	-	-	-	-	-	(79.973)	-	-	(79.973)
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	11.483	-	-	-	-	-	-	11.483
Subvenção para investimento	-	-	38.939	-	-	-	-	-	-	38.939
Imposto de Renda e contribuição social sobre reserva de reavaliação	-	-	-	1.285	-	-	-	-	-	1.285
Ações em tesouraria (nota 16.d)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.544)	(2.544)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	(288)	-	-	-	288	-	-
Ajuste do ágio e amortização	-	-	-	-	-	-	-	(5.160)	-	(5.160)
Dividendos complementares (nota 16.b)	-	-	-	-	-	(631.280)	-	-	-	(631.280)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.974.986	-	2.974.986
Destinações:										
Reservas	-	-	-	-	130.198	1.822.606	-	(1.952.804)	-	-
Dividendos (nota 16.b)	-	-	-	-	-	-	-	(104.186)	-	(104.186)
Juros sobre capital próprio (nota 16.b)	-	-	-	-	-	-	-	(633.418)	-	(633.418)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	7.823.677	765.755	135.106	3.627	413.195	2.933.463	50.035	20.125	(2.544)	12.142.439

1. Contexto Operacional

O “Banco ABN AMRO Real S.A. e empresas ABN AMRO no Brasil” atuam no País principalmente por meio do Banco ABN AMRO Real S.A., o qual está organizado sob a forma de banco múltiplo autorizado a operar com as carteiras comerciais (inclusive as de operações de câmbio), de investimento, de crédito, financiamento e de crédito imobiliário. O Banco ABN AMRO Real S.A. é uma subsidiária do ABN AMRO Bank N.V., com sede em Amsterdã. Adicionalmente, conforme indicado na nota 2, outras empresas fazem parte da estrutura do Conglomerado.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, de previdência e capitalização, sendo que certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do “Banco ABN AMRO Real S.A. e empresas ABN AMRO no Brasil”.

Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

Em 8 de outubro de 2007, o consórcio formado pelos Bancos Santander, Royal Bank of Scotland (RBS) e Fortis obteve aprovação à sua proposta de aquisição por parte dos acionistas do ABN AMRO Bank N.V. e declarou sua oferta de aquisição “não-condicional” em 10 de outubro de 2007, adquirindo 98,8% das ações ordinárias. Em 12 de dezembro de 2007, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou a aquisição do ABN AMRO no Brasil pelo consórcio.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Combinadas Pro Forma

As Demonstrações Financeiras Combinadas Pro Forma do “Banco ABN AMRO Real S.A. e empresas ABN AMRO no Brasil” são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes da combinação e estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras, de vida e previdência e de capitalização do “Banco ABN AMRO Real S.A. e empresas ABN AMRO no Brasil”, independentemente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras combinadas pro forma não são requeridas por essas práticas contábeis e não contemplam nenhum ajuste necessário para eventual reestruturação a ser promovida pelos novos controladores.

Com o intuito de otimizar os recursos operacionais, sistêmicos e racionalizar os processos administrativos, relacionamos as seguintes alterações societárias ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, pendentes de homologação pelo Banco Central do Brasil:

- Mudança do acionista controlador da Cia. Real de Valores – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, de ABN AMRO Brasil Participações Financeiras S.A., para Banco ABN AMRO Real S.A., em razão da incorporação ocorrida em 31 de agosto de 2007;
- Conforme deliberações nas Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas em 31 de agosto de 2007, o Banco ABN AMRO Real S.A. incorporou as seguintes instituições: (i) Banco Sudameris Brasil S.A. (instituição que já integrava as demonstrações financeiras combinadas pro forma), (ii) ABN AMRO Brasil Participações Financeiras S.A. e (iii) BRI-PAR Dois Participações S.A.; e
- Em 31 de agosto de 2007, data da incorporação, os acervos patrimoniais líquidos incorporados da ABN AMRO Brasil Participações Financeiras S.A. e BRI-PAR Dois Participações S.A., com data-base de 30 de junho de 2007, estavam assim representados pelos direitos e obrigações avaliados pelo valor contábil, conforme segue:

	ABN AMRO Brasil Participações Financeiras S.A.	BRI-PAR Dois Participações S.A.
Disponibilidades	2	3
Aplicações interfinanceiras de liquidez	95.656	-
Títulos e valores mobiliários	557	3.034
Outros créditos	98.044	193.907
Investimentos	533.901	-
Diferido	47	-
Total do ativo	728.207	196.944
Outras obrigações	82.578	186.336
Acervo patrimonial líquido	645.629	10.608
Total do passivo	728.207	196.944

Os seguintes critérios foram adotados para a combinação das demonstrações financeiras de cada empresa integrante do “Banco ABN AMRO Real S.A. e empresas ABN AMRO no Brasil”:

a) Critérios de combinação

Foram incluídos os saldos das contas patrimoniais e de resultado das empresas participantes da combinação, bem como foram eliminadas as participações societárias e os saldos resultantes de operações realizadas entre as empresas.

b) Reclassificações

As operações de arrendamento mercantil estão sendo demonstradas pelo seu valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Dessa forma, o valor residual, assim como as demais contas que compõem o cálculo do valor presente das operações de arrendamento mercantil, foram reclassificados para o grupo “Operações de arrendamento mercantil”.

Adicionalmente, a variação cambial de investimentos no exterior e a variação cambial das operações em moeda estrangeira foram alocadas às contas de resultado relativas aos ativos e passivos que as originaram. Para melhor comparabilidade das demonstrações financeiras, foram efetuadas reclassificações em notas explicativas de receitas de prestação de serviços, outras receitas e despesas operacionais, outras obrigações, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006.

c) Ajustes realizados

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras combinadas pro forma, foram efetuados os seguintes ajustes:

- Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, os ágios originados nas aquisições do Banco Real S.A., Banco de Pernambuco S.A. (Bandepe), Banco Sudameris Brasil S.A. e suas empresas controladas foram amortizados integralmente para fins de combinação, ao passo que o critério adotado para a amortização do referido montante, nas demonstrações financeiras individuais do Banco ABN AMRO Real S.A., foi o prazo estimado para retorno do investimento (cinco anos).
- Em 31 de dezembro de 2006, as despesas de reestruturação provenientes da aquisição do Banco Sudameris Brasil S.A. e empresas controladas também foram amortizadas integralmente.

A nota explicativa nº 16.e apresenta os ajustes efetuados e a reconciliação do patrimônio líquido e resultado.

d) Relação das empresas incluídas nas Demonstrações Financeiras Combinadas Pro Forma

Além do Banco ABN AMRO Real S.A., instituição líder, as demonstrações financeiras das seguintes empresas foram incluídas integralmente na combinação, exceto a Real Tokio Marine Vida e Previdência S.A. e a Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – Visanet, para as quais foram considerados os percentuais correspondentes a nossa participação de 49,99% e 14,38%, respectivamente:

Empresa	Atividade	2007	2006
Participações diretas:			
ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A.	Arrendamento mercantil	99,99	51,00
Companhia Real de Valores – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (c)	Instituição financeira	100,00	-
Banco de Pernambuco S.A. (Bandepe)	Instituição financeira	100,00	100,00
Banco Sudameris Brasil S.A. (b, g)	Instituição financeira	-	100,00
Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – Visanet (e)	Meios de pagamento	14,38	14,28
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Instituição financeira	100,00	99,99
Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (h)	Arrendamento mercantil	69,80	60,95
Sudameris Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (i)	Instituição financeira	100,00	-
Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A.	Instituição financeira	5,92	-
Real Corretora de Seguros S.A. (i)	Seguros	100,00	76,19
Participações indiretas:			
Sudameris Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Instituição financeira	-	100,00
Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (h)	Arrendamento mercantil	30,19	26,81
Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A.	Instituição financeira	93,88	99,80
ABN AMRO Securities (Brasil) Corretora de Valores Mobiliários S.A. (f)	Instituição financeira	100,00	-
ABN AMRO Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	Instituição financeira	99,80	99,80
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil (e)	Instituição financeira	39,47	39,77
Companhia de Arrendamento Mercantil Renault do Brasil (e)	Arrendamento mercantil	39,69	39,73
Real Corretora de Seguros S.A.	Seguros	-	23,80
Partes relacionadas combinadas:			
Real Capitalização S.A. (a)	Capitalização	100,00	100,00
Real Tokio Marine Vida e Previdência S.A.	Seguros e previdência	49,99	49,99
Companhia Real de Valores – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instituição financeira	-	100,00
ABN AMRO Securities (Brasil) Corretora de Valores Mobiliários S.A.	Instituição financeira	-	100,00
ABN AMRO Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d)	Instituição financeira	99,99	99,99

- (a) Refere-se à participação acionária direta da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A.
- (b) Em 28 de dezembro de 2006, foram liberados por decisão judicial os efeitos da incorporação de ações do Banco Sudameris Brasil S.A. pelo Banco ABN AMRO Real S.A., com a consequente conversão do Banco Sudameris Brasil S.A. em subsidiária integral do Banco ABN AMRO Real S.A.
- (c) Em 31 de agosto de 2007, a empresa passou a ser subsidiária integral do Banco ABN AMRO Real S.A., devido à incorporação da ABN AMRO Brasil Participações Financeiras S.A.
- (d) Refere-se à participação acionária direta da ABN AMRO Asset Management Holding N.V.
- (e) Empresas auditadas por outros Auditores Independentes.
- (f) Subsidiária integral da Companhia Real de Valores – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
- (g) Empresa incorporada pelo Banco ABN AMRO Real S.A. em 31 de agosto de 2007.
- (h) Alteração da denominação social de Sudameris Arrendamento Mercantil S.A. para Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, conforme Assembleia Geral Extraordinária de 4 de junho de 2007, homologada pelo Banco Central do Brasil em 31 de julho de 2007.
- (i) Em 31 de agosto de 2007, a empresa passou a ser subsidiária integral do Banco ABN AMRO Real S.A., devido à incorporação do Banco Sudameris Brasil S.A.

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do resultado

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As demais receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas com operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações no mercado aberto são classificadas em função de seus prazos de vencimentos, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- a) títulos para negociação;
- b) títulos disponíveis para venda; e
- c) títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados como para negociação (apresentados no ativo circulante) e disponíveis para venda (segregados em ativo circulante e realizável a longo prazo) são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, e os classificados como títulos mantidos até o vencimento (segregados em ativo circulante e realizável a longo prazo) com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, em contrapartida ao resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados para negociação são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva ou da reclassificação dos respectivos títulos e valores mobiliários para a categoria de “títulos para negociação”.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, a termos, futuros e “swaps” são contabilizados de acordo com a Circular nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, do Banco Central do Brasil, obedecendo aos seguintes critérios:

- **Operações com opções** – os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não-exercício;
- **Operações de futuro** – os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- **Operações de “swap”** – os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “pro rata” dia até a data do balanço;
- **Operações a termo** – pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão de fluência dos contratos até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas na data do balanço a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue:

- instrumentos financeiros derivativos não considerados como “hedge” – em conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- instrumentos financeiros considerados como “hedge” – são classificados como “hedges” de risco de mercado e “hedge” de fluxo de caixa.

Os “hedges” de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de “hedge”. Os instrumentos e os itens objeto de “hedge” são ajustados a valor de mercado na data do balanço e registrados em conta de resultado.

Os “hedges” de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. Os instrumentos e os itens objeto de “hedge” são ajustados a valor de mercado na data do balanço e registrados em conta destacada no patrimônio líquido.

d) Operações de crédito, operações de arrendamento mercantil e provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

As operações de crédito e as operações de arrendamento mercantil são classificadas, de acordo com o julgamento da Administração, quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo – perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.e. Entretanto, percentuais mais elevados dentro de cada faixa de risco são eventualmente utilizados com base no julgamento e experiência da Administração, de forma a contemplar avaliações mais prudentes do risco de determinados clientes, operações ou carteiras.

e) Operações de câmbio

As operações são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base “pro rata” dia) auferidas e provisão para perdas nos termos da Resolução nº 2.682, do Banco Central do Brasil.

f) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

Demonstrado principalmente pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas junto às bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação nº 489, de 3 de outubro de 2005, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Interpretação Técnica Ibracon nº 02, de 30 de novembro de 2006, obedecendo aos seguintes critérios:

- Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

- Contingências passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão nem divulgação.
- Obrigações legais – fiscais e previdenciárias – referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.

h) Provisões e reservas técnicas relacionadas às atividades de seguros, previdência e capitalização

As “Provisões Técnicas” são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), em conformidade com as notas técnicas aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), que considera o percentual variável aplicado sobre os valores efetivamente recebidos. A atualização monetária e os juros creditados às provisões técnicas são contabilizados como “Outras Despesas Operacionais”.

A “Provisão de Prêmios Não Ganhos” é constituída pela parcela do prêmio retido, correspondente ao período de risco a decorrer, calculado pelo método pró rata dia e atualizada monetariamente, quando aplicável. A “Provisão de Prêmios Não Ganhos” relativa às operações de retrocessão é constituída com base em informações recebidas do IRB Brasil Resseguros S.A.

A “Provisão para Pagamento de Sinistros a Liquidar” é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação em vigor.

A “Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados” é constituída para fazer face aos sinistros já ocorridos e ainda não avisados.

As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente, por e sob responsabilidade de atuário legalmente habilitado, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA). As “Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos” representam o valor presente dos benefícios futuros, estimados com base em pressupostos atuariais e a provisão matemática quando for o regime financeiro de capitalização. A “Provisão Matemática de Benefícios a Conceder” refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada enquanto a “Provisão Matemática de Benefícios Concedidos” refere-se àqueles cuja percepção dos benefícios já foi iniciada.

A “Provisão de Eventos Ocorridos mas Não Avisados” é constituída de acordo com a Resolução CNSP nº 162/2006. A “Provisão de Insuficiência de Contribuição” (PIC) tem por objetivo a constituição da diferença apurada entre o cálculo das provisões matemáticas utilizando as bases técnicas

de acordo com a Tábua Biométrica AT-2000 Male, a qual se assemelha à experiência de planos de Previdência Complementar da Seguradora, e o cálculo das provisões utilizando as bases técnicas estabelecidas em Nota Técnica Atuarial, se positiva. A “Provisão de Oscilação Financeira” (POF) tem por objetivo evitar eventuais insuficiências futuras e ainda o reconhecimento antecipado de resultados futuros provenientes tanto do descasamento do índice de atualização monetária de remuneração quanto da taxa de juros garantidas nas “Provisões Matemáticas dos Planos de Previdência Complementar”. Utilizamos a estimativa de 6% para a taxa de reinvestimento dos juros de longo prazo. Os encargos financeiros creditados às provisões técnicas são classificados como “Despesas Financeiras”.

i) Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes. As despesas antecipadas relativas às comissões pagas na colocação de financiamentos são apropriadas ao resultado de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

j) Investimentos

As participações em coligadas e controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, os títulos patrimoniais são avaliados pelo valor patrimonial com ajuste em patrimônio líquido, e os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perda, quando aplicável.

k) Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou reavaliação, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens.

l) Ativo diferido

O ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear.

m) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legais ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações estão refletidas no resultado do período.

n) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata” dia. As captações no mercado aberto são classificadas em função de seus prazos de vencimentos, independentemente dos prazos de vencimentos dos papéis que lastreiam as operações.

o) Reconhecimento de ativos e passivos atuariais, planos de aposentadoria complementar e planos de assistência médica pós-emprego

Os ativos atuariais, referentes aos planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo Banco ABN AMRO Real S.A., Banco de Pernambuco

S.A. (Bandepe) e Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A., determinados pelos atuários consultores, não são reconhecidos como ativos dos patrocinadores, em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado nos regulamentos dos fundos de pensão. Os passivos atuariais, referentes aos planos de aposentadoria complementar e planos de assistência médica pós-emprego patrocinados pelo Banco ABN AMRO Real S.A., Banco de Pernambuco S.A. (Bandepe) e Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A., determinados pelos atuários consultores, são reconhecidos pelo patrocinador como complemento ou redução da provisão existente, sendo a contrapartida diretamente no resultado.

A parcela de ganhos e perdas atuariais a ser reconhecida como aumento ou redução das obrigações futuras a serem determinadas pelos atuários consultores corresponderá ao excedente do maior valor entre 10% do valor justo dos ativos dos planos ou 10% das obrigações atuariais a valor presente, sendo o reconhecimento dessa parcela efetuado pelo prazo de serviço médio futuro dos participantes ativos do plano. O efeito do diferimento dos ganhos e perdas atuariais é reconhecido contabilmente por meio da despesa anual com os planos, determinada pelo atuário consultor. As despesas com contribuições dos patrocinadores para os planos são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

p) Imposto de Renda e contribuição social

As provisões para o Imposto de Renda e contribuição social, quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário, sendo o Imposto de Renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre os rendimentos tributáveis excedentes a R\$ 240 no período e a contribuição social, pela alíquota de 9%.

O Imposto de Renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo), quando a administração opta e são passíveis de registro contábil, são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulados e sobre adições e exclusões temporárias.

4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão sendo apresentadas por tipo de papel e vencimento como segue:

	2007							2006	
	0-30	31-60	61-90	91-120	121-180	181-360	Acima de 360	Total	Total
Aplicações no mercado aberto:	5.342.618	786.324	-	-	-	-	-	6.128.942	6.755.557
Posição bancada	3.306.748	786.324	-	-	-	-	-	4.093.072	3.735.461
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	500.251	-	-	-	-	-	-	500.251	920.040
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	2.806.497	786.324	-	-	-	-	-	3.592.821	2.815.421

	2007							2006	
	0-30	31-60	61-90	91-120	121-180	181-360	Acima de 360	Total	Total
Posição financiada	2.035.870	-	-	-	-	-	-	2.035.870	3.020.096
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	-	-	-	-	-	2.830.546
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	2.035.870	-	-	-	-	-	-	2.035.870	189.550
Aplicações em depósitos interfinanceiros	585.354	64.119	173.742	225.387	301.236	747.217	767.681	2.864.736	2.287.717
Aplicações em depósitos interfinanceiros	223.095	64.119	173.742	225.387	301.236	747.217	767.681	2.502.477	1.923.205
Aplicações em moedas estrangeiras	362.259	-	-	-	-	-	-	362.259	364.512
	5.927.972	850.443	173.742	225.387	301.236	747.217	767.681	8.993.678	9.043.274

5. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, a carteira de títulos e valores mobiliários classificada de acordo com as categorias estabelecidas na regulamentação anteriormente mencionada estava assim composta:

a) Composição por classificação:

	2007		2006	
	Custo	Mercado/Contábil	Custo	Mercado/Contábil
Carteira própria:	5.038.321	5.090.710	7.942.217	7.960.291
Títulos para negociação	939.587	960.783	3.385.457	3.386.484
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	475.797	473.582	87.808	89.481
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	238.846	238.130	3.030.180	3.029.534
Ações	3.978	28.105	-	-
Quotas de Fundos de Investimento	220.398	220.398	264.175	264.175
Quotas de Fundos de Renda Fixa	-	-	1.967	1.967
Títulos da Dívida Agrária (TDA)	517	517	1.327	1.327
Fundo de Desenvolvimento Social (FDS)	51	51	-	-
Títulos disponíveis para venda	3.626.007	3.657.200	3.077.631	3.094.678
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	55.998	55.998	40.408	40.408
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	150.694	144.798	10.411	10.894
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	219.839	221.312	230.788	232.596
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.470.094	1.467.363	874.843	876.436
Debêntures	444.098	456.738	411.993	406.980
Bônus para subscrição de ações	-	-	1.646	1.646
Quotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e Participações (FIDC / FIP)	57.981	57.981	242.816	242.816

	2007		2006	
	Custo	Mercado/Contábil	Custo	Mercado/Contábil
Certificados de Direitos de Crédito de Agronegócios (CDCA)	8.037	8.607	8.101	8.754
Títulos no Exterior	980.549	1.006.261	1.071.390	1.089.738
Commercial Paper	238.717	238.142	185.235	184.410
Títulos mantidos até o vencimento	472.727	472.727	1.479.129	1.479.129
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	-	-	1.013	1.013
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	5.270	5.270	10.606	10.606
Títulos da Dívida Agrária (TDA)	652	652	2.274	2.274
Notas de Crédito (Cayman)	143.224	143.224	1.282.470	1.282.470
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	318.998	318.998	175.583	175.583
Títulos de Securitização	4.583	4.583	7.183	7.183
Vinculados a compromisso de recompra:	67.803	67.887	1.516.668	1.521.864
Títulos para negociação	-	-	92.530	92.062
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	92.530	92.062
Títulos disponíveis para venda	67.803	67.887	1.424.138	1.429.802
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	7.217	7.217	2.481	2.506
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	2.183	2.267	5.692	6.000
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	1.372.309	1.377.640
Debêntures	58.403	58.403	43.656	43.656
Vinculados ao Banco Central:	6.340.389	6.324.051	6.430.936	6.624.428
Títulos disponíveis para venda	6.307.714	6.291.376	6.373.386	6.566.878
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	53.273	53.721	55.850	56.408
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	203.195	208.850	2.156.579	2.311.993
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	6.051.246	6.028.805	4.160.957	4.198.477
Títulos mantidos até o vencimento	32.675	32.675	57.550	57.550
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	32.675	32.675	57.550	57.550
Vinculados a prestação de garantias:	5.300.566	5.288.795	3.991.044	4.061.746
Títulos para negociação	2.226.408	2.226.333	1.700.123	1.700.263
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	99.418	99.394	59.231	59.231
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	3.957	3.906	-	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	42.555	42.695
Quotas de Fundos de Investimento	2.123.033	2.123.033	1.598.337	1.598.337
Títulos disponíveis para venda	2.684.870	2.673.174	2.215.724	2.286.286
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	215.404	211.197	800.636	857.886
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	168.905	169.443	185.044	186.022
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	2.248.609	2.240.582	1.180.482	1.192.816
Debêntures	5.021	5.021	11.646	11.646
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	1.366	1.366
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	46.931	46.931	36.550	36.550
Títulos mantidos até o vencimento	389.288	389.288	75.197	75.197
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	389.288	389.288	75.197	75.197

	2007		2006	
	Custo	Mercado/ Contábil	Custo	Mercado/ Contábil
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação:	-	-	1.229.520	1.238.128
Títulos disponíveis para venda	-	-	1.229.520	1.238.128
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	1.229.520	1.238.128
Instrumentos financeiros derivativos (Ativo – nota 22)	2.652.030	2.959.432	2.016.790	2.290.636
	19.399.109	19.730.875	23.127.175	23.697.093

Em 31 de dezembro de 2007, os papéis classificados como “mantidos até o vencimento” no montante de R\$ 894.690 (R\$ 1.611.876 em 2006) tinham seu valor de mercado avaliado em R\$ 1.008.095 (R\$ 1.896.405 em 2006).

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, os ganhos líquidos não realizados referentes aos títulos classificados como “disponíveis para venda” totalizavam R\$ 3.243 e R\$ 295.373 (R\$ 2.041 e R\$ 185.880 líquido dos efeitos tributários) respectivamente.

O valor de mercado dos títulos é apurado segundo modelo de precificação desenvolvido pelo Banco, que determina o valor líquido provável de realização por meio de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para instrumentos financeiros semelhantes em relação aos prazos de pagamentos e vencimentos.

b) Composição por vencimento:

	2007							Total
	0-30	31-60	61-90	91-120	121-180	181-360	Acima de 360	
Títulos públicos	460.710	1.251	1.747	2.064.808	2.314	53.132	9.415.058	11.999.020
Títulos para negociação	19.694	-	-	187.211	2.314	-	606.361	815.580
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	-	-	42.991	-	-	434.497	477.488
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	-	-	-	99.394	99.394
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	19.253	-	-	144.220	2.299	-	72.358	238.130
Títulos da Dívida Agrária (TDA)	441	-	-	-	15	-	61	517
Fundo de Desenvolvimento Social (FDS)	-	-	-	-	-	-	51	51
Títulos disponíveis para venda	439.815	-	795	1.875.812	-	50.529	8.388.604	10.755.555
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	-	-	210.008	-	519	356.585	567.112
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	795	-	-	249	450.649	451.693
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	439.815	-	-	1.665.804	-	49.761	7.581.370	9.736.750
Títulos mantidos até o vencimento	1.201	1.251	952	1.785	-	2.603	420.093	427.885
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	1.201	1.240	902	1.756	-	2.288	419.846	427.233
Títulos da Dívida Agrária (TDA)	-	11	50	29	-	315	247	652
Títulos privados	2.124.109	2.606	48.133	706	11.431	358.035	2.227.403	4.772.423
Títulos para negociação	2.122.880	2.227	20.169	353	9.855	15.781	200.271	2.371.536
Quotas de Fundos de Investimento	2.094.775	2.227	20.169	353	9.855	15.781	200.271	2.343.431
Ações	28.105	-	-	-	-	-	-	28.105
Títulos disponíveis para venda	1.229	379	27.964	353	56	271.404	1.632.697	1.934.082

	2007							Total
	0-30	31-60	61-90	91-120	121-180	181-360	Acima de 360	
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	1.229	379	26.406	353	56	33.073	41.433	102.929
Debêntures	-	-	1.558	-	-	189	518.415	520.162
Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e Participações (FIDC / FIP)	-	-	-	-	-	-	57.981	57.981
Títulos no Exterior	-	-	-	-	-	-	1.006.261	1.006.261
Certificados de Direitos de Crédito de Agronegócios (CDCA)	-	-	-	-	-	-	8.607	8.607
Commercial Paper	-	-	-	-	-	238.142	-	238.142
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	-	1.520	70.850	394.435	466.805
Notas de Crédito (Cayman)	-	-	-	-	1.520	70.850	70.854	143.224
Títulos no Exterior	-	-	-	-	-	-	4.583	4.583
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	-	-	318.998	318.998
Instrumentos financeiros derivativos (Ativo – nota 22)	840.787	74.088	59.348	90.209	145.021	486.420	1.263.559	2.959.432
	3.425.606	77.945	109.228	2.155.723	158.766	897.587	12.906.020	19.730.875

	2006							Total
	0-30	31-60	61-90	91-120	121-180	181-360	Acima de 360	
Títulos públicos	846.277	2.901	1.195	2.578.448	33.451	1.008.158	11.546.083	16.016.513
Títulos para negociação	119.894	-	-	2.574.004	-	217.649	402.693	3.314.240
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	-	-	-	-	-	89.481	89.481
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	-	-	-	59.231	59.231
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	119.894	-	-	2.574.004	-	217.649	252.744	3.164.291
Títulos da Dívida Agrária (TDA)	-	-	-	-	-	-	1.237	1.237
Títulos disponíveis para venda	724.610	-	-	2.761	29.632	780.793	11.018.850	12.556.646
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	-	-	2.761	-	2.763	3.181.249	3.186.773
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	-	29.617	-	447.915	477.532
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	724.610	-	-	-	-	778.030	7.380.857	8.883.497
Títulos da Dívida Agrária (TDA)	-	-	-	-	15	-	75	90
Certificados de Direitos de Créditos de Agronegócios (CDCA)	-	-	-	-	-	-	8.754	8.754
Títulos mantidos até o vencimento	1.773	2.901	1.195	1.683	3.819	9.716	124.540	145.627
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	1.733	1.984	1.195	1.654	3.765	9.067	123.955	143.353
Títulos da Dívida Agrária (TDA)	40	917	-	29	54	649	585	2.274
Títulos privados	1.381.261	10.846	245.158	50.115	131.294	1.274.523	2.296.747	5.389.944
Títulos para negociação	1.378.585	3.699	141.807	50.115	37.497	80.390	172.386	1.864.479
Quotas de Fundos de Renda Fixa	1.967	-	-	-	-	-	-	1.967
Quotas de Fundos de Investimento	1.376.618	3.699	141.807	50.115	37.497	80.390	172.386	1.862.512
Títulos disponíveis para venda	1.663	7.147	103.351	-	90.888	1.108.613	747.554	2.059.216

	2006							
	0-30	31-60	61-90	91-120	121-180	181-360	Acima de 360	Total
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	17	-	3.348	-	-	5.498	68.095	76.958
Debêntures	-	7.147	5.991	-	-	-	449.144	462.282
Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e Participações (FIDC / FIP)	-	-	-	-	-	13.867	228.949	242.816
Bônus para Subscrição de Ações	1.646	-	-	-	-	-	-	1.646
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	-	-	1.366	1.366
Títulos no Exterior	-	-	490	-	-	1.089.248	-	1.089.738
Commercial Paper	-	-	93.522	-	90.888	-	-	184.410
Títulos mantidos até o vencimento	1.013	-	-	-	2.909	85.520	1.376.807	1.466.249
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	1.013	-	-	-	-	-	-	1.013
Notas de Crédito (Cayman)	-	-	-	-	2.909	85.520	1.194.041	1.282.470
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	-	-	175.583	175.583
Títulos de Securitização	-	-	-	-	-	-	7.183	7.183
Instrumentos financeiros derivativos (Ativo – nota 22)	260.948	107.766	182.404	105.441	284.295	239.995	1.109.787	2.290.636
	2.488.486	121.513	428.757	2.734.004	449.040	2.522.676	14.952.617	23.697.093

c) Composição por emissor:

	2007	2006
Títulos para negociação	3.187.116	5.178.719
Públicos:		
Governo Federal	815.529	3.314.240
Outros	51	-
Privados:		
Empresas Financeiras	2.343.431	1.864.479
Outros	28.105	-
Títulos disponíveis para venda	12.689.637	14.615.862
Públicos:		
Governo Federal	10.755.555	12.556.646
Privados:		
Empresas Financeiras	681.072	539.240
Outros	1.253.010	1.519.976
Mantidos até o vencimento	894.690	1.611.876
Públicos:		
Governo Federal	427.885	145.627
Privados:		
Empresas Financeiras	-	176.596
Outros	466.805	1.289.653
	16.771.443	21.406.457
Instrumentos financeiros derivativos (Ativo – nota 22)	2.959.432	2.290.636
	19.730.875	23.697.093

d) Resultado de operações de títulos e valores mobiliários:

	2007	2006
Rendas de títulos de renda fixa	3.432.798	2.368.996
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	997.520	810.386
Ajuste positivo ao valor de mercado – ações de companhias abertas	27.891	-
Outros	104.543	353.060
	4.562.752	3.532.442

6. Operações de Crédito

As informações da carteira em 31 de dezembro de 2007 e 2006 são assim sumariadas:

a) Por tipo de operação:

	2007	2006
Operações de crédito:		
Empréstimos e títulos descontados	33.700.030	25.502.614
Financiamentos	19.453.359	16.402.401
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.315.975	1.948.998
Financiamentos imobiliários	2.901.226	2.007.677
	58.370.590	45.861.690
Operações de arrendamento mercantil:	5.749.541	2.189.764
Arrendamento financeiro a receber (nota 7.a)	5.749.541	2.189.764
Outros créditos:		
Adiantamentos sobre contrato de câmbio	1.581.060	1.261.768
Créditos por avais e fianças honrados	1.378	1.234
Títulos e créditos a receber	370.490	249.882
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 8.a)	27.824	25.336
Devedores por compra de valores e bens (nota 8.c)	46.531	60.271
Rendas a receber de importação financiada (nota 8.a)	2.076	1.457
	2.029.359	1.599.948
	66.149.490	49.651.402
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.143.084)	(2.536.571)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa sem característica de crédito	(3.398)	(6.927)
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.146.482)	(2.543.498)
	63.003.008	(47.107.904)

b) Por atividade:

	2007	2006
Setor Público	131.786	177.656
Setor Privado	66.017.704	49.473.746
Rural	2.315.975	1.948.998
Indústria	12.777.866	8.662.928
Comércio	7.945.325	7.919.044
Intermediários Financeiros	324.311	129.856
Outros serviços	11.874.563	7.335.016
Pessoas Físicas	27.878.438	21.470.227
Habitação	2.901.226	2.007.677
	66.149.490	49.651.402

c) Por vencimento:

	2007		2006	
	R\$	%	R\$	%
Vencidas	1.904.809	2,88	1.577.582	3,18
A vencer	64.244.681	97,12	48.073.820	96,82
Até 90 dias	16.583.569	25,07	14.283.386	28,77
De 91 a 360 dias	23.169.887	35,03	17.249.036	34,74
Acima de 360 dias	24.491.225	37,02	16.541.398	33,31
	66.149.490	100,00	49.651.402	100,00

d) Concentração da carteira de crédito:

	2007		2006	
	R\$	%	R\$	%
10 maiores devedores	2.955.841	4,47	2.557.539	5,15
50 seguintes maiores devedores	4.734.774	7,16	3.067.558	6,18
100 seguintes maiores devedores	3.546.033	5,36	2.359.435	4,75

e) Por nível de risco:

Saldos da carteira						
Nível	2007				2006	
	Curso normal	Vencidas	Total	%	Total	%
AA	26.990.600	-	26.990.600	40,80	21.969.500	44,25
A	23.128.292	-	23.128.292	34,96	17.475.290	35,20
B	7.382.593	160.075	7.542.668	11,40	3.528.863	7,12
C	3.616.854	246.591	3.863.445	5,84	2.830.047	5,70
D	772.069	148.741	920.810	1,39	875.311	1,76
E	768.901	159.120	928.021	1,40	654.813	1,32
F	267.445	133.021	400.466	0,61	363.242	0,73
G	237.670	130.635	368.305	0,56	305.500	0,62
H	1.080.257	926.626	2.006.883	3,04	1.648.836	3,30
	64.244.681	1.904.809	66.149.490	100,00	49.651.402	100,00

Provisão

Nível	2007					2006	
	Nível de provisão	Curso normal	Vencidas	Total	%	Total	%
A	0,5%	115.641	-	115.641	3,68	87.377	3,44
B	1,0%	73.826	1.601	75.427	2,40	35.291	1,39
C	3,0%	109.201	7.398	116.599	3,71	85.620	3,38
D	10,0%	77.207	14.873	92.080	2,93	87.532	3,45
E	30,0%	230.670	47.736	278.406	8,86	196.445	7,74
F	50,0%	133.723	66.511	200.234	6,37	181.620	7,16
G	70,0%	166.369	91.445	257.814	8,20	213.850	8,44
H	100,0%	1.080.257	926.626	2.006.883	63,85	1.648.836	65,00
		1.986.894	1.156.190	3.143.084	100,00	2.536.571	100,00

f) Créditos renegociados:

Os créditos renegociados em 31 de dezembro de 2007 totalizam R\$ 2.147.651 (R\$ 1.837.039 em 2006).

g) Provisão para operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa:

A movimentação da provisão para operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	2007	2006
Saldo inicial	2.536.571	1.791.132
Constituição	3.085.983	2.496.873
Cisão – Bandepe (A.G.E. de 28/04/2006)	-	29.924
Baixa contra provisão	(2.479.470)	(1.781.358)
	3.143.084	2.536.571
Provisão sem característica de concessão de crédito	3.398	6.927
	3.146.482	2.543.498

h) Rendas de operações de crédito:

	2007	2006
Rendas de empréstimos e títulos descontados	8.108.467	7.039.625
Rendas de financiamentos	3.869.057	3.673.476
Rendas de adiantamentos a depositantes	172.086	204.755
Financiamentos imobiliários	286.086	220.279
Financiamentos rurais e agroindustriais	176.803	153.947
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	665.142	639.650
Outros	-	134.122
	13.277.641	12.065.854

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, foram realizadas cessões de créditos sem co-obrigação no montante de R\$ 420.940 (R\$ 2.631.086 em 2006), substancialmente de operações baixadas contra prejuízo.

7. Operações de Arrendamento Mercantil

As operações de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com a opção feita pelo arrendatário, com cláusulas de atualização pós-fixada ou com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato. A garantia dos arrendamentos a receber está suportada pelos próprios bens arrendados.

Conforme mencionado na nota 2.b, para melhor apresentação das demonstrações financeiras combinadas pro forma, as operações de arrendamento mercantil estão sendo demonstradas pelo seu valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Dessa forma, o valor residual, assim como as demais contas que compõem o cálculo do valor presente das operações de arrendamento mercantil, foi reclassificado para o grupo “Operações de Arrendamento Mercantil”.

Em atendimento às normas do Banco Central do Brasil, essas operações são apresentadas em diversas rubricas patrimoniais nas demonstrações financeiras individuais da ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A., Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e Companhia de Arrendamento Mercantil Renault do Brasil, as quais são resumidas a seguir:

a) Carteira de arrendamento mercantil:

	2007	2006
Arrendamentos a receber	3.708.443	2.082.298
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(3.591.538)	(2.041.869)
Outros valores e bens	29.099	26.205
Imobilizado de arrendamento	8.715.391	3.441.006
Depreciação acumulada	(1.896.958)	(884.080)
Superveniência de depreciação	1.209.613	269.750
Perdas em arrendamentos a amortizar	47.577	43.574
Valor residual antecipado	(2.472.086)	(747.120)
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	5.749.541	2.189.764

b) Resultado de operações de arrendamento mercantil:

	2007	2006
Rendas de arrendamentos financeiros	2.108.991	915.592
Despesas de arrendamentos financeiros	(1.557.286)	(657.727)
Resultado na alienação de valores e bens	85.628	59.313
Rendas de arrendamentos operacionais	-	858
Depreciação de bens arrendados operacionais	-	(446)
	637.333	317.590

8. Outros Créditos

a) Carteira de câmbio:

	2007	2006
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	22.644.126	12.047.496
Direitos sobre venda de câmbio	22.103.107	11.747.992
Adiantamentos em moeda estrangeira e nacional recebidos	(111.180)	(214.494)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	27.824	25.336
Rendas a receber de importação financiada	2.076	1.457
	44.665.953	23.607.787
Parcela de curto prazo	44.594.080	12.069.364
Parcela de longo prazo	71.873	11.538.423
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	20.496.069	11.056.289
Obrigações por compra de câmbio	24.471.390	12.876.907
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(1.581.060)	(1.261.768)
Outros	20.046	11.444
	43.406.445	22.682.872
Parcela de curto prazo	43.335.377	11.118.175
Parcela de longo prazo	71.068	11.564.697
Contas de compensação		
Créditos abertos para importação	263.023	143.019
Créditos de exportação confirmados	7.401	82.603
	270.424	225.622

b) Negociação e intermediação de valores:

	2007	2006
Ativo		
Devedores por conta de liquidações pendentes	185.319	77.831
Outros	24.671	16.345
	209.990	94.176
Passivo		
Credores por conta de liquidações pendentes	121.220	80.004
Operações com mercadoria a liquidar	48.223	1.423
Outros	2.834	2.587
	172.277	84.014

c) Diversos:

	2007	2006
Créditos tributários (nota 21.b)	3.772.499	2.469.022
Devedores por depósitos em garantia (i)	2.311.258	1.537.040
Valores a faturar – cartões de crédito	2.083.870	762.628
Impostos e contribuições a compensar	339.384	195.243
Títulos e créditos a receber	438.069	335.358
Pagamentos a ressarcir	71.488	104.439
Devedores por compra de valores e bens	46.531	60.271
Adiantamentos e antecipações salariais	18.669	17.130
Opções por incentivos fiscais	31.019	18.131
Outros	671.799	589.201
	9.784.586	6.088.463
Parcela de curto prazo	4.753.216	2.815.830
Parcela de longo prazo	5.031.370	3.272.633

(i) Os devedores por depósitos em garantia correspondem, substancialmente, a depósitos judiciais referentes à defesa de processos nas esferas trabalhista, fiscal e cível, envolvendo as empresas integrantes do “Banco ABN AMRO Real S.A. e empresas ABN AMRO no Brasil” (nota 23).

9. Operações com Seguros, Previdência e Capitalização

	2007	2006
Ativo		
Créditos de operações com seguros e resseguros		
Prêmios a receber	2.021	2.005
Seguradoras e resseguradoras	1.198	618
Previdência	1.372	640
Outros créditos operacionais	122	679
	4.713	3.942

	2007	2006
Passivo		
Provisões técnicas		
Provisão matemática benefícios a conceder	2.301.864	1.766.093
Capitalização – provisões matemáticas	377.089	334.813
Provisão para resgates de títulos antecipados	35.831	31.356
Provisões de prêmios não ganhos	57.174	40.986
Provisão matemática benefícios concedidos	97.565	91.306
Provisão para insuficiência de contribuição	21.896	19.864
Outras	87.086	57.194
	2.978.505	2.341.612
Parcela de curto prazo	2.853.108	2.223.353
Parcela de longo prazo	125.397	118.259
Débitos com operações de seguros		
Operações com seguros e resseguros	21.795	33.928
Operações com capitalização	177	395
Operações com previdência	2.462	1.818
	24.434	36.141

10. Outros Valores e Bens

a) Bens não de uso:

	2007				2006			
	Imóveis	Veículos	Outros	Total	Imóveis	Veículos	Outros	Total
Saldo inicial	85.144	12.125	1.302	98.571	72.424	4.890	997	78.311
Bens recebidos em dação de pagamento	55.243	20.186	2.719	78.148	21.094	20.016	417	41.527
Baixa por alienação	(72.681)	(14.237)	(2.691)	(89.609)	(8.374)	(12.781)	(112)	(21.267)
Saldo final	67.706	18.074	1.330	87.110	85.144	12.125	1.302	98.571
Material em estoque	-	-	3.792	3.792	-	-	5.698	5.698
Provisão para desvalorização	(31.285)	(27)	-	(31.312)	(43.266)	(159)	-	(43.425)
	36.421	18.047	5.122	59.590	41.878	11.966	7.000	60.844

b) Despesas antecipadas:

	2007	2006
Comissão na colocação de financiamento	945.838	532.951
Contrato de exclusividade na prestação de serviços bancários	264.086	211.517
Aluguéis	86.841	71.385
Contratos de manutenção	25.297	28.522
Publicidade e propaganda	38.270	38.072
Outros	27.448	41.903
	1.387.780	924.350
Parcela de curto prazo	937.467	626.555
Parcela de longo prazo	450.313	297.795

11. Investimentos

a) Participações em coligadas e controladas:

	Capital Social	Patrimônio líquido	Quantidade de quotas/ações possuídas (em milhares)	% de participação	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ajustes decorrentes de avaliação		Saldo dos investimentos no final do exercício	
Coligadas/controladas	2007						2007	2006	2007
Credicenter Empreendimentos e Promoções Ltda. (f, k)	173.570	274.123	21.236 Quotas	12,23	51.204	6.338		3.655	33.538
Interchange Serviços S.A.	15.505	56.476	75.000.000 ON	25,00	8.407	2.101		5.259	14.119
			13.527 ON						
Marlim Participações S.A. (f)	37.790	48.700	27.054 PN	14,56	(12.100)	(1.761)		2.372	7.089
ABN AMRO Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (f, k)	385.341	430.716	12.418 Quotas	3,22	24.682	815		1.214	13.880
			348.253.362 ON						
Webmotors S.A.	14.535	21.156	17.929.313 PNA	100,00	9.992	9.992		4.741	21.156
			200 ON						
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (a, f)	8.720	78.071	106 PNA	15,32	35.736	5.476		4.252	11.962
ABN AMRO Real Administradora de Consórcio Ltda.	4.810	25.760	4.810 Quotas	100,00	17.860	17.552		5.193	25.760
Clauport Participações Ltda. (g)	-	-	-	-	-			(349)	-
Real Microcrédito Assessoria Financeira S.A.	11.393	3.710	43.129.917 ON	100,00	(1.117)	(1.117)		(2.692)	3.710
ABN AMRO Brasil Participações e Investimentos S.A. (b)	-	-	-	-	-	-		-	1
Celta Holdings S.A. (f, h)	2.041	251.438	260 PNA	12,74	(16.909)	(2.154)		(773)	32.033
Diamond Finance Promotora de Vendas S.A. (c)	10	2.031	3 ON	25,50	2.694	687		-	518
Sudameris Empreendimentos e Serviços Ltda. (e)	-	-	-	-	-	-		1.939	-
ABN AMRO Advisory Services S.A. (i)	628	1.882	5 ON	100,00	673	540		450	1.882
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas) (d)	-	-	-	-	-	-		10.158	-
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	-	-	-	-	-	-		1.353	-
Real Paraguaya de Seguros S.A. (j)						1.041		565	-
Real Argentina S.A.	2.106	2.210	3.743 ON	99,99	1.023	1.023		120	2.210
Amortização de ágio/deságio de investimento baseado em resultados futuros						(2.765)		(2.472)	4.472
Variação cambial						(6.366)		(2.393)	-
Outros						(1.788)		(4.144)	10.742
Reversão de provisão para perdas						463		605	-
						30.077		29.053	183.071
									161.633

(a) Equivalência com base nas demonstrações financeiras de novembro de 2007 e 2006.

(b) Investimento na empresa ABN AMRO Brasil Participações e Investimentos S.A. adquirido em março de 2006 e cedido em outubro de 2007.

(c) Investimento na empresa Diamond Finance Promotora de Vendas S.A. adquirido em maio de 2006.

(d) No decorrer do ano de 2006, o Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A. e a Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil realizaram a venda de 2.169.285 ações que detinham do capital social da Usiminas, apurando um lucro total de R\$ 12.573.

(e) Empresa incorporada pelo Banco Sudameris Brasil S.A. em 29 de setembro de 2006.

(f) Investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial em razão da influência exercida pelo Banco ABN AMRO Real S.A. na administração e na gestão destas companhias.

(g) Empresa incorporada pela ABN AMRO Real Administradora de Consórcio Ltda. em 28 de fevereiro de 2006.

(h) Investimento na empresa Celta Holdings S.A. adquirido em abril de 2006. Em abril de 2006, o Banco registrou um ganho de capital no montante de R\$ 34.700, registrado em resultado não operacional, pelo ingresso de capital de um novo acionista, sem a alteração da participação societária.

(i) Investimento na empresa ABN AMRO Advisory Services S.A. adquirido em abril de 2007.

(j) Investimento alienado em setembro de 2007.

(k) Em 2007, as empresas registraram, no Patrimônio Líquido, opção em aplicação por incentivo fiscal – FINOR, IRPJ/2005, o qual foi reconhecido como resultado de equivalência na investidora.

b) Dependências no exterior:

Apresentamos, a seguir, um resumo do balanço patrimonial das agências no exterior (Grand Cayman) do Banco ABN AMRO Real S.A., Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A. e das demais subsidiárias no exterior:

2007			
	Agência no exterior Grand Cayman – Banco Real	Agência no exterior Grand Cayman – BCIS	Real Argentina S.A.
Ativo			
Circulante e realizável a longo prazo	7.044.640	27.125	2.419
Disponibilidades	1.270	177	71
Aplicações interfinanceiras de liquidez	113.388	26.948	1.856
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6.048.847	-	192
Relações interfinanceiras	308.578	-	-
Outros créditos	572.552	-	300
Outros valores e bens	5	-	-
Permanente	3.120	-	-
	7.047.760	27.125	2.419
Passivo			
Circulante e exigível a longo prazo	3.464.746	893	209
Depósitos	235.231	893	-
Recursos de emissão e aceites cambiais	894.652	-	-
Relações interdependências	2.175	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	1.747.715	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	13.337	-	-
Outras obrigações	571.636	-	209
Resultado de exercícios futuros	4.307	-	-
Patrimônio líquido	3.578.707	26.232	2.210
Capital social e reservas	2.214.128	1.771	2.120
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	25.712	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados	1.234.283	-	(933)
Resultado de períodos anteriores	-	23.418	-
Resultado do exercício	104.584	1.043	1.023
	7.047.760	27.125	2.419

2006				
	Agência no exterior Grand Cayman – Banco Real	Agência no exterior Grand Cayman – BCIS	Real Argentina S.A.	Real Paraguaya de Seguros S.A.
Ativo				
Circulante e realizável a longo prazo	7.675.507	31.433	18.530	629
Disponibilidades	689	214	1.087	142
Aplicações interfinanceiras de liquidez	153.830	31.219	8.588	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6.801.381	-	-	402
Relações interfinanceiras	183.697	-	-	-
Outros créditos	535.902	-	6.567	85
Outros valores e bens	8	-	2.288	-
Permanente	10.801	-	1.086	915
	7.686.308	31.433	19.616	1.544
Passivo				
Circulante e exigível a longo prazo	3.662.690	1.028	11.753	66
Depósitos	219.582	1.028	-	-
Recursos de emissão e aceites cambiais	1.579.180	-	-	-
Relações interdependências	10.835	-	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	1.305.658	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	29.817	-	-	-
Outras obrigações	517.618	-	11.753	66
Resultado de exercícios futuros	9.106	-	-	-
Patrimônio líquido	4.014.512	30.405	7.863	1.478
Capital social e reservas	2.714.955	2.138	7.390	2.637
Ajuste ao valor de mercado – TVM e derivativos	1.123.533	27.143	(92)	(1.279)
Resultado do exercício	176.024	1.124	565	120
	7.686.308	31.433	19.616	1.544

As agências no exterior (Grand Cayman) desenvolvem suas operações de forma independente, segundo os requisitos legais estabelecidos pelas autoridades locais e mantendo registros contábeis próprios. Em 31 de dezembro de 2007, os encargos de Imposto de Renda e contribuição social calculados no Brasil às alíquotas vigentes totalizam R\$ 94.335 e R\$ 33.961, respectivamente (R\$ 116.310 e R\$ 41.871 em 2006).

c) Outros investimentos:

			2006			
	2007	2006	% Anual de depreciação	Custo/ reavaliação	Depreciação acumulada	Total
Títulos Patrimoniais						
Bolsa de Mercadorias e de Futuros (BM&F)	421	13.580				
Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa)	55	15.581				
Câmara de Custódia e de Liquidação (Cetip)	4.282	3.367				
Outros	440	438				
	5.198	32.966				
Ações e quotas	39.914	64.939				
Incentivos fiscais	12.716	12.692				
Outros investimentos	8.601	8.615				
	66.429	119.212				
Provisão para perdas	(30.366)	(25.626)				
	36.063	93.586				

Terrenos	-	115.306	-	115.306
Imobilizado em curso	-	39.162	-	39.162
Edificações	4	375.853	(192.173)	183.680
Móveis e utensílios	10	228.127	(77.500)	150.627
Instalações	10	10.549	(3.738)	6.811
Veículos	20	49.436	(20.358)	29.078
Equipamentos de informática	20	614.699	(464.355)	150.344
Equipamentos de segurança	10	41.010	(17.076)	23.934
Equipamentos de comunicação	10	37.156	(28.262)	8.894
Outras imobilizações	20	7.146	(2.504)	4.642
		1.518.444	(805.966)	712.478

d) Partes relacionadas

Os saldos decorrentes de transações entre as empresas consolidadas e/ou combinadas mencionadas na nota 2 foram eliminados, enquanto os saldos das operações realizadas com as empresas integrantes do grupo ABN AMRO no exterior, cujo montante líquido em 31 de dezembro de 2007 totalizava R\$ 129.339 (R\$ 121.674 em 2006), incluindo operações de câmbio, não foram eliminados nas demonstrações combinadas pro forma. Todas as transações com partes relacionadas são praticadas em condições normais de mercado, no que se refere a prazos de vencimentos e taxas de remuneração pactuadas.

Os saldos das operações com partes relacionadas, efetuadas com empresas no Brasil que não foram incluídas nas demonstrações financeiras combinadas pro forma, não estão sendo apresentados, tendo em vista sua irrelevância no contexto do Conglomerado.

12. Imobilizado de Uso

2007				
	% Anual de depreciação	Custo/ reavaliação	Depreciação acumulada	Total
Terrenos	-	113.474	-	113.474
Imobilizado em curso	-	96.447	-	96.447
Edificações	4	367.449	(198.972)	168.477
Móveis e utensílios	10	272.477	(97.701)	174.776
Instalações	10	11.215	(5.095)	6.120
Veículos	20	35.783	(18.081)	17.702
Equipamentos de informática	20	690.140	(505.191)	184.949
Equipamentos de segurança	10	49.784	(21.168)	28.616
Equipamentos de comunicação	10	45.988	(25.865)	20.123
Outras imobilizações	20	10.170	(4.030)	6.140
		1.692.927	(876.103)	816.824

13. Diferido

	2007	2006
Gastos na aquisição de desenvolvimento logístico	625.357	511.587
Benfeitorias em imóveis de terceiros	452.184	373.588
Instalações e adaptações de dependências	236.069	225.594
Fundo de comércio	164.354	148.421
Outros	89.552	66.889
	1.567.516	1.326.079
Amortização acumulada	(890.732)	(701.143)
	676.784	624.936

14. Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Depósitos:

	2007								2006
	0-30	31-60	61-90	91-120	121-180	181-360	Acima de 360	Total	Total
À vista	9.282.990	-	-	-	-	-	-	9.282.990	6.990.136
Poupança	10.671.509	-	-	-	-	-	-	10.671.509	8.336.782
Interfinanceiros	321.456	58.048	51.347	34.149	96.314	278.873	76.624	916.811	623.218
A prazo	1.152.250	961.572	758.078	344.484	3.424.010	2.309.901	23.384.250	32.334.545	38.913.063
Outros depósitos	225.458	-	-	-	-	-	-	225.458	137.557
	21.653.663	1.019.620	809.425	378.633	3.520.324	2.588.774	23.460.874	53.431.313	55.000.756

b) Captações no mercado aberto:

	2007								2006
	0-30	31-60	61-90	91-120	121-180	181-360	Acima de 360	Total	Total
Carteira própria	2.037.929	403.930	1.121.243	177.280	579.684	4.246.666	6.752.491	15.319.223	8.046.189
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	-	-	7.190	-	7.190	2.708
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.467.899
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	-	-	-	2.111	-	234	2.345	5.737
Títulos de Emissão Própria	2.037.929	403.930	1.121.243	177.280	577.573	4.239.476	6.752.257	15.309.688	6.569.845
Carteira de terceiros	2.035.691	-	-	-	-	-	-	2.035.691	3.020.013
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	-	-	-	-	-	2.830.546
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	2.035.691	-	-	-	-	-	-	2.035.691	189.467
	4.073.620	403.930	1.121.243	177.280	579.684	4.246.666	6.752.491	17.354.914	11.066.202

c) Despesas de captação no mercado:

	2007	2006
Depósitos a prazo	4.295.533	5.049.005
Títulos e valores mobiliários do exterior	620.414	569.240
Operações compromissadas	1.346.748	677.482
Depósitos de poupança	588.715	526.547
Contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC)	81.354	116.647
Depósitos interfinanceiros	92.248	66.653
Outros	115.201	98.855
	7.140.213	7.104.429

d) Recursos de aceite e emissão de títulos:

	2007							2006	
	0-30	31-60	61-90	91-120	121-180	181-360	Acima de 360	Total	Total
Recursos de aceites cambiais	18.443	10.685	10.742	8.467	8.937	54.537	65.761	177.572	158.899
Recursos de letras hipotecárias	61.246	101.816	4.318	45.828	-	-	-	213.208	702.831
Obrigações por TVM no exterior	110.557	62.643	34.734	18.908	28.815	32.909	1.642.122	1.930.688	2.096.784
Recursos de letras de crédito imobiliário	-	859	80.984	289.561	278.671	-	-	650.075	-
	190.246	176.003	130.778	362.764	316.423	87.446	1.707.883	2.971.543	2.958.514

e) Obrigações por empréstimos e repasses:

	2007							2006	
	0-30	31-60	61-90	91-120	121-180	181-360	Acima de 360	Total	Total
Obrigações por empréstimos	2.590.126	403.666	240.430	202.027	321.700	674.479	1.618.778	6.051.206	3.603.818
Empréstimos no País – Outras instituições	-	-	-	-	-	-	207.448	207.448	-
Empréstimos no exterior	2.590.126	403.666	240.430	202.027	321.700	674.479	1.411.330	5.843.758	3.603.818
Obrigações por repasses	187.709	82.173	77.826	87.063	396.372	669.282	3.543.377	5.043.802	2.656.594
Repasses do País – Instituições Oficiais	70.876	81.171	73.477	71.019	306.108	416.862	1.967.542	2.987.055	2.314.188
Repasses do exterior	116.833	1.002	4.349	16.044	90.264	252.420	1.575.835	2.056.747	342.406
	2.777.835	485.839	318.256	289.090	718.072	1.343.761	5.162.155	11.095.008	6.260.412

15. Outras Obrigações

a) Fiscais e previdenciárias:

	2007	2006
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	962.929	335.453
Provisão para impostos diferidos (nota 21.c)	340.711	276.960
Provisão para riscos fiscais (nota 23.c)	2.450.708	1.492.855
Impostos e contribuições a recolher	270.029	262.307
	4.024.377	2.367.575
Parcela de curto prazo	1.415.441	960.005
Parcela de longo prazo	2.608.936	1.407.570

b) Diversas:

	2007	2006
Provisão de passivos contingentes – trabalhistas (nota 23.c)	843.892	668.849
Provisão de passivos contingentes – cíveis/FCVS (nota 23.c)	586.908	428.076
Provisão para pagamentos a efetuar	721.421	391.784
Obrigações por aquisição de bens e direitos	142.495	199.746
Valores a liquidar – cartões de crédito	2.071.860	763.900
Credores por recursos a liberar	132.071	55.701
Credores diversos – país	155.451	180.169
Outros	422.758	312.708
	5.076.856	3.000.933
Parcela de curto prazo	1.448.664	1.283.043
Parcela de longo prazo	3.628.192	1.717.890

c) Dívidas subordinadas:

Papel	Emissão	Valor da operação	Vencimento	Remuneração	2007	2006
No País:						
CDB subordinado	08/01/2007	50.000	7/1/2013	104,0% taxa CDI	56.019	-
CDB subordinado	11/01/2007	250.000	9/1/2013	104,0% taxa CDI	279.668	-
CDB subordinado	11/01/2007	250.000	9/1/2014	104,5% taxa CDI	279.818	-
CDB subordinado	30/07/2007	616.108	30/7/2014	104,5% taxa CDI	645.206	-
CDB subordinado	31/07/2007	268.892	31/7/2014	104,5% taxa CDI	281.466	-
CDB subordinado	07/08/2007	300.000	7/8/2013	100,0% taxa CDI + 0,43% a.a.	313.269	-
					1.855.446	-
No exterior:						
Floating Rate Notes	05/11/1999	170.000 - US\$	5/11/2009	Libor + 4,50% a.a.	122.205	221.366
Floating Rate Notes	08/11/1999	30.000 - US\$	9/11/2009	Libor + 4,50% a.a.	21.549	39.047
					143.754	260.413
					1.999.200	260.413
Parcela de curto prazo					72.902	89.373
Parcela de longo prazo					1.926.298	171.040

16. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, o capital social, totalmente integralizado, está representado por:

Empresa	2007		2006	
	R\$	Quantidade de ações – ON	R\$	Quantidade de ações – ON
Banco ABN AMRO Real S.A.	8.458.613	1.931.851.700	7.593.733	1.846.565.218
Companhia Real de Valores – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	44.687	67.100
ABN AMRO Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	18.295	4.839.546.004	18.295	4.839.546.004
Real Capitalização S.A.	50.000	5.118.000	50.000	5.118.000
Real Tokio Marine Vida e Previdência S.A.	62.524	99.309.058	62.524	99.309.058
	8.589.432		7.769.239	

Em Assembléias Gerais Extraordinárias, realizadas em 26 de abril de 2007 e 6 de junho de 2007, foi aprovado o aumento do capital social do Banco ABN AMRO Real S.A., no montante de R\$ 99.125, mediante a emissão de 17.757.685 novas ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, passando o capital social de R\$ 7.593.733 para R\$ 7.692.858, representado por 1.864.322.903 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, homologado pelo Banco Central do Brasil em 20 de julho de 2007.

Em Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas em 31 de agosto de 2007, o Banco ABN AMRO Real S.A. incorporou as instituições ABN AMRO Brasil Participações Financeiras S.A. e BRI-PAR Dois Participações S.A., gerando um aumento do capital social no montante de R\$ 653.804, mediante emissão de 48.902.142 novas ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, passando o capital social de R\$ 7.692.858 para R\$ 8.346.662, representado por 1.913.225.045 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal. Os processos de incorporação encontram-se em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil (nota 2).

Em Assembléia Geral Extraordinária de 25 de outubro de 2007, foi aprovada a proposta para o aumento do capital social do Banco ABN AMRO Real S.A. no montante de R\$ 114.750, mediante emissão de 19.092.471 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, passando o capital social de R\$ 8.346.662 para R\$ 8.461.412, representado por 1.932.317.516 ações ordinárias, escriturais sem valor nominal. Encerrado o prazo de 30 dias pelo direito de preferência de subscrição por parte dos minoritários e não havendo subscrição das sobras pelos acionistas, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 12 de dezembro de 2007, foi aprovado o aumento de capital social do Banco ABN AMRO Real S.A. no montante de R\$ 111.951, mediante emissão de 18.626.655 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, passando o capital social de R\$ 8.346.662 para R\$ 8.458.613, representado por 1.931.851.700 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, pendente de homologação pelo Banco Central do Brasil.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26 de outubro de 2007, foram aprovados (i) o grupamento de ações do capital social da Companhia Arrendamento Mercantil Renault do Brasil à razão de 2.000 ações ordinárias para 1 ação ordinária, e de 2.000 ações preferenciais para 1 ação preferencial e (ii) o grupamento de ações do capital social da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil à razão de 482.000 ações ordinárias para 1 ação ordinária, e de 482.000 ações preferenciais para 1 ação preferencial, pendentes de homologação pelo Banco Central do Brasil.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos que variam de 1% a 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita a deliberação em Assembléia Geral de Acionistas.

No período findo em 31 de dezembro de 2007, foram distribuídos dividendos complementares referentes a exercícios anteriores, no montante de R\$ 631.280, sendo R\$ 559.000 do Banco ABN AMRO Real S.A, R\$ 37.493 da ABN AMRO Asset Management DTVM S.A. e R\$ 34.787 da Real Capitalização S.A.

Em 2007, a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas totalizou o montante de R\$ 633.418 (R\$ 681.728 em 2006), calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos do artigo 9ª da Lei 9.249/95, os quais estão a seguir demonstrados:

Empresa	% Dividendos	Dividendos	TJLP	2007
				Imposto de Renda (15%)
Banco ABN AMRO Real S.A.	25	65.936	631.998	94.800
Companhia Real de Valores – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	1	28	-	-
ABN AMRO Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	-	1.420	213
Real Tokio Marine Vida e Previdência S.A.	25	37.592	-	-
Real Capitalização S.A.	1	630	-	-
		104.186	633.418	95.013

Empresa	% Dividendos	Dividendos	TJLP	2006
				Imposto de Renda (15%)
Banco ABN AMRO Real S.A.	-	-	679.998	102.000
Companhia Real de Valores – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	1	62	-	-
Real Tokio Marine Vida e Previdência S.A.	25	23.208	-	-
Real Capitalização S.A.	25	15.213	-	-
ABN AMRO Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	-	1.730	260
		38.483	681.728	102.260

O benefício fiscal decorrente da distribuição de juros sobre o capital próprio reduziu os encargos de Imposto de Renda e contribuição social do exercício no montante de R\$ 215.362 (R\$ 231.788 em 2006).

c) Reservas estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para reserva para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações das empresas e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. O saldo dessas reservas, juntamente com o saldo da Reserva Legal, não deve ultrapassar o capital social.

d) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2007, encontram-se em tesouraria 461.682 ações adquiridas em fevereiro de 2007, pelo Banco ABN AMRO Real S.A., em razão do processo de incorporação de ações do Banco Sudameris Brasil S.A. pelo Banco ABN AMRO Real S.A., deliberado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 12 de maio de 2004, cujos efeitos foram liberados por decisão judicial em 28 de dezembro de 2006 (“Incorporação de Ações”), bem como do exercício do direito de recesso por determinados acionistas do Banco ABN AMRO Real S.A. dissidentes da incorporação de ações.

e) Reconciliação do patrimônio líquido e resultado:

Empresas combinadas:	Patrimônio líquido	
	2007	2006
Banco ABN AMRO Real S.A.	12.044.971	9.938.719
Companhia Real de Valores – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	-	69.627
ABN AMRO Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	72.891	59.887
Real Capitalização S.A.	158.925	137.203
Real Tokio Marine Vida e Previdência S.A.	86.155	76.515
	12.362.942	10.281.951
Reversão do ágio e amortizações – Banco Real S.A.	(189.598)	(111.801)
Reversão do ágio e amortizações – Banco Sudameris Brasil S.A.	-	(353.983)
Reversão do ágio e amortizações – Banco de Pernambuco S.A. (Bandepe)	(3.328)	(6.958)
Reversão do ágio e amortizações – Banco do Estado da Paraíba S.A. (Paraiban)	-	(1.250)
Reversão do ágio e amortizações – Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	(27.577)	(28.779)
	(220.503)	(502.771)
	12.142.439	9.779.180

Empresas combinadas:	Resultado	
	2007	2006
Banco ABN AMRO Real S.A.	2.539.213	1.624.363
Companhia Real de Valores – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	2.927	9.666
ABN AMRO Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	50.819	39.223
Real Capitalização S.A.	64.098	64.056
Real Tokio Marine Vida e Previdência S.A.	39.916	24.429
	2.696.973	1.761.737
Reversão do ágio e amortizações – Banco Real S.A.	182.078	132.606
Reversão do ágio e amortizações – Banco Sudameris Brasil S.A.	94.108	180.646
Reversão do ágio e amortizações – Banco de Pernambuco S.A. (Bandepe)	3.630	3.629
Reversão do ágio e amortizações – Banco do Estado da Paraíba S.A. (Paraiban)	1.250	7.522
Reversão do ágio e amortizações – Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	6.362	(28.779)
Ajuste de opção de incentivos fiscais – resultado de equivalência	(9.415)	(9.599)
	278.013	286.025
	2.974.986	2.047.762

f) Demonstrações do patrimônio líquido e resultado dos minoritários:

Minoritários	2007		2006	
	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
ABN AMRO Brasil Participações Financeiras S.A.	-	-	454.104	23.812
RCI BANQUE S.A.	110.278	16.440	89.549	12.386
Outros minoritários	6.018	662	3.625	9.869
	116.296	17.102	547.278	46.067

g) Ajuste de exercícios anteriores

A Resolução CNSP nº 162, de 26 de dezembro de 2006, em seus artigos 5º e 21º, com alteração introduzida pela Resolução CNSP nº 181, de 17 de dezembro de 2007, estabeleceu a obrigatoriedade de constituição de uma nova provisão técnica denominada Provisão Complementar (“PCP”). Como se trata de uma mudança de critério contábil, o valor referente à constituição inicial no montante de R\$ 328 (líquido de imposto) foi contabilizado como ajustes de exercícios anteriores em lucros acumulados.

17. Receitas de Prestação de Serviços

	2007	2006
Administração de recursos	364.934	290.573
Serviços de conta corrente	903.087	787.981
Cartões de crédito	783.575	635.881
Operações de crédito e garantias prestadas	1.047.760	826.856
Serviços de recebimentos	316.104	287.135
Outras	452.848	304.040
	3.868.308	3.132.466

18. Outras Despesas Administrativas

	2007	2006
Processamento de dados	800.589	767.720
Serviços de terceiros	588.149	463.767
Depreciações e amortização	306.298	303.672
Comunicações	304.504	268.633
Serviços do sistema financeiro	258.543	222.370
Serviços técnicos especializados	260.403	249.025
Aluguéis	205.906	184.076
Promoções e relações públicas	305.381	217.307
Serviços de vigilância e segurança	134.454	117.820
Transporte	166.183	145.451
Outras	694.581	565.206
	4.024.991	3.505.047

19. Despesas Tributárias

	2007	2006
Contribuição ao PIS e Cofins	797.905	606.632
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	205.761	133.660
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF)	77.325	52.775
Imposto de Renda sobre remessa de juros	117.050	83.997
Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU)	13.490	13.142
Outras	66.482	60.240
	1.278.013	950.446

20. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	2007	2006
Recuperação de encargos e despesas	409.882	343.062
Reversão de provisões operacionais	140.649	99.847
Rendas de antecipação de recebíveis	49.089	52.265
Atualizações monetárias	222.413	-
Atualizações monetárias de impostos	11.801	19.163
Rendas de desvalorização cambial	127.843	101.032
Rendas do exterior	32.132	38.229
Outras	100.440	114.653
	1.094.249	768.251

	2007	2006
Despesas com comissões	686.723	264.846
Descontos concedidos	450.703	291.112
Contingência trabalhista e cível	438.417	317.183
Variação monetária sobre impostos e contribuições	88.376	83.948
Gastos com contratos em atraso	143.930	93.948
Despesas com cartões	173.289	152.857
Despesas com prêmios promocionais	89.466	113.937
Outras	262.620	44.937
	2.333.524	1.362.768

21. Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente e diferido)

a) Composição das despesas com impostos e contribuições:

a.1) Demonstrativo de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2007	2006
Crédito tributário de Imposto de Renda sobre prejuízo fiscal acumulado	3.129	(76.324)
Crédito tributário de contribuição social sobre base negativa acumulada	(6.784)	(15.743)
Imposto de Renda diferido sobre ajuste – Circulares 3.082/3.068 e Susep 192	213.336	(1.731)
Contribuição social diferida sobre ajuste – Circulares 3.082/3.068 e Susep 192	76.801	(622)
Imposto de Renda sobre PIS e Cofins – Circulares 3.082/3.068 e Susep 192	(10.244)	(9.695)
Contribuição social sobre PIS e Cofins – Circulares 3.082/3.068 e Susep 192	(3.690)	(3.485)
Imposto de Renda diferido sobre diferenças temporárias	826.976	350.158
Contribuição social diferida sobre diferenças temporárias	248.260	116.920
Despesa de Imposto de Renda – corrente	(1.434.932)	(774.636)
Despesa de contribuição social – corrente	(542.375)	(290.601)
Imposto de Renda na fonte sobre operações Cayman – corrente	125.764	74.330
IRRF sobre operações Cayman – Bonds Britânicos – diferido	-	4.389
Contingência de Imposto de Renda – corrente (i)	(7.525)	(6.271)
Contingência de contribuição social – corrente (i)	(6.019)	(1.430)
Constituição da provisão para perda da CSLL a compensar a 18% – diferido (ii)	-	59.395
Imposto de Renda diferido – ajustes períodos anteriores (iii)	2.612	36.895
Contribuição social diferido – ajustes períodos anteriores (iii)	-	12.841
Despesas com Imposto de Renda corrente – ajustes períodos anteriores (iii)	-	(42)
Despesas com contribuição social corrente – ajustes períodos anteriores (iii)	-	2
Imposto de Renda sobre superveniência de depreciação – corrente	(234.991)	(33.786)
IRPJ e CSLL – oriundo de incorporação – corrente	(27.156)	-
IRPJ e CSLL – oriundo de incorporação – diferido	45.168	-
	(731.670)	(559.436)

a.2) Reconciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social

	2007	2006
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	4.150.796	3.001.871
Encargo total do Imposto de Renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(1.411.271)	(1.020.636)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	679.601	461.200
Participações em coligadas e controladas	10.226	9.878
Despesas de provisão para pagamento de bônus	(10.354)	-
Provisão para participação nos lucros	145.193	118.526
IR e CS sobre variação cambial do resultado no exterior	(39.652)	(105.763)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não-tributáveis	(145.795)	4.401
Créditos tributários de exercícios anteriores constituídos	-	3.180
Juros sobre capital próprio	215.362	234.089
IRRF sobre operações Cayman	125.764	74.330
IRRF sobre operações Cayman – Bonds Britânicos	-	4.389
Deduções diretas (incentivos fiscais)	19.354	-
Ajuste do ágio de aquisição (Banco Real / Sudameris / Bandepe / Paraiban) IRPJ e CSLL	62.344	47.644
Contingência de Imposto de Renda e contribuição social (i)	(23.103)	(7.701)
Constituição da provisão para perda da CSLL a compensar a 18% – diferido (ii)	-	59.395
Constituição de IRPJ e CSLL – diferidos sobre o ágio amortizado de empresas incorporadas	298.859	-
Ajuste negativo IRPJ e CSLL – exercício anterior	14.610	-
Outros ajustes	6.793	18.832
	(731.670)	(559.436)

(i) Ajustes decorrentes da reavaliação da probabilidade de perda com relação a processos judiciais acerca dos tributos que estão sendo questionados judicialmente.

(ii) Ajuste decorrente do aumento do prazo de realização dos créditos tributários estabelecidos pela Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Banco Central do Brasil.

(iii) Ajuste decorrente da diferença entre o valor da provisão registrada nos anos de 2006 e 2005 e o valor apurado na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ).

b) Créditos tributários

Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumuladas e diferenças temporariamente indedutíveis.

Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, ambas do Banco Central do Brasil, o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliada periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de Imposto de Renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

No período findo em 31 de dezembro de 2007, os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações:

	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Incorporação (i)	Saldo final
Imposto de Renda					
Prejuízo fiscal acumulado	84.811	43.379	(40.250)	-	87.940
Adições temporárias	1.658.389	1.173.836	(184.286)	27.199	2.675.138
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	641.134	173.468	(2.286)	-	812.316
Perdas em operações de crédito	449.982	108.079	(1.292)	-	556.769
Provisão para contingências	343.569	276.493	(20.169)	20.131	620.024
Provisão para despesas de pessoal	65.603	91.343	(10.626)	7.068	153.388
Provisão de assistência médica complementar	19.653	-	(19.653)	-	-
Complemento de aposentadoria	27.007	19.994	-	-	47.001
Imposto de Renda retido na fonte a compensar	4.388	-	(4.388)	-	-
Imposto de Renda – Circulares 3.068 / 3.082 – Resultado	7.245	168.055	(4.169)	-	171.131
Imposto de Renda – Circulares 3.068 / 3.082 – PL	38.576	1.194	(35.336)	-	4.434
Complemento de aposentadoria – CVM 371 – PL	1.544	-	-	-	1.544
Ágio amortização de empresas incorporadas	-	219.750	-	-	219.750
Crédito tributário IR – Circular Susep 192/2002	(740)	740	-	-	-
Outras	60.428	114.720	(86.367)	-	88.781
	1.743.200	1.217.215	(224.536)	27.199	2.763.078
Contribuição Social					
Base negativa acumulada	21.545	-	(6.784)	-	14.761
Adições temporárias	699.515	367.704	(96.839)	2.699	973.079
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	227.807	70.894	(7.617)	-	291.084
Perdas em operações de crédito	158.106	35.429	-	-	193.535
Provisão para contingências	105.416	42.603	(4.860)	-	143.159
Provisão para despesas de pessoal	26.092	33.261	(3.965)	2.545	57.933
Complemento de aposentadoria	9.722	7.199	-	-	16.921
Provisão de assistência médica complementar	7.075	-	(7.075)	-	-
Crédito tributário a compensar MP 1858	129.753	-	(32.055)	-	97.698
Contribuição social – Circulares 3.068 / 3.082 – Resultado	2.610	60.500	(1.502)	-	61.608
Contribuição social – Circulares 3.068 / 3.082 – PL	13.885	434	(12.722)	-	1.597
Complemento de aposentadoria CVM 371 – PL	556	-	-	-	556
Ágio amortização de empresas incorporadas	-	79.110	-	-	79.110
Crédito tributário CS – Circular Susep 192/2002	(267)	267	-	-	-
Outras	18.760	38.007	(27.043)	154	29.878
	721.060	367.704	(103.623)	2.699	987.840
PIS e Cofins					
PIS e Cofins – Circular 3.082 – Resultado	-	31.994	-	-	31.994
PIS e Cofins – Circular 3.068 – PL	7.237	42	(6.597)	-	682
Imposto de Renda sobre PIS e Cofins – Circular 3.082 – Resultado	-	(7.998)	-	-	(7.998)
Contribuição social sobre PIS e Cofins – Circular 3.082 – Resultado	-	(2.879)	-	-	(2.879)
Imposto de Renda sobre PIS e Cofins – Circular 3.068 – PL	(1.826)	-	1.666	-	(160)
Contribuição social sobre PIS e Cofins – Circular 3.068 – PL	(649)	-	591	-	(58)
	4.762	21.159	(4.340)	-	21.581
	2.469.022	1.606.078	(332.499)	29.898	3.772.499

(i) Saldos de incorporação das empresas BRI-PAR Dois Participações S.A. e ABN AMRO Brasil Participações Financeiras S.A. em 31 de agosto de 2007.

b) Créditos tributários (continuação)

Com base no atual nível de capitalização e operações das empresas integrantes do “Banco ABN AMRO Real S.A. e empresas ABN AMRO no Brasil” e considerando as expectativas de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que o total dos créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2007 tenha a sua realização da seguinte forma:

	2008	2009	2010	2011	2012	Acima de 2012	Total
Imposto de Renda							
Prejuízo fiscal acumulado	19.887	12.287	12.722	2.229	171	40.644	87.940
Diferenças temporárias	843.500	714.108	703.524	212.851	201.155	-	2.675.138
	863.387	726.395	716.246	215.080	201.326	40.644	2.763.078
Valor presente	801.209	624.535	572.754	160.328	140.007	21.371	2.320.204
Contribuição Social							
Base negativa acumulada e crédito tributário a compensar	3.904	4.338	4.189	2.330	-	-	14.761
Diferenças temporárias	290.396	241.245	237.511	65.094	61.157	77.676	973.079
	294.300	245.583	241.700	67.424	61.157	77.676	987.840
Valor presente	273.106	211.146	193.278	50.265	42.523	38.911	809.229
PIS e Cofins							
Diferenças temporárias	7.695	4.447	3.148	3.202	3.089	-	21.581
Valor presente	7.141	3.823	2.517	2.387	2.120	-	17.988

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários diferidos em cada ano, foi adotada a taxa média de 7,54% correspondente à taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, para os primeiros cinco anos.

Na estratégia de capitalização das empresas do grupo, não há, no curto prazo, previsão de aporte de capital no Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A. Dessa forma, constata-se que a parcela de R\$ 77 milhões será realizada em prazo superior a cinco anos. Com efeito, e considerando que esta parcela fora contabilizada antes da edição da Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, 80% dessa parcela, correspondente ao valor de R\$ 68 milhões, encontra-se excluída do cálculo no nível I do Patrimônio de Referência (PR) de que trata o art. 1º da Resolução nº 2.837, de maio de 2001, nos termos da citada resolução.

c) Obrigações fiscais diferidas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, as obrigações fiscais diferidas apresentaram as seguintes movimentações:

	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Saldo final
Imposto de Renda				
Adições temporárias				
Imposto de Renda – superveniência	90.734	234.991	-	325.725
Imposto de Renda – Circular 3.082 – Resultado	48.299	-	(48.299)	-
Imposto de Renda – Circular 3.082 – PL	859	-	-	859
Provisão IR diferido Circular Susep 192/2002 – Resultado	1.322	5	(212)	1.115
Provisão IR diferido Circular Susep 192/2002 – PL	2.427	-	(2.427)	-
Imposto de Renda diferido – Circular 3.068 – PL	69.524	-	(62.465)	7.059
Imposto de Renda diferido – Circular 3.082 – PL	1.976	-	(1.976)	-
Imposto de Renda sobre reserva de reavaliação	2.215	-	(944)	1.271
	217.356	234.996	(116.323)	336.029
Contribuição Social				
Adições temporárias				
Contribuição social – Circular 3.082 – Resultado	17.388	-	(17.388)	-
Contribuição social – Circular 3.082 – PL	309	-	-	309
Contribuição social – Circular 3.068 – PL	25.026	-	(22.485)	2.541
Provisão CS diferido – Circular Susep 192/2002 – Resultado	475	2	(76)	401
Provisão CS diferido – Circular Susep 192/2002 – PL	874	-	(874)	-
Contribuição social diferido – Circular 3.082 – PL	378	-	(378)	-
Contribuição social sobre reserva de reavaliação	799	-	(341)	458
	45.249	2	(41.542)	3.709
PIS e Cofins				
Adições temporárias				
PIS e Cofins – Circular 3.082 – Resultado	8.984	-	(8.984)	-
PIS e Cofins – Circular 3.082 – PL	365	-	(205)	160
PIS e Cofins – Circular 3.068 – PL	12.251	-	(10.962)	1.289
Imposto de Renda sobre PIS e Cofins – Circular 3.082 – Resultado	(2.246)	2.246	-	-
Contribuição social sobre PIS e Cofins – Circular 3.082 – Resultado	(811)	811	-	-
Imposto de Renda sobre PIS e Cofins – Circular 3.082 – PL	(3.081)	2.730	-	(351)
Contribuição social sobre PIS e Cofins – Circular 3.082 – PL	(1.107)	981	-	(126)
Outras	-	1	-	1
	14.355	6.769	(20.151)	973
	276.960	241.767	(178.016)	340.711

c) Obrigações fiscais diferidas (continuação)

As obrigações fiscais diferidas terão sua realização com base nos resultados futuros de marcação a mercado, pelo vencimento da carteira de arrendamento mercantil e dos instrumentos financeiros derivativos e pela realização da reserva de reavaliação registrada. Com base no atual nível de capitalização e operações das empresas integrantes do “Banco ABN AMRO Real S.A. e empresas ABN AMRO no Brasil” e considerando as expectativas de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que as obrigações fiscais diferidas, registradas em 31 de dezembro de 2007, tenham a sua realização futura da seguinte forma:

	2008	2009	2010	2011	2012	Acima de 2012	Total
Passivo Fiscal Diferido							
Imposto de Renda	65.122	84.151	80.135	58.980	44.480	3.161	336.029
Contribuição social	1.058	2.476	175	-	-	-	3.709
PIS e Cofins	127	838	8	-	-	-	973
	66.307	87.465	80.318	58.980	44.480	3.161	340.711
Valor presente	61.575	75.161	64.227	43.966	30.928	2.047	277.904

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada das obrigações fiscais diferidas em cada ano, foi adotada a taxa média de 7,54% correspondente à taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, para os primeiros cinco anos.

22. Instrumentos Financeiros Derivativos

Risco de Mercado

Risco de mercado está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A avaliação e controle desse risco é feita diariamente, sendo um dos pilares das decisões estratégicas da organização.

As principais ferramentas de controle de riscos de mercado sobre as quais são aplicados limites operacionais são a análise de sensibilidade, valor em risco e testes de estresse, por meio de cenários. Em adição, faz-se simulações e projeções de fluxos futuros para avaliação da mudança relativa à exposição ao risco.

A metodologia adotada para o cálculo do valor em risco utiliza simulação histórica considerando 400 dias de dados de retornos dos fatores de risco e um grau de confiança de 99%, com um dia de “holding period”. Em paralelo são efetuadas análises de variação do risco sob condições extremas de mercado (testes de estresse).

Adicionalmente, são também efetuados testes de efetividade dos modelos de Valor em Risco (“back-testing”) de modo a avaliar a aderência do modelo à realidade dos produtos, mercados e resultados.

Além das ferramentas tradicionais de risco de mercado, as instituições usam o instrumental de ALM (gerenciamento de ativos e passivos) para a administração dos livros, cujos resultados são contabilizados em regime de apropriação. Essa ferramenta possibilita ter-se uma visão dinâmica do impacto de variações de taxas de juros nos balanços das Instituições e modelar as interdependências entre as variações de taxa de juros e o volume dos ativos/passivos das instituições.

Fatores de Risco

Os principais fatores de risco de mercado presentes no balanço são: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial, taxa de juros vinculada aos índices TR, IPCA, IGP-M, Selic, DI e exposição à variação cambial de moedas.

O cálculo do valor de mercado segue critérios estritos de independência da área de Finanças com relação à coleta de preços referenciais de mercado e construção da estrutura a termo das diversas taxas de juros. De modo genérico, o valor de mercado é a melhor estimativa do valor presente de um fluxo de caixa; uma vez possuindo os fluxos de caixa das instituições e os vários preços/estruturas de taxa de juros, efetua-se o cálculo do valor de mercado.

Derivativos

Os instrumentos derivativos utilizados pelo “Banco ABN AMRO Real S.A. e empresas ABN AMRO no Brasil” têm como objetivos principais compensar variações de posições comerciais assumidas, bem como oferecer aos clientes a possibilidade de proteção a variações econômicas indesejadas oriundas de sua natureza operacional. Os contratos de derivativos mais utilizados pelas instituições são os “swap” e as operações de futuros.

A partir da vigência da Circular nº 3.082, pode-se optar pela aplicação da contabilização particular nos casos em que os instrumentos derivativos são utilizados para proteção a variações no valor de mercado ou do fluxo de caixa das instituições (“hedge accounting”).

O “Banco ABN AMRO Real S.A. e empresas ABN AMRO no Brasil” possui operações de “swap” designadas como “hedge” de risco de mercado, tendo como objeto de “hedge” basicamente operações de crédito com clientes. O “Banco ABN AMRO Real S.A. e empresas ABN AMRO no Brasil” também possui operações no mercado futuro designadas como instrumento de “hedge” de fluxo de caixa, visando proteger a carteira de CDBs indexados a DI de riscos decorrentes de oscilações de taxas de juro.

O cálculo da efetividade do “hedge” dessas estratégias é efetuado em consonância com o estabelecido na Circular nº 3.082.

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. O controle de risco de liquidez é efetuado diariamente por meio da análise estática da estrutura de descasamentos das instituições, especialmente no curto prazo. São também efetuadas simulações desta estrutura com estimativas de renovação de carteiras. Em paralelo, são analisados mensalmente indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. Por último, são também efetuadas análises de cenário de estresse voltadas especificamente para liquidez.

a) Os valores de instrumentos registrados em contas patrimoniais e de compensação, em 31 de dezembro de 2007 e 2006, são resumidos a seguir:

Descrição	2007				2006			
	Cetip		BM&F		Cetip		BM&F	
	Conta de compensação valor referencial	Conta patrimonial valor a receber (pagar)	Valor de ajuste	Valor de mercado	Conta de compensação valor referencial	Conta patrimonial valor a receber (pagar)	Valor de ajuste	Valor de mercado
Contratos de futuros	-	-	-	-	44.189.635	-	-	-
Dol	-	-	-	-	4.099.006	-	-	-
DDI	-	-	-	-	12.753.104	-	-	-
DI	-	-	-	-	22.371.279	-	-	-
SCC	-	-	-	-	4.901.885	-	-	-
Índice Bovespa	-	-	-	-	64.361	-	-	-
Contratos de NDF's								
Posição ativa	618.894	53.947	(8.809)	45.138	-	-	-	-
NDF's	618.894	53.947	(8.809)	45.138	-	-	-	-
Posição passiva	1.335.065	143.314	(39.239)	104.075	-	-	-	-
NDF's	1.335.065	143.314	(39.239)	104.075	-	-	-	-
Contratos de "swap"								
Posição ativa	25.187.478	1.810.306	73.166	1.883.472	1.725.557	67.003	9.933	76.936
Moeda estrangeira	17.007.310	347.783	157.956	505.739	53.511	(541)	1.703	1.162
CAD x USD	3.555	65	2	67	-	-	-	-
AUD x USD	14.975	216	7	223	-	-	-	-
GBP x USD	2.360	23	(4)	19	-	-	-	-
JPY x USD	7.541.726	168.851	3.385	172.236	-	-	-	-
TRY x CDI	1.950.521	28.651	25.988	54.639	-	-	-	-
TRY x JPY	1.345.518	111.268	(11.766)	99.502	-	-	-	-
USD x JPY	2.760.243	3.783	23.930	27.713	-	-	-	-
USD x LIBOR	1.526.668	(445)	36.449	36.004	-	-	-	-
USD x CDI	1.367	23	8	31	53.511	(541)	1.703	1.162
USD x CAD	1.100	1	-	1	-	-	-	-
USD x AUD	13.500	61	9	70	-	-	-	-
USD x PRE	56.164	(519)	837	318	-	-	-	-
TRY x PRE	50.778	4.708	418	5.126	-	-	-	-
TRY x USD	676.453	32.850	(1.435)	31.415	-	-	-	-
USD x GBP	1.700	45	-	45	-	-	-	-
LIBOR x USD	833.340	70	70.877	70.947	-	-	-	-
USD x USD	81.565	913	(156)	757	-	-	-	-
EURO x USD	16.127	266	(27)	239	-	-	-	-
LIBOR x LIBOR	129.650	(3.047)	9.434	6.387	-	-	-	-

Descrição	2007							
	Cetip				BM&F			
	Conta de compensação valor referencial	Conta patrimonial valor a receber (pagar)	Valor de ajuste	Valor de mercado	Conta de compensação valor referencial	Conta patrimonial valor a receber (pagar)	Valor de ajuste	Valor de mercado
Mercado interfinanceiro	6.145.727	1.400.702	(84.422)	1.316.280	1.672.046	67.544	8.230	75.774
CDI x USD	2.144.272	987.009	(35.340)	951.669	-	-	-	-
CDI x IGPM	-	-	-	-	188.000	4.729	(1.717)	3.012
CDI x EURO	9.000	234	(39)	195	14.046	264	(27)	237
CDI x JPY	2.590.083	238.427	(21.825)	216.602	-	-	-	-
CDI x PRE	121.304	793	1.911	2.704	-	-	-	-
CDI x LIBOR	422.197	40.090	9.219	49.309	-	-	-	-
IGPM x USD	654.554	132.921	(38.785)	94.136	-	-	-	-
IGPM x CDI	-	-	-	-	970.000	51.210	6.095	57.305
TR x CDI	204.317	1.228	437	1.665	500.000	11.341	3.879	15.220
Prefixados	2.034.441	61.821	(368)	61.453	-	-	-	-
PRE x CDI	1.652.000	303	(184)	119	-	-	-	-
PRE x USD	228.480	20.900	(968)	19.932	-	-	-	-
PRE x EURO	20.304	1.132	(101)	1.031	-	-	-	-
PRE x JPY	82.000	7.352	(1.302)	6.050	-	-	-	-
PRE x SEK	7.197	631	(6)	625	-	-	-	-
IGPM x PRE	3.874	104	270	374	-	-	-	-
PRE x IGPM	40.586	31.399	1.923	33.322	-	-	-	-
Posição passiva	19.168.405	461.524	127.619	589.143	2.417.853	145.551	3.553	149.104
Moeda estrangeira	17.583.914	457.483	98.213	555.696	409.198	48.458	(11.394)	37.064
AUD x USD	1.690	1	-	1	-	-	-	-
EURO x PRE	1.278	25	(6)	19	-	-	-	-
GBP x USD	904	19	-	19	-	-	-	-
JPY x USD	3.116.498	50.662	17.722	68.384	-	-	-	-
USD x JPY	8.398.546	168.012	(30.103)	137.909	-	-	-	-
USD x USD	33.945	58	95	153				-
EURO x USD	-	-	-	-	10.754	93	(3)	90
SEK x PRE	955	34	(3)	31	-	-	-	-
LIBOR x LIBOR	129.650	(3.047)	9.433	6.386	-	-	-	-
LIBOR x USD	1.971.016	(643)	41.236	40.593	-	-	-	-
USD x CAD	4.640	119	3	122	-	-	-	-
USD x CDI	487.230	61.172	(9.532)	51.640	398.444	48.365	(11.391)	36.974
USD x LIBOR	1.124.790	632	73.794	74.426	-	-	-	-
USD x PRE	306.999	87.256	(2.373)	84.883	-	-	-	-
USD x TRY	2.003.321	93.179	(2.054)	91.125	-	-	-	-
USD x EURO	2.452	4	1	5	-	-	-	-

Descrição	2007							
	Cetip				BM&F			
	Conta de compensação valor referencial	Conta patrimonial valor a receber (pagar)	Valor de ajuste	Valor de mercado	Conta de compensação valor referencial	Conta patrimonial valor a receber (pagar)	Valor de ajuste	Valor de mercado
Mercado interfinanceiro	1.530.368	3.655	29.169	32.824	2.008.655	97.093	14.947	112.040
CDI x IGPM	-	-	-	-	1.540.000	74.568	16.438	91.006
CDI x USD	576.338	1.436	8.908	10.344	-	-	-	-
CDI x PRE	19.636	218	87	305	-	-	-	-
CDI x EURO	4.688	35	(13)	22	14.255	252	61	313
CDI x JPY	924.607	1.926	20.111	22.037	-	-	-	-
CDI x TR	5.099	40	76	116	300.000	8.476	2.086	10.562
IGPM x CDI	-	-	-	-	154.400	13.797	(3.638)	10.159
Prefixados	54.123	386	237	623	-	-	-	-
PRE x USD	23.535	103	139	242	-	-	-	-
PRE x EURO	30.397	281	97	378	-	-	-	-
PRE x SEK	191	2	1	3	-	-	-	-
Contratos de opções								
Posição comprada								
Moeda estrangeira	332.967	7.309	(1.053)	6.256	3.868.282	45.395	251.276	296.671
Listadas BM&F	-	-	-	-	2.303.000	22.847	5.713	28.560
“Swap” com arrendimento	326.711	7.167	(918)	6.249	-	-	-	-
Flexíveis	6.256	142	(135)	7	1.565.282	22.548	245.563	268.111
Posição vendida								
Moeda estrangeira	33.689.188	1.654.096	17.893	1.671.989	3.253.030	33.336	(8.575)	24.761
Listadas BM&F	-	-	-	-	3.130.780	28.921	(13.282)	15.639
“Swap” com arrendimento	89.715	3.620	(119)	3.501	-	-	-	-
Flexíveis	31.432	476	121	597	122.250	4.415	4.707	9.122
Box Passivo	33.568.041	1.650.000	17.891	1.667.891	-	-	-	-
	80.331.997	(387.372)	(42.969)	(430.341)	55.454.357	(66.489)	266.231	199.742

Descrição	2006							
	Cetip		Valor de ajuste	Valor de mercado	BM&F		Valor de ajuste	Valor de mercado
	Conta de compensação valor referencial	Conta patrimonial valor a receber (pagar)			Conta de compensação valor referencial	Conta patrimonial valor a receber (pagar)		
Contratos de futuros	-	-	-	-	38.576.821	-	-	-
Dol	-	-	-	-	5.860.172	-	-	-
DDI	-	-	-	-	14.244.076	-	-	-
DI	-	-	-	-	16.590.162	-	-	-
SCC	-	-	-	-	1.882.411	-	-	-
Contratos de NDF's								
Posição ativa	693.678	77.260	(18.836)	58.424	-	-	-	-
NDF's	693.678	77.260	(18.836)	58.424	-	-	-	-
Posição passiva	1.818.794	91.599	(34.096)	57.503	-	-	-	-
NDF's	1.818.794	91.599	(34.096)	57.503	-	-	-	-
Contratos de “swap”								
Posição ativa	13.924.415	1.246.139	132.235	1.378.374	1.731.959	35.796	22.964	58.760
Moeda estrangeira	7.039.464	77.130	104.618	181.748	-	-	-	-
USD x LIBOR	684.772	854	23.029	23.883	-	-	-	-
USD x USD	2.529	45	14	59	-	-	-	-
USD x CAD	50	-	-	-	-	-	-	-
USD x GBP	40	-	-	-	-	-	-	-
USD x PRE	55.671	(241)	323	82	-	-	-	-
USD x YEN	5.964.722	65.720	62.915	128.635	-	-	-	-
USD x EURO	110	-	-	-	-	-	-	-
TRY x PRE	233.253	7.429	(2.358)	5.071	-	-	-	-
EURO x PRE	408	9	(1)	8	-	-	-	-
EURO x YEN	97.909	3.314	20.696	24.010	-	-	-	-
Mercado interfinanceiro	3.523.697	1.105.892	6.899	1.112.791	1.688.000	30.742	22.877	53.619
CDI x USD	2.467.799	1.096.225	(8.345)	1.087.880	-	-	-	-
CDI x IGPM	-	-	-	-	238.000	22.102	(7.897)	14.205
CDI x EURO	32.395	859	149	1.008	-	-	-	-
CDI x PRE	41.606	2.004	(250)	1.754	-	-	-	-
CDI x TR	98	-	-	-	-	-	-	-
CDI x LIBOR	282.100	325	11.859	12.184	-	-	-	-
CDI x YEN	490	61	3	64	-	-	-	-
CDI x OURO	-	-	-	-	920.000	8.123	16.013	24.136
IGPM x USD	10.116	3.308	144	3.452	-	-	-	-
TR x CDI	677.461	2.408	3.290	5.698	530.000	517	14.761	15.278
TR x PRE	4.626	18	14	32	-	-	-	-
SELIC x USD	7.006	684	35	719	-	-	-	-

2006								
Descrição	Cetip				BM&F			
	Conta de compensação valor referencial	Conta patrimonial valor a receber (pagar)	Valor de ajuste	Valor de mercado	Conta de compensação valor referencial	Conta patrimonial valor a receber (pagar)	Valor de ajuste	Valor de mercado
Prefixados	3.361.254	63.117	20.718	83.835	43.959	5.054	87	5.141
PRE x CDI	2.037.007	3.397	(505)	2.892	16.036	3.776	19	3.795
PRE x USD	365.274	7.838	2.676	10.514	27.923	1.278	68	1.346
PRE x EURO	15.016	292	79	371	-	-	-	-
PRE x TJLP	6.000	3	58	61	-	-	-	-
PRE x SEK	3.784	102	73	175	-	-	-	-
PRE x IGPM	119.298	51.213	17.402	68.615	-	-	-	-
LIBOR x USD	814.875	272	935	1.207	-	-	-	-
Posição passiva	12.139.921	165.651	96.010	261.661	2.159.184	47.997	20.163	68.160
Moeda estrangeira	12.039.831	165.229	92.948	258.177	46.784	1.930	93	2.023
CAD x USD	100	1	-	1	-	-	-	-
EURO x CDI	18.450	141	33	174	-	-	-	-
EURO x PRE	2.595	65	-	65	-	-	-	-
GBP x USD	80	-	-	-	-	-	-	-
SEK x PRE	550	12	2	14	-	-	-	-
USD x AUD	80	-	-	-	-	-	-	-
USD x CDI	5.606.514	31.070	4.954	36.024	46.784	1.930	93	2.023
USD x LIBOR	1.610.450	3.736	26.499	30.235	-	-	-	-
YEN x USD	4.205.128	12.835	33.615	46.450	-	-	-	-
USD x PRE	457.349	117.607	14.239	131.846	-	-	-	-
USD x EURO	138.535	(238)	13.606	13.368	-	-	-	-
Mercado interfinanceiro	89.807	359	2.973	3.332	2.112.400	46.067	20.070	66.137
CDI x IGPM	-	-	-	-	1.259.000	7.590	20.048	27.638
CDI x EURO	25.643	245	(66)	179	3.000	109	(16)	93
CDI x USD + LIBOR	-	-	-	-	419.400	36.561	(8.820)	27.741
CDI x PRE	58.601	110	2.836	2.946	125.000	444	476	920
CDI x TR	5.563	4	203	207	300.000	1.363	8.371	9.734
IGPM x USD	-	-	-	-	6.000	-	11	11
Prefixados	10.283	63	89	152	-	-	-	-
PRE x SEK	850	28	(13)	15	-	-	-	-
PRE x EURO	1.957	24	(6)	18	-	-	-	-
LIBOR x USD	7.476	11	108	119	-	-	-	-

Descrição	2006							
	Cetip				BM&F			
	Conta de compensação valor referencial	Conta patrimonial valor a receber (pagar)	Valor de ajuste	Valor de mercado	Conta de compensação valor referencial	Conta patrimonial valor a receber (pagar)	Valor de ajuste	Valor de mercado

Contratos de opções

Posição comprada								
Moeda estrangeira	2.707.958	49.611	139.603	189.214	3.308.988	34.667	(18.072)	16.595
Listadas BM&F	-	-	-	-	3.308.988	34.667	(18.072)	16.595
“Swap” com arrendimento	301.459	4.561	620	5.181	-	-	-	-
Flexíveis	2.406.499	45.050	138.983	184.033	-	-	-	-
Posição vendida								
Moeda estrangeira	41.238.537	2.038.088	18.316	2.056.404	4.369.588	82.211	(38.112)	44.099
Listadas BM&F	-	-	-	-	4.369.588	82.211	(38.112)	44.099
“Swap” com arrendimento	97.581	3.530	1.426	4.956	-	-	-	-
Flexíveis	23.247	408	(187)	221	-	-	-	-
Box Passivo	41.117.709	2.034.150	17.077	2.051.227	-	-	-	-
	72.523.303	(922.328)	172.772	(749.556)	50.146.540	(59.745)	22.841	(36.904)

b) Relações dos derivativos utilizados como instrumentos de “hedge” de risco de mercado para operações de crédito e como instrumentos de “hedge” de fluxo de caixa para operações de captações de recursos por meio de depósitos a prazo pós-fixado, por indexador, em 31 de dezembro de 2007 e 2006:

Descrição	2007			
	Conta de compensação valor referencial	Conta patrimonial valor a receber (pagar)	Valor de ajuste	Valor de mercado
“Hedge” de risco de mercado				
Contratos de “swap”				
Posição ativa				
Mercado interfinanceiro	2.059.067	668.070	(17.111)	650.959
CDI x USD	1.912.540	665.253	(16.786)	648.467
CDI x PRE	146.527	2.817	(325)	2.492
Posição passiva				
Mercado interfinanceiro	345.569	3.074	2.136	5.210
CDI x USD	249.818	1.880	966	2.846
CDI x PRE	95.751	1.194	1.170	2.364
	2.404.636	664.996	(19.247)	645.749

Adicionalmente, a instituição possui operações de “hedge” de fluxo de caixa DI Futuros, com valor referencial de R\$ 14.938.193 (R\$ 17.929.723 em 2006) e com vencimentos que variam de 01/04/2008 a 04/01/2010. A marcação a mercado está contabilizada no patrimônio líquido no montante de R\$ 50.448, líquido dos efeitos tributários (R\$ 82.024 em 2006).

Descrição	2006			
	Conta de compensação valor referencial	Conta patrimonial valor a receber (pagar)	Valor de ajuste	Valor de mercado
“Hedge” de risco de mercado				
Contratos de “swap”				
Posição ativa				
Mercado interfinanceiro	2.391.205	573.317	15.952	589.269
CDI x USD	2.240.907	571.405	16.695	588.100
CDI x PRE	150.298	1.912	(743)	1.169
Posição passiva				
Mercado interfinanceiro – CDI x PRE	242.639	(1.752)	5.508	3.756
“Hedge” de fluxo de caixa				
Contratos de “swap”				
Posição passiva				
Mercado interfinanceiro – CDI x PRE	7.360	224	56	280
	2.641.204	574.845	10.388	585.233

c) Os instrumentos financeiros derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

	2007							2006	
	0-30	31-60	61-90	91-120	121-180	181-360	Acima de 360	Total	Total
Ativo	840.787	74.088	59.348	90.209	145.021	486.420	1.263.559	2.959.432	2.290.636
NDF's	7.023	852	4.163	6.793	2.682	10.557	13.068	45.138	58.424
“Swap”	548.381	71.252	48.876	82.758	139.108	473.873	1.247.119	2.611.367	2.026.403
Opções	285.383	1.984	6.309	658	3.231	1.990	3.372	302.927	205.809
Passivo	1.809.213	47.052	36.004	36.365	65.636	213.683	336.329	2.544.282	2.491.863
NDF's	7.093	11.400	9.797	11.364	20.721	24.821	18.879	104.075	57.503
“Swap”	126.479	33.287	16.417	21.861	43.058	188.222	314.133	743.457	333.857
Opções	1.675.641	2.365	9.790	3.140	1.857	640	3.317	1.696.750	2.100.503
Compensação	62.660.219	12.279.522	1.796.843	3.026.946	4.852.910	16.062.789	37.511.761	138.190.990	125.311.047
Contratos de futuros	8.141.339	9.881.512	346.310	2.084.829	688.331	7.237.584	15.809.730	44.189.635	38.576.821
NDF's	409.989	181.841	151.563	204.086	294.735	451.567	260.178	1.953.959	2.512.472
“Swap”	15.538.577	1.059.313	1.143.929	479.185	3.458.422	8.226.824	20.997.679	50.903.929	32.596.683
Opções	38.570.314	1.156.856	155.041	258.846	411.422	146.814	444.174	41.143.467	51.625.071

d) Os títulos dados como margem em garantia para instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados a seguir:

	2007	2006
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	62.049	240.222
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.339.903	919.692
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	376
	1.401.952	1.160.290

23. Ativos e Passivos Contingentes, Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos contingentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos classificados como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

b.1) Provisões trabalhistas

São compostas, principalmente, por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e por ex-funcionários de empresas terceirizadas com pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Os valores das contingências são provisionados segundo a Política de Provisão e Contingenciamento aprovada pelo Comitê Executivo do Banco, demonstrada a seguir:

- (i) análise individual – são efetuadas análises individuais do valor potencial de perda para as ações individualmente relevantes, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos e internos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

- (ii) provisionamento pelo saldo de depósito judicial efetuado no processo – para as causas trabalhistas com depósito judicial é constituída a provisão com base no saldo do depósito. O valor provisionado corresponde ao percentual dos saldos de depósitos judiciais convertidos em pagamento nos processos encerrados nos últimos 24 meses. Esse percentual é revisado a cada seis meses.
- (iii) provisionamento coletivo – para os demais processos, o provisionamento é efetuado com base na média histórica de perdas relativas aos processos encerrados nos últimos 12 meses. A média histórica de perdas é revisada a cada seis meses.

b.2) Provisões cíveis

São compostas, principalmente, por processos cíveis relacionados a danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios. Os valores das contingências são provisionados segundo a Política de Provisão e Contingenciamento aprovada pelo Comitê Executivo do Banco ABN AMRO Real S.A., demonstrada a seguir:

- (i) análise individual – são efetuadas análises individuais do valor potencial de perda para as ações individualmente relevantes, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos e internos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente.
- (ii) provisionamento pelo saldo de depósito judicial efetuado no processo – para as causas cíveis com depósito judicial é constituída a provisão com base no saldo do depósito. O valor provisionado corresponde ao percentual dos saldos de depósitos judiciais convertidos em pagamento nos processos encerrados nos últimos 18 meses. Esse percentual é revisado a cada 12 meses.
- (iii) provisionamento coletivo – para os demais processos, o provisionamento é feito com base na média histórica de perdas relativas aos processos encerrados nos últimos 18 meses. A média histórica de perdas é revisada a cada seis meses.

b.3) Provisões fiscais e previdenciárias

As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais, municipais e estaduais e são compostas por obrigações legais e passivos contingentes.

c) Provisões constituídas e as respectivas movimentações no exercício:

	2007	2006
Provisões para riscos fiscais	2.450.708	1.492.855
Passivos trabalhistas	843.892	668.849
Processos cíveis / FCVS	586.908	428.076
	3.881.508	2.589.780

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo inicial	1.492.855	668.849	428.076
Atualização monetária	203.503	178.813	39.353
Constituição	941.717	86.720	170.424
Reversão	(63.133)	(149)	(26.265)
Pagamentos	(124.234)	(90.341)	(24.680)
Saldo final	2.450.708	843.892	586.908

d) Passivos contingentes classificados como perda possível

No “Banco ABN AMRO Real S.A. e empresas ABN AMRO no Brasil”, os passivos contingentes classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente e estão representados por processos de natureza fiscal no montante de R\$ 1.016.849, trabalhistas R\$ 348.184 e cíveis R\$ 1.020.328, sendo os principais abaixo relacionados:

- CPMF – R\$ 201.210 – Pleiteia a incidência da CPMF à alíquota zero nas operações descritas nas Portarias da Fazenda, na forma prevista pelo art. 8º, inciso III, da Lei nº 9.311/96, para as empresas de arrendamento mercantil.
- CSLL – Inconstitucionalidade – Desenquadramento da anistia da Lei nº 9.779/99 – R\$ 152.385 – Questiona-se que entidades que aderiram à anistia não cumpriram a totalidade de requisitos estabelecidos naquela lei, sob a alegação de que não possuíam medida judicial abarcando todos os períodos pagos (1989 a 1999).
- CSLL – Isonomia de alíquotas – R\$ 148.609 – Pleito em relação à diferença de alíquota da CSLL, exigida das instituições financeiras e entidades equiparadas relacionada ao primeiro semestre de 1996, tendo em vista que a mesma era superior às aplicadas às pessoas jurídicas em geral, não observando o princípio constitucional da anterioridade e irretroatividade.
- CSLL – R\$ 146.176 – Visa garantir o direito do não-reconhecimento do crédito tributário formalizado pela SRF, referente a supostas irregularidades no recolhimento da CSLL, uma vez que a entidade possui decisão judicial transitada em julgado, afastando a exigência da CSLL nos termos das Leis nºs 7.689/88 e 7.787/89.
- PIS – desenquadramento da anistia da Lei nº 9.779/99 – R\$ 101.717 – Questiona-se que as entidades que aderiram à anistia não cumpriram a totalidade de requisitos estabelecidos naquela lei, tais como: (i) não-pagamento da integralidade do débito; e (ii) não havia processo judicial abarcando os períodos relacionados à vigência da EC 10/96 e 17/97.
- ISS – R\$ 97.917 – Visa garantir o direito do não-reconhecimento do crédito tributário formalizado pelo município de São Paulo, relativo à exigência do ISS sobre os serviços prestados pelas empresas de leasing, sob a alegação de que houve equívoco no local do recolhimento do imposto.

Conforme acordo firmado por ocasião da aquisição do controle acionário do Banco Sudameris Brasil S.A. e empresas controladas por meio de Contrato de Compra e Venda de Ações, firmado em 13 de junho de 2003, a Banca Intesa S.p.A, na condição de vendedora e dentro de determinados parâmetros previamente estabelecidos, comprometeu-se a indenizar integralmente o comprador (Banco ABN AMRO Real S.A., sucessor por incorporação da ABN AMRO Brasil Participações Financeiras S.A.), em relação a todos os prejuízos, perdas e danos ou custos decorrentes de ações judiciais e administrativas de natureza cível, fiscal e trabalhista, cujo fato gerador tenha ocorrido antes da aquisição do controle acionário pelo Banco ABN AMRO Real S.A. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo de valores a receber decorrente de indenizações montava R\$ 357.303.

e) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos significativos por parte do Sistema Financeiro Nacional que possam impactar representativamente o resultado e as operações do “Banco ABN AMRO Real S.A. e empresas ABN AMRO no Brasil”.

Em 31 de dezembro de 2007, conforme orientação do Banco Central do Brasil, o “Banco ABN AMRO Real S.A. e empresas ABN AMRO no Brasil” passou a atualizar monetariamente os depósitos judiciais e as respectivas provisões, gerando uma receita no montante de R\$ 167.184, líquido dos efeitos tributários.

24. Benefícios a Empregados

Em atendimento à Deliberação nº 371 da CVM, apresentamos as informações referentes aos planos de benefícios a empregados patrocinados pelas empresas do “Banco ABN AMRO Real S.A. e empresas ABN AMRO no Brasil”.

a) Planos de aposentadoria complementar em entidades fechadas

- a.1) Holandaprevi – plano na forma de contribuição definida a partir de 1999, administrado pela Holandaprevi Sociedade de Previdência Privada, tendo como patrocinadores ABN AMRO Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.; ABN AMRO Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.; ABN AMRO Securities (Brasil) Corretora de Valores Mobiliários S.A.; Banco ABN AMRO Real S.A.; Banco de Pernambuco S.A. (Bandepe); Companhia Real de Valores – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários; Credicenter Empreendimentos e Promoções Ltda.; Real Capitalização S.A.; Real Microcrédito Assessoria Financeira S.A.; Real Tokio Marine Vida e Previdência S.A.; Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e Real Corretora de Seguros S.A.
- a.2) Previban – plano na forma de benefício definido, administrado pela Previban – Previdência Privada Paraiban, patrocinado pelo Banco ABN AMRO Real S.A., tendo como participantes os ex-funcionários do Banco da Paraíba S.A. (Paraiban). Este plano está fechado para novas adesões.
- a.3) Bandeprev – plano de benefício definido, patrocinado pelo Banco de Pernambuco S.A. (Bandepe) e Banco ABN AMRO Real S.A., administrado pela Bandeprev – Bandepe Previdência Social. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Ambos os planos estão fechados a novas adesões.

Em decorrência da cisão das operações do Banco de Pernambuco S.A. (Bandepe) e posterior incorporação no Banco ABN AMRO Real S.A., os funcionários desta empresa foram transferidos para o Banco ABN AMRO Real S.A. em 1º de maio de 2006.
- a.4) FASASS – três planos administrados pela Fundação América do Sul de Assistência e Seguridade Social, patrocinados pelo Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A., com as seguintes características:
 - Plano de complementação de aposentadoria e de pensão, na forma de benefício definido, em processo de extinção desde 1º de julho de 1998;
 - Plano de benefício II, na forma de benefício definido, instituído em 1º de julho de 1998, incluindo coberturas de morte e invalidez, fechado para novos ingressos a partir de 8 de julho de 1999;
 - Plano de benefício III, na forma de contribuição definida, instituído em 1º de julho de 1998, fechado para novos ingressos a partir de 8 de julho de 1999.

Planos de Aposentadoria e Pensão	Banco Real		Bandepe		BCIS	
	Holandaprevi	Previban	Bandeprev	FASASS		
Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Obrigação atuarial	4.155	3.712	25.773	22.406	824.622	760.443
Ativos do plano	(3.708)	(3.323)	(25.773)	(23.764)	(1.028.955)	(935.052)
Ativos / obrigações em excesso	447	389	-	(1.358)	(204.333)	(174.609)
Custo do serviço passado não-reconhecido	(746)	(803)	-	-	-	-
Ganho (perda) atuarial não-reconhecido	874	1.099	(126)	652	106.592	112.935
Passivo (ativo) atuarial líquido	575	685	(126)	(706)	(97.741)	(61.674)
Demonstração da despesa do exercício						
Custo do serviço corrente	210	178	343	306	4.720	4.044
Juros sobre obrigação	394	422	2.462	2.225	82.964	79.825
Rendimento esperado dos ativos	(451)	(476)	(3.211)	(3.228)	(121.913)	(129.700)
Contribuições esperadas do empregado	-	-	(136)	(183)	(908)	(1.054)
Amortização de custo de serviço passado	57	57	-	-	-	-
Amortização de (ganhos) perdas	(43)	(24)	-	(1)	(930)	(1.483)
Despesa (receita) líquida do exercício	167	157	(542)	(881)	(36.067)	(48.368)
Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido						
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do exercício	685	784	-	294	(61.674)	(12.736)
Despesa (receita) do exercício	167	157	(126)	(881)	(36.067)	(48.368)
Contribuições do empregador	(277)	(256)	-	(119)	-	(570)
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do exercício	575	685	(126)	(706)	(97.741)	(61.674)
Provisão constituída	575	685	-	-	-	-
					70.044	70.044

As despesas com contribuições dos empregados e do empregador e saldo de reservas do plano CD, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007:

Contribuição Patrocinadoras e Participantes	Saldo de Reservas (CD)
Holandaprevi	64.708
FASASS Plano III (*)	-

(*) Não há contribuições dos participantes desde 01/10/2006, por se encontrarem suspensas, em decorrência da retirada de patrocínio solicitada pela Patrocinadora Instituidora.

b) Planos de assistência médica a aposentados

b.1) Aposentados pela Holandaprevi

O plano de assistência médica aos aposentados da Holandaprevi é de natureza vitalícia e conta com subsídio de 30% do custo do plano básico por parte da patrocinadora, devido apenas aos assistidos que entraram em gozo de benefícios até 31 de dezembro de 2002. O custeio é feito de forma direta pelo patrocinador, sendo que a patrocinadora principal é responsável pelo pagamento dos benefícios.

b.2) Ex-empregados do Banco Real S.A.

(aposentados pelas Circulares)

O plano de assistência médica referente aos ex-empregados do Banco Real S.A. é de natureza vitalícia e conta com subsídio de 90% do custo do plano básico por parte da patrocinadora.

b.3) Aposentados pela Bandeprev

O plano de assistência médica aos aposentados pelo plano da Bandeprev oferece benefício vitalício, cuja responsabilidade é do Banco, cobertura de 50% para os empregados aposentados até a data em que ocorreu a privatização do patrocinador Banco de Pernambuco S.A. (Bandepe) e cobertura de 30% para os empregados aposentados e que vierem a se aposentar após a data que ocorreu a privatização.

b.4) Diretores com benefício vitalício

Benefício vitalício de assistência médica para os ex-diretores do Banco Sudameris Brasil S.A., oferecido a quem exerceu a função de diretor do Banco Sudameris Brasil S.A. por período igual ou superior a dez anos (massa fechada). Com a incorporação do Banco Sudameris

Brasil S.A., o Banco ABN AMRO Real S.A. torna-se responsável por garantir esse benefício.

b.5) Aposentados da FASASS

Os aposentados da FASASS participavam até o mês de setembro de 2004 do Plano de Assistência Médica do Patrocinador, arcando integralmente com o custo individual, obtendo um subsídio indireto, pela diluição dos custos na população ativa (maior e mais jovem). A partir de outubro de 2004, o subsídio foi extinto com a segregação dos grupos de ativos e aposentados da FASASS.

b.6) PLASAS – Plano de Saúde Complementar da FASASS

Plano de saúde com participação facultativa, instituído em 01/07/89, complementar ao plano de assistência médica, e somente para casos de internação hospitalar.

Possui uma reserva constituída pelas contribuições dos próprios participantes e da FASASS, que se encontra suspenso desde agosto de 1999. O Plano encontra-se fechado a novas adesões desde julho de 1999.

b.7) Seguro de Vida para aposentados do Banco Real S.A.

Consiste em uma apólice de seguro de vida para o grupo de ex-empregados do Banco Real S.A. Em caso de falecimento do participante, seu dependente recebe o Capital Segurado e, em caso de falecimento do cônjuge, o titular recebe 50% dessa quantia. O Banco ABN AMRO Real S.A. subsidia 45% do prêmio total (massa fechada).

Planos de Assistência Médica para Aposentados e Seguro de Vida Vitalício

Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido	Holandaprevi		Bandeprev		Circulares		Diretores Vitalícios		FASASS		Seguro de vida	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Obrigação atuarial	3.383	2.867	101.939	81.416	72.794	67.580	3.031	7.212	4.776	2.578	3.048	3.059
Ativos do plano	-	-	-	-	-	-	-	-	(84.070)	(74.661)	-	-
Ativos / obrigações em excesso	3.383	2.867	101.939	81.416	72.794	67.580	3.031	7.212	(79.294)	(72.083)	3.048	3.059
Ganho (perda) atuarial não-reconhecido	2.599	3.068	(13.017)	849	3.169	3.305	119	(4.953)	10.900	14.126	(227)	(195)
Passivo (ativo) atuarial líquido	5.982	5.935	88.922	82.265	75.963	70.885	3.150	2.259	(68.394)	(57.957)	2.821	2.864
Demonstração da despesa (receita) do exercício corrente												
Custo do serviço corrente	-	-	473	329	-	-	-	49	-	-	-	-
Juros sobre obrigação	315	311	8.996	7.680	7.318	6.476	783	542	291	279	325	337
Rendimento esperado dos ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.452)	(9.926)	-	-
Amortização de (ganhos) perdas	(148)	(150)	-	(11)	-	(73)	445	266	(276)	(283)	-	-
Receita (despesa) do exercício corrente	167	161	9.469	7.998	7.318	6.403	1.228	857	(10.437)	(9.930)	325	337
Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido												
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do exercício	5.935	5.907	82.265	76.797	70.885	66.617	2.259	1.749	(57.957)	(48.027)	2.864	2.891
Receita (despesa) do exercício corrente	167	161	9.469	7.998	7.318	6.403	1.228	857	(10.437)	(9.930)	325	337
Contribuições do empregador	(120)	(133)	(2.812)	(2.530)	(2.240)	(2.135)	(337)	(347)	-	-	(368)	(364)
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do exercício	5.982	5.935	88.922	82.265	75.963	70.885	3.150	2.259	(68.394)	(57.957)	2.821	2.864
Provisão constituída	5.982	6.059	88.922	82.124	75.963	70.879	3.150	2.209	-	-	2.821	2.863

Em 19 de junho de 2007, o Banco ABN AMRO Real S.A. celebrou o acordo para continuidade no pagamento de benefícios dos empregados assistidos pela Previban, FASASS e Bandeprev. Para os planos Previban e FASASS já foi dada entrada na retirada de patrocínio junto à Secretaria de Previdência Complementar (SPC), a qual se encontra pendente de homologação. Para o plano Bandeprev ainda não foi requerido o pedido da retirada de patrocínio junto à Secretaria de Previdência Complementar (SPC), tendo em vista impedimentos judiciais.

Os valores envolvidos na negociação do pagamento de benefícios desses planos dependem da adesão dos participantes, que ocorrerá somente após a homologação da retirada de patrocínio. Contudo, baseados em nossas estimativas, entendemos que os montantes provisionados são suficientes para cobrir os passivos em 31 de dezembro de 2007.

c) Política de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais

Diferimento pelo serviço futuro médio das parcelas de perdas ou ganhos atuariais líquidos que excedam 10% do maior entre os valores da obrigação ou do ativo de cada plano.

d) Principais premissas atuariais

- Taxa real de desconto 6% a.a.
- Crescimento salarial real:
 - Holandaprevi: 4% a.a.
 - Bandeprev e Previban: 4% a.a.
 - FASASS: 0% a.a.
- Taxa de inflação: 5% a.a.
- Fator de capacidade: 0,98
- Tábua de mortalidade: UP-94
- Tábua de entrada em invalidez: Mercer Disability
- Tábua de mortalidade de inválidos: IAPB 57
- Funções de rotatividade em função de plano, salário e idade
- Crescimento real do custo médico: 3,5% a.a.
- Aumento real de custo médico por idade: 3,0% a.a.

25. Outras Informações

a) Os valores relativos a compromissos, garantias e outras responsabilidades estavam assim representados:

	2007	2006
Beneficiários de garantias prestadas	6.693.057	5.731.586
Créditos abertos para importação	263.023	143.019
Créditos de exportação confirmados	7.401	82.603
Co-obrigações cessões de crédito	20.430	22.257
	6.983.911	5.979.465

b) Em 31 de dezembro de 2007, o valor positivo na rubrica “Resultado não-operacional” é decorrente, basicamente, da alienação do investimento que o Grupo ABN detinha nas instituições: Serasa S.A., Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC), Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F).

c) O “Banco ABN AMRO Real S.A. e empresas ABN AMRO no Brasil” é responsável pela administração de fundos de investimento, cujo somatório dos patrimônios líquidos estão apresentados a seguir:

	2007	2006
Carteira administrada	2.312.351	2.190.678
Fundos de ações	6.249.105	2.454.213
Clubes de investimento	-	214.556
Fundos de Investimento Financeiro (FIF)	32.332.360	32.868.720
Fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento	21.434.859	18.791.245
Outros fundos de renda fixa	159.372	48.318
Subtotal	62.488.047	56.567.730
Aplicação em fundos de investimento próprio	(23.380.225)	(20.548.150)
Total líquido administrado	39.107.822	36.019.580

d) Risco Operacional – Definido como o risco de perda resultante de falha ou inadequação de processos internos, comportamento humano e sistemas, ou, ainda, proveniente de eventos externos. Nessa definição, inclui-se o risco legal, mas não o risco reputacional ou de negócios.

A área de Risco Operacional do Banco Real, atualmente subordinada à Diretoria Executiva de Gerenciamento de Risco, é responsável pela coordenação das atividades relacionadas a risco operacional e tem, entre outros fins, o cumprimento do disposto na Resolução nº 3.380/06 do Banco Central do Brasil.

O princípio fundamental do gerenciamento de riscos operacionais no ABN AMRO Real é que os gestores das áreas, em todos os níveis da organização, sejam responsáveis por avaliar e controlar os riscos, incorporando esse conceito no dia-a-dia dos negócios. Os gestores contam com o suporte das diversas áreas (Risco Operacional, Auditoria e Inspetoria, Controles Internos, Continuidade de Negócios, Compliance, Jurídico, entre outras), que formam a estrutura de gerenciamento de riscos operacionais da organização.

Mais informações sobre a gestão de riscos do Grupo ABN AMRO Real encontram-se no nosso site www.bancoreal.com.br, na seção Relação com Investidores/Gestão do Risco Operacional.

e) Risco de Capital – O gerenciamento de risco de capital no “Banco ABN AMRO Real S.A. e empresas ABN AMRO no Brasil” busca otimizar a relação risco–retorno de forma a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, procurando maior eficiência na composição dos fatores que impactam no índice de solvência (Basileia):

Consolidado Financeiro	2007	2006
1 - Patrimônio de Referência (PR)	13.951.418	10.588.462
Nível I	12.137.565	10.534.520
Nível II	1.813.853	53.942
2 - Ativos Ponderados pelo Risco (APR)	93.955.343	70.989.665
3 - Patrimônio Líquido Exigido (PLE)	11.402.950	8.462.209
Exigência de PL sobre APR	10.335.088	7.808.863
Risco de Crédito “swap”	544.056	195.838
Risco da Taxa de Juros	523.806	457.508
Folga de capital (1 – 3)	2.548.468	2.126.253
Índice de solvência (1/3 x 0,11)	13.46%	13.76%

26. Eventos Subseqüentes

a) Em 03 de janeiro de 2008, foi editada a Medida Provisória (MP) nº 413, que promoveu a alteração da alíquota de Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) de 9% para 15%, aplicável às pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização e instituições financeiras. Considerando os efeitos jurídicos da MP, esse aumento de alíquota entrará em vigor a partir de maio de 2008, contudo, as alterações introduzidas só se tornarão efetivas após aprovação pelo Poder Legislativo. A aprovação da MP resultará em aumento nas despesas de Contribuição Social sobre os lucros líquidos gerados a partir de 1º de maio de 2008, bem como aumento dos créditos tributários ativados, proporcional à elevação da alíquota.

b) A alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), incidente sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários, foi alterada pelos Decretos nºs 6.339 e 6.345, produzindo efeitos a partir de 3 de janeiro de 2008. Tendo em vista que se trata de substituição tributária, o Banco possui somente a responsabilidade de efetuar a retenção e o recolhimento do referido tributo.

c) Em 28 de dezembro de 2007, foi aprovada a Lei nº 11.638, que alterou dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, destacando-se diversas alterações na preparação e divulgação das demonstrações financeiras para os exercícios a partir de 1º de janeiro de 2008. A Administração está avaliando os possíveis impactos dessa nova lei para, posteriormente, mensurar os efeitos de mudanças de práticas contábeis que o Banco ainda não tenha adotado. É esperado também que as alterações providas pela nova lei sejam objeto de regulamentação por parte do Bacen e CVM, não sendo possível estimar o seu efeito no patrimônio líquido e no resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007.

d) Em Assembléia Geral Extraordinária de 28 de janeiro de 2008, foi aprovada a proposta para o aumento do capital social no montante de R\$ 172.121, mediante emissão de 27.723.692 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, passando o capital social de R\$ 8.458.613 para R\$ 8.630.734, representado por 1.959.575.392 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal. Este aumento está pendente de homologação pelos acionistas, em Assembléia a ser oportunamente realizada, e posteriormente será apresetado à homologação pelo Banco Central do Brasil.

Esta publicação é de responsabilidade do BANCO REAL e é destinada aos nossos funcionários, clientes, órgãos reguladores, fornecedores, parceiros e às comunidades onde atuamos.

Coordenação Geral
Banco Real

Concepção Editorial
Thymus Branding

Consultoria de Indicadores
Ekobé Educação e Consultoria

Redação e Edição
Report Comunicação

Design
Dezign com Z

Fotografia
Fotos de Pisco Del Gaiso, com exceção das páginas:
16 e 17 – SambaPhoto (Cassio Vasconcellos)
41, 54 e 55 – Cia de Foto

Revisão
Assertiva Produções Editoriais
Viviane Rowe

Pré-impressão
Editora Gráficos Burti Ltda.

Impressão
Litokromia

São Paulo, junho de 2008

Este material é impresso em papel 100% reciclado.
O BANCO REAL também contribui para a preservação do meio ambiente usando produtos reciclados e ecologicamente corretos e evitando o desperdício de recursos naturais porque acredita que isso é importante para a sociedade em que atua.

Preservar o meio ambiente é cuidar do nosso futuro.



100% RECICLADO
75% pré-consumo
25% pós-consumo